



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS/DOCTORADO – DINTER

O GÊNERO NA BIBLIOTECONOMIA: PERCEPÇÃO DE
BIBLIOTECÁRIAS/OS

BEATRIZ ALVES DE SOUSA

FLORIANÓPOLIS, SC
2014

BEATRIZ ALVES DE SOUSA

O GÊNERO NA BIBLIOTECONOMIA: PERCEPÇÃO DE
BIBLIOTECÁRIAS/OS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora. Área de concentração: Estudos de gênero.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joana Maria Pedro
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Miriam Figueiredo Vieira da Cunha

FLORIANÓPOLIS, SC
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Beatriz Alves de

O Gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os / Beatriz Alves de Sousa; orientadora, Joana Maria Pedro; coorientadora, Miriam Figueiredo Vieira da Cunha. - Florianópolis, SC, 2014.

270 p

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Gênero na Biblioteconomia. 3. Feminilização do trabalho. 4. Biblioteconomia. 5. Bibliotecária. I. Pedro, Joana Maria. II. Cunha, Miriam Figueiredo Vieira da. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

IV. Título.

Beatriz Alves de Sousa

O Gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os.

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de “Doutora em Ciências Humanas”, e aprovada em sua forma final atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, SC, 25 de agosto de 2014

Selvino José Assmann
Coordenador do PPGICH/UFSC

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Joana Maria Pedro (UFSC) Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Miriam F. Vieira da Cunha (UFSC) – Coorientadora

Prof^ª. Dr^ª. Asa Fujino (ECA-USP)

Prof^ª. Dr^ª. Mara Eliane F. Rodrigues (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Luzinete Simões Minella (UFSC/PPGICH)

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Kleba Lisboa (UFSC/PPGICH)

Prof^º. Dr^º. Sérgio Luiz Ferreira (UFSC)

Ao meu esposo Pedro, por ter compartilhado de todos os sofrimentos e conflitos desta conquista, sempre me apoiando e me dando forças em momentos que eu já não tinha mais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me possibilitar viver este momento; que por várias vezes não acreditei.

À Profa. Dra. Joana Maria Pedro que aceitou orientar minha pesquisa, que apostou na minha vontade, que acreditou no meu potencial e que, por tantas vezes, me fez ampliar meus limites. Minha gratidão pela paciência, compreensão e apoio no processo de apropriação e produção de conhecimentos referentes a esta pesquisa. Muito obrigada mesmo por essa oportunidade, por esse aprendizado tão importante na minha vida.

Meus sinceros agradecimentos pelas contribuições da Profa. Dra. Miriam Figueiredo Vieira da Cunha que aceitou o convite de ser coorientadora desta pesquisa já no meio do caminho, muito contribuindo para este resultado.

À banca avaliadora: Profa. Dra. Asa Fujino; Profa. Dra. Eliane Fonseca Rodrigues; Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa; Profa. Dra. Nucia Oliveira; Profº. Drº. Sérgio Luiz Ferreira; Profº. Drº. João Eduardo Lupi; por aceitarem participar do processo de apreciação e avaliação deste trabalho e em especial a Profa. Dra. Luzinete Simões Minella que desde da qualificação tem contribuído com essa pesquisa.

Aos colegas do DINTER e em particular aos novos amigos que fiz nessa caminhada: Socorro, Sandra, Samarone, Marlesson, Vilma e Fernando, por sempre me socorrerem nos momentos de desespero, que não foram poucos ao longo do curso. A eles minha imensa gratidão.

Aos professores do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, modalidade DINTER.

Ao IFPB, pelo apoio concedendo-me licença para o estágio. Em especial, minha gratidão à Ivanise Almeida, coordenadora da Biblioteca Nilo Peçanha, pela compreensão nas minhas ausências ao trabalho durante esse período de estudo.

A Valmira Perucchi, colega de profissão e amiga confidente de todo processo de construção desta tese, sempre me ouvindo e dando a maior força, até nos momentos finais da defesa.

As/aos bibliotecárias/os informantes, que contribuíram com esta pesquisa, o meu muito obrigada pela boa vontade de colaborar.

As palavras serão sempre poucas para demonstrar todo o meu carinho e apreço. Por todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para que eu concluísse este estudo.

O século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já é uma área acadêmica consolidada. (PERROT, 2008, p. 11).

RESUMO

Esta tese teve como objetivo investigar o gênero na Biblioteconomia sob a percepção das/os bibliotecárias/os, que atuam na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BCUFPB), *campus* João Pessoa, e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (BCUFSC), *campus* Florianópolis. Utilizamos o método da história oral com abordagem de caráter qualitativa. Na construção desta tese, as questões de gênero foram abordadas com enfoque para algumas categorias de análise, tais como: trabalho, profissão e mercado de trabalho das/os bibliotecárias/os no contexto atual. Dentro dessa linha, várias teóricas se destacam entre as quais, podemos citar: Bruschini, Ferreira, Louro, Pedro, Saffioti, Scott, dentre outras. Vale ressaltar que, como se trata de um estudo interdisciplinar, além das autoras citadas, buscamos aportes teóricos na Biblioteconomia com Cunha, Castro, Souto, Souza; na Metodologia: Alberti, Pollak e Portelli, entre outras/os autoras/es que se incorporaram no decorrer da pesquisa. Através deste exercício, podemos verificar as transformações do mercado de trabalho e as mudanças na atuação das mulheres nesse mercado, conquistando, assim, novos espaços. Por outro lado, apesar dos significativos avanços, constatamos que ainda existem profissões “apropriadas” para homens e outras para mulheres e que existem preconceitos e discriminações relacionados às profissões ditas femininas e, conseqüentemente, pouca valorização das mesmas no mercado de trabalho. Identificamos ainda, a repetição de determinados regimes de gênero que podem ser considerados como uma reiteração das hierarquias deste, as quais bloqueiam o próprio ideal de igualdade de gênero percebido entre os sexos. No caso da Biblioteconomia, além das questões de gênero como marcadores sociais que contribuem para a desvalorização da profissão, constatamos, também, a hierarquia de gênero na divisão sexual do trabalho onde as bibliotecárias estão direcionadas a setores tradicionais menos valorizados como a biblioteca escolar e a infantil e a desenvolverem atividades de menor prestígio como organização do ambiente, recreação, práticas culturais, entre outras que supostamente requerem uma menor qualificação. Os resultados apontaram ainda para uma priorização de poder no qual os bibliotecários do sexo masculino detêm a maioria das coordenações internas das bibliotecas estudadas. Por fim, concluímos que há a interferência de gênero na profissão, observada em todas as questões estudadas sob o prisma de todas as

variáveis da pesquisa (sexo, formação acadêmica, faixa etária, tempo de profissão, Instituição), embora, nem sempre foi percebida pelas/pelos informantes da pesquisa.

Palavras-chave: Gênero. Gênero na Biblioteconomia. Feminilização do trabalho. Bibliotecária. Mercado de trabalho. Biblioteca Central da UFSC. Biblioteca Central da UFPB.

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate the gender perspective in Librarianship in the perception of the librarians who act in the Central Library of the Federal University of Paraíba (BCUFPB), João Pessoa campus and in the Central Library of the Federal University of Santa Catarina (BCUFSC), Florianópolis campus. We use the method of oral history with qualitative nature approach consisting of semi-structured interviews. While making up this thesis, the gender issues were treated with focus on some categories of analysis, such as: work, profession and job market of both female and male librarians in the current context. According to this, several female authors are highlighted, such as: Bruschini, Ferreira, Louro, Pedro, Saffioti, Scott, among others. It is worth pointing out that, as it is an interdisciplinary study, in addition to the mentioned authors, we also searched the theoretical principles in Librarianship through authors such as: Cunha, Castro, Souto, Souza; and in the Methodology, Alberti, Pollak and Portelli, among other authors who were added during the research. By means of this exercise, we could verify there are doubts regarding the changes in the job market as well as the changes of the women's performance in this market, conquering thus new spaces. On the other hand, despite the meaningful advancements, we understood that there are still professions "suitable" for men and others which are "suitable" for women; and that there are prejudice and discrimination related to the so-called female professions and, consequently, their little value in the job market. Yet identified the repetition, of specific gender procedures that can be considered as reiteration of gender hierarchy which hinders the ideal of gender equality perceived between the sexes. In the librarianship case, in addition to the issues of gender as social markers which contribute to the devaluation of the profession, we also perceived gender hierarchy in the sexual division of labor where the female librarians are directed to less valued traditional sectors as the school library and the child library and to develop less prestigious activities such as organization of the environment, recreation, cultural practices, among others that presumably require less qualification. The results also pointed to a prioritization of power in which the male librarians hold the majority of internal coordination positions of the studied libraries. Finally, we concluded that there is gender interference in the profession which is

observed in all the studied questions under the perspective of all research variables (sex, academic formation, age group, profession time, Institution), although it was not always perceived by the research informants.

Keywords: Gender. Gender in Librarianship. Feminization of work. Female librarian. Job Market. Central Library of the Federal University of Paraíba. Central Library of the Federal University of Santa Catarina.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura curricular do curso de Biblioteconomia da UFPB	45
Quadro 2 – Unidade curricular do curso de Biblioteconomia da UFSC	50
Quadro 3 – Diretores da Biblioteca Nacional (entre séc. XIX-XX)	120
Quadro 4 – Competências requeridas pelo mercado de trabalho	176
Quadro 5 – Caracterização das/os entrevistadas/os	183
Quadro 6 – Atividades da biblioteca realizadas de acordo com o sexo do profissional	222

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formandos do curso de Biblioteconomia da UFPB	130
Tabela 2 – Formandos do curso de Biblioteconomia da UFSC	131
Tabela 3 – Ingressos no curso de Biblioteconomia da UFMA	132
Tabela 4 – Divisão das atividades da biblioteca desenvolvidas conforme as variáveis da pesquisa	223

LISTA DE SIGLAS

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules
ABEBD – Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANCIB – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
BC – Biblioteca Central
BCUFPB – Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba
BCUFSC – Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina
BIREME– Centro Latino-Americano do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CDU – Classificação Decimal Universal
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CFE – Conselho Federal de Educação
CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia
CFCH – Central de Filosofia e Ciências Humanas
CMB – Curso de Mestrado em Biblioteconomia
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPESC – Fundação de Pesquisa de Santa Catarina
FEBAB – Federação Brasileira de Biblioteconomia
FESC – Fundação do Estado de Santa Catarina
FURB – Fundação de Educação da Região de Blumenau

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, atual.
IBCT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INL – Instituto Nacional do Livro
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PEA – População Economicamente Ativa
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCI – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PPGGinfo – Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação
PPP – Projeto Político-Pedagógico
PROUNI – Programa de Universidade para Todos
SESU – Secretaria de Educação Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – União das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.2	Procedimentos metodológicos	34
1.2.1	Ambiente da pesquisa	37
1.2.2	Traçando o caminho da pesquisa	60
1.2.2.1	Levantamento de informações sobre a temática “gênero na Biblioteconomia”	60
1.2.2.2	A entrevista como instrumento de coleta de dados	63
1.2.2.2.1	Procedimentos da aplicação das entrevistas	65
1.2.2.2.2	Processamento dos dados das entrevistas para análise	66
1.3	Estruturação do texto	71
2	PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO OBJETO DE PESQUISA	73
2.1	Refletindo sobre o gênero	73
2.2	Gênero como categoria de análise	79
2.3	A categoria trabalho nos estudos de gênero	80
2.4	O gênero das profissões	85
2.5	Gênero na Biblioteconomia: uma questão (in)visível	89
2.6	Considerações finais do capítulo	100
3	A FEMINILIZAÇÃO DO TRABALHO E O ENIGMA DAS PROFISSÕES FEMININAS: O CASO DA BIBLIOTECONOMIA	103
3.1	A mulher no mercado de trabalho	103
3.2	Carreira profissional e a interferência de gênero	109
3.3	As profissões onde as mulheres se encontram	114
3.4	Biblioteconomia: profissão que nasceu masculina tornou-se feminina. E agora?	117

3.4.1 O enigma da feminilização da Biblioteconomia	121
3.4.2 Biblioteconomia na atualidade: os contingentes de sexo	129
3.5 Considerações finais do capítulo	135
4 BIBLIOTECÁRIAS, FORMAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO	139
4.1 A Bibliotecária	139
4.1.1 Formação da bibliotecária	143
4.2 Biblioteconomia no Brasil	143
4.2.1 Os currículos e sua evolução	148
4.2.2 As mulheres na edificação da Biblioteconomia brasileira	154
4.3 Mercado de trabalho da bibliotecária: O que mudou?	161
4.3.1 Competências e perspectivas das bibliotecárias para o mercado de trabalho	171
4.4 Considerações finais do capítulo	177
5 DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO	181
5.1 Representação e análise dos dados da pesquisa	182
5.1.1 Identificação das/os sujeitos	182
5. 1. 2 O gênero na profissão: percepção das/os sujeitos da pesquisa	184
5. 1. 2. 1 Interferência de gênero na profissão	185
5. 1. 2. 2 Interferências de gênero do mercado de trabalho da Biblioteconomia	210
5. 1. 2. 3 Divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia	219
5. 1. 2. 4 Relação mulher e homem na profissão	226
6 CONCLUSÕES	233
REFERÊNCIAS	239
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	267
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	269

1 INTRODUÇÃO

Um novo ambiente global baseado em comunicação e informação tem mudado o mercado de trabalho das bibliotecárias¹. A informação, nos últimos tempos, passou a ser o principal fator de mudanças capaz de interferir em qualquer contexto seja social, político e/ou econômico, tornando-se a mola propulsora de desenvolvimento das organizações e da sociedade em geral. Diante disso, o processo de adquirir, processar, organizar, disseminar e promover o uso das informações tornou-se vital para a sociedade atual. “Estas práticas estão intimamente relacionadas com o fazer dos profissionais da informação e, principalmente dos bibliotecários”. (CUNHA, 2003). São esses profissionais que podem atuar para que toda informação, independente do suporte e do formato de registro, seja disponibilizada de forma operacional, ágil e eficaz atendendo, assim, às demandas de informação da sociedade do conhecimento.

Vieira (1983, p.178), há trinta anos já reconhecia o potencial de atuação do profissional da Biblioteconomia no mercado de trabalho, quando fez a seguinte afirmação: “O campo potencial de trabalho da/do bibliotecária/o vai muito além dos limites da biblioteca, uma vez que esse profissional domina as metodologias de tratamento manual e mecânico da informação e de documentos de qualquer natureza [...]”. Contudo, apesar dos relevantes avanços no campo da informação e da necessidade de profissionais voltados para a gestão dessa informação, constata-se a falta de reconhecimento do profissional da Biblioteconomia. Isso pode ser percebido pelos reduzidos salários² recebidos e pela falta de *status* social da profissão.

Ademais, na maioria das vezes, a sociedade tem uma visão estereotipada da profissão como limitante, pouco expressiva, monótona que requer poucos conhecimentos e que sua missão encerra-se na técnica de processar e organizar documentos. Por isso, é comum, aos

¹ Neste texto, a/o bibliotecária/o seja no singular ou plural será grafado no feminino (a bibliotecária, as bibliotecárias), contrariando a gramática da língua portuguesa. Exceto quando for citação ou quando houver a necessidade da identificação por sexo. Tomamos esse posicionamento em virtude de essas profissionais terem sido por todo tempo identificadas no masculino como o bibliotecário, os bibliotecários.

² Informação retirada do site <http://www.sinbiesp.org.br/> a média nacional de salário para iniciante é de R\$ 1.681,00 (um mil seiscentos e oitenta e um reais).

olhos da sociedade, que todos os que trabalham no espaço da biblioteca sejam confundidos ou reconhecidos como sendo bibliotecárias, independente de ter ou não a formação em Biblioteconomia. (ALMEIDA JÚNIOR, 1993). O fato é que muita gente desconhece a existência de uma graduação específica para o exercício dessa profissão. E mais complicado ainda, a biblioteca é vista por muitos como o único local de atuação dessas profissionais.

Alguns autores (ALMEIDA JÚNIOR, 1993; SOUZA, 2006; entre outros) apontam as bibliotecárias como responsáveis pela desvalorização da profissão. Esses pesquisadores enfatizam alguns elementos como o comodismo, a falta de investimento na educação continuada e de motivação dessas profissionais para ampliar suas possibilidades de trabalho. Souza (2006, p. 28) faz a seguinte afirmação: “O que falta, talvez, para se ampliar a visibilidade [da profissão], é um esforço maior desses profissionais no sentido de se articularem e agirem com um projeto político consistente [...]”.

Almeida Júnior (1993, p. 8) aduz que as bibliotecárias não participam do desenvolvimento e da evolução da Biblioteconomia e da classe bibliotecária, e ainda sinaliza vários fatores que contribuem para o descrédito da profissão, ligados ao posicionamento do profissional, como:

Complexo de inferioridade em relação a outros profissionais liberais; pouca importância dada à informação; falta de reconhecimento da sua função social; uso excessivo da técnica e falta de percepção de agente transformador da sociedade. Une-se a isso, também, a falta de participação dos bibliotecários em relação às mudanças político-sociais e econômicas que ocorrem no país.

Na perspectiva de Marengo (1996, p. 25), são as próprias bibliotecárias que restringem seus conhecimentos a determinadas funções mais técnicas, pouco atualizam e diversificam suas atividades e conhecimentos. “A amplitude e diversificação de suas funções parecem não estar proporcionando uma maior elevação de sua posição dentro da estrutura ocupacional [...]”. O crescimento do setor de atuação dessas profissionais na sociedade da informação não tem refletido em maior prestígio e valorização para a categoria. A autora, ainda adverte as escolas, as sociedades científicas, os sindicatos e os conselhos de classe, para que façam algo no sentido de alterar esse quadro.

A formação acadêmica também passa a ser questionada, no sentido de não fornecer uma resposta adequada ao mercado de trabalho, tanto na modalidade de cursos de formação profissional como na educação continuada. Silva, Dib e Moreira (2007) chamam atenção das instituições de ensino para ajustar seus currículos e investirem na formação continuada, a fim de diminuir a lacuna entre o que o mercado necessita e o que o profissional está apto a oferecer.

Valentim (2002, p. 118) lembra que, além da formação, esses profissionais precisam de ações que divulguem a profissão para o mercado empregador. A autora entende que a percepção das pessoas acerca dos profissionais e da profissão é importante, pois o mercado observa nessa perspectiva o quanto a profissão é valorizada socialmente, o grau de sua importância e quanto deve ser sua remuneração.

Os profissionais da informação precisam, cada vez mais, ter uma formação que permita atender uma determinada demanda social. No entanto, só a formação também não resolve a questão, ou seja, para que os profissionais da informação ocupem os espaços a eles destinados no mercado de trabalho, é necessário que a formação defina um perfil de profissional que deseje e tão importante quanto à formação é que haja ações que divulguem o profissional para o mercado empregador.

Pelos pontos de vista anteriores ficam claros os problemas que as bibliotecárias têm enfrentado na profissão, que envolvem desvalorização profissional, falta de reconhecimento, de *status* e prestígio social. Compreendemos, portanto, que todos os aspectos levantados na literatura são relevantes e precisam ser equacionados. De fato, a Biblioteconomia não pode ficar de fora das mudanças que ocorrem no contexto global, influenciadas por fatores de ordem econômica, política e social. Assim sendo, é preciso que os cursos de graduação melhorem, que as bibliotecárias se qualifiquem, adquiram novas competências e aprimorem sua bagagem de conhecimentos. Enfim, que estejam preparadas para o mercado, conscientes do seu papel educacional e social e da importância da informação para o desenvolvimento da sociedade.

Contudo, ainda questionamos: será que melhorando os currículos, a formação dessas profissionais, fortalecendo as organizações representativas da categoria, sem mudar a perspectiva de

gênero que envolve todo um contexto social, a visão da sociedade vai mudar em relação ao curso e à profissão? De que maneira as bibliotecárias percebem as questões de gênero na profissão? Será que essas profissionais têm noção da hierarquia de gênero na profissão? Em que medida se pode falar em divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia?

Trazer à tona estes questionamentos, para o âmbito da Biblioteconomia, é mostrar que a desvalorização da profissão também pode estar relacionada às construções sociais, relacionais e culturais que, ao longo dos tempos, inferiorizam as profissões que têm predominância do sexo feminino. Ademais, conforme constatado na literatura biblioteconômica brasileira são poucos os estudos que exploram essa temática.

Temos que a Biblioteconomia é majoritariamente uma profissão feminina e como tal carrega a discriminação de uma profissão secundária ou subprofissão. Pois, mesmo com os avanços conquistados pelas mulheres, nas últimas décadas, seu trabalho continua sendo pouco valorizado. Para Ferreira (2010), as áreas de trabalho ocupadas por mulheres são constituídas de profissões de pouca demanda e pouco prestígio social, associadas, portanto, em grande parte, a baixos salários. Ademais, adverte a autora, que as mulheres têm dificuldades de competir em igualdade de condições com os homens, independente das áreas de atuação, tendo em vista que as relações de poder têm sido um fator preponderante na definição de papéis que homens e mulheres devem assumir no mercado de trabalho.

Para Yannoulas (2001, p. 68), há uma segmentação do mercado de trabalho baseada em gênero que, além de dividir as profissões por sexo, concentra as mulheres, em setores específicos, dando-lhes poucas oportunidades de acesso às carreiras dos setores produtivos que são as mais valorizadas e de melhores salários. Marry (2008) distingue duas grandes abordagens das desigualdades sexuadas do trabalho, também denominadas de segregação: uma está posta na sub-representação das mulheres nas posições de poder, limitações ascensionais na carreira (segregação vertical), e a outra na concentração das mulheres em certos segmentos, setores ou atividades menos valorizadas no mercado de trabalho, denominada de segregação horizontal. Esses mecanismos fazem com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou que não progridam nas suas escolhas profissionais; haja vista, que nos dois modelos, as mulheres se encontram em desvantagem em relação aos homens, seja em termos de cargos, poder, salário ou mesmo em condições de trabalho. Isso mostra que os papéis que homens

e mulheres exercem no mercado de trabalho são definidos em função das características atribuídas culturalmente ao sexo masculino e/ou feminino. (OLINTO, 2011).

Golub (2009), em estudo realizado nos Estados Unidos, constatou que, embora as mulheres tenham dominado numericamente o mercado de trabalho da Biblioteconomia, ultimamente tem se observado o surgimento de uma força de gestão dominada por homens, mesmo esses sendo minoria. A autora evidencia que enquanto as mulheres desempenham funções técnicas de processamento e organização dos acervos (consideradas inferiores), os homens dominam as posições de planejamento e gestão; posições que, além de mais bem pagas, são percebidas como de maior prestígio.

Experiência semelhante foi apresentada por Murgai (2004) referente a um estudo comparativo, entre os Estados Unidos, Índia, Cingapura e Tailândia, sobre a profissão. Esse estudo detectou uma evolução das bibliotecárias no que diz respeito à qualificação, mostrando que nas últimas três décadas mais mulheres do que homens conseguiram titulação de mestrado e doutorado. Entretanto, menos de 8% das mulheres assumiram cargos de alta administração e ainda ganham menos que os homens exercendo as mesmas atividades. Isso demonstra que, apesar do esforço das bibliotecárias, as questões de gênero continuam a impactar a profissão.

Bourdieu (2010), em estudo sobre a dominação masculina, evidencia que as atividades quando executadas por homens são reconhecidas, valorizadas e consideradas nobres. Porém, as mesmas atividades quando exercidas por mulheres são tidas como inferiores, insignificantes e imperceptíveis. Por outro lado, quando a mulher busca profissões ditas masculinas enfrenta grande resistência por parte dos homens, ameaçados em sua hierarquia profissional. O autor lembra ainda que:

[...] Depois de longas lutas das mulheres para fazer reconhecer suas qualificações, as tarefas que as mudanças tecnológicas radicalmente redistribuíram entre os homens e as mulheres serão arbitrariamente recompostas, de modo a empobrecer o trabalho feminino, mantendo, decisoramente, o valor, superior do trabalho masculino. (BOURDIEU, 2010, p. 76).

A partir dessas reflexões teóricas e entendendo os estudos de gênero como um campo possível de se compreender como se dão os processos que historicamente têm desqualificado as profissões definidas como femininas, suscitou-nos a ideia de desenvolver esta pesquisa que tem como objetivo geral investigar, através de entrevistas com as bibliotecárias, que atuam na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BCUFPB) *campus* João Pessoa e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (BCUFSC) *campus* Florianópolis, as percepções sobre o gênero na profissão.

A partir desse ponto, desdobram-se os objetivos específicos:

- 1 Verificar as interferências de gênero no exercício da profissão;
- 2 Investigar mudanças no mercado de trabalho e se essas mudanças têm alguma relação com o aumento do número de homens na profissão;
- 3 Verificar se existem atividades consideradas especificamente femininas ou masculinas na Biblioteconomia;
- 4 Averiguar se há diferenças entre homens e mulheres com relação à ocupação de melhores posições na carreira;
- 5 Indagar, do ponto de vista relacional, como se comportam as bibliotecárias no exercício cotidiano da profissão;
- 6 Investigar se há diferenças regionais relacionadas às questões de gênero na profissão.

Convém ressaltar que essas perspectivas serão estudadas partindo da hipótese de que há interferências de gênero na profissão embora, na maioria das vezes, não sejam percebidas pelas bibliotecárias.

O propósito desse estudo é aprofundar o debate sobre as perspectivas de gênero na Biblioteconomia, a partir da percepção de profissionais da área e de um conjunto de fatores, presentes na literatura, que evidenciam a interferência de gênero na profissão, haja vista ser uma profissão feminilizada. Outro fator que consideramos importante são as mudanças ocorridas no mercado de trabalho que têm atraído um número significativo de homens para Biblioteconomia e têm tornado a profissão mais concorrida. Dessa forma, entendemos que há algo a ser pesquisado e ser dito sobre esses aspectos e que se faz necessário questionar o convencional que converge na aceitação das bibliotecárias de que a desvalorização da profissão está ligada diretamente a elas e/ou às instituições formadoras, sem se ater a outros fatores sociais, culturais e políticos que perpassam a profissão, como as questões de gênero.

Confesso que escrever um trabalho de tese acerca da temática de gênero foi um grande desafio, pois até participar da primeira reunião deste doutorado, em março de 2010, não havia suscitado em mim nenhum interesse por esse assunto. Somente a partir da exposição da Professora Dra. Joana Maria Pedro³, sobre o uso do gênero nas pesquisas interdisciplinares desenvolvidas na UFSC e da importância desse tema para a compreensão do que é ser mulher ou ser homem na sociedade em que vivemos, é que me fez pensar sobre a questão e me levou a participar do processo de seleção do referido curso, centrando o meu objeto de estudo nesta área de concentração. Nesse processo, tomei consciência de que esse é um problema presente na nossa profissão e que ainda é pouco percebido por nós, profissionais da área.

Durante a minha vida profissional, como bibliotecária, relativizei as questões de gênero na profissão, sempre atribuindo a desvalorização da mesma à sua vinculação com a Educação e a Cultura e, nunca à predominância de mulheres na área. Assim sendo, a partir de meu ingresso neste doutorado, tenho feito um longo esforço no sentido de compreender como se apresentam as questões de gênero no mundo do trabalho, bem como na Biblioteconomia, com uma perspectiva que esse estudo possam contribuir para uma reflexão crítica, sobre o tema na profissão.

Na visão de Scott (1995), o gênero tornou-se um termo particularmente útil, para legitimar os estudos feministas nos anos 1980, por oferecer um meio de distinguir a prática sexual dos papéis culturalmente atribuídos às mulheres e aos homens. Para a autora, o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele. Assim, a utilização do termo “gênero” rejeita completamente o determinismo biológico uma vez que as relações entre mulheres e homens são construídas pelo contexto social, político e econômico de cada sociedade e nenhum indivíduo existe fora dessa relação.

Seguindo o mesmo ponto de vista, Pedro (1994, p. 39) defende que “A categoria gênero ampliou o conceito funcionalista de papéis sociais, ao precisar a ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de

³ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na França.

Université d'Avignon. Atualmente Professora Titular do Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC, Pró-reitora de Pós-graduação em Pesquisa da UFSC.

poder”. Assim, o uso dessa categoria implica a possibilidade de mudar a direção do olhar histórico, colocando a questão da relação de gênero como central. Para a autora, perceber as relações sociais e a consequente construção do gênero na sociedade pode apontar como essas relações funcionam e como podem ser modificadas.

A partir dessas considerações, entendemos que esta pesquisa se justifica pela necessidade de pensar o gênero como categoria importante na Biblioteconomia, especialmente, tendo em vista o aumento de homens que têm ingressado nessa profissão, nos últimos anos, e o impacto que isso tem ocasionado na atuação e no mercado de trabalho desses profissionais.

Martucci (1996), em seu estudo sobre a feminilização da Biblioteconomia no Brasil, menciona que o repertório da literatura especializada nacional carece de pesquisas e reflexões sobre essa temática. Ferreira (2003, p. 193) faz alusão à mesma questão, enfatizando a ausência do gênero como objeto de pesquisa nessa área:

As pesquisas sobre a mulher e gênero na Biblioteconomia são ainda em número bastante limitado, o que torna a discussão quase sempre difícil, já que as profissionais da informação, em geral, não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominantemente feminina. Este domínio, entretanto, não é criticamente analisado pelos profissionais da área que ainda não se deram conta das relações de gênero que estão impregnadas na sociedade e que, tal como as relações de classe e etnias precisam ser revistas, estudadas e incorporadas nos conteúdos dos programas dos Cursos de Biblioteconomia, para que se possa questionar a realidade buscando uma saída para transformá-la.

A autora lembra, ainda, que a Biblioteconomia como a Enfermagem, o Serviço Social, e a Psicologia, entre outras profissões, caracterizadas como femininas, têm enfrentado ao longo da história dificuldades de se impor perante a sociedade. Os profissionais que atuam nessas áreas têm que constantemente provar suas competências para permanecerem no mercado, além de participarem sempre em patamar de desigualdade, se comparados com as profissões consideradas masculinas. Todos esses aspectos direcionam para a necessidade de se

estudar as questões de gênero na Biblioteconomia como forma de repensar o papel das bibliotecárias na sociedade, bem como de criar mecanismos que possibilitem a construção da igualdade, equidade e empoderamento das mulheres nessa profissão.

Na construção deste trabalho, abordaremos as questões de gênero com enfoque para algumas categorias de análise como: trabalho (trabalho feminino e feminilização do trabalho), profissão (tendo a Biblioteconomia como o campo analisado) e mercado de trabalho das bibliotecárias no contexto atual. Dentro dessa linha, várias teóricas se destacam entre as quais, podemos citar: Bruschini, Ferreira, Hirata, Louro, Pedro, Saffioti, Scott, dentre outras. Todas essas pesquisadoras buscam desenvolver estudos que apreendem as questões de gênero e suas relações com o trabalho, bem como as suas nuances na sociedade contemporânea. Portanto, suas teorias forneceram subsídios para a solução das questões decorrentes do trabalho de campo.

Vale ressaltar que, como se trata de um estudo interdisciplinar, além das autoras citadas, buscamos aportes teóricos na Biblioteconomia com Cunha, Castro, Olinto, Souto, Souza; na Metodologia: Alberti, Pollak e Portelli entre outras/os autoras/es que se incorporaram no decorrer da pesquisa.

Referindo-se à interdisciplinaridade nas Ciências, Fazenda (1994, p. 114) aduz que toda ciência necessita ser trabalhada numa dimensão diferenciada de conhecimento – “aquele que não é explicitado apenas no nível da reflexão, mas, sobretudo na ação”. Ou seja, as ações de investigação devem ser coerentes, desde o processo de pesquisa até o produto. A autora assinala, ainda, que o comprometimento, o envolvimento e o engajamento com o objeto de pesquisa, bem como a utilização do conhecimento vivenciado pelos sujeitos, sejam pressupostos interdisciplinares.

Na realidade, a interdisciplinaridade fundamenta o avanço das Ciências, pois nenhuma ciência figura como *corpus* autônomo. (TARGINO, 1995). Isso mostra que o conhecimento científico subentende transformações, transferências, passagens de uma teoria para outra, ressaltando o caráter evolutivo das Ciências. A busca por uma identidade da Biblioteconomia, como área do conhecimento, assim como o que a caracteriza como área científica, sempre dominou os debates epistemológicos deste campo científico e uma das características sobre a qual existe consenso é a sua relação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento por ter a informação como objeto de estudo. É este caráter interdisciplinar da Biblioteconomia que possibilita o desenvolvimento de pesquisa como

esta que necessita se apropriar de conhecimentos pertencentes a outras áreas, a saber: Sociologia, História, Educação, entre outras. Targino (1995, p. 101), em estudo sobre a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, observa esse pluralismo metodológico como um fenômeno salutar. Para a autora, é possível por intermédio de atuação inter e transdisciplinar na pesquisa científica “[...] combinar conhecimentos específicos com sólida formação generalista, a fim de romper as barreiras outrora rígidas entre as ciências humanas, exatas e biológicas [...]”.

Privilegiando a formação de origem e o campo de atuação da pesquisadora, esta pesquisa tem como sujeitos de investigação as/os bibliotecárias/os e como objeto de estudo a perspectiva de gênero na Biblioteconomia. Convém ressaltar que os estudos de gênero fazem parte de um campo de pesquisa interdisciplinar que procura compreender as interferências de gênero nas relações sociais, na história, na cultura e na sociedade em geral; o que ratifica a interdisciplinaridade da pesquisa.

Para dar conta das discussões, tendo em vista a complexidade com que se mostra a pesquisa interdisciplinar, buscamos aportes teóricos em diversas disciplinas (como mencionamos anteriormente) e dentre essas, autoras/es que se articulam entre si, apresentando consenso epistemológico e metodológico. Entendemos que, desenvolver uma pesquisa desta natureza, é um processo bastante difícil à medida que são necessários um embasamento teórico-metodológico e conhecimento do pesquisador. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de um exercício desafiador, pois contribui para geração de novos conhecimentos.

1.2 Procedimentos metodológicos

Tendo como objetivo investigar a perspectiva de gênero na Biblioteconomia, na percepção das bibliotecárias através de entrevistas com essas profissionais. Entendemos que o método da história oral é o mais apropriado para esta pesquisa por várias razões: primeira, porque buscaremos conhecer um evento específico que faz parte da realidade profissional dos sujeitos da pesquisa, o que se insere na linha de estudos da história oral temática⁴. (SILVA, 1998), nesse sentido, Cassab e Ruscheinsky (2004), nos ensinam que a história oral se ocupa

⁴ A história oral temática é uma linha da história oral que busca analisar um determinado evento ou situação a ser esclarecido segundo o estabelecimento de questionários ou entrevistas orientados para fins específicos. (SILVA, 1998).

principalmente em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade. Em segundo lugar, a história oral trabalha com relatos de pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, no contexto das relações pessoais, ou seja, em sua essência a história oral trata de estudar “acontecimentos históricos, categorias profissionais, movimentos etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam” (ALBERTI, 1990, p. 2). Para Pollak (1989), através do uso dessa metodologia, podemos estar à frente de uma experiência concreta.

Além disso, a história oral faz parte do núcleo de metodologia das ciências sociais que busca compreender como se dá a construção do conhecimento nessas ciências e como abordar o objeto de pesquisa teoricamente construído se preocupando em apreender os processos, acontecimentos e relações sociais a partir de perspectivas dos agentes neles envolvidos. (SILVA, 1998).

Alberti (2005, p. 17) argumenta que a história oral dá preferência ao acesso às informações diretamente das fontes testemunhais que “dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados”.

Thompson (2002, p. 197) alude que: “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade”. Na tentativa de se atingir uma verdade oculta, tenta-se extrair o máximo do que está armazenado na memória, cavar fundo em suas lembranças para trazer ao presente. A história oral permite captar o movimento de construção e reconstrução de um determinado objeto. Essas (re)construções são oriundas das lembranças no tempo presente. Assim sendo, pode-se dizer que a história oral é carregada de significações que as narrativas foram adquirindo ao longo da existência do depoente.

Portelli (1997) afirma que as fontes orais têm a sua representatividade para o campo da história e são possibilidades expressivas, ou imagináveis que podem ser analisadas e estudadas com técnicas e procedimentos metodológicos da história oral. Portanto, os relatos orais tornaram-se um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa e do conhecimento.

Para o autor, no encontro de um sujeito narrador com outro sujeito, o pesquisador, emerge uma narração dialógica que tem o passado como assunto. Neste encontro, ambos buscam uma relação entre a experiência individual e um contexto histórico ou cultural mais

amplo. Atualmente, a história oral superou o debate sobre a confiabilidade e a autenticidade de suas fontes, quando mostra o papel do pesquisador na constituição dessas mesmas fontes, que compreende um produto do encontro, do diálogo, e não de um monólogo. (PORTELLI, 2010).

Pollak (1989, p. 4) reforça esse ponto de vista quando afirma que a metodologia da história oral permite o conhecimento de uma realidade social através da narrativa de histórias que condensam determinados significados sobre o passado, resultado da interação do entrevistado com o pesquisador e das “opções muitas vezes conscientes daquele, que resolve o que dizer e para quem, com determinado propósito”.

Na história oral, os dados são colhidos por meios de relatos orais, entrevistas, e conversas. Na compreensão de Cassab e Ruscheinsky (2004), ao focalizarem as lembranças pessoais, esses dados delineiam aspectos relevantes da dinâmica de funcionamento das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual o indivíduo questionado pertence, ponderando esses fatos a partir da sua importância na vida desse indivíduo.

Portelli (2001), no texto “História oral como gênero”, analisa como os fatos sociais se tornam coisas ou, no caso específico como as representações se tornam fatos. Talvez essas interações sejam o foco centralizador desse método com fatos reconstruídos no campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores a entender representações. Por isso, a importância de considerar as representações – estudadas por antropólogos – como fatos históricos. Enfim, considerar a maneira como as bibliotecárias representam sua profissão – nas entrevistas realizadas – como um fato histórico a ser narrado. Pois, de outras formas, não saberíamos distingui-los. Para o autor, representações e fatos não existem em esferas isoladas, ou seja, os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações, e tanto os fatos quanto as representações convergem nas subjetividades dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.

Pelo exposto e por entendermos que não há como investigar o processo de elucidação de um problema, se além das fontes escritas não soubermos das práticas vivenciadas por quem de fato fazem parte do contexto onde esse se insere. Dessa forma, nos apropriamos desse método de pesquisa como caminho e base para a nossa investigação. A riqueza percebida nesse método é a importância atribuída ao sujeito nessa ligação pesquisador-pesquisado no processo de constituição de um novo conhecimento.

Para a realização da pesquisa, o primeiro passo foi definir e reconhecer o ambiente da pesquisa, ou seja, a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba *campus* João Pessoa e a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina *campus* Florianópolis. A escolha desses ambientes deu-se pelas seguintes razões: no caso da Biblioteca Central da UFPB, a pesquisadora é paraibana radicada em João Pessoa, fez graduação, especialização e mestrado na UFPB, portanto, usuária dessa biblioteca. No caso da Biblioteca Central da UFSC, ocorreu em razão de seu doutorado ser nessa universidade o que permitiu um contato com essa biblioteca não só por utilizar-se de seus serviços, mas por desenvolver a referida pesquisa.

1.2.1 Ambiente da pesquisa

Tendo em vista que os aspectos socioeconômicos e políticos exercem forças sobre as realizações e práticas profissionais, torna-se impossível tratar uma profissão sem se ater a estes fatores na localização em que se insere o ambiente de trabalho desses profissionais. Sendo assim, procuramos abordar esses aspectos no contexto das cidades de João Pessoa e Florianópolis, espaços geográficos em que se insere o ambiente da pesquisa. Trataremos também da implantação e evolução da Biblioteconomia nas universidades UFPB e UFSC em virtude de a maioria dos sujeitos da pesquisa ser egressos dos referidos cursos. As referidas cidades estão localizadas em regiões totalmente distintas do País, portanto com contextos bastante diversificados.

Caracterizando a cidade de João Pessoa

João Pessoa é a capital do Estado da Paraíba. Localiza-se no leste da região Nordeste, limitando-se ao norte com o estado do Rio Grande do Norte, ao sul com Pernambuco, a oeste com o Ceará e a leste, com o Oceano Atlântico. É o ponto mais oriental das Américas, conhecida como a cidade onde o sol nasce primeiro. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 769.607 habitantes. Sua área física é de 211.475 km², estruturada em 65 bairros que estão distribuídos em quatro zonas: norte, sul, leste e oeste. A população em sua maioria é proveniente do interior do Estado, geralmente ligada à atividade agropecuária, que se deslocou para os grandes centros em busca de melhores condições de

vida, em virtude da falta de investimentos para atividades no campo, da precariedade dos solos e, principalmente, da diversidade climática que apresenta períodos de longas estiagens prejudicando as atividades agropecuárias e provocando o êxodo rural. Este fato tem contribuindo decisivamente para o agravamento da problemática social e habitacional desta cidade. (IBGE, 2012a).

Com relação à infraestrutura⁵, João Pessoa é a segunda capital nordestina com o maior índice de saneamento básico apontando para, aproximadamente, 87%, apresentando 100% das residências atendidas pela energia elétrica e ligadas ao abastecimento de água. Sua economia está centrada nos setores de serviços representando 73,9% do total. O setor industrial há pouca expressividade. Isso se comparado com outras cidades da vizinhança como Recife (PE), Fortaleza (CE) e Natal (RN) que são capitais bem mais desenvolvidas. No que se refere à proporção das pessoas ocupadas e das pessoas em condições de trabalhar e que procuram emprego, há uma equivalência bastante próxima do cenário regional nordestino e do País. O que parece preocupante do ponto de vista humano e do mercado é a persistência de um perfil de distribuição de renda estadual fortemente desigual. De acordo com os dados do IPEA (2011), 84,8% das pessoas ocupadas ganham até dois salários mínimos mensais, 9,6% percebem de dois a cinco salários e o restante, ou seja, 5,6% ganham mais de cinco salários mínimos mensais; o que demonstra altos índices de concentração de renda em uma pequena parcela da população.

O produto interno bruto melhorou no interregno de 2001 a 2012, registrando R\$ 9,805 bilhões. O mesmo ocorreu com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶ que é de 0,763 considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Baseando-se em dados do IBGE, temos que apesar da incidência de pobreza extrema na Paraíba ter caído 38% no período de 2004 a 2009, o Estado ainda possui uma estatística elevada nesse quesito. Dados

⁵ Portal da cidade de João Pessoa. Disponível em:

<<http://paraibanos.com/joaopessoa/historia.htm>>. Acesso em: 13 out. 2013.

⁶ O IDH é uma medida comparativa usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano". A estatística é composta a partir de dados de [expectativa de vida ao nascer](#), [educação](#) e [PIB \(PPC\) per capita](#) (como um indicador do [padrão de vida](#)) recolhidos em nível nacional.

mostram que somente na capital cerca de 59 mil pessoas estão enquadradas nesse perfil. (IBGE, 2012a).

Conforme estudo elaborado por Amorim, Santos e Cândido (2008), o índice de desenvolvimento sustentável da cidade de João Pessoa é considerado ideal quando analisado sob as esferas social, demográfica, econômica, ambiental e cultural. A taxa de mortalidade infantil é de 0,786 sendo considerada boa. A taxa de escolarização também tem apresentado resultados positivos. Porém, a imunização contra doenças infecciosas infantis e a oferta de serviços básicos de saúde para a população encontram-se em situação crítica bem como o índice de distribuição do rendimento. Há um coeficiente alto de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito, principalmente, entre os jovens de 15 a 29 anos.

Com relação à educação, vale mencionar que o sistema educacional brasileiro é representado pelas diferenças regionais que se manifestam tanto no aspecto organizacional quanto na variação do nível de desenvolvimento, e essas não têm sido uniformes em todas as regiões do País. Realçam-se, assim, diferenças em termos de acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos das áreas mais desenvolvidas do Sul e Sudeste em relação aos das áreas consideradas mais pobres do Norte e Nordeste. Tendências que começaram a serem revertidas nos últimos cinco anos, com a implantação de políticas públicas diferenciadas para educação, pelo governo federal. (MARANHÃO, 2000).

Essas políticas visam atenuar as desigualdades regionais por meio da educação. Conforme dados do censo de 2012, no caso da Paraíba uma pequena mudança foi constatada. Os adolescentes de 15 a 17 anos apresentaram taxa de escolarização de 84%. Porém, apenas 42,7% desses jovens estavam na série adequada, o que revela uma defasagem de idade-série. Ainda, segundo o censo mencionado, 82% dos estudantes do ensino fundamental estão matriculados na rede pública de ensino. Já no ensino médio, o percentual de estudantes em escolas públicas cai para 77%. Mesmo assim, tem se observado a redução da participação da iniciativa privada nessas modalidades de ensino. Isso ocorre em virtude das políticas de melhorias implantadas pelos governos em prol de um ensino público de qualidade para essas categorias. (IBGE, 2012a).

No ensino superior, ocorre o inverso: observa-se um aumento significativo de universidades particulares. A cidade de João Pessoa conta com 17 Instituições de ensino superior; dessas somente 03 são públicas: UFPB já citada nesse estudo, Universidade Estadual da

Paraíba (UEPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O restante são instituições privadas, porém existe o benefício de bolsas de estudos do PROUNI⁷ que proporciona aos estudantes de baixa renda cursar essas universidades. Salientamos que, entre as instituições mencionadas, somente a UFPB oferece a graduação em Biblioteconomia. Partindo do princípio de que as universidades devem agir como agente de transformação e de desenvolvimento das pessoas se comprometendo com o social através do contato direto com a população, procurando investigar e solucionar seus problemas através da pesquisa, correspondendo prontamente às exigências imediatas impostas pela sociedade; compreendemos a importância que tem a UFPB na formação profissional dos indivíduos no seu Estado.

O ensino de Biblioteconomia na UFPB

De início, a UFPB foi denominada Universidade da Paraíba criada pela Lei Estadual n. 1.366, de 02 de dezembro de 1955, por iniciativa do então Ministro José Américo de Almeida, a partir da reunião de onze cursos de nível superior que já existiam no Estado. Sendo federalizada cinco anos depois, através da Lei n. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, como uma instituição autárquica, de regime especial, de ensino pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério de Educação, com sede e foro na cidade de João Pessoa e atuação em todo estado da Paraíba (RELATÓRIO..., 2011).

A UFPB passou por várias etapas de evolução. Até 2002, era constituída de sete *campi*: *Campus I* (João Pessoa), *Campus II* (Campina Grande), *Campus III* (Areia), *Campus IV* (Bananeiras), *Campus V* (Cajazeiras), *Campus VI* (Sousa) e *Campus VII* (Patos). Porém, com a separação do *campus* de Campina Grande que passou a ser autônomo houve o desmembramento, sendo que os *campi* V, VI e VII ficaram pertencendo à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em virtude disso, a UFPB conta com os *campi* de João Pessoa, Areia e Bananeiras que já existiam sendo criado recentemente o *campus* denominado Litoral Norte que atende aos municípios de Maranguape e Rio Tinto.

⁷ O Programa Universidade para Todos - tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

Segundo dados do Relatório de Gestão 2011, essa instituição conta com 16 centros (sendo 13 em João Pessoa e os outros correspondem aos *campi* de Areia, Bananeiras e Litoral Norte), 57 departamentos acadêmicos, 118 cursos de graduação entre os quais o curso de Biblioteconomia, 12 cursos de especialização, 49 cursos de mestrado e 26 cursos de doutorado; tem 2.085 professores, 2.617 técnico-administrativos e 36.502 alunos matriculados. Desse total, 26.242 estão matriculados na Graduação Presencial, desses (439 estão matriculados no curso de Biblioteconomia); 6.018 na Graduação a Distância, 4.242 na Pós-graduação (RELATÓRIO..., 2011).

O curso de Biblioteconomia funciona no *campus* I da UFPB. Foi criado através da Resolução n. 01/69, de 06 de janeiro de 1969, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), durante o reitorado do Dr. Guilardo Martins Alves, sendo, inicialmente, vinculado ao Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas, tendo início no primeiro semestre letivo de 1969. Para sua implantação e acompanhamento, a UFPB manteve convênio com o Instituto Nacional do Livro (INL). (PROJETO..., 2007).

Em 1974, o Conselho de Graduação da UFPB aprova a Resolução n.16/74, que determina a estrutura curricular do referido curso. Nesse mesmo ano, esse se vinculou ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), na época como uma Coordenação, vindo depois a ser Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Atualmente, esse curso faz parte do Departamento de Ciência da Informação. Em primeiro de setembro de 1975, o curso foi reconhecido pelo Decreto n. 76.178, no Governo do Presidente Ernesto Geisel. (COSTA; RAMALHO; SILVA, 2003).

O primeiro currículo foi elaborado com base no Decreto n. 550, de 1962, que aprovou o primeiro currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil, cujas disciplinas eram, predominantemente, direcionadas aos aspectos técnicos, processamento e organização da documentação com carga horária expressiva em Catalogação I, II, III, IV, Classificação I, II, III, Bibliografia e Referência I, II, III, Documentação I, II; tendo duração de três anos. (CASTRO, 2000).

Na década de 1980, aconteceu a primeira reforma do currículo, em nível nacional, estabelecida pela Resolução n. 08/82 do Conselho Federal de Educação. (RESOLUÇÃO..., 1982). A UFPB atualizou a estrutura curricular do curso de Biblioteconomia em 13 de dezembro de 1983, através da Resolução n. 75/83 do CONSEPE. A implantação desse currículo ocorreu no segundo semestre de 1984, no qual ficou

estabelecida a duração mínima de quatro anos, equiparando-se aos demais cursos de graduação da universidade. Até 1992 era um curso diurno quando passou a ser ofertado somente no turno da noite por meio da Resolução nº 17 do CONSEPE, com duração mínima de dez e máxima de 14 períodos letivos. (DINIZ, 1999).

Nesse currículo de 1982 ocorreu uma evolução na formação da bibliotecária com a diminuição da parte técnica e o aumento de disciplinas voltadas para administração e formação geral. Isso, no entanto, não refletia uma mudança significativa para a formação dessa profissional. Por conta disso, logo após ter sido formada a primeira turma, em 1988, houve, por parte do Departamento, o interesse em discutir os novos rumos que o curso deveria tomar, em relação à sua missão e ao compromisso de formação de bacharéis em Biblioteconomia expressos em seu currículo e orientados por meio das experiências exercidas em outros Estados do País. (DINIZ, 1999).

Em 1998, a coordenadora do curso Professora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque apresentou, ao colegiado departamental, a proposta concreta de um novo currículo, visto que o modelo adotado à época já não correspondia aos anseios dos ingressos do curso, bem como às necessidades da sociedade. É importante destacar que a reestruturação curricular era uma necessidade de todos os cursos do país, tendo em vista que o currículo mínimo constituía uma base para todas as escolas, mas não dava conta de formar um profissional que atendesse às demandas do mercado de trabalho. Além disso, o currículo em vigor naquela época não levava em conta as peculiaridades de cada contexto institucional, local regional e social, bem como o perfil profissional que se almejava formar. (GUIMARÃES, 2002).

Para reforçar essa mudança ocorreu a promulgação da Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu as diretrizes para todos os níveis de ensino no País; no caso do nível superior propunha que o Currículo Mínimo fosse substituído pelas Diretrizes Curriculares⁸. (BRASIL, 1996).

⁸ A Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, determina, no inciso II do Art. 53, no momento em que dispõe sobre a autonomia universitária, que cabe às Universidades: “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”. (BRASIL, 1996).

Essas propostas se concretizaram com a publicação do Edital n. 4 de 19 de agosto de 1997⁹, da Secretaria de Educação Superior (SESu), que estabeleceu um conjunto de normas para elaboração das Diretrizes Curriculares dos cursos superior e convocou as universidades a apresentarem propostas para os novos currículos a ser implantados. (BRASIL, 1997).

As diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia foram aprovadas em 2001 por meio do Parecer CNE/CES 492/2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. (BRASIL, 2001). Essas Diretrizes tiveram por base as propostas encaminhadas pela comissão de especialistas¹⁰, aprovadas pela SESu com pouquíssimas alterações. Convém destacar o envolvimento da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)¹¹, na elaboração dessas diretrizes com promoção de eventos: encontros, fóruns e debates visando esse objetivo. (SOUZA, 2011). Ainda segundo o autor, foi pela primeira vez que a classe bibliotecária teve uma ação política tão intensa para consolidar a aprovação dessas propostas construídas coletivamente com dirigentes e professores de todas as escolas do País e representantes das escolas de países que fazem parte do MERCOSUL que, em conjunto, procuraram estruturar uma proposta curricular comum a esses países com uma preocupação de atender às peculiaridades de cada localidade, procurando fortalecer a profissão.

Como os demais cursos de bacharelado da UFPB, o de Biblioteconomia precisava construir o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), com o objetivo de subsidiar a reformulação do currículo, buscando verificar as novas demandas do mercado local, regional e da sociedade em geral, identificando as competências e habilidades do

⁹ Edital nº 4/97 da SESu/MEC. define o conjunto de elementos constitutivos que as diretrizes curriculares deveriam contemplar: perfil, competências e habilidades, conteúdos curriculares, duração dos cursos, estrutura modular, estágios e atividades complementares e conexão com a avaliação institucional. (BRASIL, 1997).

¹⁰ Comissão composta por especialista da área da Biblioteconomia criada pela SESu para formular as propostas de elaboração das Diretrizes Curriculares do Curso.

¹¹ A ABEBD foi criada em 1967 com a responsabilidade de planejar o desenvolvimento da formação biblioteconômica de sugerir e apoiar a construção de currículos e o desenvolvimento da formação profissional da categoria. Foi extinta em 2001, sendo substituída depois pela Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN).

profissional que desejava formar, os sistemas de avaliação, estágios, atividades complementares bem como sua articulação com a pesquisa e a extensão. (PROJETO... 2007).

Para atender a essa demanda, a Coordenação do curso em sintonia com a Pró-reitoria de Graduação criou uma comissão composta por professores que se responsabilizaram pela elaboração do PPP. Para dar início a essa tarefa, foram considerados os aspectos legais da política educacional em vigor bem como as normas vigentes da universidade, compatibilizando-as com o desafio da formação de um profissional capaz de pensar, decidir, planejar e executar as atividades informacionais em várias instâncias e níveis. Seguindo essas orientações, a elaboração do PPP teve como base os princípios orientadores das Diretrizes Curriculares. (PROJETO..., 2007).

Deste modo, O PPP reflete a posição que o curso de Graduação em Biblioteconomia ocupa no âmbito universitário e no contexto social, em termos de sua organicidade, habilidade e competência, apresentando o trajeto de formação de bibliotecárias/os, articulado à missão assumida historicamente pela UFPB. O novo currículo é o resultado de uma construção coletiva e de tomadas de consciência sobre a importância dessa tarefa educativa. O PPP foi aprovado pelo CONSEPE no dia 03 de fevereiro de 2008, através da Resolução n. 02/2008 que revoga a Resolução n. 75/83, estabelecendo a nova estrutura curricular para os ingressantes do curso a partir do período 2008.1. (RESOLUÇÃO..., 2008).

De acordo com a Resolução n. 02/2008 supracitada, o curso de Graduação em Biblioteconomia, da UFPB, tem 2.760 (duas mil, setecentas e sessenta) horas/aula, com a duração mínima de 10 (dez) e a máxima de 15 (quinze) períodos letivos para o turno noturno.

A sua composição curricular compreende disciplinas obrigatórias incluindo estágios curriculares, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e disciplinas optativas. A estrutura curricular que compõe o PPP do referido curso é resultante das Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pela Comissão de Especialistas e aprovada pela SESu. Esse currículo é dividido em seis áreas: Fundamentos Teóricos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Gestão de Unidades de Informação; Tecnologia da Informação e Pesquisa. (PROJETO..., 2007). Com base nessas áreas, cada curso de Biblioteconomia do País estruturou sua unidade curricular levando em consideração suas necessidades locais, mas sem perder de vista o mercado globalizado e a função social da Biblioteconomia.

Quadro 1 – Estrutura curricular do curso de Biblioteconomia UFPB

Áreas	Disciplinas
Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia	Ética da Informação Fundamentos Científicos da Comunicação Fundamentos da Biblioteconomia Fundamentos da Ciência da Informação História da Leitura e dos Registros do Conhecimento Informação, Memória e Sociedade. Leitura e Produção de Textos Lógica Formal Produção dos Registros do Conhecimento
Organização e Tratamento da Informação	Representação e Análise da Informação Representação Descritiva da Informação I e II Representação Temática da Informação I e II
Recursos e Serviços de Informação	Disseminação e Transferência da Informação Fontes Especializadas de Informação Fontes Gerais de Informação
Gestão de Unidades de Informação	Gestão da Informação e do Conhecimento Gestão de Coleções <i>Marketing</i> em Unidades de Informação Organização, Sistemas e Métodos em Unidades de Informação. Planejamento em Unidades de Informação Preservação e Conservação de Unidades de Informação Teoria Geral da Administração
Tecnologia da Informação	Automação em Unidades de Informação Geração de Bancos e Bases de Dados Tecnologia da Informação I e II
Pesquisa	Estatística III Estudo de Usuário da Informação Metodologia do Trabalho Científico Pesquisa Aplicada à Ciência da Informação Trabalho de Conclusão de Curso

Fonte: PPP/UFPB (2007).

Vale ressaltar que o PPP não é um documento definitivo; ao contrário, é dotado de um caráter dinâmico que possibilita a revisão constante de seus planos de ensino, de programas e de conteúdos, sempre que se fizer necessária uma renovação dos referenciais teórico-metodológicos, norteadores do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os interesses do curso, da formação profissional e das necessidades de inserção numa sociedade da informação e conhecimento mais justa e igualitária.

A cidade de Florianópolis

É capital do Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil. Grande parte dessa cidade (97,23%) está situada na Ilha de Santa Catarina compreendendo uma área de 433.317 km², dividida em 12 distritos e 85 bairros. De acordo com dados do IBGE, sua população é de 453.285 habitantes com uma densidade demográfica de 986 habitantes por km². Sua população tem formação miscigenada, na sua maioria de ascendência portuguesa, com destaque para os colonos açorianos, mas com parcela bastante significativa de outros povos como alemão, italiano, polonês, sueco, austríaco, espanhol, ucraniano, francês, dinamarquês, tcheco, grego e russo. (IBGE, 2012b).

Diacordo com Momm (2006), Florianópolis tem sua economia alicerçada principalmente no setor da tecnologia, que é o maior contribuidor de impostos, sendo responsável por mais de 45% do PIB no município. O parque tecnológico de Florianópolis é formado por cerca de 300 empresas, muitas delas atuantes no mercado internacional. O fato de ser uma capital cercada por praias, desperta a atenção dos turistas que encontram na cidade, além das belezas naturais, a infraestrutura de uma cidade grande, o que faz do turismo um dos principais geradores de emprego e renda do município. Se na alta temporada o turismo local volta-se para as praias da região, na baixa temporada Florianópolis torna-se ponto de encontro para eventos de negócios, como seminários e congressos.

Atualmente outro setor importante do desenvolvimento econômico local é a maricultura. O município é o maior produtor de ostras do Brasil gerando renda para várias famílias por meio de empregos diretos e indiretos. Destacam-se ainda as atividades do comércio, prestação de serviços e construção civil. Vale ressaltar que o índice de mortalidade infantil é um dos menores registrados no País de 9,2 óbitos para cada mil nascidos vivos e o IDH é de 0,847. O que faz de

Florianópolis a terceira cidade brasileira com maior índice de qualidade de vida. (MOMM, 2006).

A cidade, também conhecida como “paraíso natural” pela exuberância de seus atributos naturais, combina conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico com elevadas taxas de escolaridade e renda da população, possuindo uma das melhores universidades do País¹². Fato esse que vem atraindo muitas pessoas, em sua maioria, jovens que buscam uma cidade calma e bem servida em termos de serviços e educação; distante da agitação dos grandes centros urbanos. Com relação à oferta de vagas para o ensino superior, a cidade de Florianópolis conta com 18 Instituições de ensino superior; dessas somente 04 são públicas. (MOMM, 2006).

Caracterização da UFSC

Criada em 1960¹³, atualmente tem seis *campi*. Quatro funcionam em cidades do interior do Estado (Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau) e dois na capital: o Centro de Ciências Agrárias no Itacorubi e o *campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima localizado no centro da ilha, em um ponto estratégico da cidade, ladeado pelos bairros Trindade, Carvoeira, Serrinha, Pantanal e Córrego Grande. Ocupa uma área superior a 20 milhões de metros quadrados. A UFSC se destaca no ensino, na pesquisa, na produção científica e na extensão. Comprometida com o desenvolvimento da sociedade, a Instituição assume suas obrigações junto à comunidade transferindo os resultados de suas pesquisas em prol do desenvolvimento da comunidade na qual está inserida.

Consciente de suas responsabilidades nos desenvolvimentos humanístico e técnico-científico, a UFSC vem se sobressaindo, ao longo

¹² Levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo em 09 de set. de 2013 coloca UFSC entre as 10 melhores universidades do Brasil. A **UFSC aparece em primeiro lugar no Estado** e em sétimo no *ranking* geral. Atrás das Universidades de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Unicamp e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). A Universidade Federal do Paraná (UFPR) aparece em 9º no *ranking* geral. Notícia Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2013/rankinguniversitariofolha/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

¹³ Informações retiradas do site [WWW.ufsc.br](http://www.ufsc.br). 12 nov.2013

desses anos, como forte polo de formação e desenvolvimento de pesquisas da região. Além do ensino superior e da pós-graduação, atendendo a estudantes de toda parte do País e do exterior, a UFSC contribui também com o ensino básico através do núcleo de desenvolvimento infantil e do colégio de aplicação oferecendo da educação infantil ao ensino médio. (SOUTO, 2006).

A UFSC possui 57 departamentos e 2 coordenadorias especiais, os quais integram 11 Unidades Universitárias. São oferecidos 39 cursos de graduação entre os quais se encontra a graduação em Biblioteconomia, oferecida pelo *campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade desde 1976. Oferece ainda, 26 cursos de doutorado, 104 cursos de mestrado e 88 especializações. Com um total de 38.323 alunos matriculados. (SOUTO, 2006).

A Biblioteconomia na UFSC

O curso de Biblioteconomia da UFSC foi criado em 1973, através da Portaria de n. 208/73, expedida pelo Reitor dessa universidade, recebendo o reconhecimento do Conselho Federal de Educação, através do Parecer n. 3.129, de 8 de novembro de 1977 confirmado pelo Decreto Presidencial n. 81.144, publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro de 1978. (CALDIN et al, 1999).

No ano de 1976, visando apoiar o funcionamento do curso de Biblioteconomia, a formação, capacitação e o exercício da profissão, foi criado o Departamento de Biblioteconomia e Documentação vinculado ao Centro Socioeconômico. Em maio de 1979, esse departamento foi vinculado ao Centro de Ciências da Educação, no qual permanece até os dias atuais. Sendo que a partir de 1999 passou a denominar-se de Departamento de Ciência da Informação.

O currículo do referido curso passou por várias modificações ao longo dos anos. No início 1973 foi estruturado conforme o currículo mínimo de 1962, elaborado pelo Conselho Federal de Educação para o ensino de nível superior de Biblioteconomia. Em 1983, foi implantado o currículo mínimo obedecendo à Resolução n. 08/82 estabelecida pelo Conselho Federal de Educação a qual fixava os mínimos de conteúdo e duração do curso de Biblioteconomia em todo o País.

Em 1989, a coordenadora do curso remeteu à Câmara de Ensino um ofício sugerindo mudanças no currículo aprovadas no Colegiado do Curso, constituindo novo currículo para implantação a partir de 1990. A nova proposta tinha como missão “formar profissionais capazes de

trabalhar a informação de modo a atender às necessidades de informação da população". (CALDIN et al, 1999).

Em 2001, por meio do Parecer CNE/CES 492/2001 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de Biblioteconomia em cumprimento ao Decreto n. 4/97 da SESu, (conforma citado anteriormente). Nesse contexto, como ocorreu em todas as escolas de Biblioteconomia do País, foi formada uma comissão para elaboração do PPP do curso de Biblioteconomia na UFSC e com isso estabelecer a nova estrutura curricular. (PROJETO..., 2008).

O novo currículo do curso de Biblioteconomia da UFSC conta com cerca de 50 disciplinas englobando as optativas. Afora as disciplinas, é obrigatória a realização de um estágio de 270 horas que deve ocorrer na última fase do curso, em qualquer instituição que possua um acervo documental e que tenha o aval da coordenadoria de estágios do Departamento de Ciências da Informação. Como trabalho final do curso, o aluno elabora um relatório de Estágio Supervisionado e mais um TCC. (PROJETO..., 2008).

Quadro 2 – Currículo do curso de Biblioteconomia da UFSC

Áreas	Disciplinas
Disciplinas Instrumentais	Comunicação Inglês Instrumental Produção Textual Introdução à Sociologia para Biblioteconomia Relações Humanas Teoria Geral da Administração Estatística Aplicada Ética Profissional
Fundamentos de Biblioteconomia	Fundamentos de Biblioteconomia Evolução dos Meios de Informação e Comunicação Pesquisa Bibliográfica para Biblioteconomia Pesquisa em Biblioteconomia
Organização e Tratamento da Informação	Linguagens Documentárias Indexação Sistemas de Classificação Catalogação I, II Prática de Tratamento da Informação
Recursos e Serviços de Informação	Fontes de Informação I Serviços de Informação Referência
Gestão de Unidades de Informação	Gestão da Informação e do Conhecimento Gestão da Qualidade em Unidades de Informação Gestão Estratégica em Unidades de Informação Gestão de Documentos Organização de Unidades de Informação Estudos de Usuários e de Comunidades Formação e Desenvolvimento de Coleções Recuperação da Informação Informatização de Unidades de Informação Prática de Gestão
Monografia	TCC I e II
Estágio	

Fonte: Adaptação PPP/UFSC (2008) e do currículo disponível em:
<http://cin.ced.ufsc.br/files/2011/11/curriculoCurso.pdf>

A duração do curso é de no mínimo oito e no máximo quatorze semestres com uma carga horária de 2.880 h/a. O objetivo do curso é formar bibliotecárias/os com uma visão crítica da sociedade, capazes de atuar como profissionais da informação imbuídos do compromisso do seu papel social na promoção do acesso à informação, de natureza política, tecnológica, econômica, educacional, social, cultural e recreativa. O curso pretende formar profissionais conscientes da realidade do País, competitivos, críticos e criativos, que saibam se comunicar com o mundo à sua volta e que sejam capazes de interagir com as mudanças, de tomar decisões e de refletir sobre a realidade. (PROJETO..., 2008).

No decorrer do curso, os graduandos têm acesso tanto aos laboratórios de informática, cuja aprendizagem desponta como uma necessidade da área, como aos laboratórios de Restauração e Conservação de Documentos e de Tratamento da Informação. Este último é utilizado para o estudo e análise temática de conteúdos informacionais, caracterizando-se como uma oportunidade para aprender sobre diversos campos de conhecimento. (PROJETO..., 2008).

A Pós-graduação em Biblioteconomia na UFPB

Lato Sensu

Em 1977 houve a oferta do primeiro curso *lato sensu* “Especialização em Sistemas de Bibliotecas Públicas” direcionado para professores e bibliotecárias da UFPB. Em 1987, foi oferecido o curso de “Especialização em Estudo de Usuários” sobre uma temática que já era uma preocupação para a formação do bibliotecário, tratando da organização e processamento da informação. Na década de 1990, foi oferecido o “Curso de Especialização em Técnica de Arquivo” e em 2005, o de “Especialização em Gestão de Unidades de Informação”. Vale ressaltar que embora o objetivo desse curso seja formar para a vida profissional, algumas pessoas fazem a especialização visando ganhar mais conhecimentos para ingressar no mestrado. (COSTA et al, 2009).

Stricto Sensu

Em 1977, foi criado o Curso de Mestrado em Biblioteconomia (CMB) através da Resolução n. 203/77, do Conselho Universitário. Os argumentos para a implantação desse curso foram embasados na necessidade de criar espaço para o desenvolvimento de pesquisas,

aprofundamento do conhecimento técnico-científico em comunidades carentes do ponto de vista econômico, social e educacional bem como a formação de docentes que atendam à expansão e à melhoria do ensino e, ainda, a qualificação de especialistas para desenvolver atividades de planejamento e gestão de Sistemas de Bibliotecas Públicas. (CIÊNCIA..., 2007).

O CMB tinha duas áreas de concentração: Sistema de Bibliotecas Públicas, entre os anos de 1978 e 1987, e Biblioteca e Sociedade, entre os anos de 1988 e 1996. Em 1997, docentes/pesquisadores, em uma avaliação interna do curso, seguindo a tendência da expansão dos cursos de pós-graduação em nível nacional, a demanda local/regional e o perfil do corpo docente, decidiram com orientação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) transformar o referido curso em Mestrado em Ciência da Informação, alterando a área de concentração para Informação e Sociedade e as linhas de pesquisa para Informação e Cidadania e Informação para o Desenvolvimento Regional, permanecendo assim até 2001, quando foi suspenso o seu credenciamento. Durante o período de funcionamento foram aprovadas 50 dissertações na área de concentração Sistema de Bibliotecas Públicas, 46 em Biblioteca e Sociedade e 52 em Informação e Sociedade, totalizando 148 mestres. (CIÊNCIA..., 2007).

Em 14 de julho de 2006, a CAPES autorizou o funcionamento do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) em nível de Mestrado, que iniciou suas atividades em março de 2007. Tem como área de concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, contando com duas linhas de pesquisa: a) Memória, organização, acesso e uso da informação e b) Ética, gestão e política de informação. (COSTA et al, 2009). Em 2011, foi aprovado o Curso de Doutorado em Ciência da Informação conforme Resolução n. 15/2011 do CONSEPE. Tendo início seu funcionamento no segundo semestre de 2012.

A Pós- graduação em Biblioteconomia na UFSC

Lato sensu

Desde 1980, foi iniciada na UFSC a pós-graduação no campo da Ciência da Informação, através de cursos *lato sensu*. De acordo com

informações contidas no “manual do aluno”¹⁴ o primeiro curso oferecido foi o de Especialização em Biblioteconomia, com 03 edições, sucedendo a esse foram oferecidos: Especialização em Informação Tecnológica com 04 edições; Especialização em Organização e Administração de Arquivos com 03 edições; Especialização em Gestão da Informação; Especialização em Gestão da Informação para Competitividade; e o curso de Especialização em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais na segunda edição. Atualmente, está sendo oferecido o Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares¹⁵ no formato EaD - ensino a distância. Esse curso está na sua segunda edição.

Stricto Sensu

O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCIN)¹⁶ foi organizado na forma de mestrado e doutorado acadêmicos, tendo como objetivo: formar profissionais de alto nível, capacitados para o exercício de pesquisa e ensino superior, bem como para o exercício de outras atividades profissionais em instituições públicas e privadas no Campo da Ciência da Informação.

Com relação à sua regulamentação, tivemos que o Mestrado em Ciência da Informação foi reconhecido pela Portaria do MEC 1584/2003, de 20/06/2003 e o Doutorado em Ciência da Informação pela Portaria do MEC 1077/2012, tendo início em 2013.

Vale ressaltar que PPGCIN tem como área de concentração a “Gestão da Informação” e “[...] Visa enfatizar o estudo dos fenômenos relacionados aos processos centrais da gestão da informação, na perspectiva de localizar estes fenômenos, explorá-los, compreendê-los e explicá-los”.

Além disso, o PPGCIN pretende estudar as consequências desses fenômenos sobre as atividades relativas ao modo como as instituições e/ou indivíduos obtêm, usam, transformam, distribuem a informação para apoiar os seus objetivos na produção de conhecimento/ inovação e, como consequência, sua inserção no universo de produção econômica e social.

¹⁴ Manual do aluno disponível no site <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/manual-do-aluno/>> Acesso em: 29 nov. 2013.

¹⁵ Informações retiradas do site <<https://ead.ufsc.br/gestaobibliotecasescolares/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

¹⁶ Informações retiradas do site.<<http://pgcin.paginas.ufsc.br/objetivo/>>. Acesso em: em: 12 abr. 2014.

Comparando a Biblioteconomia: UFPB e UFSC

Observamos grandes avanços na trajetória do ensino de Biblioteconomia nessas duas universidades contando também com os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* que muito têm contribuído na formação desses profissionais. Com relação ao currículo implantado: UFPB e UFSC 2008; sem dúvidas, registrou-se um crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo das disciplinas ministradas incluindo disciplinas de cunho tecnológico e, principalmente, a inclusão da pesquisa com a obrigatoriedade de um TCC. No entanto, comparando os cursos de graduação nas duas cidades, detectamos que a UFSC apresenta um corpo de disciplinas maior nas áreas de gestão e tecnologias, com ênfase também para as atividades de pesquisa e extensão. Outro aspecto que nos chamou atenção, nessa universidade, que muito contribui para o fortalecimento dessa formação diz respeito aos Cursos de Especialização, pois além de serem oferecidos com grande frequência abordam várias temáticas e modalidades, o que os diferencia dos da UFPB.

Vale mencionar que os dados aqui expostos não são suficientes para identificar se a formação acadêmica desses profissionais está adequada às atuais demandas do mercado de trabalho nas referidas cidades nas quais estão inseridos. Porém, levando em consideração o panorama de desenvolvimento das duas regiões, acreditamos que os profissionais formados na UFSC estarão mais bem preparados para o mercado tanto pela infraestrutura do curso como pela visibilidade da Instituição. A UFSC¹⁷ encontra-se avaliada entre as dez melhores universidades do País, ocupando a 7ª colocação, como foi mostrado anteriormente, fato que favorece os profissionais que se formam nesta instituição a ingressarem no mercado de trabalho com mais poder de competitividade, pois além de uma melhor qualificação contam com o excelente nome da universidade no mercado. Ademais, comparando o contexto socioeconômico e cultural da cidade de João Pessoa com Florianópolis cidade situada numas das regiões mais desenvolvidas do País, podemos assegurar que esta oferece um mercado bem mais promissor para os profissionais da área.

¹⁷ Análise realizada pelo *Ranking* Universitário da Folha de S. Paulo ([RUF](#)), resultado publicado em 12 de março de 2013. Itens avaliados: Pesquisa, Internacionalização, Inovação, Ensino e Inserção no Mercado de Trabalho.

Biblioteca Central da UFPB *campus* I João Pessoa

A BC/UFPB é o mais importante espaço de informação e orientação nos diversos segmentos universitários de João Pessoa-PB, localizada no *campus* I, da UFPB na cidade de João Pessoa-PB. Tem como missão dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB.

A criação da referida biblioteca¹⁸ teve início em 1961, sendo sua primeira proposta elaborada pelo professor e bibliotecário Edson Nery da Fonseca; o projeto foi intitulado "Teoria da Biblioteca Central". A construção foi iniciada, mas não foi concluída. Foi instalada provisoriamente numa pequena sala do Instituto de Matemática, passando para a Biblioteca da Escola de Engenharia; posteriormente foi transferida para o prédio da antiga faculdade de educação e por fim para um edifício anexo ao da reitoria.

Somente no final de 1976 teve início o processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, a partir da junção do acervo das treze bibliotecas setoriais. A seguir, foi feita a contratação de bibliotecários, atualização do acervo de livros e periódicos, elaboração e aprovação do regulamento de funcionamento da biblioteca e finalização da construção do prédio definitivo com uma área construída de 8.500m².

Atualmente, a BC/UFPB funciona como a cabeça de um sistema, denominado de Sistemoteca que comporta todas as bibliotecas da UFPB (*campi* I, II, III e bibliotecas setoriais).

O Sistemoteca é considerado como um conjunto de bibliotecas integradas sob os mesmos aspectos funcional e operacional, tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades de coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. (UFPB, 1997, p. 37).

O regulamento do Sistemoteca foi aprovado pelo Conselho Superior da UFPB em 1980. Porém, para atender às mudanças que vêm se processando na universidade foi necessária uma atualização desse regulamento que veio oficializar-se em 2009, através da Resolução n^o

¹⁸ Informações retiradas do site <<http://www.biblioteca.ufpb.br/>>. Acesso em: 02 out. 2013.

31/2009¹⁹, na qual consta a aprovação de um novo regimento interno, elaborado por uma comissão composta por bibliotecárias, representantes das Bibliotecas de todos os *campis* que constituem o Sistemoteca e de docentes do Departamento de Ciência da Informação.

A BC/UFPB²⁰ é considerada como um dos órgãos suplementares da UFPB, sua estrutura organizacional é constituída por uma Diretoria, Vice-diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por três divisões, a saber: Divisão de Desenvolvimento de Coleções, Divisão de Processos Técnicos e Divisão de Serviços ao Usuário.

Serviços Oferecidos

- Seção de Referência – oferece aos usuários serviços como o de leitura de jornais diários, sala de digitação, visitas dirigidas, orientação na utilização de catálogos e busca da documentação no acervo. É responsável pelos programas e divulgação cultural, e sala de leitura do primeiro e segundo graus.
- Seção de Periódicos – oferece aos usuários acesso às publicações periódicas e seriadas nas diversas áreas do conhecimento científico, acesso ao portal de periódicos da CAPES.
- Coleções Especiais – oferece aos usuários acesso a documentos considerados especiais e de valor histórico, tais como: Coleção Paraibana, Coleção de Artes, Coleção Brasiliana, além de Teses, Dissertações, Monografias e serviços Braille.
- Seção de Informação e Documentação – oferece aos usuários serviços do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), orientação à normalização técnica de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), elaboração de fichas catalogação na fonte das dissertações e teses dos Programas de Pós-graduação da UFPB, orientação à recuperação de informação em diversas bases de dados como: Lilacs, Scifinder e Ebrary.

¹⁹ Resolução n° 31/2009, de 26 de maio de 2009. Aprova o Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB. João Pessoa, PB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2009/Runi31_2009.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

²⁰ Informações retiradas do *site* <<http://www.biblioteca.ufpb.br/>>. Acesso em: 02 out. 2013.

- Seção de Multimeios – É um serviço-fim, onde os recursos audiovisuais servem de subsídios aos docentes no processo de ensino e aprendizagem. Inclui-se também nesta seção a documentação bibliográfica microfilmada. Convém lembrar que esta seção é de oportuno auxílio aos alunos da UFPB, que poderão utilizar este material no recinto da BC ou retirando-o por empréstimo, para apresentação em seminários. De modo especial se beneficiam os alunos de Biblioteconomia, que têm oportunidade de lidar com material especializado através de estágios nesta seção ou de visitas supervisionadas.
- Seção de Circulação – oferece empréstimo domiciliar do acervo geral para estudantes regularmente matriculados, professores e funcionários ativos e inativos, todos pertencentes à UFPB.
- Serviços *online* – oferece consulta ao acervo, renovação de empréstimos, acesso a documentos eletrônicos disponibilizados através da Biblioteca Digital de Tese e Dissertação.

O sistema de automação utilizado na referida biblioteca é o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), implantado em maio de 2013 em substituição ao sistema OrtoDocs que havia sido implantado em 1995.

Quadro de Bibliotecárias/os

No período da pesquisa, o quadro era composto de 38 profissionais sendo 30 mulheres e 08 homens.

Biblioteca Central da UFSC *campus* Florianópolis

A BC/UFSC tem como missão “prestar serviços de informação às atividades de ensino, pesquisa e extensão e administração da UFSC, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida”²¹. Trata-se de uma biblioteca que funciona como cabeça de um sistema composto por oito bibliotecas setoriais. Sua estrutura organizacional é formada por Diretoria, Vice-diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por três divisões, a saber: Divisão de Desenvolvimento de Coleções, Divisão de Serviços ao Usuário e pela Divisão de

²¹ Informações disponíveis no *site*: < <http://portalbu.ufsc.br/>> em 04 out. 2012

Automação e Informática. Utiliza desde 1999 o Sistema Pergamum para gerenciar o acervo, cadastro de usuário, empréstimos e aquisição da coleção. O acervo está catalogado seguindo padrões da *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2) com classificação bibliográfica através da Classificação Decimal Universal (CDU). As obras estão protegidas por sistema antifurto, os espaços estão cobertos por sistema de vigilância eletrônica e devidamente sinalizados e possui rampa de acesso e banheiros para pessoas com deficiência. (SOUZA et al, 2002).

Foi criada em 1968, com a consolidação do *campus* universitário com o objetivo de reunir os acervos das faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Medicina, Filosofia, Serviço Social e Engenharia Industrial, e melhorar as condições de prestação de serviços e de melhoria do uso de informação pela comunidade universitária.

O prédio definitivo da referida biblioteca somente foi construído em 1976. A partir da Portaria 014/1982, essa biblioteca passou a coordenar o Sistema de Bibliotecas da UFSC o qual permitiu o aumento das bibliotecas setoriais. Em 1996, o prédio da Biblioteca Central foi ampliado em 3.594 m², resultando em uma área de 9.134m², sendo inaugurado em maio de 1996. (SOUZA et al, 2002).

Consolidando o processo de mudanças físicas e estruturais, a partir de 2007 a BC/UFSC passa por um processo de revitalização, destacando a climatização do espaço, sistema de iluminação inteligente, investimento significativo na aquisição de materiais bibliográficos impresso e digital, aquisição de novos equipamentos, computadores, instalação de rede *wireless*, máquinas de autoatendimento (Empréstimo/Devolução), *scanner* planetário, instalação de arquivos deslizantes para organizar o acervo e aperfeiçoar os espaços. Tais equipamentos também foram disponibilizados para as bibliotecas setoriais. Também nesse período, a Biblioteca Central passa a gerenciar o Portal de Periódicos UFSC.

Serviços oferecidos

Como forma de participar e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem e com os projetos de pesquisas desenvolvidos pela comunidade universitária, a BC/UFSC oferece diversos produtos e serviços²², dentre eles:

²² Informação retirada do *site*: < <http://portalbu.ufsc.br/>> em 04 out. 2012

- empréstimo domiciliar;
- serviços de alerta via *e-mail* (empréstimo, devolução, aquisição, reserva);
- renovação e reservas de livros, tutoriais para o uso de bases de dados, *e-books*, periódicos *online*;
- atendimento aos usuários na recuperação de informações (presencial e virtual);
- consulta à *Internet* e *e-mail* (espaço de inclusão digital);
- consulta ao catálogo da biblioteca – Pergamum;
- empréstimo de *netbooks*;
- empréstimo interbibliotecário;
- cobertura *wireless*;
- comutação bibliográfica;
- programa de capacitação de usuários (bases de dados, portal CAPES, normalização, gerenciadores bibliográficos, portal da BU, sistema Pergamum, etc.);
- portal CAPES (restrito ao IP institucional);
- orientação no acesso a bases de dados, personalizado em grupo e através de tutoriais e videoaulas no *site* da biblioteca;
- orientação na normalização de trabalhos técnico-científicos (ABNT), através de tutorial e videoaulas no *site* da Biblioteca;
- visitas orientadas com apresentação de vídeo da biblioteca, apresentação da página da biblioteca, circulação em todos os ambientes;
- catalogação na fonte;
- intercâmbio e permuta de publicações da UFSC e duplicatas;
- assessoria na solicitação do ISBN e ISSN;
- assessoria aos editores do Portal de Periódicos UFSC (Sistema SEER, Normalização, Indexação, e Submissão de periódicos nas Bases de dados e Diretórios);
- acesso e consulta a bases de dados, diretórios e portais, que disponibilizam o conteúdo ao texto completo de coleções de periódicos, *e-books*, capítulos de livros, obras de referência, normais técnicas, patentes e imagens tridimensionais em alta resolução, a saber: *African Newspaper*; Atheneu Dot.lib; Biblioteca Virtual 3.0; Coleção da ABNT; Dynamed – Medicina baseada em evidências; *Ebrary Academic Complete with DASH*; *EBSCOhost*; Greenr; *IEEE Xplore Digital Library*; *Nature Nanotechnology*; Portal de Jornais *Newspaper*; Portal de

Periódico da CAPES; *Proquest*; *Scientific & Medical Art Image*; *SpringerLink*; *Ulrichsweb*; *Uptodate*; vlex – Base da área de Direito; *Wiley online Library*; Zahar Dot. lib.

Quadro de Bibliotecárias/os

Compreende 32 profissionais sendo 25 mulheres e 07 homens.

1.2.2 Traçando o caminho da pesquisa

Para melhor compreender esse processo, dividimos a pesquisa em três partes:

A primeira parte consta de duas etapas: levantamento de informações nas fontes documentais sobre a perspectiva de gênero na Biblioteconomia para saber em que estado se encontra o tema proposto e que estudos foram desenvolvidos a respeito do mesmo; e da pesquisa de campo que consiste no recorte empírico para se conseguir informações acerca do problema posto na pesquisa, com aplicação das entrevistas.

A segunda parte trata do corpus da tese composto das análises e interpretação do material obtido na pesquisa, comparando e confrontando com o referencial teórico. Essa parte está dividida em três capítulos; e a terceira parte compreende os resultados e conclusões da pesquisa.

1.2.2.1 Levantamento de informações sobre a temática “gênero na Biblioteconomia”

Buscamos na literatura o que foi publicado sobre essa temática, através de um levantamento de informações nas seguintes fontes: Portal de Periódicos da CAPES²³ onde foram pesquisadas as bases LISA e *Web of Science*. Foram pesquisadas ainda, a base de dados SciELO, a base de dados BRAPCI, o banco de teses e dissertações da CAPES, e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizamos para essa busca os seguintes descritores: Gênero e Biblioteconomia, Gênero e Bibliotecário/a, Gênero e Profissional da Informação; *Gender and Librarianship*, *Gender and Librarian*, *Gender and Information Professional*.

²³ [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior](#)

O portal de periódicos da CAPES²⁴ foi escolhido por reunir e disponibilizar a produção científica nacional e internacional. Conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O Portal de Periódicos foi criado tendo em vista o déficit de acesso, das bibliotecas brasileiras, à informação científica internacional, dentro da perspectiva de que seria demasiadamente caro atualizar esse acervo com a compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema superior de ensino federal. Foi desenvolvido, ainda, com o objetivo de reduzir os desnivelamentos regionais no acesso a essa informação no Brasil. Ele é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro. Esse portal atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Tem como missão promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil por meio da democratização do acesso *online* à informação científica.

O *Library and Information Science Abstracts* (LISA) é a base de dados mais completa no campo da Ciência da Informação e áreas relacionadas, pois indexa periódicos de cobertura internacional. Desde a sua criação em 1969, tem em conta uma série de critérios-padrão, por exemplo, normas de publicação, pontualidade, conteúdo editorial, revisão por pares, e uma diversidade internacional de dados de autoria e de citação. Tem um público diversificado, incluindo pesquisadores, profissionais da informação, estudantes e funcionários de bibliotecas.

O *Web of Science* é uma base de dados referencial multidisciplinar que está integrada à base *ISI Web of Knowledge*. Disponibiliza acesso a mais de 11.000 títulos de periódicos. Oferece ferramentas para análise de citações, referências, índices, permitindo análises bibliométricas. A busca pode ser feita por autor, por referência, por tópico, por título, entre outras possibilidades. SciELO²⁵ é uma base de dados, resultante de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro

²⁴ Informação disponível em:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pinstitutional&Itemid=69>. Acesso em: 12 mar.2013

²⁵ Informação disponível em:< <http://www.scielo.org>>. Acesso em: 12 mar.2013.

Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos. Disponível a partir de 1997, a SciELO é uma biblioteca eletrônica que agrupa um grande número de periódicos brasileiros organizada com o objetivo de promover a inclusão da produção literária científica brasileira no circuito internacional.

A base de dados BRAPCI²⁶ referencia artigos de periódicos da área de Ciência da Informação. Seu objetivo é subsidiar estudos na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os títulos de periódicos da área e indexados seus artigos. Essa base de dados amplia o espaço documentário, facilitando a visão da produção científica da área, ao mesmo tempo em que revela especificidades do domínio científico. Até o momento desta pesquisa, essa base contabilizava 6.822 textos publicados em 35 periódicos nacionais impressos e eletrônicos.

O banco de teses e dissertações da CAPES²⁷ armazena e disponibiliza os resumos das teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do País, a partir de 1987. As informações são fornecidas diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. A ferramenta permite a pesquisa por autor, título e palavras-chave.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT²⁸ integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras; possibilita que a comunidade brasileira de C&T disponibilize as teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.

A busca foi feita pelos indexadores, referidos anteriormente, usando as ferramentas de refinamento de pesquisa, disponibilizadas nas bases. Em seguida, lia-se o resumo e caso se enquadrasse à temática da pesquisa, era referenciado e quando possível recuperado o texto completo. O número de documentos recuperados foi bem elevado. No entanto, após uma triagem, levando-se em consideração a precisão dos

²⁶ Informação disponível em: <

<http://www.deolhonaci.com/news/base-de-dados-bra>>. Acesso em: 12 mar.2013.

²⁷ Informação disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 12 mar.2013

²⁸ Informação disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 12 mar.2013.

textos revocados com os objetivos propostos, na presente pesquisa, somente nove documentos publicados em português e vinte e sete em línguas estrangeiras foram selecionados. Vale ressaltar que muitos dos trabalhos recuperados foram dispensados por tratar a temática sob outras perspectivas como: uso, acesso e produção da informação por mulheres; participação feminina e masculina em vários contextos sociais; variáveis sobre sexo, ou seja, o uso do gênero como sinônimo de sexo e, ainda, outros trabalhos que, embora abordando questões sobre o gênero, propõem outras discussões.

Espírito Santo (2008), em levantamento sobre estudos de gênero na Ciência da Informação, detectou que são poucos os pesquisadores interessados pela temática, apesar de todas as facetas dos estudos da informação ter implicações nas relações de gênero e vice-versa; fato esse já comprovado por Ferreira (2003). Para a autora, a literatura da área com enfoque nas questões de gênero resume-se a alguns artigos que não aprofundam a temática.

1.2.2.2 A entrevista como Instrumento de coleta de dados

A entrevista é um instrumento de pesquisa que permite incluir informações simples e detalhadas sobre o processo social. Conforme Duarte (2004, p. 219), quando o pesquisador faz uso da entrevista como instrumento de pesquisa deve explicitar sempre:

- a) as razões pelas quais optou pelo uso daquele instrumento;
- b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados;
- c) número de informantes;
- d) quadro descritivo dos informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc.
- e) como se deram as situações de contato (como os entrevistados foram convidados a dar seu depoimento, em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas, como transcorreram etc.);
- f) roteiro da entrevista (de preferência em anexo) e,
- g) procedimentos de análise (anexando, no final do texto ou relatório, cópia de uma das transcrições – desde que não haja necessidade de preservar a identidade do informante).

Assim sendo, nesta pesquisa em virtude de ter como foco central um evento específico, optamos pela entrevista temática que,

segundo Delgado (2006, p. 22), pode “[...] compor um elenco específico vinculado a um projeto de pesquisa, de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutoramento”. Neste caso, as entrevistas “fornecerão elementos, informações, versões e interpretações sobre temas específicos [...]”. Também de acordo com Cortes (1998, p. 18), esse tipo de entrevista se baseia em “questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema proposto [...]”. Isso favorece a obtenção de bons resultados na pesquisa.

Em relação à quantidade de entrevistados, seguimos a orientação de Alberti (1990), elencando critérios qualitativos e não quantitativos. Nesse sentido, a autora nos ensinou que:

É somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. Assim, a decisão sobre quando encerrar a realização de entrevistas só se configura à medida que a investigação avança. (ALBERTI, 1990, p. 36).

Ainda, sobre a operacionalização das entrevistas a autora recorrer ao conceito de "saturação formulado por Daniel Bertaux. De acordo com esse autor, há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa”. (ALBERTI, 1990, p. 36).

Segundo Turato et al (2008, p.17), a saturação de informações pode ser definida como “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados”.

Tendo por base essas recomendações, fixamos um número de seis entrevistas em cada biblioteca, número considerado suficientemente representativo para alcançar resultados consistentes na pesquisa.

Quanto às etapas e procedimentos de aplicação da entrevista, esses foram planejados pela pesquisadora em articulação com seus entrevistados. Para auxiliar na condução da entrevista foi preparado um roteiro semiestruturado composto de vinte e duas perguntas, organizadas

em duas partes: a primeira constituída de quatro questões referentes à identificação das/os entrevistadas/os, como: sexo, formação acadêmica, faixa etária e o tempo de exercício na profissão; a segunda parte está relacionada à perspectiva de gênero na profissão, com dezoito perguntas norteadas por questões referentes ao tema. (ver Apêndice A).

1.2.2.2.1. Procedimentos da aplicação das entrevistas

Após a identificação do ambiente da pesquisa foi realizada uma reunião com as bibliotecárias diretoras de cada biblioteca²⁹ para uma apresentação formal da pesquisadora, momento em que se falou sobre a técnica e instrumento da pesquisa: a aplicação das entrevistas com as bibliotecárias. Também, nessas reuniões, foram confirmadas e acrescentadas informações inerentes à realização da pesquisa. Além de formalizar a presença da pesquisadora, estabeleceu-se uma aproximação da mesma com os sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas *in loco* pela pesquisadora. Objetivando estabelecer uma interação entre a pesquisadora e o informante, antes de começar a entrevista, houve uma breve introdução a respeito da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa. Em seguida, por meio da assinatura de um “termo de consentimento livre e esclarecido”, todas/os as/os entrevistadas/os autorizaram a gravação e a transcrição de sua entrevista. Além do objetivo da pesquisa, o referido termo contém uma informação que expressa a garantia da privacidade da/o entrevistada/o e uso dos dados exclusivamente para a pesquisa. Todos os termos foram preenchidos e assinados em duas vias, ficando uma via com cada parte (ver Apêndice B). As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2012 e março de 2013. Todas as entrevistas foram gravadas em arquivos de áudio no formato mp3, com auxílio de um *Tablet Samsung Galaxy Tab 10.1 P5100*. As respostas colhidas nas entrevistas foram transcritas e depois analisadas.

Não houve priorização por sexo do profissional visto que a escolha das/os pesquisadas/os, em cada biblioteca, ocorreu no sistema de rede no qual o primeiro sujeito foi uma escolha aleatória e a partir desse cada entrevistada/o indicava o seguinte. Vale mencionar que esse procedimento foi iniciativa da pesquisadora por entender que os sujeitos da pesquisa conheciam melhor seus colegas e sabiam quem melhor poderia contribuir com a pesquisa.

²⁹Sônia Suely Araújo Pessoa Bibliotecária Diretora da BU/UFPB; Dirce Maris Nunes da Silva, Bibliotecária Diretora da BU/ UFSC.

Com relação à realização das entrevistas, essas geralmente aconteceram no local de atuação da/o entrevistada/o. Esse entendimento de realizar a entrevista no setor de trabalho foi tomado por parte dos participantes da pesquisa que não quiseram se ausentar dos seus setores de trabalho. Medida essa considerada pela pesquisadora como positiva, pois demonstrou por parte dos sujeitos uma preocupação e um respeito para com as rotinas de trabalho do setor.

Como todo processo metodológico, os relatos produzidos pela história oral estarão sujeitos aos mesmos procedimentos críticos de outros métodos de pesquisa, ou seja, o/a pesquisador/a deve, concomitantemente à realização das entrevistas, tecer críticas internas e externas, aos processos propostos, e também, fazer avaliações constantes na elaboração das transcrições a fim de evitar falhas e incorreções no conteúdo dos depoimentos. (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004). Esses cuidados foram respeitados pela pesquisadora no desenvolvimento desta pesquisa.

1.2.2.2.2 Processamento dos dados das entrevistas para análise

O processamento dos dados das entrevistas e também sua análise envolvem: transcrição, conferência, organização e procedimento para análise dos dados.

Transcrição

Transcrição é a transformação do depoimento gravado em texto. Esse procedimento é fundamental para a interpretação e análise das informações concedidas pelo entrevistado. Portanto, após a escuta e o arquivamento de uma cópia das entrevistas foram realizadas as transcrições. Apesar de não ser possível uma leitura neutra, procuramos transcreever as entrevistas de forma atenta às recomendações de Thompson (2002, p. 295), que afirma o seguinte: “Ao passar a fala para forma impressa, o historiador precisa, pois, desenvolver uma nova espécie de habilidade literária que permita que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado do original”. Por isso, procuramos fazer o mínimo de alterações, para poder respeitar o conteúdo das falas da/o entrevistada/o preservando estilos e sintaxe para privilegiar a subjetividade, a imaginação, a arte verbal dos seus narradores, resguardando os princípios metodológicos da história oral que tem uma preocupação que vai além dos conteúdos narrados pelos sujeitos. (PORTELLI, 1997; THOMPSON, 2002).

Conferência

Depois de transcrita, realizamos uma conferência de fidedignidade, ou seja, ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos. Este procedimento ajuda a corrigir erros e a reavaliar os rumos da investigação. (ALBERTI, 1990).

Organização dos dados

A organização dos dados é o processo de tomar o conjunto de informações recolhidas nas entrevistas e ordená-las em grupos ou eixos temáticos articulados aos objetivos centrais da pesquisa. (DUARTE, 2004). Segundo Colognese e Melo (1998, p. 153), quando se utiliza a entrevista como instrumento de pesquisa, “[...] é necessário elaborar categorias que permitam a leitura seletiva do texto.” Esse processo deve ser orientado pela problemática e pelas hipóteses da pesquisa, ou seja, não pode ser realizado de forma aleatória. Para Cortes (1998, p. 33), as categorias temáticas devem ser criadas a partir de um conhecimento prévio do material a ser tratado, levando em conta os objetivos da pesquisa e a revisão de literatura. A autora aduz que um bom procedimento de análise depende do processo de escolha das categorias.

São elas que estabelecem os vínculos entre o problema de pesquisa e os resultados, e, portanto viabilizam a verificação das hipóteses. As categorias devem ser **exaustivas**, isto é, o conjunto do conteúdo a ser classificado deverá sê-lo em sua totalidade. A decisão sobre o que classificar, refere-se à possibilidade de certos trechos serem excluídos da análise, por serem irrelevantes. No entanto, mesmo estes trechos podem ser agrupados, em uma categoria que pode ser denominada, "irrelevante" ou "outro". Se a quantidade de material assim classificada for significativa, isto pode ser um indicador de classificação imprópria. As categorias devem ainda ser **exclusivas**, ou seja, um elemento - trechos de um texto, momentos de um processo observado - não deve pertencer a diversas categorias. Além disso, elas devem ser **objetivas** o suficiente para que diferentes codificadores classifiquem os diversos elementos nas mesmas categorias. Sobretudo elas devem ser **pertinentes**, isto é, elas devem estar relacionadas tanto com os objetivos da pesquisa, quanto com o conteúdo a ser tratado. (CORTES, 1998, p. 33 grifo nosso).

Desse modo, seguindo a orientação das/os autoras/es citadas/os, elaboramos quatro categorias com base nos objetivos da pesquisa, agrupando as questões por afinidades temáticas. Foi necessário reorganizar as questões da pesquisa em blocos representando as subcategorias, agrupadas de acordo com as semelhanças dos conteúdos.

Categoria 1 – Interferência de gênero na profissão

- Por que você escolheu essa profissão?
- Teoricamente os baixos *status* e prestígio na Biblioteconomia têm sido atribuídos à predominância de mulheres na profissão. O que você acha desta afirmativa?
- Quais as causas dos preconceitos relacionados à profissão?
- A literatura mostra que o exercício da profissão requer algumas características, ainda, definidas como de mulher: zelo, dedicação, gentileza entre outras. Você concorda ou discorda disso? Por quê?

- Você entende que o aumento de homens na profissão pode modificar a visão estereotipada, ainda, presente na Biblioteconomia. Por quê?
- Durante sua vida profissional você sofreu algum tipo de discriminação por exercer essa profissão? Daria para citar algum caso?
- Ultimamente, percebe-se um aumento de homens ingressando na Biblioteconomia. Em sua opinião, por que isso tem ocorrido e como você vê isso para profissão?

Categoria 2 – Interferência de gênero no mercado de trabalho da bibliotecária

- Você sente que tem ocorrido alguma mudança no mercado de trabalho e que mudanças são essas? Há relação com o aumento de homens na profissão?
- Você considera que as mulheres e os homens (bibliotecárias/os) possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho?
- Quais as competências você julga fundamentais nessa profissão?
-

Categoria 3 – Divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia

- Cite algumas atividades da Biblioteconomia que você entende que seriam desenvolvidas mais adequadamente pelo sexo oposto ao seu. Por quê?
- Nessa biblioteca apesar da predominância feminina, estatisticamente tem mais homens exercendo funções. Em sua opinião, por que isso acontece?
- O que você considera que define a progressão funcional dentro de uma biblioteca? Em sua opinião, há preferências em função do sexo da pessoa?

Categoria 4 – Relação mulher e homem na profissão

- Em sua opinião, quem melhor desenvolve as diversas atividades da Biblioteconomia, o homem ou a mulher?
- Quais são as facilidades e/ou dificuldades que você percebe no que diz respeito ao relacionamento homem/mulher no exercício da profissão?
- Prefere trabalhar com qual dos sexos? Por quê?

Vale ressaltar que os dados da primeira parte da entrevista referentes à identificação das/os entrevistadas/os foram expostos em um único quadro demonstrativo apresentando, assim, um panorama de informações valiosas sobre os sujeitos da pesquisa.

Procedimento para as análises dos dados

A análise dos dados de uma pesquisa é o momento de produção de um conhecimento novo, construído através da compreensão, interpretação e explicação do conjunto de informações recolhidas na pesquisa, comparando-os com as teorias existentes a fim de se obter a resposta do problema proposto. Assim sendo, o procedimento de análise das entrevistas deve estar vinculado às questões propostas pelo projeto que as motivou. (DELGADO, 2006, p. 29). Para a autora,

O maior desafio da análise das entrevistas consiste no fato de, valendo-se de depoimentos individuais e, por decorrência, singulares, construir evidências e estabelecer correlações e análises comparativas que possam contribuir para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados da melhor forma possível.

Conforme Colognese e Melo (1998, p. 157), as argumentações e explicações que servem de prova, nas análises das entrevistas, podem ser apresentadas de duas maneiras: por demonstração numérica ou por citações de blocos temáticos. No primeiro caso “trata-se de confirmar tendências, sobre a incidência maior e menor de indicadores de pesquisa, cujos dados podem ser apresentados através de tabelas, quadros e gráficos.” No segundo caso a problemática das questões são reveladas nas citações de blocos temáticos. Contudo em ambos os casos, o fundamental é explicitar ao leitor o tipo de prova que se está

usando. Assim sendo, para análise das entrevistas, nesta pesquisa, optamos pela citação de blocos temáticos considerando a recomendação dos autores que não é o número de citações que vai qualificar as provas, mas saber escolher as que atendam a pesquisa com maior intensidade.

1.3 Estruturação do texto

Após a introdução, onde se apresentam a pesquisa, a formulação do problema, os objetivos, as hipóteses, a relevância do tema e os procedimentos metodológicos, dividimos esta tese em mais quatro capítulos e as conclusões.

O primeiro capítulo tem por finalidade delinear o objeto de pesquisa, apresentar conceitos e correntes teóricas sobre perspectiva de gênero, seus usos como categoria de análise, no trabalho, e nas profissões. Ainda, nessa parte, abordaremos o gênero na Biblioteconomia com base na literatura da área, contrapondo e dialogando com os resultados obtidos na presente pesquisa.

No segundo capítulo será apresentada a feminilização do trabalho, fazendo uma abordagem sobre a interferência de gênero nas carreiras e profissões, historicizando a Biblioteconomia, uma profissão que nasce masculina, exercida por intelectuais, amantes dos livros geralmente teólogos, filósofos e literatos cuja função tinha como base o armazenamento e preservação do patrimônio da humanidade; fase que durou até início do século XIX. Tornou-se predominantemente feminina baseada em técnicas de processamento e organização de documentos e, atualmente, observamos uma procura de homens pela profissão, contudo, a pesar de ser uma busca gradual, estatisticamente, ainda é pouco significativa.

No terceiro capítulo, apresentamos informações sobre a profissão, desde seu nascedouro, uma formação mais erudita, herança humanística da escola francesa à formação técnica concebida pela escola norte-americana. Abordamos, ainda, a contribuição das mulheres na construção dessa profissão; apontamos dados sobre o mercado de trabalho, estimando competências e habilidades necessárias às bibliotecárias para engajar-se no mercado, comparando resultados da pesquisa com a literatura da área e contextualizando-os com as questões de gênero.

No quarto capítulo, analisamos o material empírico, articulando as argumentações e reflexões recolhido nos depoimentos com o referencial teórico de modo a alcançar os objetivos propostos, bem como responder às perguntas norteadoras da pesquisa.

Por último, apresentamos as considerações finais no intuito de sintetizar e discutir os argumentos apresentados ao longo da tese. Tais considerações traduzem nossas interpretações sobre as respostas dadas por nossas entrevistadas evidenciando alguns outros elementos considerados relevantes durante o processo da pesquisa

2 PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO OBJETO DE PESQUISA

Neste capítulo abordamos o conceito, correntes teóricas e perspectiva de gênero, seu uso como categoria de análise. Tratamos das relações entre gênero e trabalho e gênero nas profissões. E ainda, nessa parte, discorreremos sobre o gênero na Biblioteconomia com base na literatura da área.

2.1 Refletindo sobre o gênero

Para um melhor delineamento do termo gênero, buscamos compreender as distinções entre os conceitos de gênero e sexo visto que, várias vezes, são entendidos equivocadamente, como sinônimos. Carvalho e Tortato (2009, p. 24) afirmam que:

“Sexo” é um dado biológico e “gênero”, uma construção cultural. É preciso deslocar o sexo do gênero para entender as questões culturais que envolvem os comportamentos e características femininas e masculinas nas mais diferentes sociedades e culturas. Considerar o gênero como uma contingência do sexo biológico é uma postura reducionista, pois torna limitado o desenvolvimento total das pessoas, direcionando-as aos ditames da natureza, levando a interpretações universais que não cabem nos fatos próprios da cultura.

Louro (1996, p. 8) complementa esse conceito afirmando o seguinte: enquanto “o sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, o gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino.” Em outras palavras, é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações e, possui uma arraigada carga social e histórica. Por esse motivo, torna-se um poderoso instrumento de debates.

A abordagem sobre gênero tem uma trajetória histórica que acompanha os movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas na luta por seus direitos. Com o uso desse termo, esses movimentos queriam mostrar que “[...] as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do

“sexo” como questão biológica, mas sim eram definidas pelo gênero e, portanto, ligadas à cultura”. (PEDRO, 2005, p. 78).

O gênero é a construção social do masculino e do feminino e é a partir dessa categoria que se estabelecem parâmetros de distinção entre os seres humanos, homens e mulheres. “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”. (SAFFIOTI, 1987, p. 8). Ainda segundo a autora, geralmente todas essas características atribuídas a homens e mulheres são decorrentes do processo de normalização dos comportamentos, devido à força das estruturas socioculturais e políticas que as produzem, as quais ainda estão sob a crença da supremacia do masculino. (SAFFIOTI, 2004).

Para Lauretis (1994), “a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação”. A autora explica que:

O sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. (LAURETIS, 1994, p. 212).

Sob essa ótica, embora possa variar de significados de uma cultura para outra, “o sistema sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade”. Representa não um indivíduo e sim uma relação social; representa um indivíduo que pertence a um grupo, uma categoria, uma classe. (LAURETIS, 1994, p. 210)

Scott (1995, p. 86) conceitua gênero em duas proposições: a primeira como sendo “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e, a segunda coloca o gênero como “o primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Para explicar a primeira proposição, a autora elege quatro aspectos: -- os sistemas simbólicos culturalmente disponíveis que evocam as representações simbólicas como, por exemplo, Eva e Maria como representação da mulher; -- os conceitos normativos expressos nas

doutrinas religiosas, educacionais, científicas, políticas ou jurídicas que servem para afirmar as interpretações do sentido dos símbolos; -- as representações expressas na política, nas instituições e nas organizações sociais que mostram a amplitude da categoria de gênero e, por último, a identidade subjetiva. Quanto ao segundo elemento, a autora mostra que o gênero representa uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade.

Diante dessa perspectiva, podemos considerar que a forma como nos constituímos como homem ou mulher resulta dos discursos, das ações, da cultura e da história estabelecidos de acordo com as normas de uma determinada sociedade que, por sua vez, são impregnadas de valores, de atributos, privilégios e limitações, fundamentados nos aspectos biológicos. Nessa contextura, os indivíduos com suas interações vão estabelecendo expectativas do que é socialmente convencional para um homem e para uma mulher e são nesses arranjos sociais que se produzem “as relações desiguais entre os sexos”. (LOURO, 2010, p. 22).

Assim sendo, gênero serve para explicar as relações sociais, culturais e historicamente construídas referentes às divisões hierárquicas entre homens e mulheres. Portanto, para se compreender o lugar e as relações de homens e mulheres em uma sociedade é preciso observar não exatamente as características sexuais dos indivíduos, mas o modo como essas características são “[...] representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas [...]”. Efetivamente, são essas representações que vão construir o que é feminino ou masculino perante a sociedade. (LOURO, 2010, p. 21).

Considerando gênero como uma construção social, estabelecida no contexto social, político e econômico de cada sociedade e que as relações sociais são norteadas pelo poder, Macêdo (2003, p. 18) assinala que “os papéis de gênero são tomados como um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens”. Esses papéis só podem ser analisados de forma relacional entendendo que a história das mulheres não pode ser tratada separadamente da história dos homens. Scott (1995) adverte que nos estudos de gênero deve-se observar principalmente como as representações de masculinidade/feminilidade estão presentes nos contextos e nas relações sociais. A autora argumenta, ainda, que o termo gênero introduz uma noção relacional, o que afasta de uma visão generalizada a respeito do homem e da mulher em separado, tendo em vista que os sujeitos se reproduzem em relação e na relação. Desta forma, estudar as mulheres separadas de homens perpetua o mito de que as experiências de um sexo são diferentes das do outro.

Essa questão é evidenciada por Saffioti (1992, p. 193). Para a autora, os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. Sendo assim, a construção do gênero se dá através da dinâmica das relações sociais. Portanto, “não basta que um gênero conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade. É imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero”. Louro (2010), em conformidade com essa ideia, assinala que as desigualdades entre os sujeitos precisam ser vistas no âmbito social, na história, nas condições de acesso aos recursos disponíveis na sociedade, nas formas de representações, pois, são nesses espaços que estas (as desigualdades) se constroem e se reproduzem e não nas diferenças sexuais. Portanto, uma visão binária masculino/feminino tende a continuar o pressuposto de um se sobrepondo ao outro. Dessa forma, os estudos de gênero não devem limitar-se, apenas, aos estudos de ou sobre mulheres, mas devem incluir também a discussão em torno dos homens na perspectiva de desconstruir essa dicotomia.

Costa (1998, p.186) também defende o caráter relacional nos estudos de gênero, para afirmar que os estudos sobre “(homens e mulheres e/ou homens ou mulheres) devem considerar as percepções sobre masculino e feminino como dependentes, ao mesmo tempo, que constitutivos das relações sociais [...]”. No entanto, esses estudos não devem necessariamente, se compor de homens e mulheres simultaneamente; nesse caso, pode reafirmar um caráter indenitário que não existe.

Do ponto de vista de Cappelle et al (2004), o gênero deve ser entendido dentro de um contexto mais amplo, que abrange as múltiplas instâncias e relações sociais, (discursos, organizações, doutrinas e símbolos). Esses elementos tanto são instituídos pelo gênero como também os instituem, resultando em diversos movimentos que formam uma rede complexa de ações e reações, em que se distribuem e se articulam constantemente relações de poder. E, apesar do conceito de gênero ser usado tanto para distinguir as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre elas e eles, passou a ser usado no movimento feminista, como proposta de “mudanças nas relações de poder tanto no âmbito público como no privado, procurando abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais”. (CARLOTO. 2002. p. 204).

Convém mencionar, ainda, que os estudos envolvendo a temática de gênero surgiram a partir da constatação social da desigualdade de direitos entre homens e mulheres. Conforme Grossi (1998, p. 2-3) “os estudos de gênero são uma das consequências das

lutas libertárias³⁰ dos anos 60”, quando as mulheres perceberam que, mesmo lutando em pé de igualdade com os homens nos movimentos sociais, seu papel sempre era considerado inferior aos desempenhados pelos homens. Pois, mesmo sabendo que todos os direitos conquistados, a exemplo de direito ao voto nos anos 30, o acesso gradual às profissões, a entrada nas universidades, entre outros, foram objeto de discussões conduzidas por mulheres, ainda assim, a participação das mulheres, por real que fosse, permanecia invisível.

A autora argumenta ainda que nas primeiras práticas do movimento feminista “se pensava que havia um problema da mulher que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres”, por isso o campo de estudo atualmente denominado de “gênero ou relação de gênero”, foi conhecido como estudo sobre a mulher década de 1970, quando retratava a condição feminina de opressão fruto de uma ideologia patriarcal. E, posteriormente na década de 1980, quando se observava “[...] que não era possível falar de uma única condição feminina no Brasil, uma vez que existiam inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras.” Esse estudo passou a ser conhecido como estudo sobre as mulheres. Pedro (2011, p. 271) em seus questionamentos sobre a maneira como os movimentos feministas se apropriaram das categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” detectou que houve um deslocamento linear no uso de cada categoria;

Assim nos anos 1970, a categoria seria a de “mulher”, pensada como a que identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical. Os anos 1980 seriam aqueles identificados com a emergência da categoria “mulheres”, resultado da crítica das feministas negras e do Terceiro Mundo. O feminismo dos 1990 seria o da categoria “relações de gênero”, resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria [...]

Contudo, a autora sublinha que o surgimento de uma nova categoria não eliminou as precedentes, que continuaram a existir. A

³⁰ As revoltas estudantis em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os black panthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil.

autora enfatiza ainda que desde final dos anos 1980 a “categoria gênero vem sendo empregada em diferentes disciplinas, entre as quais, psicanálise, antropologia, sociologia, literatura”. Porém, “foi o trabalho da historiadora Joan Scott Gênero, uma categoria útil de análise histórica” que representou o marco dessa discussão. (PEDRO, 2011, p. 273).

Voltando ao pensamento de Grossi (1998) a autora lembra ainda que, mesmo com seus discursos silenciados ou usados pela figura masculina, os grupos feministas se preocuparam com a problematização do conceito de gênero, além das questões sociais e políticas. Louro (2010, p. 21), comungando da mesma ideia, argumenta que a preocupação das feministas em trazer a discussão de gênero para o campo social não tinha como objetivo negar a questão biológica, mas refletir sobre aspectos sociais e históricos que pesam sobre a constituição biológica do indivíduo. O conceito de gênero “serve, assim, como uma ferramenta analítica que é ao mesmo tempo política.” Refere-se ao modo como as características sexuais são representadas e são trazidas para a prática social e acabam por tornarem-se partes do processo histórico.

De modo geral, as feministas têm procurado abordar a maneira como o gênero é entendido pelos indivíduos e como a distinção de gênero é construída. Partindo do pressuposto que o masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais, em consonância com as concepções de cada sociedade e como construção social/histórica, seu conceito pressupõe pluralidade e multiplicidade nas concepções de homem e mulher e deve ser gerado num processo de relação mesmo porque uma concepção fortemente polarizada do gênero esconde a pluralidade existente em cada polo. (LOURO, 2010).

Nas últimas décadas do século XX foi registrado um esforço das teóricas feministas para encontrar terreno próprio para as discussões de gênero. Essas mulheres não só começaram a encontrar vias teóricas próprias; mas, também conseguiram aliadas/os acadêmicas/os e políticas/os. Nesse contexto, o conceito de gênero vai sendo ampliado e usado nos debates o que faz avançar esses estudos nas ciências. (SCOTT, 1995).

Ainda seguindo essa linhagem de pensamento, Costa (1996) infere que o estudo de gênero “atravessa os campos disciplinares como um instrumento de crítica, desconstrução e reconstrução dos conhecimentos e saberes reivindicando um estatuto de interdisciplinaridade”, o que suscita um diálogo entre as ciências, especialmente as sociais e humanas. Esses estudos estão se

multiplicando abrangendo várias áreas do conhecimento e trazem uma grande contribuição para a sociedade à medida que informam e problematizam as relações de poder entre homens e mulheres, em diferentes contextos sociais. Ademais, essa interlocução de saberes constitui novos campos de conhecimentos. Portanto, estudar a Biblioteconomia na perspectiva de gênero é procurar entender como os problemas da profissão estão relacionados com a predominância feminina na área, compreender também, como se dá a relação entre mulheres e homens, no contexto profissional.

Para Ferreira (2003), trabalhar a questão de gênero na Biblioteconomia contribui para uma revisão crítica do trabalho da bibliotecária da sua atuação como profissional e como cidadã.

2.2 Gênero como categoria de análise

A categoria gênero foi usada pelas teóricas do feminismo “sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera e interfere no conjunto das relações sociais.” (CARLOTO. 2002. p. 204). Essa situação foi introduzida como tarefa das Ciências Sociais nas academias da Europa e Estados Unidos na década de 1970 e uma década depois começa a ser usada nas universidades brasileiras. Seu uso nas academias deu-se com o objetivo de legitimar essa temática, vista até então como tema marginal.

De acordo com Sorj (1992), a categoria de gênero envolve pelo menos duas dimensões: a primeira compreende a ideia de que o equipamento biológico sexual inato não explica o comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. E a segunda, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.

O estudo de gênero, como categoria de análise, refere-se a um conjunto de características, papéis, atitudes, valores, ideias, representações, etc. construídos socioculturalmente com base nas diferenças sexuais, colocando-se como um dever para mulheres e para homens. Essas características se impõem a cada sexo por meio do processo de socialização e configuram sua identidade em masculina e feminina. (SAFFIOTI, 1987).

Em outro estudo, a autora argumenta que se opta por trabalhar com o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo porque,

O termo gênero está lingüisticamente impregnado do social, enquanto é necessário explicitar a natureza social da elaboração do sexo. O conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. (SAFFIOTI, 1990, p. 6-8).

Assim sendo, para a perspectiva de gênero, o indivíduo homem ou mulher é definido como um ser histórico gerado pelas relações culturais de acordo com valores e hierarquias sociais que estão interligados a fatores políticos e econômicos, em cada sociedade. (SCOTT, 1995). Deste modo, a categoria analítica de gênero indica, então, os processos de construções sociais que identificam alguém como pertencente ao feminino ou ao masculino. Dessa feita, estudar essa categoria significa aprofundar os conhecimentos sobre a assimetria nas relações sociais existentes entre mulheres e homens, geradas por uma distribuição desigual do poder entre ambos os sexos. Por ser relacional, a categoria de gênero rejeita conceitos que separam os sexos entre si. Nessa contextualização de inter-relacionamento, o estudo de gênero “busca explicações para a discriminação da mulher, sujeita aos papéis que as inferiorizam baseando-se em sua função reprodutiva ou na força física do sexo masculino”. (SAFFIOTI, 1990, p. 10).

2.3 A categoria trabalho nos estudos de gênero

Partindo da premissa que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, uma marca que distingue os seres humanos de outros seres naturais é que a partir da necessidade de produzir seu meio de vida, por intermédio do trabalho, o homem modifica a si mesmo. De acordo com Alves e Canoas (2013), o trabalho é formador do ser social, embora o ser social não se reduza ou se esgote no trabalho. Ainda pautado no pensamento desses autores, entendemos que para tematizar o trabalho enquanto formador do ser social é importante conduzir a discussão para o campo das relações de gênero; considerando, também, que a definição de papéis para homens e mulheres é uma construção idealizada nas práticas sociais do trabalho.

Assim, o trabalho foi uma das primeiras categorias privilegiadas nos estudos de gênero brasileiro. De acordo com Bruschini (1994, p. 18), isso ocorreu

Em primeiro lugar porque o trabalho como temática sempre foi predominante na teoria sociológica e em segundo lugar porque era um tema de grande importância para o feminismo que via nele um potencial transformador. E mais, em suas vertentes norte-americana e europeia, que muito influenciaram os movimentos de mulheres no Brasil, o trabalho remunerado era visto como a estratégia possível de emancipação da dona de casa de seu papel subjugado na família.

Vale ressaltar que, embora as formas de atividades realizadas por mulheres não tenham sido adequadamente percebidas nas discussões das teorias capitalistas propagadas nas universidades, na década de 1980, “onde a análise do modo de produção na sociedade capitalista ocupava posição de prestígio”, essas serviram de certa forma para legitimar os estudos sobre a mulher nesse contexto. (BRUSCHINI, 1994, p. 18).

A introdução desses estudos com a perspectiva de gênero trouxe novas abordagens e redimensionou os estudos sobre a mulher. Para Castro e Morais (1992), o uso do gênero nessa perspectiva, serviu para reforçar a luta pela desmasculinização do mundo do trabalho, já levantada pelas mulheres dando início a um debate feminista mais profundo sobre o funcionamento do mercado capitalista, da organização do processo de produção, das relações sociais entre os sexos e da divisão sexual do trabalho.

Alterações nos modos de vida e consumo da sociedade têm provocado profundas mudanças nas atividades de trabalho. Os novos modelos organizacionais, que se expandiram nas últimas décadas do século XX, colocam o trabalho como instrumento de transformação do mundo, cujo sistema de produção é pressionado por um mercado sem fronteiras. (LAUDARES; TOMASI, 2003). Contudo, vale destacar que, embora a necessidade econômica e o campo de emprego tenham mudado nos últimos tempos, as escolhas profissionais são profundamente marcadas pelas representações do ser mulher ou ser homem, havendo claramente uma associação entre determinadas profissões e o gênero. Para Bruschini (2000), papéis masculinos e femininos têm consequências diferenciais na participação de um ou do

outro sexo no mercado de trabalho. A necessidade de articular vida familiar com a carreira profissional tem limitado a disponibilidade das mulheres para o trabalho. (BRUSCHINI, 2000; HIRATA, 2003; MELO, 2008).

Na concepção de Yannoulas (1992), tanto os homens como as mulheres são pensados como exercendo dois tipos de funções. As mulheres desempenham a função (biológica e social) na família, no lar, com os filhos e a função essencialista, que envolve características atribuídas às mulheres como parte de uma essência natural (fraqueza, irracionalidade, dependência, afetividade, etc.). Os homens desenvolvem a função política e pública com relação à sociedade e a função essencialista que envolve características ditas masculinas (a força física, a agressividade, a racionalidade, a independência, entre outras).

Nesse sentido, situou-se como ideal feminino, por excelência, a maternidade e, como espaço o privado. A mãe como principal responsável pelo bem-estar e a educação dos filhos. Enquanto a identidade masculina foi construída com base na política, essa se refere à função produtiva e pública que os homens devem desenvolver com relação à sociedade, e também essencialista o que com atributos totalmente diferentes dos atribuídos às mulheres, a exemplo de: força física, agressividade, racionalidade e independência. (YANNOULAS, 1992, p. 499).

Essa situação de desigualdade entre mulheres e homens perpassa o campo doméstico e se instala no mercado de trabalho, decorrente de uma divisão sexual do trabalho. Para Kergoat (1996), a divisão sexual do trabalho tem sido uma importante categoria para a compreensão do processo de constituição das práticas sociais a partir de uma base material. Trata-se de uma relação de poder, de dominação, fundamentada em uma relação hierárquica entre os sexos. Em outro estudo, a autora complementa que a divisão sexual do trabalho é caracterizada por “dois princípios organizadores: o princípio de separação – existe trabalho de homem e existe trabalho de mulher – e o princípio de hierarquia (o trabalho do homem vale mais do que o da mulher)”. (KERGOAT, 2003, p. 55).

Na concepção da autora, esses princípios são teorizados de duas maneiras. Segundo alguns teóricos são legitimados por uma “ideologia

naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, neste caso reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie”. Outros teóricos afirmam que “[...] as práticas sexuadas são construções sociais e elas próprias são resultados de relações sociais”. Portanto, a divisão sexual do trabalho como outras divisões do trabalho não é um dado rígido, assim pode ser modificado. (KERGOAT, 2003, p. 56). Sendo assim, mesmo que seus princípios organizadores permaneçam os mesmos, suas modalidades podem variar no tempo e no espaço. Porém, convém ressaltar que a divisão sexual do trabalho é universal no sentido de que toda sociedade conhecida realiza alguma classificação das atividades em femininas e masculinas (HIRATA, 2002; YANNOULAS, 2011); e além das variáveis tempo e espaço, o trabalho tem outra face que atua em todas as instâncias. O “valor” é este quem “distingue o trabalho masculino do trabalho feminino sendo que o trabalho do homem vale mais (mesmo quando uma e outra são idênticas)”. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 113). A verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico onde o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao feminino. (HIRATA, 2002).

Ainda, para Kergoat (1992), a compreensão da lógica da divisão sexual do trabalho, quer seja por setor de atividade ou por posto de trabalho, se articula com outras formas de divisão social existentes nas sociedades humanas, sendo válidas para todas as sociedades e implica a relação entre o trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Lobo (1991) não se esquece de dizer que a divisão sexual do trabalho é constituída nas práticas sociais, moldadas por aspectos históricos, sociais, culturais e conjunturais. Portanto, é no processo das relações sociais que as esferas produtivas e reprodutivas se interpenetram, se cruzam na definição da situação “tempo e espaço” e “valor”, e a partir dessas inter-relações e superposições de uma esfera sobre a outra se define o que é trabalho de homem / trabalho de mulher (LOPES; LEAL 2005, p. 111), “opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres”. (BOURDIEU, 2010, p. 18). Para o autor, é na distribuição das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, que a dominação masculina fica ratificada “à medida que excluem as mulheres das tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores [...] atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas [...]”. (BOURDIEU, 2010, p. 34).

Outro fato reconhecido por Abramo (2010) é que apesar de todos os avanços no mundo do trabalho, a divisão sexual do trabalho não foi modificada de forma significativa e a imagem da mulher ainda não é de

uma trabalhadora com os mesmos direitos e o mesmo *status* que um trabalhador do sexo masculino. Pois,

[...] apesar de todas as evidências que apontam em um sentido diferente ao plasmado nessas imagens de gênero, a associação mecânica das mulheres como uma “força de trabalho secundária” continua tendo uma forte presença no imaginário social, assim como no imaginário dos formuladores de políticas públicas e nos responsáveis pelas decisões a respeito de contratar ou não uma mulher, dar-lhe ou não oportunidades de formação, promovê-la ou não. (ABRAMO, 2010, p. 23).

As análises apresentadas em diversas pesquisas sobre mão de obra feminina e masculina evidenciam as relações de gênero no mercado onde as mulheres ocupam, na maioria das vezes, espaços inferiores fruto de uma cultura de dominação masculina “que promove e legitima comportamentos, modelos tecnocráticos de gestão e imagens masculinizadas do mundo do trabalho”. (MACEDO; SANTOS, 2009, p.132).

Na presente pesquisa, identificamos esse problema quando solicitamos aos informantes que citassem algumas atividades da profissão que seriam desenvolvidas mais adequadamente pelo sexo oposto. O total de 33,3% considera que não existe divisão sexual de trabalho. Ambos os sexos têm as mesmas capacidades e oportunidades e que fazer a diferença é a competência de cada um. O restante (66,7%) expressara algumas atividades marcadas por características de gênero, delegando às mulheres as atividades que requererem menos capacidades intelectuais como: organização do ambiente, zelo, afetividade, comunicação, atendimento aos usuários, atividades culturais. Atividades essas, com características ideologicamente facultadas às mulheres. Também foi mencionada a biblioteca escolar como sendo a mais adequada para o trabalho feminino. Enquanto aos homens, foram atribuídas atividades que requerem conhecimentos específicos, raciocínio como o desenvolvimento de pesquisa, conhecimentos de informática, uso de tecnologias, processo de aquisição, liderança ou que dependem da força física, característica masculina, que também representa poder. Assim sendo, fica demarcado o que é tarefa de homem e o que é tarefa de mulher associadas às esferas a que pertencem.

A divisão sexual do trabalho, de acordo com Carloto (2002), “assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas.” Fato confirmado na presente pesquisa que reafirma as representações de gênero situando as mulheres em um movimento de mediação da esfera reprodutiva-social e os homens em ocupações articuladas à esfera produtiva.

Para Lombardi (2011), existe um argumento sacramentado ideologicamente na sociedade que define determinadas atividades como leves e adaptadas às mulheres tidas como sexo frágil, associadas também às suas experiências domésticas. Como expressa um dos nossos informantes, “A mulher desenvolve mais a questão recreativa da biblioteca escolar. Eu acho que pela formação histórica, que já nasce no contexto familiar, a mulher cuida da casa, dos filhos, dos irmãos mais novos, portanto ela sabe melhor lidar com isso”. Essas questões, ainda enraizadas na sociedade, excluem as mulheres de adentrarem em algumas profissões não por dificuldades intelectuais, mas devido aos obstáculos que encontram no mercado de trabalho que resistem à contratação de mulheres em determinadas profissões alegando a sua fragilidade para desenvolver as atividades exigidas pelo mercado. (LOMBARDI, 2011).

2.4 O gênero das profissões

Nas últimas décadas, observou-se uma grande transformação no mundo do trabalho criando possibilidades e delimitações de trabalho, tanto feminino como masculino, haja vista as novas formas de trabalhos decorrentes da globalização e do modelo neoliberal que propuseram outras demandas de trabalho com características distintas, sem contar com a desmontagem do mercado de trabalho (terceirização, trabalho temporário, informalidade e a expansão do setor de serviços). Todos esses fatores proporcionaram uma nova concepção à categoria trabalho, seja este produtivo ou reprodutivo, “o trabalho deixa de ser uma operação física que envolve uma força de trabalho e se torna uma prática comunicativa [...]” e flexível. (LOBO, 1992, p. 261).

O mercado encontra-se mais aberto e apesar de ainda existirem profissões tipicamente femininas e/ou masculinas surge uma terceira categoria: as profissões mistas. Leone (2003) analisa a junção de homens e mulheres numa mesma profissão por várias razões. No caso das mulheres: pela capacidade de entrarem no mercado reservado aos

homens, em razão do aumento da escolaridade; pela redução de carreiras específicas (masculina e feminina) e pela participação conjunta de homens e mulheres nos empregos precários que o mercado de trabalho oferece atualmente para ambos os sexos. Quanto aos homens adentrarem em profissões consideradas território das mulheres, a autora admite: a falta de emprego e a flexibilização dos limites rígidos que definiam as funções femininas e masculinas têm levado a isso.

Bruschini e Lombardi (1999) destacam a presença feminina em carreiras universitárias de prestígio, atípicas ao seu sexo, como fruto de uma convergência de fatores. Por um lado, em função da intensa transformação cultural que vem ocorrendo a partir dos anos 1970, que impulsionou as mulheres para as universidades. Por outro, as transformações pelas quais passa o mercado de trabalho que provocou uma flexibilização no emprego ocasionando essa movimentação de homens e mulheres em profissões convencionadas opostas ao sexo.

Contudo, dada à escolha profissional, o sujeito (homem ou mulher) passará por “um aprendizado específico das regras de gênero na convivência com seus pares no campo profissional e sofrerá a interferência de gênero, desde a distribuição entre postos e turnos de trabalho até as formas de ascensão e remuneração”. (GÊNERO..., 2009, p. 53).

Entretanto, vale ressaltar que os valores são mantidos, o trabalho masculino ainda continua valendo mais do que o feminino. Independente da profissão, as desigualdades salariais entre os sexos continuam, os homens são os que, na maioria das vezes, assumem os postos de comando, persistindo a segregação ocupacional, recriando guetos de ocupação feminina, agravando-se cada vez mais as discriminações nos planos de direitos sociais. (BRUSCHINI, 1994; CASTRO; MORAIS, 1992; LAVINAS, 2001).

Ainda com relação à escolha das profissões, é importante considerar várias situações como os contextos em que atuam mulheres e homens, os processos de socialização para papéis sexuais, os conflitos familiares, os níveis de investimentos na educação feminina, motivações e condições de produção de mulheres e homens, além de outros mecanismos de discriminação. (VELHO; LEON, 1998). Outro ponto que as autoras nos chamam atenção é que tanto as profissões masculinas quanto as femininas permanecem com as mesmas características, de modo que as consideradas masculinas lembram atributos como raciocínio lógico, habilidades para comando, gerenciamento, entre outros aspectos encontrados nas engenharias, na física na computação, etc. As femininas, por sua vez, evocam paciência, atenção, delicadeza,

cuidado, entre outras qualidades atribuídas às mulheres. Isso mostra que não é por acaso que os campos de mais atuação de mulheres sejam educação, serviço social e saúde.

Chiés (2010), ao evidenciar questões referentes às mulheres no mercado de trabalho, ratifica a rigidez de algumas profissões com relação ao sexo. Para a autora, o ingresso de mulheres em profissões tradicionalmente masculinas não “representou uma transformação integral das diferenças de espaços entre homens e mulheres”, haja vista que esse acesso deu-se em decorrência da evolução estrutural dessas profissões que elegeu as chamadas especializações da força de trabalho e diversidades dos seus atores. Nesse contexto, abriu-se espaço para as mulheres, embora essas se concentrem em especialidades propensas às características femininas que, de certa forma, mantêm a segregação entre os sexos dentro das profissões delimitadas por essas especializações.

Esse fato é visível quando observamos homens e mulheres em uma mesma profissão como, por exemplo, a Medicina. O número de médicas cresceu significativamente nos últimos anos³¹. No entanto, elas se concentram em especialidades como Pediatria, Dermatologia, Ginecologia/Obstetrícia, Hemoterapia, etc. Por outro lado, as especialidades Neurologia, Cardiologia, Ortopedias e cirurgias em geral, que possuem maior prestígio da área e melhores remunerações ainda são reduto masculino. (CHIÉS, 2010).

Retomando a opinião de Chiés (2010), temos que enquanto existir essa cultura masculinizada que reconhece a mulher subordinada ao homem, independente da profissão que essa venha a exercer, sempre vai existir a divisão sexual do trabalho, com menor reconhecimento social para as atividades ou especialidades exercidas pelas mulheres mesmo atuando nas mesmas profissões que os homens. Isso confirma a hierarquia marcada pelo gênero.

Para Casaca (2005, p. 56), a crescente participação feminina no mercado de trabalho

³¹ Conforme informação publicada na folha *online* em: 18 ago. 2013 < <http://www1.folha.uol.com.br/>>>. Em 2011, 54% dos 14.634 médicos formados no país foram mulheres.

[...] assume uma feição fortemente ambígua: tanto compreende um processo de integração de força de trabalho feminina na esfera laboral, e, portanto pode ser tida como potenciadora de maior igualdade entre homens e mulheres, como simultaneamente, pode traduzir um fenômeno de diferenciação e de segregação sexual.

Este fenômeno de segregação acaba por contribuir para gerar outro tipo de exclusão, a intragênero, que ocorre no interior de áreas eminentemente femininas; como identificado por Yannoulas (2011, p. 284), ao verificar que, áreas tradicionalmente femininas como “a costura, a cozinha, e a moda, por exemplo, quando exercida por homens ganham projeção, status e glamour”.

Segundo Saffioti (1985, p. 309), para as mulheres “o sexo opera, como fator de discriminação que tende a alijá-las da estrutura ocupacional ou a admiti-las em posições que não comprometam a estrutura de poder já ocupada pelos homens”. Bruschini e Lombardi (2007) ratificam esse pensamento expressando que em todos os grupos profissionais, verifica-se uma significativa discriminação em desfavor das mulheres seja nos *status* sociais, na desigualdade salarial, ou nas limitações de ascensão funcional. Para Yannoulas (2001), as normas sociais funcionam como mecanismos de repressão internos e são tão naturais que, muitas vezes, levam as mulheres a escolher profissões ditas femininas mesmo sabendo da sua inferioridade, conhecendo as limitações de remuneração e as condições de trabalho dessas profissões.

A partir dessa realidade, pode-se dizer que as questões de gênero permeiam o mercado de trabalho e, embora sejam difíceis de ser admitidas, são perceptíveis nas profissões. Vale ressaltar, portanto, que listar essas questões contribui para o entendimento da própria dinâmica e características gerais do trabalho e do emprego. Essa compreensão se faz fundamental para a presente pesquisa por duas razões: primeira, Biblioteconomia é uma profissão predominantemente feminina, portanto, carregada de todos os estigmas de trabalho de mulher (pouco *status*, baixa remuneração, pouco reconhecimento); segunda, as mudanças em pauta estão afetando o trabalho da bibliotecária de forma complexa, isso porque o objeto de trabalho dessas profissionais é a “informação” que, com o advento das TICs, modificou seu formato, seu suporte, bem como a forma de seu processamento, de disseminação e de uso desse recurso. (SANTOS, 2002; VALENTIM, 2000).

2.5 Gênero na Biblioteconomia: uma questão (in) visível

Conforme constatamos em levantamento feito nas bases de dados, nacionais e estrangeiras, as produções acadêmicas e científicas sobre gênero na Biblioteconomia são escassas, resumindo-se a poucos artigos, destes, sua maioria limita-se a estudos quantitativos por sexo (masculino/ feminino), reservando uns poucos raros que abordam a perspectiva do gênero na profissão. (FERREIRA, 2010). Na opinião da autora, essa literatura não consolida a temática. Pois não “obtiveram a dimensão necessária que dê conta de compreender as muitas imbricações dessa temática relacionadas com o mercado de trabalho, com as relações de poder e com a desvalorização da profissão no mercado”.

Constatamos que a Biblioteconomia vem passando por importantes mudanças, nos últimos anos, tanto na sua evolução como Ciência, como na diversificação do campo de trabalho ocasionadas pela incorporação das TICs na área; bem como pela expansão do ensino superior que abriu mais vagas de trabalho para essa profissão. Mesmo assim, as bibliotecárias ainda convivem com baixos salários e falta de reconhecimento social. Contando também, com uma discriminação dissimulada, através de estereótipos depreciativos dos quais são vítima. (OLINTO, 1997; TARGINO, 2006).

Corpus crescente de estudo de gênero tem evidenciado essas desigualdades nos processos decisórios que têm no exercício do poder um caminho para projetar novas formas de dominação do homem em relação à mulher no mundo do trabalho. Isso se reflete na divisão das profissões em “de homem e de mulher”, nomeando as de predominância feminina como inferiores na hierarquia econômica e social (CARMICHAEL JR, 1995; GOLUB, 2009), reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero nesse campo e colocando a mulher como uma força de trabalho secundária. (ABRAMO, 2010).

Desta feita, a história tem mostrado que o profissionalismo é modelado em estruturas institucionais masculinizadas onde tem se perpetuado o controle masculino sobre a normalização do trabalho. Fato comprovado na maioria dos estudos que abordam as questões de gênero nas profissões, quando evidenciam os homens em posições de prestígio mesmo em profissões de predominância feminina. Na Biblioteconomia, alguns estudos mostram os homens exercendo cargos de maior relevância em detrimento do número de mulheres na área.

Golub (2009), em estudo sobre o mercado de trabalho da bibliotecária nos Estados Unidos, observou que, embora seja uma carreira predominantemente feminina, curiosamente nota-se o surgimento de uma força de gestão dominada por homens. Ou seja, a minoria de bibliotecários, do sexo masculino, assume as posições de níveis mais elevados na profissão e esses profissionais são mais bem pagos. Também, estudo elaborado por Hildenbrand (1992) constata que as mulheres foram consideradas inapropriadas para o trabalho de gestão nas bibliotecas devido ao seu temperamento emocional e à falta de experiência empresarial. Nessa mesma linha de pensamento, o estudo desenvolvido por Dilevko e Harris (1997) apresenta evidências de que as áreas tradicionais da prática bibliotecária como referência, classificação e catalogação, que são fortemente desenvolvidas por mulheres, estão se tornando atividades de menor remuneração e o motivo emergente desta desqualificação é a incorporação das TICs na área, que criam outras demandas, geram outras atividades mais valorizadas e curiosamente são realizadas por homens.

Esses apontamentos mostram a hierarquia de gênero na profissão demarcando o lugar que o homem e a mulher devem ocupar em face da esfera a que pertencem (produtiva ou reprodutiva) favorecendo, assim, o sexo masculino. Na presente pesquisa, identificamos esse problema em dois momentos. Quando caracterizamos atividades diferenciadas para homens e mulheres, prevalecendo as mais valorizadas como sendo atividades masculinas, e quando constatamos que embora a função de direção geral das bibliotecas (ambiente da pesquisa) sempre tenha sido ocupada por mulheres; no período da pesquisa, tinha mais homens do que mulheres exercendo funções de coordenação dos setores e departamentos internos³².

³² Dados BC/UFSC de um total de bibliotecários 32 sendo 25 mulheres e 07 homens. Apesar de quantitativamente ter mais mulheres exercendo função de coordenação, em número de sete contra três homens; estatisticamente as mulheres têm uma representatividade menor nesse quadro (28 %), enquanto que 43% dos homens estavam exercendo função no período da pesquisa. Caso semelhante ocorre na BC/UFPB, com 38 bibliotecários profissionais sendo 30 mulheres e 08 homens. Quantitativo de funções de coordenação por sexo: nove mulheres e quatro homens; porém, estatisticamente as mulheres têm representatividade menor (30 %), enquanto os homens contavam (50%) exercendo função no período da pesquisa.

As/os entrevistadas/os demonstraram não ter conhecimento disso, mas foram enfáticos em atribuir o fato à competência e experiências desses coordenadores e não a uma questão de gênero.

Para Kergoat (1998), mesmo com a elevação progressiva das mulheres no espaço público nesse contexto de flexibilização do trabalho, a estrutura da divisão sexual permanece inalterada encobrendo as relações de poder considerando que a ideia da naturalidade da distinção entre as atividades que cabem aos homens e às mulheres na vida social, por exemplo, prevalecem no século XXI. Assim sendo, embora as fronteiras entre o masculino e o feminino se desloquem, a hierarquia social que confere superioridade ao primeiro não foi superada [...] (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 20).

Hirata (1998) faz a seguinte observação: “os trabalhos considerados mais centrais [...] vinculados a cargos de chefia são mais usualmente ocupados por homens, enquanto os periféricos precarizados [...] são legados às mulheres”. Afirmativa que revela que a própria noção de flexibilidade ou de especialização flexível foi elaborada ignorando qualquer abordagem que modifique as relações sociais de trabalho historicamente construídas entre homens e mulheres; mantendo intocável a divisão sexual do trabalho, considerando que tal divisão funciona como pré-condição para a vigência da flexibilidade do trabalho. (HIRATA, 2001, p. 5-8).

Voltando à Biblioteconomia: várias vezes as mulheres foram responsabilizadas pelo baixo prestígio da profissão. Basta lembrar o movimento que ocorreu nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial, aventado pela Associação Americana de Bibliotecas (ALA), auxiliada por G.I Bill³³, campanha lançada com objetivo de recrutar bibliotecários do sexo masculino na tentativa de reforçar a imagem profissional, *status* e níveis salariais das bibliotecárias. (O'BRIEN, 1983).

Vale ressaltar, que permanece a ideia de que a presença masculina eleva o *status* da profissão. Fato constatado na presente pesquisa quando perguntado as/os informantes se o aumento de homens na profissão poderia modificar a visão, inferiorizada da

³³ G.I. Bill (oficialmente chamado "Militares do Reajuste Act") foi uma lei aprovada em junho de 1944 nos Estados Unidos, em nome dos soldados americanos que combateram na Segunda Guerra Mundial, para favorecer soldados desmobilizados permitindo o acesso legal a financiamento para comprar casas ou iniciar um negócio por conta própria, estudos técnicos ou de universidade, juntamente com a pensão que iria ajudá-los a se manter por um ano.

Biblioteconomia, 83,4% dos respondentes consideram que sim. Vejam alguns depoimentos³⁴:

S1– Acredito que sim. Os usuários vão ver o homem na profissão e vão enxergar diferentemente esse profissional.

Na biblioteca escolar as crianças terão contato, desde cedo, com bibliotecários homens e tirarão da mente, a visão da mulher de meia idade de coque no cabelo e de óculos [...].

S5 – Vai modificar sim. A Biblioteconomia está deixando de ser aquela profissão de filhinha de papai [...] Era assim, as moças que estavam se preparando pra casar e queriam fazer um curso superior, os noivos só deixavam fazer Biblioteconomia porque só tinha mulher nas salas.

S2 – Pode modificar e já está modificando. Mudou o perfil do curso. Acho que a presença dos homens na área vai ser positiva. Vai mudar a visão da biblioteca e do bibliotecário.

Dentre as/os entrevistados 8,3% consideram que a visão da profissão está tão arraigada à figura feminina que fica difícil mudar. Embora, as/os respondentes não tenham expressamente se manifestados nesse sentido, fica clara a imagem estereotipada da profissão em decorrência de ser uma profissão feminina justificada nesse depoimento “tem melhorado um pouco, mas, existe muito preconceito na profissão com relação a predominância de mulheres”. Pelo exposto, suponha-se que uma representação mais equilibrada de homens na Biblioteconomia mudaria a visão da profissão que, pelos depoimentos, trata-se de uma imagem bastante negativa. Também para Souto (2005, p. 35), a falta de reconhecimento da profissão está associada à ausência masculina nos seus quadros, assim, entende que a procura do curso pelos homens que tem ocorrido, nos ultimamente anos, vai mudar essa situação.

³⁴ Para diferenciar as falas das/os informantes do texto normal e das citações formais, essas foram transcritas seguindo o formato do texto normal, com recuo de 4 cm da margem esquerda.

Durante muito tempo, os homens não se sentiam à vontade para atuar em uma área predominantemente feminina, não reconhecida socialmente – levando-se em consideração o valor do profissional no mercado de trabalho. Felizmente, nos últimos anos, está havendo uma crescente procura do curso pelos homens. Acreditamos que isso deve-se à abertura do mercado para os profissionais da informação e, sem dúvida, às muitas habilidades que podem ser aplicadas no Campo de Atividade de Informação (CAI) por eles.

A literatura mostra que os preconceitos atribuídos à profissão continuam e têm colocado a mesma em patamares inferiores no mercado de trabalho confirmados pelo pouco reconhecimento expresso nos baixos salários, como já mencionado neste estudo, e ainda, apesar da comprovação de melhoria no mercado de trabalho também tem se constatado que as vagas abertas não atende as demandas da área. Nesse sentido, os autores consultados apresentam uma imagem pessimista que tem se perpetuado, ao longo dos anos, sobre a profissão e, em particular, sobre as bibliotecárias que na maioria das vezes são consideradas as culpadas por essa situação, conforme descrito por Souto (2005, p. 34).

As bibliotecárias são extremamente passivas, apáticas com pouca capacidade de articulação política e de organização com seus pares em entidades de classe. Sua imagem também é associada àquela pessoa mal humorada e antipática, que impõe normas e sanções aos usuários, se relacionando com eles de maneira autoritária em vez de carismática.

Esses argumentos são avalizados por outros autores da área, entre os quais encontra-se Castro (2000, p. 154-155) que julga os profissionais como responsáveis pelos problemas da profissão:

a) ausência de postura profissional: geralmente o bibliotecário mantém uma posição subalterna diante dos companheiros de outras áreas, quer seja no modo como os atendem, geralmente de maneira paterna, quer seja na forma como se posiciona diante do mundo social, político, educacional e cultural. [...]; b) baixa criatividade para adaptar as técnicas e tecnologias às necessidades da clientela a quem empresta sua força de trabalho, e em alguns casos rejeição à incorporação dos elementos não humanos nas suas bibliotecas. [...]; c) rejeição às mudanças, às críticas e à absorção de novos saberes à área, e d) desqualificação profissional: acreditamos que seja esta a causa dos demais problemas.

Observamos ainda, que o posicionamento das/os informantes da presente pesquisa não se difere dessa teoria. Tendo em vista que, quando questionados a respeito das causas que convergem para desvalorização da profissão, tivemos alguns informantes que atribuíram a culpa aos próprios profissionais, como apontado nesses depoimentos:

S2 – Eu acho que muito da imagem passada para sociedade cabe ao bibliotecário se posicionar. [...] Eu acho uma questão do tipo abraçar a causa, defender tua área de atuação, se mostrar à sociedade. [...] Precisa mostrar isso também para quem está se graduando. Mostrar para esses profissionais que eles estão se formando e vão lidar com esses conflitos. Para eles saber onde estão e onde querem chegar. É uma tarefa da universidade formar profissionais para a sociedade.

S8 – Acho que depende do profissional. Têm muitos bibliotecários que não fazem um trabalho correto. E mais, o bibliotecário tem uma postura de recuar diante de certas situações e aí outros profissionais ocupam nossos espaços. A gente tem que se posicionar mais, divulgar mais a profissão e buscar mudar isso.

S4 – Entendo que o pouco prestígio da profissão é culpa dos próprios profissionais que não têm articulação política, não sabem se relacionar com seus pares para lutar por uma boa reputação da profissão. Por outro lado, as representações da profissão, os conselhos de classe só aparecem na hora de cobrar a anuidade.

Supomos que essas respostas seja um reflexo de nossa sociedade habituada a colocar as questões de gênero em segundo plano, onde somente duas das informantes referem-se a isso.

S6 – Na nossa concepção não apenas a Biblioteconomia, mas profissões como: Serviço social, Psicologia, Enfermagem e todas ditas femininas são desprestigiadas, sofrem discriminação, por uma questão cultural que desvaloriza o trabalho realizado por mulheres mesmo quando se trata de atividades de suma importância para a sociedade, como é o caso da Biblioteconomia [...]

S7 – A desvalorização da profissão está relacionada à predominância de mulheres na profissão sim. A mulher não tem o senso de poder que o homem tem. Ela não faz questão de aparecer e isso reflete na profissão. O homem por natureza sempre teve o papel de provedor.

Esse também é o pensamento de Walter (2008, p. 54). Para a autora, as questões que refletem de forma negativa a profissão estão relacionadas ao fato de a mesma, ao longo de seu desenvolvimento, ter sido associada a uma atividade essencialmente exercida por mulheres.

- Historicamente, as mulheres são associadas a profissões que não são competitivas, não exigem esforço intelectual, cujo exercício demanda comportamentos e atitudes relacionadas àquelas das donas de casa, como, por exemplo, ordem, asseio e servir pessoas, entre outras.
- As mulheres, no Brasil, segundo dados constantemente divulgados pela imprensa percebem menores remunerações que os homens, nas mesmas posições.
- Das mulheres normalmente se espera comportamentos dóceis e delicados e qualquer atitude mais assertiva é considerada agressividade e pode ser associada ao fato de ser "solteirona" e recalcada, enquanto que aos homens essa maior agressividade é associada a um comportamento positivo e de personalidade forte.

E muito embora a maior parte desses comportamentos ditos femininos não faça parte do perfil atual das bibliotecárias, ainda assim seus posicionamentos não são suficientes para refutar essa imagem negativa preconizada pela sociedade, haja vista que alguns estereótipos se mantêm e junto a eles a visão de uma profissão inferiorizada, pouco ou quase nada valorizada.

Lima e Almeida Júnior (1998), em seu livro “Bibliotecas e Bibliotecários: situações insólitas ou crônicas bem-humoradas da Biblioteconomia aplicadas a outras profissões desprestigiadas”, identificaram essas questões. Os autores tiveram como objeto de análise, textos publicados na imprensa escrita, revistas ou jornais de circulação nacional, para saber como bibliotecas e bibliotecárias eram retratadas nesses veículos. Apesar do bom humor dos autores, o livro denuncia com seriedade a forma preconceituosa e ultrapassada como as pessoas reconhecem e retratam a figura da bibliotecária e da instituição biblioteca, demonstrando, assim, falta de conhecimento da importância da biblioteca e da prática bibliotecária.

Na análise dos autores, a imprensa ainda caracteriza a bibliotecária como boa moça, bem-comportada, delicada e zelosa ou ridicularizada como velha gaga, com eternos óculos de grau na ponta do nariz ou ainda se valorizam outros atributos em

detrimento da profissão que deveria ser bem mais relevante, como exemplificado em uma notícia sobre um assalto, cuja vítima foi uma bibliotecária em que a descrição do casaco de veludo que usava, no momento, mereceu mais destaque do que o fato de ser bibliotecária. Os autores argumentam que algumas características pelas quais as bibliotecárias ainda são percebidas e retratadas na imprensa não são nada comuns às atuais bibliotecárias. “Na verdade, a delicadeza, o zelo e a minúcia são qualidades de uma tipificação bibliotecária que cai no desuso. Seja pela ação compulsória da aposentadoria ou pelos tempos modernos da informática”. (LIMA; ALMEIDA JÚNIOR, 1998, p. 84). Contudo, erroneamente esses elementos ainda servem para caracterizar a bibliotecária.

Seguindo esse mesmo objetivo, ou seja, identificar a imagem das bibliotecárias, Soares e Freire (2005) realizaram um estudo bastante interessante se dispendo a analisar quatro filmes: *O óleo de Lorenzo*, *A múmia*, *Pagemaster - o mestre da fantasia*, e *O último portal*. As autoras identificaram quatro tipos característicos desse profissional.

Para esse trabalho, sinalizamos apenas as descrições físicas desses personagens apresentados pelas autoras. No primeiro, “*O óleo de Lorenzo*”, a bibliotecária foi descrita como uma pessoa “amável, solícita, cujo aspecto físico é de uma senhora de estatura mediana, peso um pouco além da média, feições alegres, vestida de forma elegante, porém com sobriedade, cabelos presos num coque, maquiagem suave”. No segundo, “*A múmia*”, a bibliotecária era portadora de um conhecimento interdisciplinar e tinha “formação em Arqueologia, detendo uma gama de conhecimentos das escritas egípcias e hieroglíficas e, ainda, em escritura hierática.” Mas, sua descrição física revela a imagem preconcebida que continua arraigada na sociedade: “Alta, magra, com cabelos presos num coque, usa óculos, que dão a impressão de estarem sempre prestes a cair”. No filme “*Pagemaster - o mestre da fantasia*”, a figura do bibliotecário é de um velho estranho e desalinhado: “senhor idoso, de olhos expressivos, barba, cabelos e bigodes brancos desarrumados, roupas sóbrias.” No caso do filme, “*O último portal*”, o personagem no papel de bibliotecário é “um amante dos livros, principalmente das obras raras [...]”. Essas imagens fisicamente reveladas deixam marcados estereótipos deformados da/o profissional. São descrições que não condizem mais com a realidade atual desses profissionais, mas correspondem à forma como a sociedade enxerga a profissão.

Os bibliotecários do sexo masculino também não ficam impunes das discriminações, embora haja menos textos e dados sobre o tema. Walter (2008, p. 59) observa que a entrada das mulheres na profissão deslocou os estereótipos associados à orientação sexual. A autora enfatiza essa questão ao citar Sable (1969): “A imagem do profissional da Biblioteconomia século XVIII e XIX (sexo masculino) era de um bibliófilos [...] que viviam apenas para os livros”. Nessa época os bibliotecários eram reconhecidos como sábios, literatos, homens das letras etc., atualmente, a literatura mostra estereótipos relacionados à orientação sexual desses homens geralmente associada à homossexualidade ou com posturas efeminadas.

Lima, Almeida Júnior (1998, p. 81) reconhecem esse fato quando fazem a seguinte colocação: “dizem que na Biblioteconomia só há mulheres e homossexuais. Os homens dizem que estão fartos de terem que justificar sua masculinidade, sua condição de macho [...]” e mais ainda têm que conviver com a dúvida “[...] aqueles que afirmam ser homens estariam mentindo, enrustindo suas reais convicções sexuais.” O estranho é que esse problema vem se perpetuando com o tempo, “mesmo no século XXI, ainda é um tema controverso e sensível e não se fala sobre isso sem suscitar desconfortos”. (WALTER, 2008, p. 60). Foi o que presenciamos no desabafo de um sujeito da presente pesquisa: “em todos os lugares que eu tenho que me apresentar como bibliotecário logo tenho que dizer que sou homem [...]”. “Porque na visão das pessoas, todos os bibliotecários (sexo masculino) são *gays*”. Esse fato mostra, de forma explícita, o valor tradicional que ainda se tem do macho na sociedade, pelo que percebemos este informante demonstra receio de ser confundido como homossexual.

No geral, quando questionamos os informantes se tinham sido vítimas de algum tipo de discriminação por exercer a profissão, 58,4% responderam que já foram discriminadas/os de alguma forma ou sutilmente, ou em forma de brincadeira, mas alguns casos as/os deixaram constrangidas/os ou pelo menos as/os fizeram refletir sobre a questão:

S10 --- Sim. Tem muitas piadas. Ainda há uma visão atrasada sobre a profissão. Tem pessoas que acham que a gente limpa livros ou organiza livros por cor ou tamanho nas estantes [...].

S6 – Ocorreram sim alguns casos do tipo brincadeira: “Biblio o quê? Ahh vai espanar livros e traça, né?” [...]; Infelizmente as pessoas sempre associam a nossa profissão a mulheres de meia-idade que só sabem pedir silêncio na biblioteca.

No caso dos informantes do sexo masculino, 67% disseram que nunca sofreram nenhum tipo de discriminação especificamente, mas sim estranheza ou as pessoas ficavam surpresas quando sabiam a sua profissão.

S2 – Quando estava fazendo o curso preparatório para o vestibular, as pessoas diziam assim: “Vai fazer Biblioteconomia?” Vai trabalhar em biblioteca? Por que não fazer Direito ou Comunicação? Assim, achavam que eu tinha capacidade para ingressar em outros cursos mais concorridos, vistos como melhores, entende?

S9 – As pessoas ficam surpresas sim. Por eu ser bibliotecário. Eu dava aula de Braille a professores universitários e eles admiravam assim: Você é bibliotecário? E tem apenas a graduação?

Esses depoimentos nos levou ao pensamento de Williams, (1995, p. 145), o referido autor em pesquisa sobre o comportamento de homens em profissões femininas detectou que apesar de exercerem um papel não tradicional, eles se esforçam em “manter uma imagem de si mesmos como diferentes e superiores às mulheres: ironicamente, eles apoiam a ‘masculinidade hegemônica”.

Como podemos observar, a imagem da bibliotecária ainda é assinalada por preconceitos que permanecem, mesmo que de forma velada, inferioriza a profissão especialmente quando associamos o “reconhecimento profissional à oportunidade de trabalho, aos salários

recebidos e às disputas de mercado”. (WALTER, 2008, p. 60).

Na compreensão de Tajfel (1983), os estereótipos servem para criar distinções entre o grupo de pertença, ideologizam os comportamentos e ações de grupos de pessoas, estratificam-se segundo critérios sociais valorizados/desvalorizados, isto é, caracterizam e definem papéis de gênero. Por exemplo, a imagem de uma mulher que, supostamente difere do homem pela sua emocionalidade, condiciona o seu comportamento e torna-se uma espécie de protótipo de temperamento que se espera da mulher em qualquer situação. Do homem se espera, por exemplo, personalidade forte e agressividade. Isso são atitudes recorrentes que, por vários fatores, perduram até os dias atuais.

Nos relatos apresentados é possível verificar como as representações sociais imaginam a profissão e veiculam essas ideias nos meios de comunicação. Mesmo sem aprofundar a análise, entendemos essas arguições importantes para a conscientização das bibliotecárias, de que as discriminações existem e que esses veículos são formadores de opinião. Assim, não se pode desconsiderar o quanto isso pode significar em termos negativos para o reconhecimento dessa categoria perante a sociedade. (WALTER, 2008).

2.6 Considerações finais do capítulo

Em resumo, temos que o conceito de gênero foi elaborado para mostrar que a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. Melhor explicando: o gênero é um produto social aprendido, em relação baseada nas diferenças entre os sexos e o poder que permeia tal relação é desigualmente distribuído. (CARVALHO; TORTATO, 2009; LOURO, 2010; MACÊDO, 2003 entre outras).

A categoria gênero pode ser compreendida como um processo de mudanças e conquistas dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. (MACÊDO, 2003). Conforme a autora, existem mecanismos hierárquicos presentes nas mais variadas formas de representar e de produzir a diferença entre os sexos construídos socialmente.

Baseando-se nisto, pode-se afirmar que feminino e masculino ocupam locus diferenciados em relação à questão do poder. Nesse contexto naturaliza-se que o domínio do masculino é público e político e nele se estabelecem princípios de força, racionalidade, atividade e objetividade. Já o domínio do feminino é privado, doméstico ao qual se conjugam fragilidade, emoção, passividade e subjetividade. Tal distinção se acentua com a noção de natureza, em que os homens são tidos como de natureza mais corajosa, mais violenta, mais racional; enquanto as mulheres são consideradas de natureza mais propensas às emoções, ao amor, etc. (MACÊDO, 2003, p. 74).

No entendimento de Melo, Considera e Di Sabbato (2005, p. 457), “os papéis de cada ator social são desempenhados em interação com o outro, relação de troca e reciprocidade: se um muda o outro tem que mudar”. Assim sendo, fica claro que só haverá mudanças significativas do papel das mulheres quando houver transformação do papel masculino. Por sua vez, os estudos abordando a temática de gênero oferecem um olhar mais atento para determinados processos que consolidam as diferenças entre o masculino e o feminino; por isso, estão se multiplicando e atravessam quase todas as áreas do conhecimento humano proporcionando uma grande abertura para o estudo sobre a mulher e o homem, no contexto social nas diferentes culturas, trazendo a compreensão dos diferentes papéis desenvolvidos por mulheres e homens.

É importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho é um aspecto das relações sociais sexuadas que se encontram em todas as sociedades. Historiadores, sociólogos, etnólogos demonstraram que as modalidades dessa divisão variam fortemente no tempo e no espaço, mas a variável “valor” é que distingue o trabalho de homens e de mulheres, com supremacia para o trabalho masculino. (HIRATA; KERGOAT, 2003).

Assim sendo, detectamos que existe divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia com atividades mais apropriadas para mulheres e outras mais direcionadas para os homens, sendo que as indicadas para os homens são a de maior prestígio social. Observamos, também, que os homens mesmo nas profissões consideradas femininas ocupam posições de poder. Podemos especular que na visão das/dos informantes da

pesquisa, a mera presença de homens na profissão contribui para diminuir o preconceito da Biblioteconomia melhorando a imagem da profissão e mesmo sabendo que alguns estereótipos relacionados às bibliotecárias que aparecem na literatura já foram abolidos em razão das mudanças que têm ocorrido na área. (LIMA; ALMEIDA JÚNIOR, 1998). Ainda assim, verificamos uma visão estereotipada da figura da bibliotecária, bem como da profissão divulgada pela imprensa.

Observamos diferença de gênero também quando as/os informantes responderam sobre se os/as próprias/os reconhecem nos discursos masculinos uma tendência de se sobressair com relação às mulheres, se enxergam de forma diferente na profissão, com mais atitude. A literatura também mostra isso que, ao contrário das mulheres quando exercem profissões masculinizadas, os homens em profissões femininas procuram manter seus privilégios masculinos ocupando os cargos mais elevados e as posições de maior prestígio e salário. (WILLIAMS,1995).

Mediante o exposto, temos que, mesmo atualmente, as barreiras físicas das bibliotecas que limitavam os serviços da profissão foram transpostas com o uso difundido das tecnologias a serviço da informação; ainda assim, a profissão não tem sido valorizada. (GUIMARÃES, 1997). E segundo Louro (2010), para se desestabilizar as relações sociais tradicionais que reproduzem uma relação de poder e discriminação entre os sexos é necessário fazer uma reflexão sobre as construções sociais, culturais do masculino e feminino, enfatizando a questão de gênero. Abordagens que iremos seguir nos próximos capítulos.

3 A FEMINILIZAÇÃO DO TRABALHO E O ENIGMA DAS PROFISSÕES FEMININAS: O CASO DA BIBLIOTECONOMIA

Abordaremos neste capítulo o processo de feminilização³⁵ do trabalho, fato que ocorreu com a expansão da revolução industrial. Evento esse que deu origem a uma demanda de mão de obra, suscitando a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Argumentaremos sobre os fatores que nortearam a inserção das mulheres no trabalho e como ocorre e se perpetua a desigualdade de gênero privilegiando o trabalho masculino. Trataremos do desenvolvimento das carreiras e das profissões femininas discorrendo sobre a Biblioteconomia, seu surgimento como profissão eminentemente masculina, constituída por padres, filósofos, biógrafos, possuidores de grandes conhecimentos; a inserção e predominância das mulheres na área, fato que ocorreu no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, com a inclusão das mesmas nos cursos superiores de Biblioteconomia. E, mais recentemente, o interesse dos homens pela profissão. Embora, os números sejam pouco significantes, já é notada a presença masculina na profissão.

3.1 A mulher no mercado de trabalho

As mulheres nunca estiveram fora do mundo do trabalho. Nas sociedades pré-industriais, elas realizavam diferentes atividades como: trabalhos domésticos, atividades no campo, costuras, cuidar da casa, das crianças, dos idosos e da família. (COSTA, 2010). O fato é que, por muitos séculos, o trabalho das mulheres não foi quantificado estatisticamente como uma atividade econômica. Assim, as mulheres

³⁵ O termo “Feminilização” está sendo usado com o sentido de destacar o quantitativo relativo ao aumento do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação, no mercado de trabalho; sua contabilização e análise são feitas por meio de dados estatísticos, conforme entendimento de **Silvia Cristina Yannoulas**, nos seus estudos. Bem como o termo “Feminização” está sendo usado no sentido qualitativo a partir da significância e do valor social de uma profissão ou ocupação que originaram da feminilização.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez., 2011.

que dedicavam todo seu tempo aos afazeres domésticos, entre outras atividades, eram tidas como inativas. Vale lembrar que como essas atividades não eram consideradas “trabalho”, não eram quantificadas e nem precisavam ser remuneradas.

Embora historicamente se saiba que muitas mulheres ingressaram no espaço público de trabalho, na sociedade colonial patriarcalista, movidas pela necessidade de sobrevivência familiar. (SAMARA, 2006). Foi no século XIX, que começou a se ter registro do trabalho feminino e também começaram os questionamentos sobre sua legitimidade. (SCOTT, 1994). Segundo Tupy (2002, p. 120), o processo de industrialização e urbanização implantado com o modelo capitalista trouxe novas perspectivas para o trabalho feminino, “rompendo a ideologia da família patriarcal que mudou a relação social entre homens e mulheres implicando no reconhecimento da mulher como ativa colaboradora econômica do núcleo familiar”. Entretanto, a concepção referente a esse tipo de trabalho não mudou perante a sociedade; a participação das mulheres no mercado de trabalho foi apenas tolerada como inevitável para aquelas extremamente pobres. (YANNOULAS, 2011).

Com o advento da Revolução Russa, de 1917, os princípios estabelecidos por lei, eram: a igualdade de acesso ao trabalho para homens e mulheres, bem como a igualdade de salários para funções iguais. Embora até hoje esses princípios não tenham sido consolidados, na época serviram para impulsionar a participação da mulher no mercado de trabalho tornando-a mais efetiva. Contudo, o marco decisivo para a ampliação desse mercado foi a Segunda Guerra Mundial em razão da ida dos homens para o combate. Os países que estavam diretamente envolvidos na batalha exigiram uma mobilização da força de trabalho feminina. (GOMES, 2005).

Vale lembrar que diferentemente do que ocorreu na Primeira Grande Guerra, quando, após seu término, as mulheres tiveram que devolver o lugar público aos homens e voltaram às atividades do lar. (PERROT, 1998). No período pós-Segunda Guerra, a reestruturação da cadeia produtiva, favorecida pelo novo modelo econômico, impulsionou a evolução da sociedade a partir de uma cultura fabril, posteriormente de serviço e de consumo. Esse novo cenário alterou o setor produtivo, em escala mundial, e aumentou a necessidade de mão de obra feminina, intensificando a participação da mulher no mercado de trabalho. (NOGUEIRA, 2004).

Outros fatores também são identificados nesse processo de feminilização do trabalho como: a queda da fecundidade da mulher, isto

é, a diminuição na quantidade de filhos liberou, de certa forma, as mulheres para os postos de trabalho; o aumento da escolaridade das mulheres, haja vista que o acesso ao ensino superior ampliou o mercado de trabalho com novas ocupações; o empobrecimento da população, ou seja, a degradação das condições de vida, que culminou na necessidade do trabalho feminino para complementação da renda familiar, bem como as transformações culturais nos valores relativos ao papel social da mulher; a alteração da constituição da identidade feminina voltada para o trabalho produtivo, resultante da atuação do movimento feminista. (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003; SAFFIOTI, 1985).

A partir da década de 1970, o mercado sofreu uma desregulamentação cujas principais características foram a elevação da taxa de assalariamento e a redução do emprego, provocando uma insegurança no mundo do trabalho principalmente nos anos 1990, com o processo de globalização que alterou sobremaneira as formas de emprego, ocasionando o subemprego – notadamente pela via da terceirização, do trabalho temporário, do trabalho autônomo e da informalidade. (PENA, 2007). Conforme Hirata (2003), a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional, principais indícios da globalização, geraram sem dúvida um aumento do emprego remunerado feminino, tanto nos espaços formais como nos informais; muito embora, reservando a essas, um trabalho precário e vulnerável. “Trabalho que, na maioria das vezes, se caracterizava pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores, e por atividades adaptadas às suas capacidades consideradas inatas³⁶”. (NOGUEIRA, 2004, p. 4).

Outra proposição de Hirata (2003, p. 24-25) que merece destacar é que

A globalização significa a interdependência dos mercados, mas não significa a homogeneização do trabalho; embora os fluxos financeiros não conheçam fronteiras e se movam em tempo real, a desigualdade de situações sociais e de emprego conforme o país, o gênero, as raças, as gerações persiste e pode até aumentar [...].

³⁶ O “termo inatas” está sendo usado pela autora citada no sentido de atividades que faz parte da “natureza”. Portanto, apropriadas para ser realizadas pelas mulheres.

Isso significa que essa nova configuração, estabelecida com o processo da globalização, trouxe novas oportunidades, mas também novos riscos para mulheres. A cultura globalizada aumentou o número dos postos de serviços. Porém, fatores como a instabilidade de vínculos empregatícios (emprego temporário), aumento da competição nos ambientes de trabalho e a flexibilização agravaram problemas já existentes como as desigualdades de salários, as condições de trabalho e da saúde e a divisão sexual do trabalho. A autora chama atenção, ainda, para uma possível polarização econômica em três zonas do globo: Europa, Estados Unidos e Japão estabelecendo hierarquias em âmbito internacional, prejudicando, cada vez mais, os países periféricos. (HIRATA, 2003).

Dando sequência a esse pensamento, Araújo (2002) sublinha que a participação das mulheres no mercado globalizado vem acompanhada de um caráter excludente e da desqualificação dessa mão de obra.

[...] as mulheres, em sua maioria, estão sendo incorporadas através dos contratos por tempo determinado, com jornada parcial, atividades por conta própria e trabalho a domicílio - que vem sendo utilizado com mais frequência como forma de redução de custos - ou ainda nos postos informais, sem registro em carteira, de pequenas empresas subcontratadas tanto no setor de serviços quanto na indústria. Estas formas flexíveis de contratação, que vêm se constituindo como os novos espaços de confinamento da força de trabalho feminina, contribuem para que a incorporação das mulheres ocorra sob condições de trabalho inseguras e precárias. Essas condições são marcadas pelos baixos salários, pela intensificação da carga de trabalho, geralmente somada à dupla jornada de trabalho, e pela perda dos direitos legais. Assim, apesar do aumento do nível de escolaridade da população feminina e de sua crescente participação em ocupações técnicas ou consideradas não manuais, o caráter excludente desta feminilização do mercado de trabalho se expressa no seu confinamento em ocupações de menor prestígio social, na alta instabilidade, nas reduzidas chances de mobilidade, na desigualdade de oportunidades para homens e mulheres e nas assimetrias salariais entre eles, assim como na desvalorização das atividades qualificadas como femininas e nas dificuldades de acesso aos postos considerados masculinos. (ARAÚJO, 2002, p. 135).

O diferencial nos salários está entre os problemas que mais se acentuam no decorrer dos tempos, quando os rendimentos do trabalho feminino se contrapõem ao masculino, mesmo em condições iguais de escolaridade ou ocupando cargos equivalentes, as mulheres ainda percebem rendimento inferior. (BRUSCHINI, 2007). Sem contar que essa discriminação aparece mais para as mulheres que têm carreiras nas organizações privadas, haja vista que no serviço público os salários tendem a se igualar, sendo que as diferenças vão se instalar nas funções ocupadas que, em regra, as de maior prestígio são exercidas por homens. Quando se trata das ocupações com pouca qualificação exercidas pelos assalariados, o salário mínimo acaba igualando todo mundo. (MELO, 2008).

Harvey (1992, p. 140), analisando a situação das mulheres nas novas estruturas de mercado, comenta que a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, nas últimas décadas, não representou uma mudança revolucionária para elas. Esses padrões de desenvolvimento têm provocado desigualdades setoriais e regionais bem como facilitado “a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados pelo trabalho feminino mal pago”. E apesar das mudanças no redimensionamento familiar, as responsabilidades pelas tarefas domésticas, cuidados com a casa e com os membros da família, filhos, esposos são atribuições ainda delegadas à mulher, perpetuando, dessa forma, a dupla jornada de trabalho.

THIRY-CHERQUES (2003) revela uma segregação nas profissões. As de mais prestígio ainda são ocupadas por homens e também há uma exclusividade dos homens em ocupar alguns postos de trabalho como os cargos de gerência e direção. As mulheres ficam com cargos menos importantes como assessoria e trabalhos técnicos, por exemplo. Segundo o autor, o problema se agrava mais na medida em que continua a existir o velho preconceito que empurra as mulheres para carreiras menos valorizadas.

As profissões ditas femininas se ocupam do apoio administrativo e serviços, geralmente considerados pouco essenciais. Desta feita, quando ocorre a necessidade de cortar despesas em determinadas áreas, são essas ocupações que se encontram mais sujeitas a dispensas. Essas características contribuem não só para os baixos salários, mas também para o enfraquecimento e desvalorização da profissão. (THIRY-CHERQUES, 2003).

Segundo Yannoulas (2011), essa desvalorização se originou no âmbito doméstico, quando o trabalho realizado em casa – o cuidado com a família, com os filhos – não era considerado “trabalho”; perpassando o conjunto da vida social e contribuindo para apropriação diferenciada da força de trabalho de homens e mulheres, além de confirmar a divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero.

As estatísticas do trabalho feminino dão conta de que nem os esforços das mulheres para superarem o seu déficit de escolarização, através da formação superior, foram suficientes para promover a igualdade de oportunidades de emprego. O censo demográfico brasileiro

de 2010³⁷ constatou uma elevação dos postos de trabalho para mulheres de 35,4%, em 2000, para 43,9%, em 2010, mais acentuada do que a dos homens, que no mesmo período passou de 61,1%, para 63,3%. No entanto, embora tenha sido constatada essa ampliação do número de mulheres empregadas, os setores que mais absorveram essa mão de obra foram os de serviços domésticos com 92,7% das vagas ocupadas por mulheres. Com relação aos salários, os dados mostram que o rendimento das mulheres continuou inferior ao dos homens. Em média, ganham 72,3% dos salários recebidos por eles. O rendimento médio do trabalho das mulheres em 2010³⁸ foi de R\$ 1.343,81, enquanto os homens receberam R\$ 1.857,63. Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens. (IBGE, 2010).

Outro fato constatado no referido censo foi que, apesar da melhoria na distribuição de renda, ocorrida nos últimos anos, a desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito significativa. Os homens têm um peso relativamente maior nos empregos estáveis com melhores salários: 79% dos empregos, com rendimentos superiores a 20 salários mínimos, são ocupados por homens enquanto as mulheres alcançam apenas 21% dessas vagas. Isso mostra que mesmo com todos os avanços conquistados pelas mulheres, a divisão sexual do trabalho permanece embasada em velhas ideologias que desfavorecem o trabalho feminino. (IBGE, 2010).

3.2 Carreira profissional e a interferência de gênero

Carreira profissional é uma expressão que passou a ser usada a partir do século XIX, para definir a trajetória de vida profissional que corresponde à soma de todos os cargos ou posições ocupadas por uma pessoa durante o exercício da profissão. Essa envolve uma série de estágios, eventos e transições vivenciadas por um indivíduo ao longo de sua vida de trabalho começando pela escolha da profissão. Vale ressaltar que a construção dessa trajetória tem se modificado de acordo com as

³⁷Fonte: IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais/raisf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

³⁸Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de emprego 2003-2010.

mudanças no mundo do trabalho. A utilização do termo carreira e sua interpretação têm acompanhado essas transformações.

Loureiro, Costa e Freitas (2012, p. 137) tentam explicar o processo de evolução das carreiras da seguinte forma:

A carreira começa quando o indivíduo define suas metas, suas expectativas e seu caminho. Atualmente, a experiência de trabalho está desvinculada, de uma organização específica, ela é mais proativa, mais descontínua, menos previsível, porém deve ser planejada, a partir da definição das metas; buscam-se a qualificação, o conhecimento, as competências necessárias para o que se pretende.

Para Chanlat (1995), existem dois modelos de carreira: o tradicional e o moderno. O modelo tradicional cujo construto da carreira estava vinculado a uma organização, os trabalhadores possuíam maior estabilidade no emprego e a progressão da carreira ocorria de forma linear e vertical. Este modelo foi usado até os anos 1970, embora ainda ocorra de forma esporádica em algumas organizações ou sociedades. Este modelo foi marcado pelo enriquecimento, progresso e divisão social do trabalho. Os homens trabalhavam em maior número e a possibilidade de ascensão pertencia apenas aos grupos dominantes.

O modelo de carreira vigente na nossa sociedade proporciona oportunidades para profissionais tanto do sexo masculino como do sexo feminino. A progressão na carreira ocorre de forma descontínua sendo mais horizontal do que vertical. Na realidade, esse modelo transcende a existência de uma organização, colocando o indivíduo como principal responsável pelo planejamento e administração de sua carreira assumindo os riscos pelas mudanças em sua trajetória profissional. (CHANLAT, 1995).

Buscando atender às nuances desse novo modelo, as escolhas profissionais estão relacionadas, principalmente, ao contexto histórico e ao ambiente sociocultural em que o indivíduo se insere. É comum encontrar mulheres atuando em áreas que, até bem pouco tempo, foram exclusivamente do universo masculino como, por exemplo, advocacia, arquitetura, medicina e até nas engenharias. Também tem ocorrido a penetração de homens nas áreas tradicionalmente femininas como magistério, biblioteconomia, nutrição. (BRUSCHINI, 2007). Entretanto, isso não quer dizer que acabam as interferências de gênero nas escolhas

profissionais. As profissões continuam demarcadas pelo gênero, basta ver as estatísticas do MEC referentes às matrículas dos cursos da Educação Superior no País, no ano de 2012. O curso de Pedagogia foi o mais procurado pelas mulheres com 92,3% das matrículas. Vale mencionar que esse curso nem aparece na lista dos dez mais procurados por estudante do sexo masculino. (BRASIL, 2012).

Segundo Olinto (2011, p. 70), a maior presença de mulheres nas academias facilitou o seu acesso e incorporação nas diversas áreas do conhecimento. Contudo, a diferença de gênero não parece mudar ao longo do tempo, como é o caso “das engenharias, da química, da física ou da ciência da computação, que tendem a se mostrar ainda menos atrativas para as meninas em diversos países”. Enquanto “[...] os cursos das humanidades, educação, ciências sociais e ciências da saúde têm predominância feminina”.

Complementando esse ponto de vista, Job (2011) se expressa da seguinte forma:

A carreira científica sempre esteve mais identificada com o papel masculino. As profissões tecnológicas e ditas duras como as engenharias, a química, a física não eram e não são incentivadas às meninas pelas famílias do mesmo modo que as artes, as letras, a biblioteconomia não são indicadas para os meninos. Isso mostra que culturalmente são construídas condições para que se perpetuem as diferenças. Nos países mais pobres como o Brasil é abissal a diferença manifestada na educação dos meninos e meninas. Os meninos desde cedo são incentivados a irem para ruas, a praticarem esportes. A se interessarem pelos negócios. As meninas, por sua vez, devem aprender tarefas mais ‘leves’, artísticas, domésticas, sociais, etc. Portanto, não é difícil de entender, porque países como o Brasil, terão muito mais dificuldade em ter um significativo número de mulheres com carreira reconhecida, premiada e valorizada, em meio a uma cultura predominantemente identificada como masculina.

Ainda a respeito das mulheres nas carreiras, Olinto (2011, p. 75) faz a seguinte observação: por um lado, as mulheres conquistaram ganhos extraordinários como equiparação no nível escolar, representatividade quantitativa de cientista/pesquisadora; por outro lado,

convivem “com indícios claros de mecanismos de segregação horizontal e vertical de gênero”, que separam homens e mulheres em nichos acadêmicos distintos e/ou limitam sua progressão nas carreiras científicas.

Nesse sentido, Marry (2008, p. 403-404) aponta para dois fenômenos: a segregação vertical e a segregação horizontal. No primeiro, observa-se o “desaparecimento das mulheres à medida que se avança em direção às altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações”. Por mais que as mulheres invistam em suas carreiras, a preeminência masculina nas posições elevadas tem se mantido. No segundo, as mulheres se mantêm em segmentos geralmente menos visíveis e pouco reconhecidos. Para explicar esses fenômenos, a autora sinaliza para duas palavras-chave: no primeiro caso, a autosseleção e no segundo, a autoexclusão decorrente de um processo histórico e social das sociedades “que por muito tempo excluíram totalmente as mulheres do mercado de trabalho e que ainda as mantém à margem, de forma sutil e frequentemente à revelia de todos os protagonistas”.

Os obstáculos encontrados pelas mulheres no mercado se revelam de várias maneiras. Mas, talvez, a mais acentuada refira-se à persistência de preconceitos relacionados à capacidade e competência feminina. Outra questão observada é que as mulheres levam mais tempo para assumir uma função e mesmo tendo mais experiência sua remuneração é menor do que a dos colegas homens na mesma função. (TABAK, 2003).

Wenneras e Wold (1997), em pesquisa realizada na área biomédica, observaram que apesar dos números significativos de mulheres que entraram no campo de pesquisa desde a década de 1970, os homens ainda detêm as maiores posições acadêmicas, ocupando os escalões superiores da pesquisa científica. As mulheres mesmo contabilizando 44% dos doutorados da área, mantêm apenas 25% das posições de pós-doutorado e somente 7% dos cargos de professor desse segmento. Verificaram, também, nessa pesquisa que as mulheres deixam suas carreiras acadêmicas com uma frequência bem maior do que os homens.

Conforme Olinto (2011), uma das possíveis explicações para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acumular capital científico e avançar na carreira das ciências pode ser atribuída à necessidade que têm de apresentar mais credenciais para obter o mesmo benefício que seus colegas homens. Desse modo, além da difícil etapa enfrentada para obtenção do diploma, surgem outros obstáculos impedindo as mulheres de seguirem na carreira.

Além disso, em todos os grupos profissionais, verifica-se uma significativa discriminação em desfavor das mulheres seja no *status*, na discrepância de salários pagos, ou nas limitações ascensionais. O problema da desvalorização do trabalho não está relacionado somente à área ou à profissão escolhida, mas, especificamente quem realiza determinada atividade se o homem ou a mulher. Bruschini e Lombardi (2007) explicam essa segregação de duas maneiras: quando as mulheres rompem as barreiras e se infiltram em profissões masculinizadas como as engenharias passam a perceber salários menores e exercerem atividades menos valorizadas. Dados referentes ao ano de 2002 dão conta que as engenheiras ganhavam, em média, 71% do que recebiam seus colegas do sexo masculino. A despeito disso, Lombardi (2008) afirma que a maior presença feminina na engenharia tem alterado o contorno da divisão sexual do trabalho; no entanto, a discriminação de gênero continua na área, pois dificilmente uma mulher consegue ocupar cargos de alto escalão na profissão.

A outra forma de discriminação ocorre nas profissões tradicionalmente femininas, cuja feminilização é resultado de um construto social que incorre na desvalorização dessas profissões. Esse fato é confirmado por Yannoulas (2003). Para a autora, existe uma relação intensa entre a inserção de mulheres em uma profissão e sua transformação qualitativa; à medida que aumenta a presença feminina, diminui a remuneração e cai o prestígio social da mesma. Ademais, mesmo quando as mulheres numericamente dominam uma profissão, elas não têm sua representatividade. Ou seja, o reconhecimento da profissão geralmente é atribuído à figura masculina. Na educação é visível a desproporção entre o número de mulheres no corpo docente e a quantidade que assume um posto de comando, cargos de liderança. Um exemplo disso é o caso das universidades brasileiras, as quais 90% são dirigidas por homens. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2007).

Tendo em vista esse panorama, ora contextualizado, pode-se asseverar que de modo geral há hierarquia de gênero nas carreiras e nas profissões com favorecimento para os homens. A literatura apresentada mostra que, apesar da notável participação das mulheres nas ciências, as áreas de maior prestígio social ainda são dominadas pelos homens; além do mais, a predominância feminina é forte indício de desvalorização de determinadas áreas. (OLINTO, 2011). Ainda segundo a autora, a segregação das profissões feminilizadas perpetua, de certo modo, não só a desigualdade salarial, mas, sobretudo as hierarquias nas relações de poder entre homens e mulheres. Ademais, se esperava que o crescimento da escolaridade das mulheres resultasse em

uma maior diversificação ocupacional. Entretanto, a maioria das profissões escolhidas por elas são aquelas tradicionalmente consideradas femininas dentre as quais a Biblioteconomia. (OLINTO, 1997).

3.3 As profissões onde as mulheres se encontram

As chamadas “profissões femininas” remetem a valores³⁹ que lhes foram ensinados ao longo dos séculos. Valores e modelos construídos pela sociedade acabaram por se estabelecer como verdadeiros. (BOURDIEU, 2010). Como bem nos mostra Torrão Filho (2005, p. 140), “Alguns comportamentos são definidos pela cultura como sendo pertencentes a um ou outro sexo [...]. aos quais homens e mulheres precisam submeter-se para serem reconhecidos como tal”. Fato que leva as mulheres a se concentrar em ocupações vinculadas a serviços, como profissões das áreas de Ciências Sociais, Humanidades e Saúde. E os homens a continuar vinculados à produção, como as Ciências Naturais e as Engenharias. (MENEZES; HEILBORN, 2007).

Segundo Saffioti (1985), as mulheres, ao escolher uma profissão, arcam com o peso da determinação do sexo e inconscientemente buscam integrar-se em profissões por vias de menor resistência, em campos julgados próprios às características de seu sexo para evitar situações conflitantes. Complementando, Lombardi (2011) aduz que as mulheres, muitas vezes, desistem de uma profissão por anteciparem dificuldades para conseguir emprego no mercado, pelo fato de ser mulher, tendo em vista que “as empresas preferem homens justificando a escolha pelas condições de trabalho, supostamente, mais difíceis”. Além do que, elas não se sentem aptas para desempenhar tal profissão porque culturalmente as perceberam como profissões masculinas.

No caso da Biblioteconomia, a literatura aponta que sua feminilização levou à sua desvalorização. Primeiramente, foi considerada uma profissão de filhinha de papai ou “curso esperamarido” onde as moças de boa família iam estudar para obter um diploma (FERREIRA, 2003), imagem que refletia uma alienação das bibliotecárias e repercutia de maneira pejorativa na profissão. Alguns

³⁹ O termo valor está sendo usado conforme entendimento de Schwartz (1994, p. 21) “[...] serve aos interesses de uma entidade social. [...] Funciona como padrão de julgamento, justifica uma ação e é adquirido tanto pela socialização, como pela aprendizagem de experiências únicas dos indivíduos”. Uma das definições apresentadas por Walter (2008) em sua tese.

estereótipos discriminatórios referidos à bibliotecária em parte se devem a isso. Vejamos o depoimento de Lemos (2013) em entrevista à “Revista Biblio cultura informacional”, quando abordado sobre as dificuldades enfrentadas no início de sua carreira, na década de 1960. O entrevistado fez a seguinte colocação: “a Biblioteconomia naquela época era uma profissão de moças que precisavam ganhar um salário, mas sabiam que se casassem poderiam somar aquele ao salário do marido. [...] Não quero dizer com isso que era um curso “espera-marido” como era considerado na época [...]”.

Targino (2006, p. 130) considera que a elitização da Biblioteconomia contribuiu para os baixos salários tendo em vista que as moças de famílias abastadas podiam abrir mão da remuneração “para manter apenas mera ocupação para alternar com suas numerosas horas de ócio”. Referindo-se à feminilização da Biblioteconomia, a autora postula que embora tenha se constituído em um espaço a mais para inserção das mulheres no mundo do trabalho, ocasionou uma progressiva desqualificação da profissão e repercutiu negativamente no nível de prestígio atribuído às profissionais.

A Biblioteconomia tem evoluído como profissão, mas os níveis salariais, em geral, revelam o pouco apreço dedicado aos bibliotecários. Este é um dos problemas das profissões femininas. Ninguém pode negar o quão relegado a um plano inferior foi, durante muitos anos, o trabalho da mulher. Relegado, desacreditado e até ridicularizado. Visto desse ângulo, embora existam sinais crescentes de mudança, a culpa está no sistema e na sociedade machista que impera. (TARGINO, 2006, p. 123).

Em pesquisa realizada com bibliotecários dos Estados Unidos que teve como objetivo identificar fatores que levam à desvalorização da profissão, Carmichael Jr. (1995) levantou alguns pontos, tais como:

- Que a Biblioteconomia é uma profissão com predominância de pessoas do sexo feminino e, como magistério, enfermagem, serviço social são consideradas semiprofissões.
- Que os baixos *status* e prestígio de que desfrutam os bibliotecários têm sido atribuídos à imagem negativa das mulheres; e ao pouco interesse desses profissionais discutirem a questão de gênero na profissão.
- Que o fato de que na Biblioteconomia foi explícito o movimento de atração de pessoas do sexo masculino de forma a aumentar os salários recebidos pelos profissionais; estereótipos e *status* são temas recorrentes em profissões que possuem baixo *status* ou profissões marginais, entre outros.

Baseado nessas teorias que associam os baixos *status* e prestígio da Biblioteconomia à predominância de mulheres na profissão, questionamos os informantes da presente pesquisa se concordam com esse posicionamento: 91,7% concordam que a profissão tem pouco reconhecimento social; porém desses somente 18% atribuem isso à feminilização da profissão. O restante abordou outras causas já conhecidas, tais como: a ignorância das pessoas que não reconhecem a importância do profissional e também por ser uma profissão institucionalizada. Foram lembrados, também, o fato de a Biblioteconomia ser uma profissão de prestação de serviços, por isso gera essa desvalorização, bem como o descaso da educação e da cultura no país e a culpa do próprio profissional, como mencionado anteriormente.

É importante salientar que, apesar do esforço despendido pelas mulheres na tentativa de diminuir as desigualdades entre o gênero, essas ainda continuam ocupando espaços tradicionalmente femininos, associados a postos de menor remuneração e menor prestígio ou *status* social. Isso mostra que, no tocante à estrutura ocupacional, as mulheres ainda continuam em posição inferior a dos homens, ou seja, os postos de trabalho mais prestigiosos são monopolizados pelos homens. Bruschini e Lombardi (2007, p. 85) traçam um perfil das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho, no período de 1992 a 2002. Concluíram que em “[...] todas as situações examinadas, mesmo quando as condições são semelhantes entre os sexos, como a jornada de trabalho, o nível de escolaridade, e outras” persistem a segregação do trabalho feminino que reflete principalmente nas desigualdades salariais.

3.4 Biblioteconomia: profissão que nasceu masculina tornou-se feminina. E agora?

Martucci (1996) assevera que a intensificação da Revolução Industrial, o processo de estatização do sistema escolar que passou a funcionar com a ideologia da ordem econômica baseada nos meios de produção, na propriedade privada e na economia de mercado, bem como a difusão do livro e a expansão das bibliotecas públicas, eventos ocorridos no final do século XVIII, formaram as condições ideais para o desenvolvimento da profissão da bibliotecária, que veio surgir oficialmente no século XIX, com a criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia: em 1821, na França, a *École Nationale de Chartes* e, em 1887, nos Estados Unidos, a *School of Library Service* da *Columbia University*.

Contudo vale ressaltar que bem antes da implantação desses cursos já existiam as bibliotecas dos mosteiros, das universidades que tinham como função guardar e preservar o saber, patrimônio da humanidade. Quem era responsável por esses “tesouros” eram os teólogos, filósofos, literatos, etc. denominados de biógrafos, bibliófilos, conhecedores dos livros. Assim, para entender a masculinização da profissão, basta que examinemos as ciências, as religiões, as artes dos antepassados; todas eram de domínio masculino. Segundo Kremer (1983), nesse período, as mulheres não tinham acesso às bibliotecas nem como leitoras. Foi somente em 1852 que uma mulher foi contratada para trabalhar na *Boston Public Library*, no entanto, para exercer função subalterna (serviços de limpeza) e em 1857, finalmente, foi admitida a primeira mulher para assumir o cargo de bibliotecária, contratada pelo *Boston Athenaeum*.

No Brasil, também foi registrada essa masculinização, sendo os Jesuítas os primeiros que exerceram a função de bibliotecários no País. Para Suaiden (1980), a presença masculina na Biblioteconomia provinha do nível de conhecimento exigido para o exercício desse cargo. O autor ratifica esse fato quando relata dados de uma publicação escrita por Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, em 1811. A obra trata de um planejamento para criação da primeira biblioteca pública da cidade de Salvador, na qual o autor descreve também o perfil que deveria ter o bibliotecário para atuar na referida biblioteca “[...] ser um sujeito de muita boa conduta, que saiba bem ler, escrever e contar, sendo muito

para desejar-se que tenha conhecimento de Línguas, principalmente a Latina, Francesa e Inglesa".

Fonseca (1992, p. 112) também se preocupou em mostrar os conhecimentos que deveria ter um candidato à vaga de bibliotecário no final do século XIX, quando cita parte de um relatório apresentado por Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional, ao Ministro do Império.

O bibliotecário deve ter algum conhecimento das línguas grega e latina, perfeito conhecimento do francês e do inglês, de história e de literatura geral – e tudo isso sem excluir a ciência bibliográfica propriamente dita. E acrescentava que para a nomeação de empregados superiores da biblioteca devia exigir-se dos candidatos um diploma acadêmico, como o de bacharel em letras ou em ciências, o concurso prévio onde se haja de decidir quem tem mais habilitações para o bem servir. (FONSECA, 1992, p. 112).

Esses depoimentos levam-nos a uma análise de que a Biblioteconomia nasceu direcionada a atender a uma classe social - classe dominante. (SOUZA, 2009). Além de classista, observamos uma questão de gênero na área, em se sabendo que naquela época somente indivíduos do sexo masculino, de classe econômica alta, poderiam dispor de tamanho nível de conhecimento; haja vista, ainda, a falta de acesso das mulheres e dos indivíduos das classes inferiores ao sistema educacional brasileiro. A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827 e o acesso das mulheres ao ensino superior só foi concedido no final do século XIX, precisamente em 1879. (SAMARA, 2006).

Nesse período, a Biblioteconomia brasileira foi tida como uma profissão aristocrática, influenciada pelos países europeus principalmente a França, que via o bibliotecário como intelectual e a biblioteca como local de elite, cujo objetivo era a organização sistemática do conhecimento científico. Este modelo foi implantado no Brasil por Ramiz Galvão, formado em Medicina, Professor e Diretor da Biblioteca Nacional (1870-1882) e seguido por outros intelectuais que o sucederam na direção da Biblioteca Nacional, bem como foram os responsáveis pelos rumos da Biblioteconomia brasileira até meados do século XX, quando foi implantado o modelo norte-americano. (FONSECA, 1979).

Na visão de Souza (2009, p. 45), as contribuições trazidas por esses intelectuais tiveram caráter restrito, servindo somente à Biblioteca Nacional. “Foram trabalhos para serem mostrados mais à elite do que mesmo para transformar a biblioteca em centro de educação popular”. O autor assinala que as iniciativas desses intelectuais, no sentido de dotar a Biblioteca Nacional, do país, com uma estrutura compatível com bibliotecas similares de países desenvolvidos, fugiam da realidade brasileira.

Os dois maiores eventos para o desenvolvimento da Biblioteconomia e da carreira da bibliotecária foram a fundação da Biblioteca Nacional que ocorreu em 1810 e a implantação do primeiro curso de Biblioteconomia que começou a funcionar em 1915. Convém lembrar que, ainda, no século XIX, bem antes de ter início o ensino de Biblioteconomia ocorreram os primeiros concursos visando à admissão de bibliotecários no País, promovidos pela Biblioteca Nacional. O primeiro realizado foi no ano de 1879, para o cargo de “Oficial de biblioteca” no qual foi aprovado, em primeiro lugar, o historiador Capistrano de Abreu. Em 1915, Manuel Bastos Tigre passa em primeiro lugar no concurso para bibliotecário do Museu Nacional, com tese sobre a Classificação Decimal.

Não se tem registro de mulheres que se submeteram a esses concursos, atribui-se isso aos pré-requisitos exigidos aos candidatos para o referido cargo. Fonseca (1979, p. 29), reportando-se ao primeiro concurso, retratou que o mesmo constava de provas sobre “História Universal, Geografia, Literatura, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Classificação de Manuscritos e traduções do Latim, do Francês e do Inglês”. Como notado, os candidatos a bibliotecários deveriam ser pessoas eruditas.

Assim, criteriosamente, a função intelectual e erudita da Biblioteconomia no Brasil está relacionada à figura masculina e se caracteriza na história das bibliotecas até o início do século XX, precisamente até a década de 1930, com a implantação do modelo norte-americano dando início à formação técnica desse profissional limitando o seu caráter humanístico. (CASTRO, 2000; SOUZA, 2009).

Retornando à história da Biblioteca Nacional, órgão de grande relevância cultural para a sociedade brasileira e importante para a carreira biblioteconômica do país, fundada por D. João VI em 1810, podemos observar, no que concerne à escolha de seus dirigentes, que as nomeações de cargos para essa unidade foram marcadas por uma hierarquia de gênero. Pois, mesmo existindo no Brasil, bibliotecárias formadas e atuantes na área desde a década de 1930, somente em 1971

foi que a referida biblioteca pôde ser dirigida por uma mulher, após 161 (cento sessenta e um) anos de sua criação. Isso pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 3 - Diretores da Biblioteca Nacional (entre séc. XIX-XX).

Nome	Período
Padre. Joaquim Dâmaso/Frei Gregório J. Viegas	1810 -1825
Luís Joaquim dos Santos Marrocos	1825-1828
Frei Antônio de Arrábida	1828-1831
Padre Felisberto Antônio Pereira Delgado	1831-1833
Cônego Francisco Vieira Goulart	1833- 1837
Cônego Antônio Fernandes da Silveira	1837-1939
Cônego Januário da Cunha Barbosa	1839-1846
José de Assis Alves Branco Moniz Barreto	1846-1853
Frei Camilo de Monserrate	1853-1870
Benjamin Franklin Ramiz Galvão ⁴⁰	1870-1882
Dr. João de Saldanha da Gama	1882-1889
Francisco Leite Bittencourt Sampaio	1889-1892
Francisco Mendes da Rocha	1892-1894
Raul d'Ávila Pompéia	1894-1895
José Alexandre Teixeira de Melo	1895-1900
Manuel Cícero Peregrino da Silva ⁴¹	1900-1924
Mário Marinho de Carvalho Behring	1924 -1932
Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	1932-1945
Rubens Borba de Moraes	1945-1947
Josué Montello	1948-1951
Eugênio Gomes	1951-1956
Celso Ferreira da Cunha	1956-1960
Adonias Aguiar Filho	1961- 1971
Janice de Melo ⁴²	1971-1979

Fonte: Guia da Biblioteca Nacional, 1980. *Site*: www.worldcat.org/instituto-brasileiro-de-bibliografia-e-documenta. Acesso em: 29 out. 2012.

⁴⁰ Realizou o primeiro concurso público para o cargo de bibliotecário no Brasil.

⁴¹ Criou o primeiro Curso de Biblioteconomia da América Latina e o terceiro do mundo que funcionou na Biblioteca Nacional, tendo início em 1915.

⁴² Foi precursora dos processos de informatização na documentação brasileira, foi diretora, por 10 anos, da Biblioteca Nacional. Implantou o sistema de microfilmagem dos periódicos brasileiros em rede nacional. Informações retiradas do *site* <www.cat.org/brasileirobibliografia-e-documenta>. Acesso em 29 out.2012.

As mulheres são pouco visíveis no espaço público como podemos constatar em outras instituições culturais e acadêmicas privilegiadas pelos intelectuais brasileiros. A Academia Brasileira de Letras (ABL), primeira agremiação de consagração literária do País, criada em 20 de julho de 1897, somente teve uma mulher como membro efetivo oitenta anos após sua fundação em 1977. (SOUSA; PEDRO, 2012a). A Academia Nacional de Medicina (ANM), fundada em 30 de junho de 1829, no Rio de Janeiro teve a presença feminina no seu quadro de sócios em 1871, quarenta e dois anos após sua criação e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), criada em 1916, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da educação e do bem-estar do País também tivera a ausência feminina em sua trajetória, quando em 2003 contava com apenas 9,8% de mulheres acadêmicas efetivas no seu quadro. (MELO; CASEMIRO, 2003).

Segundo as autoras citadas, “a ausência das mulheres no exercício do poder, tanto no setor público como no privado, e nas esferas de representações políticas, onde são tomadas decisões de caráter coletivo que interferem na dinâmica social” reafirmam os padrões históricos que determinam os papéis que um ou o outro sexo deve desempenhar. Contudo, todo esforço que se faça no sentido de mostrar onde estão as mulheres no “sistema científico e tecnológico do país contribui sensivelmente para aumentar a visibilidade feminina”.

3.4.1 O enigma da feminilização da Biblioteconomia

A mudança da composição sexual da Biblioteconomia teve início no século XIX, estando associada à emergência do Estado Nação, à Revolução Industrial e ao processo de institucionalização e estatização do sistema escolar que ficou sob o comando do Estado. (CYSNE, 1993). Nesse período ocorrem a difusão do livro e a multiplicação das bibliotecas públicas nos países mais desenvolvidos (Inglaterra e Estados Unidos) que tinham como papel principal contribuir para a “ordem social e o progresso nacional”. Na Inglaterra, as bibliotecas públicas tinham a função de formar leitores para uma leitura inofensiva, combatendo os efeitos perniciosos das leituras que proliferaram na época e podiam afetar a mente dos operários, ou seja, leituras sem controle nas mãos dos operários podiam ser algo perigoso. Assim, as bibliotecas foram criadas para proporcionar o acesso do povo a uma boa literatura, e promover a ordem pública. Nos Estados Unidos, essas bibliotecas nasceram como base fundamental da educação; nesse caso, seu papel assemelhava-se ao da escola

primária. Como a escola decidia o que os alunos deviam aprender, a biblioteca decidia o que os usuários deviam ler preservando valores sociais vigentes a serviço da sociedade dominante. Com essa “filosofia, a biblioteca pública era considerada um meio de espalhar a educação, com igualdade para todos”. (MUELLER, 1984, p. 9-11).

Dessa feita, os atributos exigidos ao profissional para trabalhar nessas bibliotecas referenciando a ordem, a educação, os bons costumes da população ancoravam-se a uma pertença feminina, haja vista que, na época, as mulheres eram consideradas: educadoras por “natureza”, conservadoras, obedientes, pacientes e, dispostas a aceitar a autoridade e a hierarquia dos homens. (ENGUIITA, 1991). Ademais, a Biblioteconomia agrega, no exercício de suas funções, atributos como cuidar, zelar, arrumar, guardar, preservar; valores que a sociedade esperava encontrar nas mulheres. Assim, como professora, enfermeira, assistente social, a mulher se enquadra também na Biblioteconomia considerada extensão das funções domésticas, ou como ocupações transitórias (casamento, maternidade) criadas sob o amparo dos serviços públicos. (ENGUIITA, 1991).

Conforme Kremer (1983) a iniciativa de inserir as mulheres na Biblioteconomia foi do professor Melvil Dewey que, contrariando as ordens expressas dos curadores do curso de Biblioteconomia da *School of Library Service* da *Columbia University*, criado em 1887, permitiu a entrada de mulheres no referido curso; dos vinte alunos matriculados na primeira turma, dezessete eram mulheres. A discriminação com relação às mulheres era tão forte que Melvil Dewey foi demitido da universidade, pouco tempo depois por ter permitido o ingresso das mulheres no curso. Vale lembrar, que a iniciativa do Professor Dewey foi um marco importante na vida das mulheres que puderam adentrar na profissão, bem como serviu de divisor para a Biblioteconomia que, de essencialmente masculina, em menos de um século, torna-se de predominância feminina. (KREMER, 1983).

Como já relatado anteriormente, o processo de profissionalização das mulheres ocorreu fundamentado nos papéis que, historicamente, foram idealizados como femininos referenciando o cuidar, o educar e o servir, como dom ou vocação feminina. (CAPPELLE et al, 2004). Ademais, havia também a preocupação de associar a profissão com as atividades de dona de casa, esposa, mãe; com isso pouco tempo lhes sobrava para se preparar intelectualmente (formação continuada) o que acabava por refletir nos cargos que exerciam. Infelizmente, esse fato ainda ocorre. Segundo Melo (2008), a “dupla jornada de trabalho que a mulher tem que enfrentar e a eterna

culpa cristã” são os fatores que ainda hoje impedem que ela entre com mais força no mercado de trabalho brasileiro.

Procurando explicar a aproximação da Biblioteconomia com o Magistério, MARTUCCI (1996, p. 242) faz a seguinte explanação: no século XIX, a mulher foi considerada um ser puro, dedicado, “[...] de grandes qualidades morais, educadora primeira na sociedade”, características essas que a levaram a exercer profissões para quais eram consideradas vocacionadas, como é o caso da professora e da bibliotecária. Além disso, a autora levantou outros fatores que, de certa forma, contribuíram para as mulheres ingressarem nessas profissões.

[...] variável ideológica, variáveis econômico-sociais também influenciaram seu ingresso nessas profissões; como a possibilidade de harmonização do trabalho com as atividades domésticas, o aceite de baixo salário compensado pelas fracas pressões da competitividade profissional inerente ao serviço público, ou por se constituir uma segunda fonte de renda da família; outro elemento a ser considerado é a respeitabilidade advinda do exercício destas profissões, que perpassam a imagem de pessoas cultas, familiarizadas com o conhecimento, preparadas para orientar e ensinar o que sabem; [...] também uma variável religiosa pode ser considerada, na medida em que a missão, o apostolado, a luta sem tréguas contra a ignorância e a busca da luz e do conhecimento, estavam acima de obstáculos e dificuldades, considerando-se a remuneração e as condições de trabalho como elementos de significância menor. (MARTUCCI, 1996, p. 242).

Seguindo esse raciocínio, Ferreira (2003, p. 195) lembra que a entrada das mulheres no mundo do trabalho, nos séculos XVIII e XIX, foi marcada por grandes preconceitos e discriminação, havendo também uma grande preocupação com suas escolhas profissionais, pois se eram as mulheres que cuidavam dos filhos, do marido, dos idosos e dos doentes, o sistema tinha que encaixá-las em profissões que se assemelhassem a essas habilidades. Daí, se justificar a predominância de mulheres nas áreas de “[...] Magistério, Enfermagem, Nutrição, Biblioteconomia que de alguma forma são extensão das atividades domésticas”.

Bruschini (1997), em seus estudos sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, identifica as várias formas de discriminação por elas sofridas nesse processo. Essa inserção vai desde a colocação em determinados setores ou profissões consideradas inferiores, no exercício de funções menos qualificadas, nos salários percebidos que sempre são menores do que os pagos para os colegas homens e, principalmente, quando hierarquicamente são mantidas em posição inferior à dos homens.

O “trabalho chato”, miúdo, picado e contínuo, invisível, de organização, de contatos, de registros é preferencialmente desenvolvido por elas porque a maioria dos homens não o assumia de imediato e elas se antecipavam em aceitá-los. (LOMBARDI, 2011).

A descrição desse trabalho assemelha-se ao desenvolvido nas bibliotecas. A bibliotecária ainda é reconhecida pelo domínio das técnicas de processamento e organização da documentação, taxada de burocrática, confinada nos minuciosos e áridos processos técnicos (carimba, registra, classifica, cataloga e organiza), trabalho criterioso bem sugestivo para ser desenvolvido por mulheres. Mesmo atualmente, com os processos de automação e uso das TICs que acarretaram mudanças significativas no desenvolvimento dos serviços da biblioteca, ainda assim, de acordo com Olinto (1997, p. 8), existem algumas atividades na biblioteca na organização das informações e das coleções que se assemelham às atividades do lar:

A mulher na profissão de bibliotecária [...] na organização e funcionamento da biblioteca se espelhariam nas suas incumbências relativas à organização e funcionamento da casa; no interesse pelos livros estaria implícito o seu papel de produtora de cultura, aceitando chances restritas de carreira e de exercício de autoridade a bibliotecária estaria simbolizando a sua subordinação na esfera doméstica.

Isso mostra que habilidades tradicionalmente aprendidas pelas mulheres na esfera reprodutiva, que se consagraram como habilidades femininas, servem para indicar a inserção das mulheres no trabalho produtivo. No entanto, não significa de fato que essas habilidades agora

requeridas pelos novos modelos de produção e de serviços possam alterar o valor das mesmas e, assim, contribuir de modo significativo para a colocação das mulheres em espaços de trabalho privilegiado. O que se tem observado são as mulheres concentradas em setores menos valorizados, em ocupações mal pagas e de menor nível de qualificação. (GOMES, 2005).

No Brasil, o primeiro registro da mulher na Biblioteconomia foi a vinda da bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, que chegou em 1929, para orientar a organização da biblioteca, no *Mackenzie College* (atual Instituto Presbiteriano Mackenzie). Além disso, ela substituiu temporariamente a diretora da referida biblioteca, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, que se ausentou do cargo em 1930, para cursar Biblioteconomia na *School of Library Service* da *Columbia University* nos EUA, retornando em 1931, como a primeira bibliotecária brasileira com formação na área. (CASTRO, 2000). Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo reassume a direção da biblioteca e do “Curso de Biblioteconomia”, curso elementar criado na instituição por Dorothy, que tinha como objetivo preparar tecnicamente os funcionários da biblioteca, embora tenha recebido alguns poucos alunos externos. Nesse período ocorre no País a expansão das bibliotecas públicas nos grandes centros (Rio de Janeiro e São Paulo) e das bibliotecas universitárias que surgiam com a ampliação do Ensino Superior. (CASTRO, 2000; SOUZA, 2009). Ainda de acordo com Souza (2009), na década de 1930 no Brasil, começa a se formar a ideia de um mercado com potencial de amplitude e diversidade para a Biblioteconomia. Nesse sentido foram realizados

Esforços voltados para uma prática e uma educação biblioteconômica direcionada ao atendimento generalizado e profissional-técnico de demandas distintas das bibliotecas nacional e públicas; portanto, já apontando para o setor governo, para a indústria editorial nascente, para as bibliotecas universitárias, que começavam a se constituir como estruturas completas e não meras coleções de livros, demandando, com isso, uma organização eficaz, moderna. (SOUZA, 2009, p. 14).

Em 1936 foi criado o curso, promovido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, por Adelpha Figueiredo e

Rubens Borba de Moraes. Foi implantado o modelo norte-americano de ensino de Biblioteconomia, tanto no curso do *Mackenzie College*, como no curso recém-criado. O caráter mais pragmático e tecnicista desse modelo limita as atividades intelectuais das bibliotecas, o que supomos ter contribuído para a falta de interesse dos homens na profissão. Outra questão que mereceu destaque, nesse período, foi a transformação das bibliotecas em espaços voltados para a educação das classes baixas e da preservação de valores sociais vigentes: “Manter a ordem e os bons costumes a serviço da classe dominante”. (CYSNE, 1993, p. 43). Essa perspectiva pedagógica pode ter suscitado a entrada das mulheres na profissão, haja vista assemelhar-se à de professora, caracterizada como profissão feminina. (MARTUCCI, 1996, p. 242). De todo modo, apesar de não ter encontrado na literatura nenhum registro que marque definitivamente essa movimentação que afastou os homens e aproximou as mulheres da Biblioteconomia, julgamos os acontecimentos relatados propícios para justificar esse evento.

Ainda sobre fatores que, de alguma maneira, direcionaram as mulheres para a Biblioteconomia, Ferreira (2003, p. 196) sinaliza: facilidade de ingresso e curta duração do curso (três anos), o que facilitava a profissionalização das jovens que contraíam matrimônio mais cedo e, também, o funcionamento dos cursos em horários diurnos recomendados para as moças de boa família. A esses fatores agregamos mais alguns identificados por autores, tais como: (ALMEIDA JÚNIOR, 1985; MARCHIORI, 1996; SOUTO, 2005, entre outros)

- Emprego ameno, (pouco intelectual);
- Local de trabalho tranquilo;
- Horário de trabalho flexível possibilitando conciliar trabalho com as atividades de casa;
- Uma profissão que não precisasse de estudos complementares;
- Gosto por livros;
- Influência da família;
- Porta de entrada para a universidade, (o candidato ingressava por ser mais fácil e depois transferia para o curso de sua preferência).

Ressaltamos que alguns desses aspectos já foram superados com o tempo, como nos mostra Souto (2005, p. 32) que desmitifica o local de trabalho tranquilo por um ambiente dinâmico e desafiador que exige alto nível de conhecimentos, competências e habilidades do profissional para garantir uma vaga no mercado globalizado. Para o autor, a qualificação

desse profissional “não é tão somente uma necessidade, mas uma questão de sobrevivência”.

Contudo, outros fatores ainda continuam. Percebemos isso na presente pesquisa quando, entre as mulheres entrevistadas, 33% revelaram que a Biblioteconomia não foi a sua primeira opção no vestibular. Mas, dada à facilidade de ingresso no curso, acabaram cursando e ficando na profissão; 22% afirmaram que suas opções decorreram de influência que receberam da família ou de amigos e 11% ingressaram no curso por acaso. Veja alguns dos depoimentos das mulheres entrevistadas:

S1 – Não foi uma escolha consciente assim. [silêncio] Eu coloquei Biblioteconomia como segunda opção no vestibular. Passei e fui cursando. Quando vi já estava formada, trabalhando na área. Foi bem por acaso mesmo.

S6 – Na verdade, foi minha segunda opção. Comecei a fazer e terminei por ficar na profissão. Me identifiquei [...]

S5 – Tenho dois irmãos bibliotecários: um irmão e uma irmã. Na época que prestei vestibular, o meu irmão já era formado [...] por isso, optei pelo curso.

S8 – Eu queria mesmo área da saúde: Nutrição. Mas fui influenciada por um colega que a tia dele era bibliotecária do Tribunal de Justiça. Ele falava muito bem dela visto que ela ganhava muito dinheiro. Também eu gostava muito de ler. Enfim, fiz o curso sem muita pretensão.

Prosseguindo com os resultados da pesquisa, observamos que os informantes do sexo masculino demonstraram-se mais confiantes e firmes na escolha da profissão. Nas suas falas, identificamos afinidades com área do conhecimento e uma relação especial com a descoberta intelectual, haja vista que 67% dos homens ingressaram no curso pelo nível de conhecimento que este poderia lhes proporcionar e o restante (33%) optaram pela profissão, na busca de retorno financeiro. Veja os depoimentos narrados

S10 – Busquei a profissão por retorno financeiro. Apesar de o bibliotecário não ganhar muito dinheiro, tem mais opção de trabalho.

S9 – Eu busquei o curso de Biblioteconomia a fim de aprimorar meus conhecimentos e práticas junto à documentação, quando trabalhava como auditor hoteleiro. Dentro do curso, conheci melhor a área e optei por segui-la, abandonando a hotelaria.

S2 – Escolhi porque a Biblioteconomia trabalha com várias áreas. Eu lembro que na época que fiz, a grade curricular do curso era bem interdisciplinar mesmo. Hoje mudou bastante. É bem técnica e voltada para o mercado de trabalho. Quando fiz o curso tinha muitas disciplinas na área de humanas, sociologia, economia, história da arte. Por isso, me interessei. Hoje é só tecnologia e acabou. E foi esse vasto campo de conhecimento que me fascinou.

Observamos a interferência do gênero nos depoimentos das mulheres que demonstraram indecisões na escolha profissional. Portanto, elas se encaminham para a Biblioteconomia por influência de alguém ou por não se sentirem competentes para ingressar em áreas mais prestigiadas; por parte dos homens, transpareceu um tom de superioridade mesmo optando por uma profissão considerada feminina e socialmente pouca valorizada.

Marchiori (1996, p.100), em pesquisa realizada com bibliotecárias a fim de saber as causas da imagem sempre negativa da profissão, detectou que a opção pelo curso, quase sempre vinha acompanhada de um sentimento de baixa estima, de falta de interesse em progredir na carreira profissional, haja vista a Biblioteconomia não ser a escolha desejada pelas graduadas; fazia parte da segunda ou terceira opção no vestibular. Muitas terminaram o curso “para garantir o diploma universitário sem nutrir interesse pela profissão”. Outro fator enfatizado pela autora foi a predominância feminina, o que segundo ela “implica em carregar para ação profissional os preconceitos da mulher enquanto

indivíduo social ativo a as condições que acompanham a sua opção profissional [...]", entre os quais os baixos salários.

Botassi (1984, p. 1), em seu artigo "Bibliotecária(o): a profissão no feminino", enfatizou que as circunstâncias que levam as mulheres a escolher o curso de Biblioteconomia pouco resultam do interesse pela profissão da consciência de uma atuação profissional. A autora fala de uma "natureza feminina" que impulsiona as mulheres a prestar serviços relacionados à educação ao cuidado e se não fossem "Bibliotecárias, elas seriam enfermeiras, assistentes sociais [...]". Mesmo considerado o tempo dessa publicação nos utilizamos desse pensamento para questionar sobre as construções sociais que influenciam as escolhas profissionais de homens e mulheres. É importante destacar que essa "natureza" não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Esses comportamentos de forma alguma estão relacionado com o fator biológico e nem com a condição de ser mulher. "As mulheres não escolhem fazer essa ou aquela profissão pelo seu dom natural de servir, mas sim, pela representação que têm de si e da profissão e ainda pelas condições objetivas para exercê-las". (NASCIMENTO; FERREIRA; BATISTA, 1998, p. 167).

Diante do exposto, evidenciamos que continuam a existir interferências de gênero na hora da escolha profissional mesmo com todo o processo de evolução das profissões. Isso é produto de uma construção histórico-cultural complexa, estabelecida a partir de valores e atributos que se consideram femininos ou masculinos e os tornam aptos a desenvolverem determinados papéis. (LOMBARDI, 2011; MENEZES; HEILBORN, 2007; SAFFIOTI, 1985, entre outros). Nesse contexto, as relações de poder têm sido um fator preponderante que define as carreiras femininas e masculinas no âmbito das profissões, designando as mulheres à profissão de menor reputação. (BOURDIEU, 2010).

3.4.2 Biblioteconomia na atualidade: os contingentes de sexo

A Biblioteconomia enquadra-se no nível de profissões feminizadas, dado que esta possui em seus quadros, um percentual de mulheres acima de 80%. (OLINTO, 2006). Em pesquisa realizada por Pena (2007, p. 92), que teve como objetivo analisar o mercado de

trabalho da bibliotecária no Brasil, a partir dos dados disponíveis nas bases RAIS/MTE⁴³, no período de 1985 a 2005, em termo quantitativo por sexo, obteve o seguinte resultado: em 1985, as mulheres representavam 88% dos profissionais empregados enquanto os homens eram apenas 12%; em 1995, o número de homens cresceu 5% indicando uma tendência à elevação no crescimento desse contingente, o que se confirmou em 2005 quando os homens chegaram a 26% da categoria empregada no mercado formal. Isso mostra que, embora as mulheres ainda sejam maioria, o ingresso de homens vem aumentando na carreira nos últimos anos.

Dados semelhantes foram obtidos em outras pesquisas como demonstrados a seguir:

Tabela1 – Formandos do curso de Biblioteconomia da UFPB

Décadas	Mulheres	Homens	Porcentagens de homens %
1970	122	07	6
1980	227	23	10
1990	142	24	17
2000	222	73	33
2010-2011	63	36	57

Fonte: CODESC/PRG/UFPB⁴⁴.

Os dados apresentados na tabela mostram um aumento no contingente masculino no curso e, apesar de não ser um aumento significativo, trata-se de um aumento gradual. A cada década, observamos uma maior procura masculina pela profissão. Vale ressaltar que a partir da década de 1990, esse curso na UFPB passou a funcionar no período noturno, embora não tenhamos nenhuma comprovação que foi esse o motivo que ocasionou o aumento de homens no referido curso.

⁴³ Relação Anual de Informação Social (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

⁴⁴ Informações cedidas pela Coordenação Escolar/ Pró-reitora de Registro de Alunos da UFPB. Em fevereiro de 2012.

Tabela 2 – Formandos do curso de Biblioteconomia da UFSC

Décadas	Mulheres	Homens	Porcentagens de homens %
1970	110	12	11
1980	198	26	13
1990	247	53	21
2000	432	102	25
2010-2011	71	22	31

Fonte: Coordenação do Curso de Biblioteconomia da UFSC⁴⁵.

No caso da UFSC, também constatamos um aumento gradual de formandos do sexo masculino. Contudo, o aumento observado no último ano pesquisado (2010-2011) foi surpreendente e ocorreu nos dois cursos averiguados. Esses dados têm sido comprovados em outras pesquisas como a realizada por Cunha (2012), que teve como objetivo identificar o perfil do bibliotecário da região Norte. Neste caso, a autora constatou que entre o período 2005 – 2010, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) formou 39 bibliotecários (sexo masculino) e no mesmo período a Universidade Federal do Pará (UFPA) formou 81. Embora, não tenha apresentado estatísticas, a pesquisadora informa que esses dados superaram quantitativamente o ingresso de homens nos anos anteriores.

Silveira e Gonçalves, (2009), em pesquisa realizada com egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande, RS, no período de 1998-2007, identificaram a predominância feminina na profissão. Dos 246 graduados, 89,4% são mulheres. Entretanto, observaram que nas novas turmas as quais não participaram da pesquisa, esta realidade está se modificando, pois a cada ano tem entrado um número maior de homens no referido curso.

Outros dados a que tivemos acesso foram de uma pesquisa realizada por Ferreira (2010), na Universidade Federal do Maranhão

⁴⁵ Informações cedidas pela Coordenação do Curso de Biblioteconomia da UFSC disponível no *site*

<<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/expo/formandos.html>>. Acesso: em 25 set. 2012.

(UFMA). Nesse caso, a autora fez um levantamento dos matriculados no curso de Biblioteconomia no período 2000-2010. No período, ingressaram no curso 468 mulheres e 75 homens; em termos percentuais ainda é pouco significativa a presença masculina (apenas 14%). No entanto, segundo a autora, se comparado com as décadas anteriores de 1980 e 1990 quando somente 18 (dezoito) homens concluíram o curso, esta estatística já é bem representativa.

Tabela 3 – Ingressos no curso de Biblioteconomia da UFMA

Anos	Mulheres	Homens	Porcentagens de homens %
2000-2002	91	9	10
2003-2004	88	14	16
2005-2006	87	15	17
2007-2008	104	16	15
2009-2010	98	21	21

Fonte: Ferreira (2010).

Essa inserção de homens na carreira da Biblioteconomia, nas últimas décadas, sugere nova reflexão para o debate da profissão. De acordo com Baptista e Mueller (2005), o aumento da participação masculina, nessa área, pode ser justificado pelas novas frentes de trabalho em Biblioteconomia, tais como, a *Internet* e sua demanda em tarefas relacionadas a organizar, filtrar, difundir e recuperar informações na rede. Compactuando com a ideia, Ferreira (2010) defende a hipótese de que os homens estão buscando a área tendo em vista as TICs por ser um campo, atualmente, muito promissor na Biblioteconomia. Outros autores, entre eles Carmichael Jr. (1992, p. 414), também se posicionaram nesse sentido com a seguinte indagação: “como as tecnologias e as máquinas são domínios tradicionalmente "masculinos", presumiu-se que a revolução tecnológica nas bibliotecas tem sido um fator preponderante para o aumento de homens na profissão”.

Sem dúvida, as tecnologias podem representar uma oportunidade para a Biblioteconomia tornar-se mais reconhecida na sociedade, do que tem sido até hoje. É com o uso desses recursos que as bibliotecas têm se estabelecido como sistemas potentes de transmissão de informações. Contudo, pelos registros encontrados na literatura, essa

perspectiva de que o interesse dos homens pela Biblioteconomia está relacionado ao uso das tecnologias na área não tem se confirmado. Pelo menos não é norma, isto é, se levarmos em conta os depoimentos dos próprios profissionais.

A despeito disso, apresentamos resultados de uma pesquisa realizada por Sousa e Pedro (2012b) com bibliotecários (sexo masculino) de duas instituições de ensino superior da Paraíba IFPB e UFPB, respectivamente. Seu objetivo foi saber o porquê deles optarem por uma profissão de predominância feminina. Do total de pesquisados, somente 17% mencionaram o uso das TICs, como motivação para ingressar na profissão. O restante indicou vários outros motivos para esta escolha. Bergman (2005) também realizou pesquisa com bibliotecárias/os que atuam nas bibliotecas dos Estados Unidos, com o objetivo de identificar quem estava lidando com a gestão dos recursos digitais, se as mulheres ou os homens. Os resultados indicaram que os homens não têm sido favorecidos em relação às mulheres para o emprego nessa especialidade. Os únicos fatores importantes encontrados que influenciam nos salários são experiência e a localização geográfica.

Na presente pesquisa, os resultados apontam para várias outras situações, que têm direcionado os homens para o curso, a saber: os sujeitos do sexo masculino apresentaram elementos como: realização pessoal, aprimoramento dos conhecimentos e retorno financeiro. E, mais adiante, em outra questão quando todos os sujeitos foram indagados a opinar sobre o que tem levado os homens a ingressarem na carreira, os informantes se pronunciaram da seguinte forma:

Mudanças de paradigmas, mudanças da imagem da profissão, quebra de preconceitos, hoje não tem essa de ser uma profissão de mulher ou de homossexuais, 58%;

Uma movimentação natural que está acontecendo no campo das profissões, as profissões estão se tornando mistas; homens ingressam em profissões de mulher e vice-versa, 17%;

Maior reconhecimento da profissão, maior visibilidade da área, a Biblioteconomia tem aparecido como uma profissão do futuro, principalmente com relação à informação e ao conhecimento e isso tem chamado atenção, 17%;

Por conta do avanço da *Internet* e das tecnologias da informação, os homens se dedicam muito à computação e hoje em dia as bibliotecas estão automatizadas, 8%.

Conforme exposto, somente 8% encaram as TICs como responsáveis pela busca do curso pelos homens. No entanto, a crença de que os homens têm mais facilidades com o uso das tecnologias é sugestivo que os bibliotecários, no exercício da profissão, se encaminhem para setores que utilizem mais esses recursos. Outro entendimento que tem ocorrido nesse sentido é que as tecnologias representam *status*; por isso, os homens estão buscando mais esses setores como prevê Singer (1997, p. 29). Para o autor, os homens se aproximam mais da tecnologia porque “os computadores são poder, e o poder, em nosso mundo, deve ser o reino dos homens”. Nesse sentido, convém ressaltar que “as relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder nas quais o masculino não é unicamente diferente do feminino [...]”. Mas ocorre uma supremacia da esfera masculina em relação à esfera feminina. Na divisão do trabalho, esse poder se “manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho” cedendo lugar à desigualdade de gênero. (CARLOTO, 2002, p. 203).

Para Lobo (1991), “a divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividades, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho”. Isso serve para explicar de forma condizente a premissa de que os homens bibliotecários procuram as atividades que usam mais as tecnologias, bem como as funções de liderança, planejamento e gestão em busca de mais *status* e prestígio, como já mencionamos no capítulo 2 desta tese. Olinto (1997) também identificou essa segregação na Biblioteconomia. Para a autora, os homens procuram desde o início da carreira se destacar das mulheres, interessando-se pelas tarefas administrativas e tarefas que envolvem as tecnologias, relegando as técnicas para o segundo plano.

3.5 Considerações finais do capítulo

A fim de compreender melhor a feminização da Biblioteconomia, tivemos que enveredar pelo campo das profissões e discorrer sobre como foram construídas as profissões ditas femininas e por quais razões essas profissões são tão desvalorizadas. A literatura apresentada mostrou que, apesar da notável participação das mulheres no mercado de trabalho, as áreas de maior prestígio social ainda são dominadas por homens. As mulheres, estão concentradas em profissões subalternas, recebendo salários inferiores e, na maioria dos casos, em condições precárias de trabalho. Portanto, a progressiva transformação no mundo do trabalho nos últimos séculos, que passou de um mercado de predominância masculina para um mercado feminilizado, foi constituído por um mecanismo de poder que têm delimitado as esferas de trabalho dos homens e das mulheres de forma distinta. Dados do censo de 2010⁴⁶ revelam que 43,9% da população economicamente ativa (PEA) do País são mulheres. No entanto, suas condições de trabalho são mais fragilizadas que a dos homens, na sua maioria ocupando o mercado informal. Nesses setores, as mulheres ultrapassam os homens com 53,2% das vagas preenchidas, influenciados pela forte concentração de mulheres nos serviços domésticos. (IBGE, 2010).

⁴⁶Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Estudos, como o de Bruschini (2007), apontam que as mulheres foram responsáveis pelas maiores mudanças nos últimos anos, além de conseguir um poder de organização social, possuem maior nível de escolaridade. Mas, falta conquistar a equiparação salarial, pois mesmo desenvolvendo funções iguais às dos homens, as mulheres recebem valores menores. Como dissemos seus postos de trabalho ainda são precários, ocupam cargos pouco remunerados e entre outros problemas, encontram-se a ausência de registro em carteira, o que reflete uma condição de desigualdade marcada pela questão do gênero.

Gomes (2005), ao reportar-se aos fatores que nortearam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, evidencia as seguintes premissas: possibilidade de se pagar menos pelo mesmo trabalho desenvolvido por homens; bem como as habilidades interpessoais que contribuem para o bom relacionamento que culturalmente são características femininas e mais:

Não há como negar aqui todo o peso de uma tradição machista, acumulada ao longo de milênios, pois os planos de incorporação das mulheres foram feitos com a mesma mentalidade que alimentou o mito do progresso, um mito criado em organizações altamente masculinas e de cultura ocidental. (GOMES, 2005, p. 4).

Contudo, o crescimento consistente da presença das mulheres na esfera econômica demonstra um movimento inverso daquele tradicionalmente verificado na sociedade até então. Mesmo sabendo que falta muito a ser feito, observamos que o episódio de seu ingresso no mercado de trabalho não tem ocorrido apenas para complementar a renda familiar — embora essa motivação esteja também presente, mas, trata-se também de uma mudança nas relações familiares e social de grandes proporções, pois envolve demandas por serviços públicos, como por exemplo creches, escolas de tempo integral para as crianças e melhoria nos serviços de saúde da mulher. (GOMES, 2005, p. 2).

Com relação às escolhas da profissão, Ferraz, Galli e Trevisan (2008, p. 90), em estudo que teve como objetivo verificar se os fatores que influenciam as decisões na escolha da profissão são os mesmo para ambos os sexos, detectaram evidências de que há diferenças significativas no conjunto de competências, motivos e valores que norteiam as decisões profissionais de ambos (homens e mulheres). Os

estudos mostram que a influência sociocultural reflete de forma decisiva nessas escolhas. Desde muito cedo, as meninas ouvem que as áreas como física, química, matemática, engenharia computação, etc., são próprias para homens, comportam valores como certeza, eficiência, raciocínio dedutivo, características consideradas masculinas. Por outro lado, as áreas femininas sempre estiveram relacionadas ao artístico, artesanal, às atividades voltadas para cuidado, assistencialismo e à educação.

No caso da Biblioteconomia, notamos mudanças de sexo da profissão antes masculinizada, atualmente com predominância feminina, mas contando com um aumento de homens que ingressaram na área. Com relação à escolha da profissão, ainda observou-se que há interferência de gênero tanto com relação à influência na escolha profissional como na representação de si e da profissão. Pesquisa dessa natureza também foi realizada por Tabak (2003), na qual mostra que apesar dos inúmeros esforços do movimento feminista e das grandes mudanças no processo de profissionalização, as carreiras sofrem grande influência dos estereótipos sexuais e do condicionamento cultural. Pesquisa realizada com alunas do segundo grau de quatro escolas do Rio de Janeiro, cujo objetivo era tentar descobrir quais os principais fatores que determinavam a escolha de um curso universitário e de uma profissão, a autora detectou que as meninas recebem influência da família desestimulando-as de seguirem carreiras nas áreas das ciências matemáticas e de natureza, alegando que estas não seriam áreas adequadas para mulheres.

Essas constatações ratificam a concepção de uma construção social de gênero que qualifica a mulher com melhor aptidão para profissões ditas femininas duplicando a sua dificuldade na hora de escolher a profissão, tendo em vista que “além de todo o processo que envolve uma decisão profissional, em termos de compatibilizar autoconceito e conceitos ocupacionais, elas devem vencer injunções sociais que as dirigem para tarefas desvalorizadas culturalmente”. (LASSANCE; MAGALHÃES, 1997, p. 53).

Segundo Chiés (2010, p. 525), “as carreiras ainda são estruturadas hierarquicamente, assim há padrões dominantes que operam para incluir uns e excluir outros”. E apesar de uma movimentação que tem ocorrido nos últimos anos referente ao ingresso de ambos os sexos em profissões consideradas atípicas ao sexo, as áreas de mais prestígio são reduto masculino como exemplo, as engenharias, ciências exatas e da terra e a informática. De acordo com os dados apresentados por Wenneras e Wold (1997), na engenharia elétrica

somente 13% das formadas são do sexo feminino e na física apenas 10% são mulheres, enquanto que nas ciências humanas e sociais, as graduadas são predominantemente femininas. No serviço social, 81% das profissionais são mulheres, sem contar com o fenômeno da segregação de gênero que ocorre em todas as profissões. Conforme Hayashi et al. (2007, p. 172), “o papel das mulheres em determinada atividade é inversamente proporcional ao prestígio dessa atividade”, isto é, conforme o prestígio da atividade aumenta, diminui o contingente de mulheres desenvolvendo a mesma.

Assim, quando se discutem questões relacionadas ao gênero nas profissões, pretende-se debater a construção social e cultural das relações sociais no sentido de pluralizá-las e democratizá-las, a fim de contribuir para a eliminação de discriminações baseadas em dicotomias hierarquizantes. O gênero, mais do que o sexo, permite reconhecer as diferenças existentes entre as próprias mulheres e entre os próprios homens e entre ambos, mulheres e homens “a partir de características étnicas, raciais, de classe, de orientação sexual, de idade, entre outras possíveis”. (YANNOULAS, 2011, p. 284).

A **Biblioteconomia** tem suas raízes ligadas à erudição, aos teólogos, filósofos, biógrafos e outros intelectuais considerados os conhecedores dos livros e do saber que cuidavam do funcionamento das bibliotecas antes da oficialização da profissão, que se deu com a criação das escolas de Biblioteconomia, no século XIX. O ingresso das mulheres na profissão ocorreu por volta de 1887 (KREMER, 1983), para atuar nas bibliotecas públicas que estavam se expandindo nos grandes centros. No Brasil, os primeiros registros de mulher na profissão ocorreram na década de 1930, sendo a primeira bibliotecária Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo. Com relação ao retorno dos homens a profissão, de acordo com o que podemos apurar, há uma procura evolutiva, gradual, mas, ainda, pouco significativa, em termo quantitativo.

4 BIBLIOTECÁRIAS, FORMAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo, apresentaremos a trajetória da bibliotecária no Brasil: formação, legislação, mercado de trabalho e atuação. A abordagem refletirá a profissão desde seu nascedouro, uma formação mais erudita, herança humanística da escola francesa e a formação mais técnica concebida pela escola norte-americana. (CASTRO, 2000). Abordamos a legalização da profissão e sua regulamentação. Enfatizamos, também, o mercado de trabalho e as competências necessárias para o exercício da profissão.

4.1 A Bibliotecária

De modo geral, a bibliotecária pode ser considerada a profissional responsável pela sistematização e uso dos acervos documentais, à medida que adquire, seleciona, processa, organiza os documentos e recupera as informações pertinentes às necessidades de seus usuários. No Brasil, trata-se de uma profissão de nível superior (bacharel/a em Biblioteconomia) legalizada pela Lei 4.084/62 que dispõe das atribuições dessa profissão.

Art. 6º A organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: o ensino de Biblioteconomia; a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecido, equiparado ou em vias de equiparação; administração e direção de bibliotecas; a organização e direção dos serviços de documentação; a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referênciã.

Art 7º Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a: demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais; padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia; inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas; publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca; planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas; organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames. (BRASIL, 1962).

A referida lei foi regulamentada pelo Decreto n. 56.725/1965 com a seguinte recomendação: a profissão de bibliotecária será exercida, exclusivamente, pelos:

Bacharéis em Biblioteconomia, possuidores de diploma expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas ou oficialmente reconhecidas; bibliotecários diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas Leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados no Brasil, de conformidade com a legislação em vigor [...]. (BRASIL, 1965).

Conforme a versão 2002 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),⁴⁷ as bibliotecárias fazem parte do grupo de ocupações denominadas “profissionais da informação”. Além das bibliotecárias, fazem parte desse grupo, os documentalistas e analistas da informação, todos com formação universitária em Biblioteconomia. Na concepção de Cunha e Crivellari (2004, p. 50), essa proposta da CBO deixa claro que, no Brasil, o profissional da informação é a bibliotecária, primeiro porque “[...] entre os três componentes dessa família ocupacional, a [bibliotecária] é a única apta a exercer de forma absoluta as atividades típicas da referida família” e segundo, por ser exigido o bacharelado em Biblioteconomia para o exercício dessas três ocupações. Embora a CBO não tenha poder legislador, foi por meio dessa classificação que o profissional da informação passou a ser identificado no mercado de trabalho brasileiro, “nos registros administrativos e nas estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, nas pesquisas domiciliares do IBGE; incluindo os censos e outras estatísticas de mão-de-obra”. (PENA, 2007, p. 60). Essa classificação também estabelece as seguintes atividades como atribuições das bibliotecárias

⁴⁷ A CBO é um documento do Ministério do Trabalho e Emprego que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. [...] Esses códigos são utilizados pelos diversos atores sociais do mercado de trabalho, como ferramenta de pesquisa para formulações de planos de cargos e salários, inclusive para as políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, no que concerne os programas de qualificação profissional e intermediação da mão-de-obra, bem como no controle de sua implementação (BRASIL, 2002).

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (BRASIL, 2002, p. 1).

Santos, Neves e Job (2004, p. 49) esclarecem que a CBO, na versão 2002, apesar de não ter a força de lei, veio contribuir para o exercício da profissão, ratificando o estabelecido na Lei 4084/1962. De certa forma, supre a lacuna deixada pela “lei do veto⁴⁸” quando estabelece “as condições gerais para o exercício da profissão determinando as áreas de atividades e seus desdobramentos, descrevendo as competências pessoais, assim como os principais instrumentos (recursos) para o desenvolvimento de seu trabalho [...]”, sem esquecer-se de revelar os espaços de trabalho e as formas de atuação desses profissionais.

Para Souza (2004, p. 101), a bibliotecária tem duas missões básicas a cumprir:

a) conhecer e utilizar os meios que levam à localização de qualquer fonte de informação cujo conteúdo possa a qualquer momento ser pedido por qualquer pessoa; b) produzir informação sintética, descritiva e analítica de todo o acervo físico, ou não [...].

Diante dessas considerações, é oportuno saber como tem se desenvolvido o processo de formação desses profissionais, bem como tem se comportado o mercado de trabalho diante das grandes transformações do mundo globalizado. Vale salientar que no núcleo das profissões denominadas da “Informação”, a Biblioteconomia é a mais estabilizada. No entanto, nas últimas décadas tem se identificado a concorrência com outros perfis emergentes, em decorrência de outros profissionais também serem entendidos como profissionais da informação. Embora, a CBO considere principalmente o bibliotecário

⁴⁸ Lei 9674/1998

como profissional da informação, fazem parte desse grupo os arquivistas, os museólogos, os jornalistas, os contabilistas, os analistas de sistema, entre outros que trabalham direto ou indiretamente com a informação. Assim sendo, para contextualizar melhor essa temática, prosseguiremos o texto discorrendo sobre a formação e atuação da bibliotecária no mercado de trabalho focalizando a realidade brasileira.

4.1.1 Formação da bibliotecária

A formação profissional envolve aspectos que compreendem desde a apreensão de conhecimentos específicos a fatores mais subjetivos que incluem ética profissional e desenvolvimento da profissão. Dessa forma, Walter (2008, p. 87) entende que a formação é imprescindível para “atender tanto aos anseios da sociedade quanto aos do próprio indivíduo que escolheu, por algum motivo, seguir determinada carreira”. Vale lembrar que tanto as escolas como os professores exercem papel fundamental nesse processo. Segundo Valentim (2002, p. 130), a formação profissional está vinculada à formação acadêmica institucionalizada. Seguindo essa premissa, podemos dizer que a profissão da bibliotecária no Brasil teve início com a criação do primeiro curso de Biblioteconomia, em 1911, realizado nas dependências da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, tendo início em 1915.

4.2 Biblioteconomia no Brasil

O primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil foi realizado nas dependências da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, criado por meio do Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911, com início em abril de 1915. Seu propósito era formar profissionais para atuar na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional dando ênfase à guarda das coleções de manuscritos, de livros e de outros impressos. (CASTRO, 2000; SOUZA, 2009).

Em outubro de 1929, foi criado um curso de Biblioteconomia no Instituto, hoje Universidade Mackenzie em São Paulo, inspirado no modelo norte-americano, que enfatizava os aspectos técnicos da profissão. Este curso foi orientado por Dorothy Muriel Gedds Gropp, uma bibliotecária americana que veio substituir temporariamente a diretora da biblioteca do referido Instituto, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, que se ausentou para cursar Biblioteconomia nos Estados Unidos. A contratação dessa bibliotecária explicitou preconceitos com

relação à profissão, a partir de comentários do tipo: “Será que para se colocarem livros nas prateleiras há necessidade de se importar uma técnica americana?”. (LOPES, 2010, p. 203).

O curso do Instituto Mackenzie era elementar. Seu objetivo era capacitar profissionais da biblioteca dessa instituição, com poucos participantes externos. Por isso, a maioria dos autores da área não o considerou como o segundo curso de Biblioteconomia do País. O que foi designando como tal foi o curso do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, criado em 1936, por Adelfa Silva Rodrigues de Figueiredo e Rubens Borba de Moraes. (CASTRO, 2000). Esse curso foi inovador para a época por implantar técnicas novas de organização de acervos e bibliotecas, utilizando-se da Biblioteca Municipal de São Paulo como laboratório para treinamento de muitas gerações de bibliotecárias.

De acordo com Mueller (1985, p. 5), três fatores ocorridos na década de 1930 foram fundamentais para a consolidação do ensino de Biblioteconomia no Brasil:

As bolsas de estudos oferecidas a estudantes de outros Estados da Federação que retornando ao estado de origem deram início à criação de cursos de Biblioteconomia; a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937 que colaborou com a criação de cursos avulsos e regulares alguns dos quais se transformaram em cursos permanentes e a expansão do ensino superior que veio dar ensejo para o desenvolvimento desses cursos, e sua incorporação às universidades.

Na década de 1940, aconteceram vários eventos como: a transferência do curso do Departamento de Cultura para a Escola Livre de Sociologia, a reforma do curso da Biblioteca Nacional, e a expansão do ensino com a criação dos cursos em vários Estados da Federação. Também houve uma ausência de divulgação da profissão e uma marcante desvalorização da mesma, de modo que não se sabia quem era e o que faziam as bibliotecárias. (CASTRO, 2000).

Na década de 1950, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, houve uma mudança nas práticas biblioteconômicas com a incorporação de saberes da Documentação, na formação das bibliotecárias. “Surgiram diferentes espaços onde o fluxo da informação, sobretudo da informação científica, era canalizado e capitalizado como força motriz

para novos desenvolvimentos”. (MIRANDA; BARRETO, 2000).

Outro evento que marcou a década de 1950 foi a realização do primeiro congresso da área - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), realizado em Recife, em 1954, originando um maior entrosamento dos profissionais. Logo, se fez necessário lutar por mudanças como: a criação de leis que legalizassem a profissão e as atribuições desses profissionais e a implantação de um currículo mínimo. A primeira vitória nesse sentido veio em 1958, com a Portaria n. 162 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) através da qual a profissão foi regulamentada no Serviço Público Federal, tendo sido incluída no 19º Grupo das profissões liberais. Houve também um aumento de cursos em funcionamento, fechando a década com dez cursos e um total de 424 alunos. (CASTRO, 2000).

Na década de 1960 a ocupação foi elevada ao *status* de profissão de nível superior através da promulgação da Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962 que trata do exercício profissional, do órgão fiscalizador bem como do seu Código de Ética. Nesse mesmo ano, através da Resolução de 16 de novembro de 1962, do Conselho Federal de Educação, foi aprovado o currículo mínimo para garantir o *corpus* de conhecimento considerado indispensável para o exercício da profissão e determinando a duração de três anos para o curso. Em 1965, se deu o reconhecimento legal da profissão pelo Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965; ocorrendo também a instalação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, assegurando o devido registro e emissão da carteira profissional da bibliotecária. (CASTRO, 2000; SOUZA, 2009).

Na década de 1970, foram publicados os primeiros periódicos especializados na área, a saber: Ciência da Informação (IBICT); Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG; Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB) e Revista de Biblioteconomia de Brasília (UNB e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal), que juntamente com os anais dos congressos que começaram a ser editados, a partir de 1975, serviram tanto como veículo de comunicação e divulgação da classe bem como de fonte didática. Nessa década, observou-se a expansão da pós-graduação com o objetivo de consolidar a maturidade teórica da área a partir de novas abordagens metodológicas e da busca de novos saberes em outros campos do conhecimento. (SOUZA, 2009).

Na década de 1980, emergiram grandes discussões acerca dos conteúdos curriculares e de uma possível reconfiguração do currículo mínimo que veio ocorrer em 1982. Esse currículo foi aprovado pelo

Conselho Federal da Educação e tinha como finalidade adequar o ensino às novas mudanças do mercado e equiparar o curso aos demais cursos superiores, com quatro anos de duração. Nessa década, houve uma paralisação no aumento de cursos no país, mas manteve-se a intensidade do investimento na pós-graduação. Verificou-se uma maior frequência “na realização de eventos e começaram as publicações de dissertações e teses, sendo defendidas nesse período 119 dissertações e 10 teses”. (SOUZA, 2009, p. 129).

A década de 1990 ficou marcada pela necessidade de se constituir um novo perfil profissional das bibliotecárias visando formar profissionais qualificados para o enfrentamento das novas exigências do mundo globalizado. Nesse contexto, foi promulgada a LDB n. 9.394/96, que trouxe uma concepção curricular mais flexível, centrada em competências e habilidades. A partir dessa lei, a noção de currículo mínimo foi substituída pelas Diretrizes Curriculares, o que ocasionou uma revolução na elaboração dos currículos, haja vista que os conteúdos curriculares passaram a ser constituídos de acordo com as especificidades de cada instituição de Ensino Superior. (GUIMARÃES, 2002).

Nas palavras de Souza (2009, p. 145), o ensino de Biblioteconomia no País “continuava carente de rumos que pudessem orientá-lo para atender aos interesses do Brasil [...]”. “As questões econômicas do discurso neoliberal em foco, defendendo a ideia de que o mercado privado era mais eficiente de que as ações econômicas de produção do Estado se transportaram para todos os âmbitos, inclusive o profissional”. Esses aspectos em consonância com outros de cunho estrutural trouxeram mais dificuldades para a Biblioteconomia. Em termos institucionais em 1999,

Havia trinta e dois Cursos de Biblioteconomia em funcionamento, cobrindo a quase totalidade dos estados brasileiros. Além deles, contava-se com oito Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e doze periódicos, dos quais seis foram criados nessa década, alguns deles reunindo na produção publicada e em seus títulos as duas designações Biblioteconomia e Ciência da Informação. (SOUZA, 2009, p. 147).

Na primeira década de 2000 temos a elaboração de um currículo pleno baseado nas Diretrizes Curriculares em termos de conteúdos definidos em básicos, profissionais e complementares. Os conteúdos básicos e profissionais correspondem aos fundamentais para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para os egressos dos cursos, reforçados com os conteúdos complementares. (BRASIL. 2001). As Instituições de Ensino Superior passaram a ter mais flexibilidade na formação dos currículos, possibilitando também, que essas escolas adequassem seus cursos às demandas da sociedade e às necessidades locais a partir da elaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Souza (2009, p. 104) entende que essas alterações são uma superação formal do currículo mínimo de 1982. Para o autor, “[...] as propostas curriculares desenhadas e em implantação pelos cursos / escolas de Biblioteconomia tendem a manter os procedimentos anteriores de construção e operação curricular.” Sua estrutura está baseada em estratégias antigas em que “a formação, em geral, se inicia por um elenco de conhecimentos básicos, seguido por conhecimentos específicos, através dos quais se desconecta totalmente a possibilidade de realização do tripé ideal universitário do ensino, pesquisa e extensão”. Outra questão criticada pelo autor é “a proposta de harmonização curricular dos cursos no âmbito do MERCOSUL, que termina por formar um delineamento relativamente rígido dos currículos, a fim de garantir certo nível de intercâmbio entre as várias escolas dos países-membros”.

Na concepção de Santos (2002, p. 104), as alterações curriculares mesmo seguindo as recomendações previstas pela LDB, que propicia a aquisição do saber de forma articulada com a sociedade, não dariam conta das exigências do mercado da informação.

[...] as alterações curriculares por si só não resolverão as questões de informação dos profissionais da informação, mas será necessário repensar, em bases elementares, a concepção do profissional e a consolidação de uma prática discursiva científica em consonância com a prática não discursiva do profissional.

Contudo podemos afirmar que como todo campo do conhecimento, a Biblioteconomia no Brasil tem evoluído ao longo das décadas. A primeira geração de bibliotecários possuía um perfil

humanista, ligado à cultura e às artes. Nesse momento, ela era dominada por homens. Na década de 30, esse profissional passa a receber uma influência mais técnica, e seu perfil passa a ser feminino. Conforme Castro (2000), essa diferenciação de formação por um lado, a erudição e do outro, a técnica rendeu até 1944, com a reformulação do curso da Biblioteca Nacional e a partir desse período houve a equiparação curricular ao modelo americano. Nas décadas seguintes, muitas mudanças foram registradas no campo biblioteconômico, como a legalização e regulamentação da profissão, reformulações dos currículos, expansão do ensino de graduação e pós-graduação em todo o País. (MUELLER, 2004).

4. 2.1 Os currículos e sua evolução

Para compreender a evolução da profissão é necessário observar como foi organizado o ensino do primeiro curso até o advento das TICs, através da formulação de seus currículos.

Castro (2000, p. 57), analisando a documentação da Biblioteca Nacional descreve as disciplinas do currículo referente ao curso de Biblioteconomia ministrado nessa Instituição, o primeiro do Brasil. As disciplinas eram “História literária; Paleografia e Epigrafia; História política e administrativa do Brasil; Arqueologia e História da arte, Bibliografia; Cronologia e Diplomática; Numismática e Sigilografia; Iconografia e Cartografia”. Esse currículo serviu de base para outros cursos ministrados no País com poucas alterações, até 1962 quando foi publicado o primeiro Currículo Mínimo, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação através da Resolução de 16 de novembro de 1962 sob o parecer n. 326/1962, do conselheiro Josué Montello. O referido currículo passa a ser obrigatório a partir de 1963, com as seguintes disciplinas:

Teoria do Serviço de Referência; Bibliografia em geral; Introdução à Catalogação e Classificação; Organização e Administração de Bibliotecas; História do Livro e das Bibliotecas; Organização e Técnica de Documentação; Bibliografia Especializada; Catalogação e Classificação; Literatura e Bibliografia literária; Introdução à cultura histórica e sociológica; Catalogação especializada, Classificação especializada; Reprodução de documentos; Paleografia e Introdução à Cultura Filosófica e Artística. (MUELLER, 1985, p. 6).

Considerando as diferentes demandas sociais e as particularidades de cada localidade em que funcionavam, esse currículo não atendia satisfatoriamente às necessidades da área. No entanto, perdurou até 1982 quando professores de diversos cursos de Biblioteconomia, apoiados pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), elaboraram um novo projeto de Currículo Mínimo para o curso que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982, porém, com alterações. De acordo com Souza (2009, p. 126), esse currículo ficou estruturado da seguinte forma:

a) Matérias de Fundamentação Geral – Comunicação; Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo; História da cultura. b) Matérias Instrumentais – Lógica formal; Língua e Literatura portuguesa; Língua estrangeira moderna; Métodos e técnicas de pesquisa; c) Matérias de Formação Profissional – Informação aplicada à Biblioteconomia; Produção dos registros do conhecimento; Formação e desenvolvimento de coleções; Controle bibliográfico dos registros do conhecimento; Disseminação da informação; Administração de bibliotecas. (SOUZA, 2009, p. 126).

Esse currículo procurou estabelecer um equilíbrio entre a concepção humanista difundida pela tradição francesa e a concepção tecnicista de orientação norte-americana, bem como trazer uma proposição de interdisciplinaridade visando oferecer uma formação integrada e diversificada que pudesse responder às transformações da

época. (GUIMARÃES, 2000). Na concepção de Souza (2011, p. 206), embora o currículo mínimo de 1982 não tenha tido a evolução desejada, esse promoveu uma diminuição da técnica, tirando a classificação e a catalogação do núcleo central da Biblioteconomia, além de promover a “inserção de mais disciplinas no programa, como a Psicologia, a Antropologia e de ser trabalhada a metodologia da pesquisa; e a presença de um docente mais qualificado [...]”; o que deu mais qualidade ao ensino.

Nos anos 1990, verificou-se a necessidade de mudanças para atender às transformações que se processavam no mundo. Com isso, era preciso a elaboração de um currículo centrado “no profissional a ser formado pelas escolas e nas demandas existentes por parte da sociedade”. (GUIMARÃES, 2002, p. 61). Na visão desse autor, dois acontecimentos se comportaram como marco para a construção desse novo currículo:

Primeiro, a publicação da Lei 9.394 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação. A partir dessa lei desencadearam-se alterações em todas as esferas do ensino no País, nas Instituições de Ensino Superior. O currículo mínimo foi substituído pela ideia de Diretrizes Curriculares, elaboradas pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC e adotadas para orientar a organização dos currículos sem instituir obrigatoriedade de disciplinas. (GUIMARÃES, 2002). Essa lei assegurou autonomia às universidades, para:

Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior; fixar os currículos dos seus cursos e programas, observando as diretrizes gerais pertinentes e também estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão entre outras atribuições. (BRASIL, 1996).

Segundo, houve uma maior interação das escolas de Biblioteconomia situadas nos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), para um desenvolvimento regional desses países promovido pela ABEED que levou à “realização do 1º Encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do MERCOSUL em Porto Alegre em setembro de 1996 que gerou a proposta de harmonização curricular dos cursos de Biblioteconomia do MERCOSUL”. (GUIMARÃES, 2002, p. 61).

Para a elaboração das Diretrizes Curriculares dos cursos de Biblioteconomia, a SESu nomeou uma comissão de especialistas da área. Essa comissão participou de uma programação de eventos com amplo espaço de discussão e consulta às escolas. Para Souza (2011, p. 211), a ABEBD teve uma ação política fortíssima nos movimentos que culminaram na elaboração dessas diretrizes. “Provavelmente foi a primeira vez que a comunidade docente de Biblioteconomia fez um movimento político, para fazer valer aquilo que ela já havia discutido e acordado”. Vale ressaltar que a definição das seis grandes áreas: 1) Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2) Organização e Tratamento da Informação; 3) Gestão da Informação; 4) Recursos e Serviços de Informação; 5) Tecnologia da Informação; e 6) Pesquisa, “permitiu amoldar o pensamento para essas áreas de todos que não tinham uma ideia mais clara sobre a profissão de bibliotecário”. Essa proposta foi aceita pela SESu mantendo-se basicamente a mesma estrutura. (SOUZA, 2011, p. 210-211).

Referindo-se ao que ficou acordado com relação às Diretrizes Curriculares aprovadas pela SESu, Guimarães (2002, p. 65-66) explana que as alterações ocorridas foram mínimas com a delimitação da área de Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação que ficou somente no âmbito da Biblioteconomia; em contrapartida houve uma ampliação das áreas de tecnologias e gestão. Nesse sentido, “[...] a área de tecnologias, aqui entendendo-se todo o aparato tecnológico (e os processos dele advindos) aplicável à atividade informativa e não apenas àquelas dela oriundas.” Com relação à abordagem da gestão, esta deve ir “além das unidades de informação para trabalhar com aspectos como informação e o conhecimento propriamente dito”.

Conforme resultante das Diretrizes Curriculares Nacionais, a organização dos currículos ficou estruturada em conteúdos básicos e conteúdos complementares, sendo que pelo menos 50% da carga horária do curso deveria ser constituída de conteúdos básicos profissionais, desdobrados em: “conteúdos de formação básica: cujas disciplinas são as de natureza epistemológica, histórico-social e conceitual essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos do curso”. Também faz parte desse conteúdo básico o estágio supervisionado. (BRASIL, 2001).

Os conteúdos complementares estão desdobrados nos seguintes conteúdos:

a) obrigatórios – conteúdos específicos de cada curso, incluindo metodologia científica e pesquisa aplicada; b) optativos – constituídos por área de aprofundamento e componentes instrumentais regulamentados pelos colegiados de curso; c) flexíveis – constituídos de componentes curriculares livres: como seminários, congressos, colóquios, oficinas, tópicos especiais e flexíveis, ou em forma de projeto de ensino, pesquisa e de extensão, correspondentes a no máximo 20% da carga horária do curso, que deverão ser regulamentados de acordo com as normas específicas dos colegiados de Curso. (BRASIL, 2001).

De acordo com essas Diretrizes, os cursos de Biblioteconomia devem proporcionar ao aluno:

[...] o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de prepará-los para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolvem, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta [...]. (BRASIL, 2001, p. 32).

As competências e habilidades necessárias à formação da bibliotecária são enumeradas em dois grupos: gerais e específicas.

Competências gerais: Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; Formular e executar políticas institucionais; Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; Utilizar racionalmente os recursos disponíveis; Desenvolver e utilizar novas tecnologias; Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Competências específicas: Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação. (BRASIL, 2001, p. 32-33).

À luz dessas proposições, observamos que o ensino de Biblioteconomia tem mudado. O desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, documento construído coletivamente com base no contexto de cada instituição, estabelece as ações educativas para o processo de formação atendendo às necessidades de cada localidade.

4.2.2 As mulheres na edificação da Biblioteconomia brasileira⁴⁹

Percorrendo a história da Biblioteconomia no Brasil é possível afirmar que as mulheres, embora pouco referenciadas na literatura da área, tiveram grande participação na construção dessa profissão. Tanto como profissional quanto como cientista, a mulher bibliotecária tem buscado o seu espaço. Na década de 1930, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo foi a primeira bibliotecária brasileira formada pela *School of Library Science of Columbia University*. De volta ao país, ela assumiu papéis importantes para o desenvolvimento da Biblioteconomia, dos bibliotecários e das bibliotecas. Adelpha se destacou não somente por ter sido a primeira brasileira a estudar Biblioteconomia na referida universidade, mas como a única aluna originária da América do Sul, dentre os 160 alunos de sua turma. (CASTRO, 2000).

Conforme Mulin (2012, p. 53), a aprovação de Adelpha no “prêmio *Fellowship*”, uma espécie de concurso, para obtenção da bolsa que custeou seu curso nos EUA, quando concorreu com candidatas de todos os países latino-americanos, virou notícia nacional em face do ineditismo de sua aprovação. O referido prêmio só era concedido a pessoas de grande conhecimento e indiscutível inteligência. Assim sendo, um jornal de São Paulo divulgou a seguinte nota: “diplomada na Escola de Odontologia de São Paulo, trata-se de um dos melhores elementos da intelectualidade brasileira: uma mulher culta, que se dedica a ocupações que até agora, foram privilégio exclusivo dos homens [...]”. Adelpha, além de diretora da biblioteca do *Mackenzie College*, desde 1926, de onde se ausentou de 1930 a 1931 para estudar Biblioteconomia no EUA, fundou em conjunto com Rubens Borba de Moraes o curso de Biblioteconomia promovido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1936, formando a primeira turma em 1938. Introduziu novas técnicas para a classificação de documentos, registro do acervo, arranjo dos catálogos e livre acesso dos leitores às estantes. (MULIN, 2012).

Ainda, junto com Rubens Borba de Moraes foi uma das fundadoras e a primeira professora do curso de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1948, participou da fundação da Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sede Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica, e acompanhou os

⁴⁹ A razão dessas abordagens foi mostrar que temos mulheres bibliotecárias que tiveram grande importância para o desenvolvimento da Biblioteconomia do Brasil.

primeiros passos da Associação Paulista de Bibliotecários, dirigindo-a de 1947-1951. Foi durante a sua presidência que se realizou, em São Paulo, a conferência sobre o desenvolvimento de bibliotecas públicas na América Latina, sob o patrocínio da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos. Adelpha foi considerada uma personalidade transformadora da Biblioteconomia no Brasil. Toda sua vida tentou convencer a população e as autoridades sobre o valor das bibliotecas como ferramentas de transformação da sociedade. Acreditava que através do incentivo à leitura, da expansão das bibliotecas e da melhoria na formação dos bibliotecários era possível melhorar o nível educacional do País. (MULIN, 2012).

Continuando, a autora enfatiza que Adelpha deu projeção a uma profissão quase desconhecida na época, aproveitando de sua notoriedade para divulgar o livro e os benefícios da leitura e das bibliotecas. Outras bibliotecárias tiveram participação importante nos novos rumos da Biblioteconomia brasileira, principalmente no impulso de tornar a profissão legalizada. Assim, sem desconsiderar a importância de tantas outras, citamos: Lydia de Queiroz Sambaquy, Laura Garcia Moreno Russo, Jannice de Mello Monte-Mór, Maria Alice Giudice Barroso Soares e Célia Ribeiro Zaher que exerceram cargos em espaços que favoreceram a divulgação de suas ideias e que, em colaboração com outras bibliotecárias, executaram grandes projetos em favor da profissão.

Lydia de Queiroz Sambaquy foi uma bibliotecária de grande importância para o desenvolvimento da área, chefiando diversas bibliotecas e serviços. Era uma profissional de grande renome. Escreveu obras como “A profissão de bibliotecário”, “A missão das bibliotecas nacionais”, “Da Biblioteconomia à informática”, além de conhecer e estudar as bibliotecas de diversos países. Foi diretora da biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), assumindo o cargo em 1939. Ao lado de outras iniciativas, transformou essa biblioteca em um laboratório experimental da prática bibliotecária do País, apoiando o curso intensivo de Biblioteconomia, que funcionou neste órgão até 1944. (CASTRO, 2000).

Participou de inúmeras comissões, tais como: Comissão encarregada de estudar a organização da Biblioteca Pública do DF; Comissão que estudou o planejamento do IBBDD 1951/53; Comissão reorganizadora da Biblioteca da Presidência da República; Comissão Nacional de Bibliografia do IBECC; Comissão de Planejamento da Biblioteca Nacional de Brasília; Comissão Nacional de Distribuição de Bônus da UNESCO; Comissão de reforma do curso de Biblioteconomia

do País; comissão executiva de mobilização nacional contra o analfabetismo; Comissão brasileira de Classificação Decimal Universal. Participou do Conselho Consultivo da Biblioteca Central da UnB, do grupo de trabalho preparatório para reorganização da BN; da comissão da divisão de obras, incumbida

de elaborar projeto do edifício-anexo da BN. Planejou o primeiro Sistema de Aquisição Cooperativa; colaborou no planejamento da instalação e funcionamento do “Biblio bus” (Biblioteca ambulante), de Brasília; planejou a automação dos serviços do IBBD; foi membro honorário e vice-presidente da FID – Federação Internacional de Documentação responsável pelo serviço nacional de bibliotecas do MEC; presidente da ABB; professora do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e do Curso de Especialização do IBBD. Agraciada com o premio Paulo Britto por promover a difusão do livro e da cultura no País. (QUEM..., 1971, p. 231). Criou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) cujo objetivo era estabelecer uma rede cooperativa de bibliotecas para a catalogação de livros, serviço criado em 1942. Foi idealizadora do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), criado em 1954, o qual presidiu entre 1954-1965. Vale ressaltar que os serviços prestados por Lydia Sambaquy junto ao IBBD foram decisivos para o surgimento da “ciência da informação”. (ODDONE, 2004).

Laura Garcia Moreno Russo formou-se em Biblioteconomia pela Escola Livre de Sociologia e Política e em Direito pela Universidade de São Paulo. Foi a primeira presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) de 1961 a 1974 e do Conselho Federal de Biblioteconomia, de 1966 a 1968; editora do Boletim Informativo FEBAB, de 1961 a 1970 e da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, de 1973 a 1977. Realizou diversos estudos na França, Espanha e Argentina. Pelos seus trabalhos na Biblioteconomia brasileira recebeu títulos honoríficos nos Estados Unidos e na Alemanha. Dentre os trabalhos que publicou, destacam-se: “A Biblioteconomia brasileira, 1915-1965”. (Em colaboração); “O planejamento de bibliotecas públicas”; “Deontologia e ética profissional”; “FEBAB, e suas associações”; “Escolas de Biblioteconomia no Brasil”; “Bibliotecas especializadas em assuntos agropecuários”. (CASTRO, 2000).

Destacou-se por seu envolvimento nas lutas pela legalização e regulamentação da profissão. Seu primeiro reconhecimento ocorreu no ano de 1958, com a Portaria n. 162 do MTPS através da qual a profissão foi regulamentada no Serviço Público Federal, tendo sido incluída no

19º Grupo das profissões liberais. Porém, faltava uma lei que garantisse os direitos dos profissionais, que desse o respaldo legal à profissão. Em 1962 foi aprovada a Lei n. 4.084, que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil. (CASTRO, 2000).

Vale ressaltar que, além da elaboração do projeto que deu origem a Lei 4.084 com colaboração de Maria Helena Brandão, a história conta que Russo ficou noites a fio de vigília na porta do DASP, para assegurar que o referido projeto não sofresse alterações, levando-o ao Congresso onde contou com o apoio de Rogê Ferreira que apresentou a referida lei. “A luta de Russo foi incansável para legalizar a profissão de bibliotecário no Brasil”. Depois da aprovação da Lei 4.084/62, havia a necessidade de instalação do conselho e do código de ética profissional, também ações implementadas por Russo. (CASTRO, 2000, p. 161).

Jannice de Mello Monte-Mór foi a primeira bibliotecária a assumir a direção da Biblioteca Nacional, tendo administrado a Instituição de 1971 a 1979. Sua direção foi considerada um marco da história daquela Biblioteca com as seguintes ações: implementação da reforma administrativa da Biblioteca; tombamento do edifício-sede pelo IPHAN, em 1973; recuperação física de suas estruturas; implementação do sistema de microfilmagem dos periódicos brasileiros em rede; desenvolvimento do Formato CALCO (catalogação legível por computador), em colaboração com o CIMEC; retomada da publicação dos relatórios nos Anais; implantação do Sistema ISBN (*International Standard Books Number*). Foi precursora dos processos de informatização na documentação brasileira; colaborou com diversas instituições de pesquisa e ensino, como a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Vitae, e o INEPAC, entre outros. (AMADEU, 2005; PINTO, 2011).

Célia Ribeiro Zaher⁵⁰ foi Presidente do IBBD e Presidente da FID/CLA; professora da Escola de Biblioteconomia e Documentação da FEFIEG; do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Curso de Documentação Científica do IBBD. Foi membro da Comissão de Documentação da ABNT, 1967-69 (como representante do IBBD) e Conselheira da FID, de 1971 a 1974; coordenadora de Ensino e Pesquisa em Ciência e Tecnologia da Informação do IBICT

⁵⁰ Informação retirada do Currículo Lattes. Disponível em <plataforma lattes.cnpq.br/7820107561483886>. Acesso 02 abr. 2014.

Vale mencionar que as informações estão expostas de forma simplificadas. Tendo em vista, que o objetivo das autoras é apresentar os cargos e funções exercidos em favorecimento da Biblioteconomia.

concomitantemente com a Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Diretora da Biblioteca Nacional, Diretora do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde BIREME, da PAHO/WHO Órgão das Nações Unidas. É professora titular aposentada da Universidade Federal Fluminense, aposentada da UNESCO como diretora de diversos departamentos cobrindo Biblioteconomia, informação, cultura e comunicação. Faz parte do Corpo de Diretores do *Council on Library and Information Resources* desde 1992 e é Presidente Honorária da ABINIA; foi Presidente do *Conference of Directors of National Libraries* (CDNL). Recebeu diversos prêmios e títulos, tais como: Mulher do ano, Conselho Nacional de Mulheres (1984); Comandante da Ordem do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores (1983); Medalha de honra da *Pan American Health Organization* (1983); Comandante da Ordem do Mérito Educativo, MEC (1982). Dentre suas publicações destacam-se: “O novo bibliotecário e sua área de atuação: a formação cultural do bibliotecário e as novas áreas de trabalho”, “Introdução à documentação”, “Guia para pesquisas bibliográficas em ciência e tecnologia”, “Técnica da organização e de pesquisa bibliográfica”, “Desarrollo de la información en salud en la región bajo la perspectiva de la Red Latinoamericana y del Caribe de Información en Ciencias de la Salud” (em colaboração), além de vários artigos em periódicos e eventos da área.

Na sua obra “História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica”, Castro (2000, p. 80-81) menciona outras mulheres que contribuíram para a construção dessa história, como:

Bernardette Sinay Neves fundadora da Escola de Biblioteconomia do Estado da Bahia que depois foi incorporada à UFBA; Etelvina Lima fundadora da Escola de Biblioteconomia de Belo Horizonte depois incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. [...] Ângela da Costa Franco do Rio Grande do Sul, fundadora da Escola de Biblioteconomia do Rio Grande do Sul depois anexada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Maria Luisa Monteiro da Cunha bibliotecária que colaborou com a fundação da Escola de Biblioteconomia e da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo.

Ainda sobre a batalha das mulheres para a legalização da profissão, Job e Oliveira (2006) comentaram o seguinte: “a Biblioteconomia no Brasil tem uma história para ser contada, refletida e respeitada.” Salientam a figura de Laura Garcia Moreno Russo, como líder de um grupo de bibliotecárias que na década de 1950 “iniciaram os esforços para ver a biblioteconomia oficialmente reconhecida junto aos poderes públicos e junto à sociedade brasileira”. Analisando as atribuições descritas no art. 6, da Lei 4.084/62, as autoras enfatizam a visão inovadora de Laura Russo

Ao colocar na Lei a organização e direção dos serviços de documentação. Não citou documentos impressos tão somente, mas, pode-se inferir daí outros suportes dos documentos, tais como os eletrônicos que hoje tem-se em profusão na sociedade de informação. Salienta-se também a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares, isto é, a administração e gerência dos serviços, o que hoje é visto como gestão, uma área da administração que compete ao bibliotecário quando em ambientes como bibliotecas e centros de documentação. (JOB; OLIVEIRA, 2006, p. 265).

Para as autoras, Laura Russo enxergou bem além de seu tempo o que tem contribuído para a lei continuar atualizada, cumprindo com os objetivos para os quais foi criada que é garantir o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil. Vale ressaltar que a Lei 4.084/62 foi uma grande vitória para a classe bibliotecária imaginando que “mesmo no século XXI, várias profissões no Brasil tentam sua regulamentação, fundadas nos desejos profissionais de reconhecimento e no receio de se virem tomadas por leigos ou estranhos à profissão”. (JOB; OLIVEIRA, 2006, p. 265).

Porém, vale ressaltar que apesar da participação das mulheres no desenvolvimento da profissão poucas são referenciadas nas obras que tratam da história da Biblioteconomia. Os autores geralmente as ignoram. No livro “Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil”, editado em 1971, constam dados bibliográficos de 1.386 profissionais; desses somente 5,5% são do sexo masculino. Porém analisando esses dados observamos que, com raríssimas exceções, as

mulheres assumiam a função de diretoras das unidades de informação em que trabalhavam. Sempre que ocupavam algum cargo era de chefe de uma divisão da biblioteca ou de algum serviço oferecido ou ainda apareciam como substitutas do diretor. Pela designação “Diretor” fica subentendido que se tratava de uma pessoa do sexo masculino e, possivelmente, de outra área pelo reduzido número de “bibliotecários” existentes no País.

Com relação ao exercício das funções, Castro (2000, p. 156) faz a seguinte ressalva:

[...] Aos homens bibliotecários cabiam os cargos de coordenação e, às mulheres bibliotecárias, os de subordinação, exceção para Lydia Sambaquy, que dirigiu, por muitos anos, o IBBD; Jannice Monte-Mór, Maria Alice Barroso e Célia Zaher, a Biblioteca Nacional; Yone Chastinet, no comando do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), dentre poucas outras. Interessa observar que os homens bibliotecários eram reconhecidos mais pela sua capacidade intelectual, geralmente grandes literatos, do que pelas suas **práticas bibliotecárias**, com ressalva a Peregrino da Silva, Ramiz Calvão e Rubens Borba de Moraes.

Nesse depoimento, o autor atribuiu a subordinação feminina à sua formação, as mulheres eram menos intelectuais, portanto, menos capazes. A bem, da verdade, enquanto 90,5% dos homens eram oriundos de outras áreas como Filosofia, Direito História, entre outras, as mulheres 99% tinham a Biblioteconomia como única formação. Esse fato mostra requícios de uma Biblioteconomia elitizada e intelectualizada e, por isso masculinizada, já que o conhecimento era privilégio dos homens, como já comentado nesse trabalho bem como ratifica o tardio ingresso das mulheres nas universidades que, no Brasil, ocorreu em meados do século XX, com a expansão do ensino superior, coincidindo também com a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Supomos que as mulheres aproveitaram essa demanda por profissionais para organizar as bibliotecas públicas e universitárias que estavam sendo criadas no País. (QUEM..., 1971).

4.3. Mercado de trabalho da bibliotecária: o que mudou?

O mercado de trabalho, segundo Andrade (1973, p. 160), “é o conjunto de relações existentes, em dado momento, entre compradores e vendedores de trabalho”. Tem dois elementos essenciais: a oferta e a procura. A oferta é a quantidade de força de trabalho que se apresenta no mercado, em certo espaço de tempo e a procura é a quantidade de trabalho, que no mesmo espaço de tempo se tem à disposição para alugar. (SUAIDEN, 1981).

Suaiden (1981) aduz que o mercado de trabalho recebe influência de três fatores: do meio físico à ação do meio geográfico; do volume de mão de obra disponível para atender à procura e das transformações dos mercados. Nesse sentido, é importante pensar na formação dos indivíduos para adequar a balança da oferta e da procura do mercado de trabalho, levando em consideração também as exigências mercadológicas com a evolução das tecnologias que vêm mudando as relações de emprego e renda, e as possibilidades de atuação profissional, provocando fragilidade das relações trabalhistas entre empregados e empregadores.

As transformações ocorridas no mundo globalizado afetaram decisivamente o mundo do trabalho e, em particular, o campo de atuação das bibliotecárias. Nesse novo contexto, a informação passou a ser reconhecida como recurso estratégico que impulsiona as mudanças econômicas, políticas e culturais. O grande volume de informações publicadas, os vários formatos de registros de informação (mídias impressas e digitais), a instantaneidade com que se processam essas informações na rede e o acesso remoto que possibilita a conexão com fontes de informação geograficamente distantes têm proporcionado novas oportunidades para bibliotecárias acarretando, também, grandes desafios.

Em face disso, para compreendermos melhor o mercado de trabalho da bibliotecária no Brasil, iremos utilizar a divisão elaborada por Valentim (2000), em três grandes grupos: o mercado informacional tradicional, o mercado informacional existente não ocupado e o mercado informacional – tendências.

- Mercado informacional tradicional – formado pelas bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas e centros culturais, assim como os arquivos e museus públicos;

- Mercado informacional existente não ocupado. Além da biblioteca escolar, que apesar de fazer parte do mercado informacional

tradicional (verifica-se que no Brasil ele não é ocupado), temos: as empresas privadas, independentemente de possuírem bibliotecas em suas estruturas, pois podem perfeitamente utilizar essa mão de obra em setores como: informática, comunicação, centro de documentação, arquivos, departamento de planejamento estratégico, entre outros que geram informação. Temos, ainda, como nicho desse mercado: provedores de *internet*, bancos e bases de dados, editoras, livrarias, consultoria, assessoria, profissional autônomo, ou mesmo terceirizado. Nesse mercado é necessária uma postura mais empreendedora, mais ousada da bibliotecária.

- Mercado informacional – tendências – Trata-se de um grupo em evolução, sendo cotidianamente acrescentadas mais possibilidades. A autora cita os centros de informação/documentação em empresas privadas, os bancos e bases de dados eletrônicas e digitais em expansão no Brasil, principalmente as bases direcionadas às áreas científicas e tecnológicas, a infraestrutura para organização, a disseminação do conhecimento e da informação visando assegurar aos cientistas e técnicos o acesso direto às bibliotecas e coleções de dados no País e no exterior. E, os portais de conteúdo e de acesso sejam na *internet* ou *intranet*.

Segundo Cunha e Crivellari (2004, p. 47), além dos espaços considerados “clássicos”, como “universidades, escolas e instituições públicas, onde as bibliotecárias exercem seu trabalho em unidades de informação como bibliotecas, centros de documentação e informação e arquivos” as autoras enfatizam, ainda

[...] cinematecas, filmotecas, videotecas, livrarias e editoras, sem esquecer de citar a Internet que tem se revelado um espaço cada vez mais promissor para estes profissionais [...]. Na gestão de arquivos eletrônicos ou “em papel”, em escritórios de advocacia, clínicas médicas, empresas diversas do ramo industrial ou de serviços, através do que alguns chamam “gestão do conhecimento”.

Na presente pesquisa buscamos saber que leitura as/os informantes fazem a respeito do mercado de trabalho da bibliotecária, isto é, se percebem alguma mudança nos últimos anos. Todos os respondentes observam um grande avanço nesse mercado e citam alguns elementos como motores dessa evolução. Primeiro, na opinião dos

informantes, mudou a postura dos profissionais que, ao sair do curso, já buscam alternativas de trabalho fora da biblioteca e que têm desenvolvido um bom trabalho e estão sendo reconhecidos pela sociedade, a exemplo das áreas jurídica e saúde que incluem esses profissionais em seus quadros e também a iniciativa privada que está muito aberta à contratação desses profissionais. Outro elemento citado foi o uso das TICs que deu uma maior dimensão ao campo da informação, abrindo vários espaços de trabalho para a bibliotecária e, ainda, o concurso público que trouxe oportunidades de emprego com melhores salários. Além disso, a mídia tem divulgado mais a profissão. Aqui estão alguns depoimentos:

S1 – Os bibliotecários estão saindo da graduação e buscando contextos fora da biblioteca. A profissão está sendo visualizada fora da biblioteca nas empresas, de forma autônoma. Os profissionais estão desenvolvendo um bom trabalho e a profissão tem bom reconhecimento também. Nesse sentido, estão acontecendo mudanças sim.

S2 – Sim. Reconheço que houve mudanças depois do ano 2000. Depois das tecnologias da informação teve uma dimensão maior da Biblioteconomia com os catálogos eletrônicos e os *e-books*. Assim, tudo favoreceu para que houvesse essas mudanças. O profissional procurou buscar outros caminhos. No concurso público, também na área jurídica, o bibliotecário já tem seu reconhecimento. [...] apesar de a profissão não ser tão prestigiada houve uma mudança sim e eu acho que é um caminho de se buscar e de se mostrar para sociedade.

S8 – Consideravelmente, o leque de opção de trabalho está bastante ampliado, com variedades de suportes, novos recursos, acesso. E também de postura do profissional. O bibliotecário sempre foi um educador, mas hoje ele desenvolve melhor esse papel.

Embora sejam inegáveis as mudanças no campo da informação, ocorridas nas últimas décadas, entendemos os depoimentos dos sujeitos bastante otimistas com a potencialidade e expansão dos espaços de trabalho da Biblioteconomia bem como com o engajamento das bibliotecárias nesses espaços o que não se comprova quando comparados com dados de outras pesquisas realizadas sobre a temática. A despeito disso, fizemos um levantamento na literatura corrente da área, evidenciando o mercado de trabalho da bibliotecária em algumas localidades brasileiras. Vale mencionar que esse levantamento não cobre especificadamente todos os Estados da Federação, mas apresenta dados bastante significativos sobre o campo de atuação da bibliotecária, o tipo de unidade de informação e natureza da Instituição empregadora; estudos esses realizados no século XXI, conforme se apresentam.

Pesquisa realizada por Rosemberg et al (2003), no estado do Espírito Santo, junto aos profissionais registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB12)⁵¹, com o objetivo de verificar o mercado de trabalho ocupado pelas bibliotecárias foram selecionados 92 sujeitos, aleatoriamente, para participar da pesquisa sendo 90,2% do sexo feminino. No que se refere à natureza da instituição, em que os profissionais atuam, ficou evidenciado que 53,26% encontram-se em instituição de caráter público; 45,65% em instituição privada; e apenas 1,09% em instituição de economia mista. Com relação à designação do setor ficou evidenciado que 69,5% dos profissionais atuam no setor de biblioteca; bibliotecas universitárias (36,4%), bibliotecas escolares (14,7%), biblioteca pública (11,3%) e outras (7,1%).

Com o mesmo propósito, Cunha et al (2004) realizaram uma pesquisa com as bibliotecárias formadas pelo curso de Biblioteconomia da UFSC, no período de 1993 a 2002. Dos 309 formados, 106 participaram da pesquisa. Constatou-se que 82,08% trabalham na área. Desse total, 22,65% trabalham com assessoria de informação, atividades ligadas à gestão universitária, a assessorias jurídicas de empresas e a departamentos de atendimento ao cliente; o restante trabalha em bibliotecas, com destaque para as universitárias com 24,53%. Com relação à natureza das instituições onde trabalham os profissionais, 62,26% são privadas e 30,18% são públicas. No restante dos casos não foi possível definir a natureza das mesmas. Nessa mesma linha, Cunha; Silva; Kill, (2007) realizaram a pesquisa com os egressos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 1993 a

⁵¹ Atualmente esse CRB encontra-se desativado e seus sócios foram incorporados ao CRB 6, do Estado de Minas Gerais.

2002; 97 bibliotecários participaram da pesquisa. Com relação à natureza das instituições empregadoras, 63,91% são privadas e 36,09% públicas. Sobre o tipo de instituição, 97,94% trabalham em bibliotecas e quase metade (49,48%) trabalha em bibliotecas universitárias.

Silveira e Gonçalves (2009) realizaram uma pesquisa com egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande, abrangendo o período de 1998 a 2007. Dos 246 graduados, 67 participaram da pesquisa; desses 61% trabalham em instituições privadas e 39,75% em instituições públicas. Com relação à tipologia das instituições empregadoras, em sua maioria são bibliotecas o que representa 75,29% dos empregos. Vale ressaltar que 47,69% trabalham em bibliotecas de instituições de ensino superior. Outra pesquisa foi realizada por Tabosa e Aguiar (2011), no Estado do Ceará. O universo da pesquisa foi composto por 700 bibliotecários registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB3). Quanto ao tipo de unidade de informação, onde esses profissionais trabalham, foi detectado que 74% trabalham em bibliotecas, sendo a maioria (36%) em bibliotecas universitárias, seguidas pelas bibliotecas especializadas, bibliotecas escolares e públicas. O trabalho em bancos e bases de dados foi o menos citado (2%). O restante trabalha em arquivos e centros de documentação/informação. Com relação à natureza das instituições, a maior parte (46%) trabalha em instituições privadas e, em segundo lugar aparecem as instituições públicas com 40%.

Pena (2007, p.133), em pesquisa realizada a partir dos dados disponíveis nas bases RAIS/MTE⁵², no período de 1985 a 2005, apontou os seguintes resultados. Com relação ao espaço de trabalho, observou-se “a presença desse profissional, predominantemente, no mercado informacional tradicional. A biblioteca universitária é o principal espaço de trabalho dos bibliotecários” e o setor público, o maior empregador tendo em vista que o “conhecimento”, no Brasil, encontra-se nas instituições estatais (escolas, universidades, centros de pesquisas).

A grande maioria (61,71%) está empregada na educação superior.

⁵² Relação Anual de Informação Social (RAIS) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Esse fato pode ser explicado, primeiro, pelo aumento substancial de instituições de ensino superior, que são instadas, pelo Ministério da Educação, e contratam bibliotecários para gerenciar suas bibliotecas. Outro ponto crucial refere-se à mudança nas regras do MEC para a avaliação das instituições de ensino superior que, atualmente, inclui a avaliação das suas bibliotecas. (PENA, 2007, p. 102).

Com relação aos outros mercados informacionais, o autor constatou um ligeiro crescimento no mercado informacional de tendências. “As atividades ligadas ao tratamento de conteúdos digitais tiveram incremento, mas sua representatividade ainda é muito pouco expressiva”. O profissional autônomo regular apareceu com pouca frequência e com salário muito baixo.

Outra interessante constatação do autor foi com referência ao uso das TICs. Embora tenha havido uma evolução na utilização desses recursos, não foi observado um impacto positivo no mercado de trabalho do bibliotecário, melhor dizendo, não surgiram vagas de trabalho na área das tecnologias que pudessem ser ocupadas pelo referido profissional. Segundo o autor, o que teve impacto importante na composição do emprego desses profissionais foram mudanças econômicas neoliberais com o aumento de contratos de trabalho temporários. (PENA, 2007).

Conforme resultados aqui apresentados, postos na literatura consultada, constatamos que o mercado de trabalho das bibliotecárias ainda tem predominância no campo definido por Valentim (2000) como informacional tradicional, ou seja, as bibliotecas, com uma predominância das universitárias. Com relação à natureza das instituições, observamos que a pesquisa desenvolvida por Pena (2007) constatou que o trabalho das bibliotecárias ainda se concentra no serviço público. Nas outras pesquisas prevalece o setor privado. Podemos deduzir que esse fato ocorre em virtude da expansão das instituições privadas de ensino superior (universidades e faculdades) que, nos últimos anos, aumentaram em número considerável no País. Outro dado constatado na pesquisa e que esse mercado continua feminino com mais de 80% de mulheres.

Cunha e Crivellari, (2004, p. 51), discorrendo sobre a temática, chegaram às mesmas conclusões, ou seja, “a permanência do bibliotecário – nosso principal profissional da informação, - em

empregos tradicionais, principalmente em bibliotecas públicas”. Para as autoras,

A diversificação das possibilidades de trabalho abertas pelas tecnologias da informação e comunicação. Não ocorreu, no entanto, como se previa, uma migração significativa dos postos de trabalho tradicionais para setores mais dinâmicos da economia – empresas globalizadas e/ou “ponto.com”.

As/os teóricas/os têm colocado várias suposições para o caso. Arruda, Marteleto e Souza (2000) argumentam que a palavra bibliotecária limita o âmbito de atuação desse profissional e dificulta a identificação do mesmo pelo mercado de trabalho, para atuarem em outros espaços profissionais. Oddone (1998) também tem entendimento semelhante. Para a autora, a estrutura conceitual do termo bibliotecária influência na profissão.

A esfera profissional do bibliotecário, porém, parece fadada a sofrer, por muito tempo ainda, a influência das estruturas conceituais e paradigmáticas que se estratificaram ao longo dos últimos dois séculos. [...] o espaço reservado ao guardião dos estoques acumulados do saber humano sempre estará disponível. [...] o resgate do relevante papel social do bibliotecário, renomeado ou não como profissional da informação passa necessariamente pela compreensão das novas dimensões que caracterizam seu exercício profissional. (ODDONE, 1998).

Abbott (1988) observa que as pessoas tendem a adotar estereótipos, simplificando a diversidade de papéis das profissões. Além disso, a opinião pública insiste em reduzir a tarefa profissional ao seu objeto de trabalho, ressaltando características objetivas e ignorando complexidades. Assim, “a conotação da palavra bibliotecária é tão forte que limita essa profissional ao ambiente da biblioteca e não ao ambiente da informação.” (SOUTO, 2005, p. 51). Embora a categoria argumente que o campo de atuação profissional ultrapassou os muros da biblioteca, no imaginário das pessoas isso ainda é fictício, pois é comum a

associação da bibliotecária com os livros e com as bibliotecas, como exclusivo ambiente de trabalho.

Na sociedade capitalista, a biblioteca é considerada um espaço não produtivo em razão de seus produtos/serviços não gerarem receitas. Assim sendo, é um espaço “considerado periférico, relegado a um plano secundário e, evidentemente, as pessoas que nele atuam além de receberem baixos salários, revestem-se de um status social inferior”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Prosseguindo, o autor deduz que o fato de a Biblioteconomia estar desvinculada do conceito de produção, contribuiu também “para que se tornasse uma profissão predominantemente feminina, visto que as atividades de produção, mais valorizadas pelo sistema capitalista, são designadas aos homens”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 33).

Enfatizando essa questão, Marchiori (1996) aduz que a predominância do sexo feminino na Biblioteconomia tem contribuído para a falta de ascensão da profissão, tendo em vista que na nossa sociedade a figura da mulher se confunde com vários preconceitos e um deles é a inferiorização das profissões consideradas femininas.

A biblioteconomia confirmou-se como uma profissão predominantemente feminina, o que implica em carregar para a ação profissional os preconceitos da mulher enquanto indivíduo social ativo e as condições que acompanham a sua opção como trabalhadora (a dupla jornada de trabalho, baixos salários em relação ao mesmo profissional do sexo masculino e assim por diante). (MARCHIORI, 1996, p. 100)

Tomando por base a argumentação dos autores que sugerem o caráter feminino da profissão, como causas dos problemas enfrentados pelas bibliotecárias no mercado de trabalho, e tendo em vista o aumento de homens na profissão, tais considerações nos levaram a outros questionamentos como:

Será que a inserção de homens na profissão causou algum impacto no mercado de trabalho desses profissionais?

Será que os homens têm tido mais chance nesse mercado? Homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades?

Com relação ao reconhecimento da profissão, os depoimentos das/dos informantes, da presente pesquisa, consideram que a entrada de homens na profissão alterou o mercado de trabalho da Biblioteconomia

em dois sentidos quebrando o paradigma de uma profissão só de mulheres. Neste caso, a presença do homem deixa a profissão mais competitiva. Dessa feita, as mulheres ficam mais estimuladas e procuram se atualizar. E, também, em razão de os homens estarem mais aptos a trabalhar com a informática. Segundo as informantes, isso é muito bom e inovador para a profissão.

Com relação às oportunidades de trabalho para homens e mulheres no mercado, 25% entendem que não há diferença em termos de oportunidade; o que conta atualmente é a competência do profissional. No entanto, 50% consideram que os homens têm mais oportunidades do que as mulheres. Um dos sujeitos deu o seguinte depoimento:

S6 – Os homens têm mais oportunidades de trabalho sim, por uma questão social que o homem é mais bem visto na sociedade. Isso ocorre em todas as áreas, infelizmente ainda existe essa questão que o homem é mais capaz. Não vejo isso por competência dos homens, mas por preconceito, a sociedade ainda é machista.

Outros informantes, apesar de não relacionarem a questão de gênero, argumentam que dada a facilidade que os homens têm de trabalhar com o computador e com as tecnologias, em geral, eles têm mais oportunidades no mercado; embora, reconhecendo que as mulheres estão capacitadas para tal, mas mesmo assim, perdem espaço para os homens. “Depois que o trabalho saiu do manual para o computador eu acho que o homem sobressaiu. [...] quando envolve a parte tecnológica é nítida a predominância masculina muito embora, as mulheres têm se interessado bastante por essa área.” Na pesquisa, 8,3% das/dos depoentes argumentam que depende do local de trabalho. No ambiente escolar, as mulheres têm preferência; em particular, quando se trata das bibliotecas escolares e infantis o mercado favorece as mulheres. Esse depoimento enfatiza a divisão sexual do trabalho como uma questão natural determinada pelo fator biológico, que estabelece as relações de trabalho entre homens e mulheres delimitando as atividades que um ou/ou outro sexo devem melhor desenvolver. De acordo com Bruschini (1997), esse fato ainda ocorre em todas as áreas.

Durante algum tempo a divisão sexual do trabalho foi explicada levando em conta a variável sexo como elemento na divisão do trabalho, somente com o uso da categoria gênero, a partir do final da década 1970, produziu um efeito desmistificador dessa análise apresentando divisão sexual do trabalho como uma questão meramente econômica, e além de tudo, uma dimensão simbólica e cultural.

Pelos dados da presente pesquisa, 8,3% entendem que em razão de ser uma profissão feminina os homens sofrem discriminação. Pois no imaginário das pessoas e até mesmo dos próprios profissionais, homens que escolhem a Biblioteconomia como profissão geralmente são homossexuais ou, por outra, não conseguem se dar bem em outra profissão de maior prestígio. E isso pode interferir no mercado de trabalho. (WALTER, 2008).

E por fim, 8,3% salientaram que as empresas privadas dão mais oportunidades às mulheres.

S10 – As empresas privadas dão mais oportunidades às mulheres. Aí há preconceito e discriminação com relação aos homens. A escolha é feita por aparência, (bonitinha) pelo fato de lidar com o público e também pelo fato que numa biblioteca de uma empresa privada, o bibliotecário é para fazer tudo. Assim, a mulher aceita mais as situações [...] é mais receptiva, atende melhor ao público. E outra: se for uma mulher que faça a escolha, ela vai optar pelo sexo feminino pela facilidade de lidar. Homem tem resistência em receber ordens de mulher. Então, com certeza vai escolher a mulher. E ainda tem outro preconceito com relação aos homens, as pessoas, de forma geral, acham que é *gay*. O homem bibliotecário tem sempre que está dando explicação sobre sua orientação sexual.

Esse depoimento está marcado pela interferência de gênero, resquício da sociedade patriarcal que permanece até os dias atuais.

Primeiro, a bibliotecária não é escolhida por competência, mas por aparência; segundo, insinua a mulher submissa que aceita a exploração de sua força de trabalho. Aborda ainda a receptividade e mais educação, gentileza, delicadeza, bom comportamento, etc., que ficaram subentendidas na narrativa, mas trata-se de características que se esperam de uma mulher. E por fim, afirma que os homens não aceitam ter a mulher como superior. Esse fato mostra que a relação de trabalho, como relação social, traz embutida uma relação de poder entre os sexos, por isso ainda existem diferenças não só de profissões, mas de posições distintas para homens e mulheres que remetem às relações de força. (LOBO, 1992).

4.3.1 Competências e perspectivas das bibliotecárias para o mercado de trabalho

Para Cunha (2006), as profissões são formadas por grupos de pessoas tendo como base três princípios fundamentais: monopólio do conhecimento, autonomia profissional e direito de prestar um serviço. O monopólio do conhecimento adquirido por meio de uma educação formal qualifica e confere o direito de exercer a profissão e permite o reconhecimento profissional. A autonomia profissional “significa o direito que os profissionais têm de organizar e regulamentar suas atividades”, sendo assegurada pelo código de ética e outras dimensões relacionadas a valores e normas garantidos pelas entidades de classe e respaldados pelo Estado assegura a exclusividade do profissional desenvolver um determinado tipo de trabalho. E por último, o direito de prestar um serviço importante para a sociedade. (CUNHA, 2006, p. 143). Assim, as mudanças ocorridas no campo das profissões têm afetado esses três princípios fundamentais pondo em dúvidas sua validade. Conforme a autora, muitos fatores têm contribuído para a diminuição da autonomia profissional como:

a expansão dos conhecimentos básicos, a modificação das expectativas dos clientes e o aumento do número de profissionais ligados a estruturas burocráticas. Além disso, o aumento do acesso á informação e às tecnologias desmistificaram a dimensão do monopólio do conhecimento. (CUNHA, 2006, p. 148).

Na verdade, as transformações ocorridas nas últimas décadas têm fragmentado o mundo do trabalho provocando uma insegurança dos profissionais com relação à instabilidade no emprego, pois ao mesmo tempo em que o número de vagas de trabalho cresceu, o mercado tornou-se flexível e mutável ocasionando uma reestruturação das profissões e um desconforto para os profissionais que gradativamente vêm perdendo a sua autonomia. De acordo com Barbosa (1998),

Além dessa tendência de "migração" dos profissionais através de diferentes especialidades, os empregadores têm demonstrado mais interesse em identificar pessoas que possuam a competência necessária para exercer os requisitos dos cargos do que em saber se a pessoa possui diploma em uma ou outra área [...].

No caso da Biblioteconomia, a dificuldade de delimitar o campo da informação contribui para incertezas das bibliotecárias quanto à sua exclusividade; e pelo que mostra Mueller (1996, p. 271), essa disputa continuara acirrada.

A área de informação não pertence a ninguém. Sobrevive, em última instância, quem é eficiente. Portanto, o que temos que fazer para continuar vivos e viáveis como profissão é nos manter alertas, integrados no nosso tempo, melhorando sempre a qualidade e o profissionalismo de nossos serviços. Somente esse é o caminho da sobrevivência. Não haverá lei que nos proteja contra a obsolescência, a ineficiência, a defasagem.

Partindo de um contexto relacionado aos livros e às bibliotecas tradicionais, para o universo da informação, a missão da bibliotecária muda significativamente, não sendo possível às bibliotecárias darem conta de todo o processo. “Outros grupos profissionais estão se incorporando ao campo da informação em virtude do grande fluxo de informação e das diferentes formas de armazenamento e acesso das mesmas [...]”. (MUELLER, 1996, p. 271). Nesse sentido, nos últimos anos, vem se discutindo uma reinvenção no processo de trabalho dessa profissional tirando o foco das atividades técnicas de processamento e organização dos acervos para a questão do acesso à informação, tendo

como meta a satisfação das demandas informacionais de seus usuários. Na visão das/os autoras/es Arruda, Marteleto e Souza (2000, p. 14), as mudanças na área de informação têm provocado uma “série de questões tanto no que diz respeito ao “novo” perfil do profissional da informação, quanto à capacidade do setor acadêmico em fornecer uma resposta adequada ao mercado de trabalho na forma de cursos de formação profissional e de educação continuada”.

Sem dúvidas, o reconhecimento da informação, como fator estratégico que impulsiona as mudanças econômicas, políticas e culturais, impôs a necessidade de se repensar os fundamentos teóricos da Biblioteconomia que conferem novas responsabilidades e autoridades às bibliotecárias. Agora, no dizer de Silveira (2007, p. 130), essas profissionais “são chamadas a saírem dos limites que demarcam o espaço físico de uma biblioteca e irem a campo investigar as várias incógnitas que perpassam o ciclo informacional [...]”. Assim sendo, na compreensão de Guimarães (2000), a formação dessa profissional deve pautar-se em quatro dimensões:

Formação profissional – em que se destacam os aspectos relativos às especificidades de conteúdo que caracterizam a área, partindo de seus pontos comuns relacionados à realidade informativa, pautada em suportes informacionais e no papel do processo de transferência da informação para a geração de conhecimento;

Formação cidadã – em que se enfatiza o compromisso pessoal e profissional com o contexto social e político, a partir da formação de si e do outro como cidadão;

Formação investigativa – em que se prima pela qualidade da formação profissional, subsidiada pela reflexão visando à produção dos conhecimentos, visto que o avanço e o reconhecimento de uma profissão “em uma dada sociedade se dá ‘pari passu’ ao avanço científico da mesma”;

Formação comunicativa – em que se reforça o papel de mediador do bibliotecário, associado à missão educativa deste, em um contexto de diversidade de conteúdos, suportes, canais e espaços informativos e educacionais, bem como de heterogeneidade de clientela e de demandas. (GUIMARÃES, 2000, p. 55-57).

A CBO versão 2002, nos seus dispositivos, elencou algumas competências definidas como pessoais para que os profissionais da informação pudessem no exercício de sua profissão acompanhar as mudanças e participarem de forma mais efetiva do desenvolvimento da sociedade.

- a) Manterem-se atualizados
- b) Liderar equipes
- c) Trabalhar em equipe e em rede
- d) Demonstrar capacidade de análise e síntese
- e) Demonstrar conhecimento de outros idiomas
- f) Demonstrar capacidade de comunicação
- g) Demonstrar capacidade de negociação
- h) Agir com ética
- i) Demonstrar senso de organização
- j) Demonstrar capacidade empreendedora
- k) Demonstrar raciocínio lógico
- l) Demonstrar capacidade de concentração
- m) Demonstrar proatividade
- n) Demonstrar criatividade. (BRASIL, 2002).

Essa temática foi destaque na Reunião de Diretores do *IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de La Información del Mercosur* realizado em Montevideú, no ano de 2000. Nesse encontro foi elaborado um documento contendo um conjunto de competências e habilidades básicas para compor o perfil do profissional da informação, tendo por base os seguintes tópicos: a) Competências de Comunicação e Expressão; b) Competências Técnico-Científicas; c) Competências Gerenciais, e; d) Competências Sociais e Políticas. (VALENTIM, 2002).

As competências profissionais se constituem de “habilidades, atitudes e de conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de modo socialmente reconhecível e aceitável”.

São definidas como:

O conjunto de habilidades, destrezas e conhecimentos que um profissional de qualquer área do conhecimento humano precisa contar, para cumprir as atividades especializadas, oferecendo o mínimo de garantia sobre os resultados de seu trabalho, tanto em relação ao seu público, quanto em relação ao seu empregador, em última instância, a sociedade da qual faz parte. (VALENTIM, 2002, p. 122).

Rabaglio (2001, p. 8) define competência profissional como “um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes que permitem ao indivíduo desempenhar com eficácia determinadas tarefas em qualquer situação”. Sendo que “conhecimento é o que sabemos; habilidade é o que praticamos e atitude são as características pessoais que nos levam a praticar o que sabemos”. Sob o ponto de vista da autora, as competências se dividem em técnicas e comportamentais. As competências técnicas são as constituídas de “conhecimentos e habilidades em técnicas ou funções específicas”. Enquanto que as “competências comportamentais são atitudes e comportamentos compatíveis com as atribuições a serem desempenhadas”. (RABAGLIO, 2006, p. 22).

Duran e Ribas (2012, p. 31) categorizam as competências profissionais em três blocos, que são:

Competências conceituais – conhecimento e domínio de conceitos e teorias que embasam as técnicas; Competências técnicas – domínio de métodos e ferramentas específicas para determinada área de trabalho e Competências interpessoais – permitir que as pessoas se comuniquem e interajam de forma eficaz. Atitudes e valores pessoais.

A fim de saber como se processam essas questões na percepção do profissional que está atuando no mercado, na presente pesquisa procuramos saber qual o conjunto de competências, as/os participantes da pesquisa julgam fundamentais na profissão, para atender ao mercado de trabalho.

Do somatório das respostas, elaboramos o quadro a seguir de acordo com a frequência das respostas.

Quadro 4 – Competências requeridas pelo mercado de trabalho

Competências	Frequências
Saber se relacionar com o público/habilidade de comunicação	10
Conhecimento de línguas inglês, principalmente	07
Conhecimento de informática/tecnologias	07
Conhecimento técnico	05
Trabalhar em equipe	03
Conhecimento de cultura geral	02
Gestão da informação	01
Bom português, uma boa expressão verbal, uma boa escrita	01
Atitude, proatividade	01
Liderança	01
Conhecimento da instituição em que trabalha	01
Responsabilidade, compromisso e ética	01
Desenvolver a empatia com o usuário	01
<i>Marketing</i> pessoal	01
Paciência, delicadeza, gentileza, atenção	01
Desenvolvimento de relações afetivas	01
Receptividade	01

Fonte: A pesquisa.

Tendo em vista que a Biblioteconomia é uma profissão predominantemente feminina e que trabalha diretamente com o público, esperava-se que as competências interpessoais sobressaíssem das respostas, dada a interferência de gênero. Nesse sentido, observamos alguns itens relacionados a valores emocionais, pessoais e morais, mas que não correspondem a valores indicados na literatura como “competência profissional”. Outro fator que chamou atenção foi a ausência das competências Gerenciais; Sociais e Políticas. (VALENTIM, 2002), que se referem a dirigir, administrar serviços e unidades de informação, desenvolver projetos, planejar, ter

compreensão de negócios e gestão, criar políticas assessorar, etc., tendo em vista que a habilidade de liderança foi citada uma única vez como competência necessária para o exercício da profissão. Este fato supostamente está relacionado à profissão feminina quando a mulher, inconscientemente, não se percebe exercendo cargos de gestão. Segundo Saffioti (1987), são valores adquiridos ao longo do processo de socialização que induzem até mesmo as mulheres a acreditarem na sua incapacidade de assumir determinados papéis.

É interessante destacar que até mesmo os depoimentos dos sujeitos do sexo masculino não enfatizaram essas questões

S2 – Saber lidar com o público, trabalhar em equipe, saber outras línguas... *marketing* pessoal.

S9 – Saber se relacionar com o público, comunicação interpessoal, saber informática, saber inglês.

S10 – Ter habilidades efetivas de comunicação, saber trabalhar em equipe, ter conhecimento em gestão da informação e gerenciamento de recursos de informação.

Assim, tendo em vista que as ocupações relacionadas à gerência, administração e planejamento são atribuições compatíveis com as características masculinas, neste caso, os sujeitos do sexo masculino não demonstraram uma perspectiva mais ampla da profissão como era de se esperar.

4.4 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo observamos as diferentes abordagens teóricas sobre a profissionalização das bibliotecárias descrevendo uma trajetória histórica da Biblioteconomia no Brasil, a evolução histórica, formação e mercado de trabalho dessas profissionais. A profissão de bibliotecária começou no Brasil em 1915 com o início do curso na Biblioteca Nacional e oficializou-se em 1962 através da lei n. 4084.

As transformações ocorridas no contexto econômico, neoliberal e globalizado têm proporcionado novas formas de trabalho como: o trabalho informal, terceirizado, autônomo e têm ampliado o mercado de trabalho da informação, como disposto por Arruda, Marteleto e Souza (2000, p. 14),

[...] os profissionais da informação, passam a ter seu campo de atuação ampliado e redimensionado. Conjugado ainda aos novos modelos organizacionais e de gestão do trabalho, que privilegiam, entre outros fatores, as descrições de cargos genéricas e a flexibilidade funcional [...].

Comparando os depoimentos das/dos participantes, da presente pesquisa, com os dados levantados no mercado de trabalho, vimos uma contradição: as/os informantes estão bastante otimistas com o mercado de trabalho promissor para as bibliotecárias. No entanto, observamos que as bibliotecárias ainda não ocuparam esse mercado emergente se concentrando no mercado tradicional com predominância nas bibliotecas universitárias. Além disso, a profissão não tem o reconhecimento merecido do seu campo de trabalho. Um fato que convém ser enfatizado é que as mudanças em pauta no momento incitaram novos modelos organizacionais e de gestão da informação e têm sido decisivas em redimensionar o campo de atuação de todos os profissionais. Isso tem ampliado também os requisitos exigidos aos profissionais que procuram se engajar no mercado de trabalho. Conforme Arruda, Marteleto e Souza (2000, p. 17)

o novo modelo econômico interpõe um novo perfil profissional que requer, além de maior qualificação profissional, maior envolvimento emocional e social do trabalhador. Elege-se como ideal o profissional que potencialize a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento.

Diante disso, observamos que as alterações nas competências para atender ao mercado de trabalho são uma recorrência natural em todas as profissões. Contudo, o que tem marcado a Biblioteconomia em todos os tempos são as recorrências dessas competências acentuadas em determinados saberes como, por exemplo: conhecimentos de cultura geral, conhecimento de outros idiomas e conhecimentos tecnológicos que são retratados na literatura desde seus primórdios; basta verificar o perfil dos primeiros bibliotecários brasileiros. (CASTRO, 2000). Para o

autor, a presença masculina na Biblioteconomia provinha do nível de conhecimento exigido para o exercício dessa profissão. Exigiam-se conhecimentos teológicos, artísticos, literários, filosóficos e de línguas. Essa constatação se justifica pelo número de padres responsáveis pelas bibliotecas nos séculos passados.

Nas décadas de 1940-1950, com as mudanças processadas no campo da ciência e da tecnologia, passou-se a exigir uma bibliotecária com mais qualificação para trabalhar a serviço da ciência; fato evidenciado por vários autores a exemplo de Lemos (1970, p. 220) que se reportou ao assunto da seguinte forma: "[...] é exigido do bibliotecário o domínio do maior número possível de idiomas estrangeiros, além do perfeito conhecimento do português, formação universitária nas técnicas de organização do conhecimento registrado inclusive métodos de automação". Nesse sentido, as competências elencadas pelas/os informantes da pesquisa, no nosso entender, não apresentaram avanços nos saberes, nos conhecimentos que as bibliotecárias precisam desenvolver para acompanhar a nova configuração do mercado. Esse fato, na concepção das autoras Arruda, Marteleto e Souza (2000, p. 21), precisa de outros elementos como:

[...] capacidade gerencial e administrativa; administração e planejamento estratégico; educação continuada; adaptabilidade social; trabalhar em equipe de forma globalizada e regionalizada; ter uma visão interna e externa do ambiente; gestão participativa envolvendo todos os funcionários da unidade de informação; tomada de decisões compartilhadas; ser participativo, flexível, inovador, criativo, saber delegar poderes facilitando a interação entre os níveis hierárquicos e a comunicação entre eles.

Esses elementos são fundamentais para os profissionais da informação, em particular para as bibliotecárias poderem atuar nesse mercado já bastante competitivo. Elementos esses pouco evidenciados nessa pesquisa, o que sugere um repensar profissional incluindo outras qualificações para melhor se adaptarem ao mercado.

5 DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

Neste capítulo iremos tratar da descrição e análise do material empírico. Procuraremos estabelecer uma articulação entre o material recolhido na pesquisa e o referencial teórico, sistematizando as argumentações e reflexões de modo a alcançar os objetivos propostos, bem como responder às perguntas norteadoras da pesquisa. E ainda, tendo em vista que quando se utiliza a abordagem qualitativa para a apresentação das análises dos dados de uma pesquisa deve-se discorrer por meio da interação constante entre a pesquisa empírica e o marco teórico, entre a percepção e a explicação dos dados. Focaremos na percepção das bibliotecárias sobre as questões de gênero na atuação profissional bem como na literatura consultada; respeitando as informações colhidas através das entrevistas. Para tanto, buscaremos suporte na história oral que, segundo Portelli (1997), é uma metodologia de caráter heterogêneo e dinâmico, que permite captar aspectos desconhecidos em eventos conhecidos, conforme a visão das/os informantes. As fontes orais possibilitam trazer à tona a subjetividade de quem informa elemento único e fundamental que nenhuma outra fonte possui de forma tão intensa. (PORTELLI, 1997, 2010).

As entrevistas foram analisadas individualmente e apesar dos depoimentos terem sido usados para exemplificar as opiniões das/os entrevistadas/os foi mantido o anonimato dos mesmos. Portanto, as/os participantes foram identificados por sujeitos representados pela letra (S), seguido de um número sequencial de 01 a 12 conforme a sequência da realização das entrevistas, seguidos ainda, das letras (F ou M) indicando o sexo e das siglas (UFPB ou UFPA) indicando o ambiente da pesquisa (S1UFUFSC, S2MUFSC, S3FUFSC, S4FUFSC, S5FUFPB, S6FUFPB, S7FUFPB, S8FUFPB, S9MUFPB, S10MUFPB, S11UFUFSC, S12UFUFSC). É, pois, dessa forma que os sujeitos serão denominados todas as vezes que forem citados ao longo deste capítulo.

É importante ressaltar que na transcrição dos relatos, o uso de colchetes [] ocorre para complementar o texto, inserindo palavras que não foram verbalmente expressas, mas que ficaram claras para a entrevistadora. Foi usado também para suprimir palavras ou sentenças repetidas [...]. Informamos, ainda, que para diferenciar as falas das/os informantes do texto normal e das citações formais, essas foram transcritas seguindo o formato do texto normal, com recuo de 4cm da margem esquerda.

5.1 Representação e análise dos dados da pesquisa

A representação dos dados na pesquisa foi dividida em duas partes: Identificação das/os sujeitos e o gênero na profissão na percepção das/os sujeitos da pesquisa

5.1.1 Identificação das/os sujeitos

Os dados referentes à primeira parte da entrevista estão organizados em um único quadro mostrando, assim, um panorama bastante valioso sobre os sujeitos da pesquisa.

Quadro 5 – Caracterização das/os entrevistadas/os⁵³

Identif.	Sexo	Formação Acadêmica	Faixa etária	Tempo/ profissão	Instituição
S1	F	Mestrado	30 a 45	8 anos	BU/UFSC
S2	M	Especialização	30 a 45	7 anos	BU/UFSC
S3	F	Especialização	+45	30 anos	BU/UFSC
S4	F	Especialização	+45	28 anos	BU/UFSC
S5	F	Especialização	+45	34 anos	BC/UFPB
S6	F	Mestrado	30 a 45	10 anos	BC/UFPB
S7	F	Especialização	+45	9 anos	BC/UFPB
S8	F	Mestrado	+45	18 anos	BC/UFPB
S9	M	Graduação	30 a 45	5 anos	BC/UFPB
S10	M	Mestrado	Até 30	3 anos	BC/UFPB
S11	F	Doutorado	+45	32 anos	BU/UFSC
12	F	Graduação	Até 30	3 anos	BU/UFSC

Fonte: A pesquisa.

⁵³ A idade oscilou de (-) menos de 30 a (+) mais de 45 anos, o tempo de ingresso na profissão está entre 3 a 34 anos de profissão e constam de informante de duas bibliotecas localizadas nas regiões Nordeste e Sul do País que têm aspectos socioeconômicos bastante distintos (ver item 1.2.1 Ambiente da pesquisa). Com relação à formação acadêmica, o grupo é bastante homogêneo; 83,3% têm pós-graduação.

5. 1. 2 O gênero na profissão na percepção das/os sujeitos da pesquisa

Os dados referentes à segunda parte da entrevista foram divididos em quatro blocos temáticos organizados por categorias; conforme objetivos da pesquisa (ver item 1.2.2.2.2 da metodologia). Assim sendo, foram analisadas sob a perspectiva de gênero as respostas dadas a cada pergunta.

Na categoria 1 - Interferência de gênero na profissão, analisamos as questões: Por que você escolheu essa profissão? Teoricamente os baixos *status* e prestígio na Biblioteconomia têm sido atribuídos à predominância de mulheres na profissão. O que você acha dessa afirmativa? Quais as causas dos preconceitos relacionados à profissão? A literatura mostra que o exercício da profissão requer algumas características, ainda, definidas como de mulher (zelo, dedicação, gentileza, entre outras). Você concorda ou discorda disso? Por quê? Você entende que o aumento de homens na profissão pode modificar a visão estereotipada, ainda, presente na Biblioteconomia? Durante sua vida profissional, você sofreu algum tipo de discriminação por exercer essa profissão? Daria para citar algum caso? Por que tem ocorrido um aumento de homens ingressando na profissão? Como você vê isso para a profissão?

Na categoria 2 – Interferência de gênero no mercado de trabalho, analisamos as questões: Você sente que tem ocorrido alguma mudança no mercado de trabalho e que mudanças são essas? Há relação com o aumento de homens na profissão? Você considera que as mulheres e os homens (bibliotecárias/os) possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho? Quais competências você julga fundamentais nessa profissão?

Na categoria 3 – Divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia, as questões analisadas foram: Cite algumas atividades da Biblioteconomia que você entende que seriam desenvolvidas mais adequadamente pelo sexo oposto ao seu. Por quê? Nessa biblioteca, apesar da predominância feminina, estatisticamente tem mais homens exercendo funções. Em sua opinião, por que isso acontece? O que você considera que define a progressão funcional dentro de uma biblioteca? Em sua opinião, há preferências em função do sexo da pessoa?

Na Categoria 4 – Relação mulher e homem na profissão, analisamos as questões: Em sua opinião, quem melhor desenvolve as diversas atividades da Biblioteconomia, o homem ou a mulher? Quais são as facilidades e/ou dificuldades que você percebe no que diz respeito

ao relacionamento homem/mulher no exercício da profissão? Prefere trabalhar com qual dos sexos? Por quê?

5. 1. 2. 1 Interferência de gênero na profissão

Nas análises das respostas que se afrontam a partir da compreensão da Biblioteconomia como uma profissão de predominância de mulheres, na caracterização e reconhecimento social abordados nas narrativas, procuramos compreender de que modo o gênero interfere na profissão.

Por que você escolheu essa profissão?

Com relação à escolha da profissão, podemos verificar através das falas das informantes que, apesar das mudanças ocorridas na sociedade com relação aos direitos da mulher, a sua colocação no mercado de trabalho na hora de escolher a profissão (BRUSCHINE, 2000; HIRATA, 2003), ainda há dificuldade das mulheres em decidir qual carreira seguir. Este fato foi observado por vários autores entre os quais Tabak (2003, p. 20), que analisando a presença feminina nas áreas da Ciência e da Tecnologia constatou que, apesar do ingresso massivo das mulheres nas universidades, ocorrido nas últimas décadas, essas se encaminham em grande proporção para os cursos considerados “tradicionalmente femininos”.

Nas áreas de ciências sociais e humanas. Uma das explicações está certamente na persistência de uma forte influência de estereótipos sexuais na educação, bem como de uma sociedade patriarcal ainda dominante [...].

Como já mencionamos, nesse trabalho a autora citada constatou em pesquisa realizada que os pais continuam a influir de forma negativa com relação à escolha profissional de suas filhas, uma vez que desestimulam a ingressarem nas áreas das “ciências matemáticas e da natureza, sob a alegação de que estas não são áreas adequadas às mulheres [...]”. (TABAK, 2003, p. 23). Na presente pesquisa, constatamos que as mulheres, em sua maioria, não tinham a convicção que a Biblioteconomia era a profissão que queriam. Nesse sentido, por acaso ou por influência de alguém, ou ainda, alguma outra circunstância, acabaram na profissão. Foi o que ficou posto nos seus depoimentos.

S1FUFSC – Não foi uma escolha consciente assim. [silêncio] Eu coloquei Biblioteconomia como segunda opção no vestibular. Passei e fui cursando. Quando vi já estava formada, trabalhando na área. Foi bem por acaso mesmo.

S6FUFPB – Na verdade, foi minha segunda opção. Comecei a fazer e terminei por ficar na profissão. Me identifiquei [...]

S5FUFPB – Tenho dois irmãos bibliotecários: um irmão e uma irmã. Na época que prestei vestibular, o meu irmão já era formado [...] por isso optei pelo curso.

S8FUFPB – Eu queria mesmo área da saúde: Nutrição. Mas fui influenciada por um colega que a tia dele era bibliotecária do Tribunal de Justiça. Ele falava muito bem dela visto que ela ganhava muito dinheiro. Também eu gostava muito de ler. Enfim, fiz o curso sem muita pretensão.

S4FUFSC – Desde cedo, eu tive curiosidade de saber como funcionava uma biblioteca e ainda na adolescência eu colaborei com a organização da Biblioteca Municipal da minha cidade. Assim, fiz o curso sem muita pretensão.

S11FUFSC – Foi uma questão de educação mesmo. Meus pais investiam muito em livros, aí eu fiquei em dúvidas entre Serviço Social e Biblioteconomia. Optei por Biblioteconomia que achei que tinha mais a ver comigo e me apaixonei pela profissão

Analisando esses depoimentos, vemos que, pelo menos, no momento de decidir pela profissão, essas informantes tinham outras expectativas e, por alguma razão, acabaram na Biblioteconomia. Apesar de somente uma das depoentes se manifestar que o que queria mesmo era a área de saúde, ficou claro que, de modo geral, não viam a Biblioteconomia como uma área valorizada, como uma carreira a ser seguida. Esse fato foi observado não só pelas falas, mas pelo tom de

voz, pelos silêncios e risos quando respondiam à entrevista. No entanto, todos unanimemente, manifestaram-se identificadas e felizes com a profissão, fato comprovado pelo investimento na formação. Todas fizeram pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado (ver Quadro 5). Consideramos esse posicionamento das informantes surpreendente, haja vista que a Biblioteconomia ainda é uma profissão com pouco reconhecimento da sociedade.

Outra informante ressalta que foi a vivência na profissão que a levou a fazer o curso. Contratada para o serviço público, ela foi trabalhar na biblioteca e se identificou com a área. Depois de muito tempo de trabalho, ela decidiu “oficializar-se como bibliotecária”, porque embora ela não tenha relatado na sua fala, o diploma lhe daria algumas benesses como funcionária pública.

S3FUFSC – Como eu já trabalhava na biblioteca há bastante tempo, escolhi a profissão por amor. Pela satisfação pessoal que tenho quando eu atendo a um usuário e ele sai feliz da vida, tanto na busca de um livro na estante quanto na procura na base de dados, na *Internet*.

Está presente nesses depoimentos uma paixão pela profissão. Não só pela sua narrativa, mas pela expressão da informante ao contar sua trajetória profissional com mais de trinta anos de trabalho. Há poucos anos havia concluído o curso de graduação seguido de um curso de especialização. Entendemos que o fato de amar o que se faz não interfere nos preconceitos sobre a profissão, pois não impede que o profissional lute para melhorar as condições de exercê-la. Desta feita, reconhecemos esses depoimentos como positivos. Contudo, reconhecemos que a escolha da profissão foi uma circunstância da vida, poderia ter sido outra se a informante não tivesse ido trabalhar na Biblioteca.

No nosso entender, no caso das informantes do sexo feminino, somente 22,2% escolheram a profissão de forma consciente. Pelas suas narrativas, viram na Biblioteconomia uma profissão de carreira ou pelo menos interessante.

S7FUFPB – Eu sou jornalista também. Trabalhei quinze anos na área e sempre gostei de trabalhar com a informação, só que eu tinha um sonho de ter meu emprego público, minha estabilidade e sempre via na folha dirigida muitas vagas para o cargo de bibliotecário, e para jornalismo quando tinha era uma só. Então, eu aproveitei que o curso de Biblioteconomia abriu vagas para graduado e fiz o curso.

S12FUFSC – Desde criança me interessava pela Biblioteconomia, até comecei outro curso, mas desisti e fiz Biblioteconomia [...] Era essa profissão que eu queria mesmo.

Observamos, portanto, uma diferença significativa quando analisamos os depoimentos dos sujeitos do sexo masculino, esses foram incisivos: dizem que escolheram a profissão porque vislumbraram uma profissão interessante e uma carreira promissora.

S10MUFPB – Busquei a profissão por retorno financeiro. Apesar de o bibliotecário não ganhar muito dinheiro, tem mais opção de trabalho.

S9MUFPB – Eu busquei o curso de Biblioteconomia a fim de aprimorar meus conhecimentos e práticas junto à documentação, quando trabalhava como auditor hoteleiro. Dentro do curso, conheci melhor a área e optei por segui-la, abandonando a hotelaria.

S2MUFSC – Escolhi porque a Biblioteconomia trabalha com várias áreas. Eu lembro que na época que fiz, a grade curricular do curso era bem interdisciplinar mesmo. Hoje mudou bastante. É bem técnica e voltada para o mercado de trabalho. Quando fiz o curso tinha muitas disciplinas na área de humanas, sociologia, economia, história da arte. Por isso, me interessei [...].

Essa maneira dos homens se posicionarem já foi abordada nesta pesquisa. Observamos que, mesmo tratando-se de uma área tipicamente feminina, eles se manifestam de forma mais autônoma do que as mulheres demonstrando o poder de decisão masculino; atitude que revela claramente a interferência do gênero.

Segundo Lauretis (1994, p. 211), as categorias nas quais todos os seres humanos são classificados como homens e mulheres “formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais”. Assim, mesmo o significado mudando de acordo com a cultura de cada sociedade há uma divisão sexual do masculino e feminino que “[...] coloca o sexo no centro dos conteúdos culturais interagindo com os valores (econômicos) e com a hierarquia (política)”. Nesse sentido, como se sabe o homem ainda leva vantagem.

Com relação às variáveis da pesquisa, comparando as respostas das/os depoentes com os dados expostos no (Quadro 5), observamos que nenhuma das outras variáveis estudadas no grupo influenciou as respostas obtidas, exceto o sexo das/os informantes.

Problematizando a questão, vemos que o ingresso no curso, sem muito conhecimento acerca da profissão, não é um fato novo, sendo identificado na literatura da área desde os anos 1970, como afirma Andrade (1973, p. 173): “A escolha da profissão de bibliotecário deve-se mais a fatores secundários como menor duração de curso, influência de amigos, gosto pelos livros do que a uma decisão consciente, por vocação”.

Convém ressaltar, também, que apesar do ingresso na Biblioteconomia ter ocorrido por diferentes motivos, no entanto, a ideia de usar a Biblioteconomia como passaporte para entrar nas universidades e migrarem para outros cursos (MARCHIORI, 1996) nesta pesquisa não prevaleceu. Com relação às expectativas relativas ao ingresso na profissão pelos homens porque são motivados pelo uso crescente das tecnologias na área também foi descartada. Os sujeitos do sexo masculino indicaram outras razões que os levaram a optar pela Biblioteconomia. Todos ingressaram no curso após o uso do computador nas bibliotecas. Esse fato foi confirmado em outro momento da entrevista. Quando foi sugerido que os sujeitos opinassem sobre as razões que têm levado os homens a ingressarem na profissão, somente 8% mencionaram como uma das possibilidades o uso das tecnologias. Esses respondentes eram todos do sexo feminino.

Esses resultados coincidem com os encontrados nos estudos de Bergman (2005) e Sousa; Pedro, (2012b). Outro fato importante que observamos é que não há mais a procura do curso em razão da facilidade de acesso à universidade, causa essa apontada por vários autores, como um dos motivos de ingresso de homens no curso de Biblioteconomia. Houve casos em que as/os depoentes ingressaram em outros cursos e depois optaram pela Biblioteconomia.

Outro ponto mencionado que motivou a escolha da profissão foi a relação Biblioteconomia/emprego no serviço público. As instituições públicas têm ofertado muitas vagas de emprego para bibliotecárias nos últimos anos, por duas razões: primeiro, a promulgação da Constituição de 1988, que instituiu a obrigatoriedade de concurso para o ingresso no serviço público; e segundo, a mudança nas regras da aposentadoria ocorrida no governo de Fernando Collor de Melo, que ocasionou a aposentadoria de muitos servidores para não perder ou manter direitos adquiridos. (MOREIRA; SILVA; DIB, 2006). Acrescentamos a isso, o aumento no número de universidades e instituições de nível superior no País, que gerou uma grande quantidade de vagas para bibliotecárias nos órgãos públicos e também nas universidades particulares.

Teoricamente os baixos *status* e prestígio na Biblioteconomia têm sido atribuídos à predominância de mulheres na profissão. O que você acha dessa afirmativa?

Nascimento, Ferreira e Batista (1997, p. 167), afirmam que a maioria das mulheres, ao buscarem a profissionalização nas universidades, ainda, privilegia as áreas de educação, ciências sociais e da saúde. Daí, o crescente predomínio das mulheres nos cursos de psicologia, farmácia, nutrição e “outras profissões tradicionalmente femininas: enfermagem, magistério, serviço social, Biblioteconomia [...]”. Os autores enfatizam ainda que essas escolhas acabam por desenvolver profissões menos competitivas, aliadas ao pouco prestígio. Na realidade, aspectos relacionados ao conservadorismo da sociedade patriarcal ainda dividem as profissões por sexos e aquelas majoritariamente femininas são menos valorizadas. A Biblioteconomia não fica de fora dessa avaliação. Alguns autores, entre os quais Carmichael Jr. (1992 e 1995); Ferreira (2010) e Golub (2009), atribuem o baixo *status* e a falta prestígio da profissão à predominância de mulheres na área. Apesar de a maioria das/dos respondentes da pesquisa (83,4%) discordarem da afirmativa proposta, identificamos contradições nos depoimentos. Na realidade, as bibliotecárias deixaram transparecer,

em algumas falas, que as áreas que concentram o maior número de mulheres são as menos valorizadas; além de apresentarem outros fatores relacionados às questões de gênero que contribuem para o preconceito, a discriminação da profissão e para sua falta de prestígio e *status* social.

S5FUFPB – Não concordo com essa afirmativa de jeito nenhum. Na minha visão, o curso de Biblioteconomia não é valorizado não por ser um curso de mulher, mas porque os cursos das **Ciências Sociais** são desvalorizados pela sociedade. Os cursos valorizados são: medicina, direito e agora as engenharias.

S12FUFSC – Não concordo, não acredito. Para mim, a Biblioteconomia é desvalorizada por se tratar de uma profissão de prestação de serviços. Não é uma profissão como **as engenharias**. Por isso, gera essa desvalorização.

Como exposto, as informantes se posicionaram de forma contrária à ideia de que o desprestígio da Biblioteconomia estivesse ligação com a feminilização da profissão, porém elas consideram como áreas de prestígio justamente as de reduto masculino (medicina, direito e as engenharias), e como áreas desvalorizadas as de prestação de serviços e das ciências sócias áreas majoritariamente femininas, onde se encontra a Biblioteconomia.

Continuando a análise, consideramos os depoimentos a seguir bastantes marcados pelas características de gênero. No primeiro, a presença do gênero fica bem clara quando a informante menciona estereótipos culturalmente atribuídos à figura feminina no exercício da profissão, bem como quando alude aos baixos salários pagos aos profissionais. No segundo caso, evidenciamos a não percepção de diferenças entre os sexos do ponto de vista do trabalho. O informante entende a mulher competindo igualmente ou em condição superior aos homens ocupando novos espaços e direitos, utilizando-se no nosso entender de casos isolados que ocorrem para representar o todo quando se sabe que isso não procede.

S3FUFSC – Na percepção de muitas pessoas - que eu me lembre - viam a bibliotecária como aquela mulher de óclinho sentada à mesa que dizia: Isso pode. Isso não pode fazer. Psiu! Até pouco tempo, a biblioteca era lugar de castigo. Se a criança fizesse qualquer coisa de errado ia para biblioteca de castigo. Outra, o governo não dá a mínima para a biblioteca e o bibliotecário. Pegam professores que não podem mais dar aulas e jogam nas bibliotecas escolares como se as bibliotecas fossem locais de gente doente, incapacitada para o trabalho. Então, para que dar valor à profissão do bibliotecário se pode jogar qualquer pessoa na biblioteca aos trancos e barrancos pra fazer qualquer coisa. Por isso, a razão dos baixos salários e da falta de prestígio. O conselho de Biblioteconomia deve exigir um salário básico para o profissional que não seja um piso de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Isso não dá.

S2MUFSC – Isso já mudou bastante, sabe por quê? Porque hoje em dia são as mulheres quem domina o mercado de trabalho. Ele prefere contratar as mulheres talvez por serem mais organizadas do que os homens, não sei. Mas, veja só: a diretora aqui é mulher; a reitora é mulher, a presidente do País é mulher. [...]

Todavia, nos discursos seguintes, temos o reconhecimento da existência das questões de gênero na profissão influenciando para a desvalorização da mesma.

S6FUFPB – Verdadeira! É real que as mulheres ainda não têm os mesmos espaços dos homens. A gente vê pela questão dos salários. Por isso, uma profissão considerada feminina, como é o caso da Biblioteconomia, é inferior. Infelizmente se nota que as profissões de topo ainda são exercidas por homens.

S7FUFPB – É. Tem um fundo de verdade. A mulher não tem o senso de poder que o homem tem. Ela não faz questão de aparecer. O homem por natureza sempre teve o papel de provedor.

Causas dos preconceitos e da desvalorização da profissão

De acordo com as respostas dadas a essa questão constatamos várias causas que contribuem para essa desvalorização, tais como: falta de conhecimento da população a respeito da profissão, falta de políticas públicas, culpa do bibliotecária/o, a profissão está ligada à educação e à cultura e por ser uma profissão feminina.

Falta de conhecimento da população

S5FUFPB – Eu acho que por falta de informação de algumas pessoas a respeito do que é ser bibliotecário. As pessoas, de modo geral, valorizam os cursos que dão mais dinheiro e que também levam o título de DOUTOR.

S1FUFSC – Acho que pelo desconhecimento da profissão, do que o bibliotecário estuda, do que ele faz. As pessoas, na sua maioria, nem sabem que tem curso superior para formar bibliotecário. Então, o preconceito vem do desconhecimento do profissional de sua atuação e de tudo que envolve o ser bibliotecário.

S3FUFSC – Por falta de conhecimento. São poucas as divulgações da profissão. Que eu tenho conhecimento só duas entrevistas na TV.

Fora do mundo acadêmico, ainda existe a concepção da biblioteca como depósito de livros. Precisa ser divulgado tanto o curso de Biblioteconomia como o que faz o bibliotecário e quais as funções deste profissional.

S4FUFSC – Ignorância. Há muitas pessoas que não sabem o que é o bibliotecário. Essa profissão precisa ser mais disseminada. As representações da classe e os próprios bibliotecários devem divulgar a profissão. Como a sociedade pode valorizar um profissional que não sabe o que ele faz, muitas pessoas pensam que o trabalho da bibliotecária é só arrumar os livros nas estantes.

S7FUFPB – Porque apesar da Biblioteconomia ser antiga é uma profissão que não tem projeção, não tem ícones como em outras categorias, não tem expoentes. Não tem espaço na mídia, não tem visibilidade. Muitas pessoas não sabem o que é o profissional bibliotecário, o que ele faz, qual o seu papel, qual a sua importância na organização dos acervos e no desenvolvimento de pesquisa. Se soubessem, seríamos tratados com mais respeito e mais valorizados.

S8FUFPB – Os baixos *status* e prestígio na Biblioteconomia estão atribuídos à ignorância das pessoas, à falta de conhecimento do que o profissional bibliotecário pode realizar. Ainda existe preconceito, uma visão arcaica que o bibliotecário só pode trabalhar no locus biblioteca e seu instrumento de trabalho é unicamente o livro. A grande maioria das pessoas pensa assim. O bibliotecário como arrumador de estantes de livros.

Nessas narrativas, as/os pesquisados/as abordaram dois aspectos para explicar a desvalorização da profissão: a ignorância das pessoas que não reconhecem a importância do profissional e uma questão institucional. A Biblioteconomia seria uma disciplina presa à instituição

biblioteca, o que limita a atuação da bibliotecária. Relaciona-se a profissional ao ambiente da biblioteca onde o principal suporte informacional continua sendo o livro impresso e não o ambiente da informação que é bem mais amplo (SOUZA, 2006). Compartilhando da mesma ideia, Azevedo e Gomes (2006) admitem que, no imaginário das pessoas, a figura da bibliotecária ainda permanece vinculada à instituição biblioteca, mesmo diante do crescente papel da informação e da insistência da categoria em mostrar que o campo de atuação profissional não se restringe mais a esse único espaço. Complementado, as autoras argumentam que a Biblioteconomia é pouco reconhecida em razão das dificuldades que a sociedade tem em compreender a efetiva contribuição dessa categoria no contexto organizacional, ou seja, a sua contribuição nos resultados de produtividade e lucratividade não tem a mesma visibilidade que demonstram as profissões masculinas.

Falta de políticas públicas

S10MUFPPB – Isso vem do alto escalão do governo que não prioriza a biblioteca. As pessoas não costumam ver bibliotecas nas ruas, ou seja, bibliotecas não fazem parte do cotidiano das pessoas. Não se cria bibliotecas nos municípios. Então, como as pessoas podem valorizar o profissional que trabalha nessas bibliotecas? Também, com a *Internet* tem pessoas que pensam assim: Para que bibliotecas se tudo que eu quero tem na *Internet*? A gente sabe que não é assim. Quem costuma frequentar bibliotecas sabe da importância das bibliotecas e do mundo de informação que têm organizados nas bibliotecas. Sabe que não é apenas acessar a *internet* pra ter as informações importantes. Têm os livros, as bases de dados, os periódicos, Mas, enfim, a negligência dos governantes do topo da pirâmide vai refletir na base. Cabe a nós bibliotecários mudar isso, prestando ótimos serviços ao público.

Essa falta de investimento em políticas públicas na área de bibliotecas públicas e escolares foi confirmada por Machado (2010), quando relata os resultados do “Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado no período de setembro a novembro de 2009 e publicado em 2010”.

Em sua maioria, as bibliotecas públicas brasileiras não possuem recursos suficientes para se manter, para atualizar seus acervos, investir em tecnologia e muito menos na formação e qualificação de suas equipes, prescindindo muitas vezes do próprio profissional formado. (MACHADO, 2010, p. 95).

A culpa do bibliotecária/o

S2MUFSC – É uma questão do bibliotecário se posicionar como profissional. Eu acho que muito da imagem passada para a sociedade cabe ao bibliotecário se posicionar. [...] Eu acho uma questão do tipo abraçar a causa, defender tua área de atuação, se mostrar à sociedade. [...] Precisa mostrar isso também para quem está se graduando. Mostrar para esses profissionais que eles estão se formando e vão lidar com esses conflitos. Para eles saber onde estão e onde querem chegar. É uma tarefa da universidade formar profissionais para a sociedade.

S12FUFSC – É uma profissão exercida por uma minoria e é difícil um grupo pequeno se impor. Outra coisa, às vezes, nós bibliotecários tentamos reagir demais com o que se fala de negativo da nossa profissão. Demos muita ênfase a isso. Se procurássemos fazer projetos que gerassem outra visão, talvez fosse mais proveitoso do que uma posição de reação à posição negativa.

S8FUFPB – Acho que depende do profissional. Têm muitos bibliotecários que não fazem um trabalho correto. Depende de uma postura nossa. O bibliotecário tem uma postura de recuar diante de certas situações e aí outros profissionais ocupam nossos espaços. A gente tem que se posicionar mais, divulgar mais a profissão e buscar mudar isso.

S9MUFPB – Por falta de valorização dos próprios profissionais.

S4FUFSC – Entendo que o pouco prestígio da profissão é culpa dos próprios profissionais que não têm articulação política, não sabem se relacionar com seus pares para lutar por uma boa reputação da profissão. Por outro lado, as representações da profissão, os conselhos de classe só aparecem na hora de cobrar a anuidade.

Nessas argumentações encontramos uma questão antiga, mas que ainda não foi superada na nossa sociedade. A vítima, ou seja, quem sofre o problema é considerado culpado por ele. Isso ocorre talvez por uma questão de comodidade, sempre é mais fácil culpar quem está mais próximo do que buscar as causas que condicionam uma determinada situação. É o caso de culpar as bibliotecárias pela discriminação que elas sofrem.

A profissão está ligada à educação e à cultura

S10MUFPB. – O desprestígio da Biblioteconomia é porque é uma profissão ligada à Educação. É tanto que os bibliotecários da área jurídica são valorizados. É tanto que o cargo nem é bibliotecário, é analista judiciário com graduação em Biblioteconomia.

S1FUFSC – Eu acho que tem a ver com problemas da sociedade brasileira que não valoriza a educação e a cultura. E a Biblioteconomia e o bibliotecário estão

ligados a essa área. Acho que vai mais desse ponto do que com o gênero. Foi uma novidade total para mim.

Todas essas afirmativas acima relacionadas foram sublinhadas em outros estudos sobre a temática, entre os quais o de Sousa e Pedro (2012b), citado anteriormente. Não restam dúvidas que são fatores importantes para ser discutidos, mas, existem problemas que transcendem a esses como a questão de gênero, por exemplo, que não tem tido a atenção devida nas discursões da categoria. Nessa pesquisa, tivemos 17% das entrevistadas que abordaram essa temática, conforme depoimentos a seguir:

Por ser uma profissão feminina

S6FUFPB – Na nossa concepção não apenas a Biblioteconomia, mas profissões como: Serviço social, Psicologia, Enfermagem e todas ditas como femininas são desprestigiadas, sofrem discriminação, por uma questão cultural que desvaloriza o trabalho realizado por mulheres mesmo quando se trata de atividades de suma importância para a sociedade. As mulheres ainda não têm os mesmos espaços dos homens. A gente vê pela questão dos salários. Por isso, uma profissão considerada feminina, como é o caso da Biblioteconomia é inferior. Infelizmente se nota que as profissões de topo ainda são exercidas por homens.

S7FUFPB – É verdade. A desvalorização da profissão está relacionada à predominância de mulheres na profissão sim. A mulher não tem o senso de poder que o homem tem. Ela não faz questão de aparecer e isso reflete na profissão. O homem, por natureza, sempre teve o papel de provedor.

Diante do exposto, novamente, constatamos que a questão de gênero continua pouco explorada na Biblioteconomia, pois a literatura

da área quase não problematiza o exercício da profissão na perspectiva do gênero. As próprias bibliotecárias ainda não se deram conta da extensão desse problema em relação à imagem da profissão no contexto social.

Por fim, tivemos uma das entrevistadas que se opôs à discussão da seguinte maneira:

S11FUFSC – Primeiro, eu não considero uma profissão desvalorizada de baixo *status*. Eu trabalho com a informação e quem trabalha com a informação tem o poder nas mãos. E quando você faz o que gosta, o resto é consequência. Agora em função de ser uma profissão feminina [silêncio, gesto de reprovação], hoje temos homens na profissão. Não, não encaro a Biblioteconomia com esse baixo *status*. Não vejo dessa forma. Na minha, opinião não existe isso, eu não sinto isso. O bibliotecário precisa se impor, se posicionar acima disso. Eu acredito que o bibliotecário se incomoda com isso.

Essa fala deixa transparecer o reflexo de nossa sociedade habituada a colocar as questões de gênero em segundo plano. Pois, pelo que podemos observar nesse estudo a profissão é considerada tanto pelos teóricos, como pelos profissionais da área como pouco valorizada, com pouco reconhecimento social, o que se discute são as causas dessa desvalorização. Nesse caso, concordamos com Espírito Santo (2008, p. 328) quando afirma que “os problemas enfrentados hoje pelas mulheres têm raízes históricas e sociais e são vistos como naturais até por elas mesmas e, como tal, são difíceis de serem combatidos”.

A literatura mostra que o exercício da profissão requer algumas características, ainda, definidas como de mulher (zelo, dedicação, gentileza, entre outras). Você concorda ou discorda disso? Por quê?

Lent, Brown e Hackett (1994), entre outros autores, sintetizam que a escolha de uma carreira recebe inicialmente a influência do ambiente sociocultural. O fato de ser homem ou mulher pode influenciar

nos “modelos” de profissionais que são reforçados também pelo tipo de estímulo que é oferecido pelo ambiente desde a infância. Ademais, de modo geral, percebemos que características consideradas masculinas ou femininas favoreceram uma melhor adaptação do sujeito na profissão.

Questionados se as características ditas femininas são reconhecidas como necessárias no exercício da profissão, a maioria das/os depoentes discorda. Contudo, em certas narrativas, observamos contradição nas respostas. Embora, as/ os depoentes percebam mudanças com relação a essas características, acabam por concordar a existência delas na profissão e sua relação com o sexo feminino.

S2MUFSC – Discordo. Já tem toda uma mudança, **apesar de a mulher ser mais organizada do que o homem**. Mas, não tem a ver com o lado feminino não. Qualquer trabalho precisa dessas habilidades. Acho que o sexo não interfere.

S3FUFSC – Discordo. Tanto o homem como a mulher pode cuidar, ser organizado, ajudar o aluno a encontrar o livro, fazer a busca. O que a gente faz, ele também pode fazer.

S6FUFPB – Discordo. Não acho que essas características sejam de mulher não. Vejo isso mais como uma questão cultural mesmo.

S8FUFPB – Discordo, não tem a ver com o fato de ser homem ou mulher. Todas as pessoas podem ter essas características [risos].

S9MUFPB – Olha, eu discordo. Essas características fazem parte de educação doméstica.

S10MUFPB – Discordo totalmente. Essas características têm a ver com o indivíduo mesmo e não com o sexo. Essas afirmativas têm a ver com a questão de preconceito da área.

S7FUFPB – Acho que essas atribuições são necessárias em qualquer profissão. Independe. [Silêncio...] A mulher tem mais tato, mais paciência de lidar com o público. O homem até tenta, mas a mulher se põe

melhor nesse sentido. O homem é mais direto, mais objetivo e a mulher tenta ser mais suave.

S5FUFPB – [Silêncio...] Na minha época até se podia dizer isso, mas hoje não. Hoje tem muitos homens fazendo Biblioteconomia. Acabou essa visão que é um curso de mulher. Não é mais como antes, que o homem que fazia Biblioteconomia não era “digamos assim” homem de verdade. [Risos...]. A Biblioteconomia não era curso pra homem, mas hoje já é.

S11FUFSC – Olha, independente da profissão temos que ter essas características. Alguns autores favorecem isso, mas eu não vejo assim. Hoje temos mulheres trabalhando como frentistas em postos e trabalham com a mesma gentileza como nós que trabalhamos com livros, como as médicas em hospitais. Independente de sexo, cor e raça a gente tem que ser educado, gentil. Enfim, você deve dispensar às pessoas o que você gostaria de receber. Eu parto desse princípio.

Os depoentes que concordaram parcialmente com a questão apresentada mencionaram que alguns setores necessitam de características femininas como delicadeza, gentileza, paciência e criatividade; como aqueles mais voltados ao atendimento ao público “setor de referência, de biblioteca infantil”. Esse fato foi observado também em outras questões da entrevista e confirmam a divisão sexual do trabalho.

S12FUFSC – Eu concordo parcialmente, depende da área de atuação, o bibliotecário de referência, por exemplo, precisa dessas características. Mas, no geral, o perfil da profissão está mudando.

S9MUFPB – Em parte. Tem localização que realmente requer essas características como nas bibliotecas infantis e escolares.

S1FUFSC – Eu até concordo com essas questões. Elas são importantes, mas vão muito além de questões relacionadas a gênero. O bibliotecário precisa ter competência individual e profissional bem como conhecimento para desenvolver as atividades. Essas questões de gênero seriam mais secundárias.

S4FUFSC – Em parte sim. Acho que a profissão requer essas características femininas, principalmente a organização. Acho as mulheres mais organizadas do que os homens.

Você entende que o aumento de homens na profissão pode modificar a visão estereotipada, ainda, presente na Biblioteconomia. Por quê?

A partir da literatura, compreendemos que a forte presença feminina em uma profissão é fator determinante para o pouco reconhecimento social da mesma. No caso da Biblioteconomia, apesar dos poucos estudos desenvolvidos com essa perspectiva, esse fenômeno é evidenciado por alguns teóricos/as já citados/as nesse estudo. Analisando as proporções de homens e mulheres nas várias ocupações, Jannuzzi (2003), observou que as ocupações exercidas por mulheres continuam com baixa remuneração.

Sobretudo nas ocupações que já são extremamente femininas, como a Biblioteconomia, comparando com ocupações masculinas (analistas e estatísticos). Por outro lado, dados sobre a variação de salário mostram que as profissões femininas são penalizadas em proporções equivalentes à valorização das profissões masculinas.

Diante disso, existe uma percepção de que a inserção de homens em uma profissão de predominância feminina pode mudar a visão da sociedade quanto à desvalorização da mesma. Embora cientificamente isso ainda não esteja comprovado, observamos que, de

acordo com a percepção das/os informantes da pesquisa, a masculinização da profissão pode mudar ou melhorar a reputação da profissão, como podemos confirmar nas falas:

S2MUFSC – Pode modificar e já está modificando. Mudou o perfil do curso. Acho que a presença dos homens na área vai ser positiva. Vai mudar a visão da biblioteca e do bibliotecário.

S3FUFSC – É provável! A gente sabe que a mulher saiu da condição de doméstica e tem conquistado espaço no mercado de trabalho na sociedade. Até mesmo no lar, ela está amparada legalmente. Mas, existem preconceitos que não ocorrem com os homens. Por isso, eu creio que os homens, ocupando o cargo de bibliotecário, vão fortalecer a profissão. Vai modificar sim.

S5FUFPB – A Biblioteconomia está deixando de ser aquela profissão de filhinha de papai... [Risos...] Era assim: As moças que estavam se preparando pra casar e queriam fazer um curso superior, os noivos só deixavam fazer Biblioteconomia porque só tinha mulher nas salas.

S7FUFPB – Sim, muda a imagem, daquela bibliotecária ultrapassada, dinossauro, que vai atender às pessoas, mas ao mesmo tempo vai fazer tricô. Muda a impressão antiquada do profissional.

S9MUFPB – Sim. Melhora a visibilidade da profissão.

S10MUFPB – Muda sim. A Biblioteconomia hoje tem mais visibilidade.

S12FUFSC – A visão da Biblioteconomia pode mudar (não será mais uma profissão de mulher), mas não sei se muda a visão do profissional ou se homem também vai ser considerado como guardador de livro, o moço da biblioteca [Risos].

S1 FUFSC – Acredito que sim. Os usuários vão ver o homem na profissão e vão enxergar diferentemente esse profissional. Até na biblioteca escolar, as crianças terão contato, desde cedo, com bibliotecários homens e tirarão da mente, a visão da mulher de meia idade de coque no cabelo e de óculos. Lembrei-me da bonequinha mascote da profissão [Risos...].

S6FUFPB – Sim, já está modificando. Só o fato da inserção de homens na Biblioteconomia já muda a visão da profissão. Para a sociedade, no geral, o homem sim, muda a imagem, né? Da bibliotecária ultrapassada, dinossauro, que vai atender às pessoas, mas ao mesmo tempo vai fazer tricô. Muda a impressão antiquada do profissional.

S11FUFSC – Olha, pra quem defende essa ideia pode mudar. Mas hoje quem está buscando fazer Biblioteconomia são pessoas bem jovens, que gostam de tecnologias, interessadas na profissão o que está dando outra roupagem à profissão; não é só pela entrada de homens, é o perfil do curso que está mudando.

De acordo com essas narrativas, fica evidenciado que uma representação mais equilibrada de homens na Biblioteconomia mudaria o gênero da profissão tornando-a mais valorizada. Diante desse pensamento, é possível entender que persiste uma cultura que articula a desigualdade social impondo à mulher uma posição de inferioridade que faz ela própria acreditar nisso. Veja como se posicionou essa informante. “Não muda apesar de ter melhorado muito, mas é grande o preconceito com relação **às mulheres na profissão**” (S4FUFSC). Nessa fala, entendemos que os preconceitos com relação às mulheres na profissão estão tão arraigados, que nem a mudança de sexo consegue mudar essa situação. Ou seja, além da mulher ser culpada pela desvalorização da profissão contribui para a perpetuação dessa situação. Velho e Leon (1998) também detectaram em seus estudos que têm mudado o sexo das profissões, mas as questões de gênero continuam.

Melhor dizendo, as mudanças não têm implicado na condição de igualdade entre mulheres e homens.

Durante sua vida profissional, você sofreu algum tipo de discriminação por exercer essa profissão? Daria para citar algum caso?

No geral, constatamos que há discriminações, insinuações pejorativas com relação à profissão. No entanto, observamos que a localização geográfica de atuação das bibliotecárias, bem como o sexo das/dos informantes influenciaram nas respostas.

Informantes da BCUFSC, em 66,6%, afirmaram nunca terem sido discriminadas com relação à profissão; já 83,4%, das/os entrevistadas/os da BCUFPB, confirmaram ter sofrido algum tipo de preconceito.

S4FUFSC – [Silêncio] Não... Mas quando eu saía com colegas de meu esposo, a gente se reunia e havia alguns comentários do tipo: Vá arrumar minha estante de livros... e a gente via um sentido pejorativo.

S5FUFPB – Não... Mas quando ainda fazia o curso, um amigo do meu esposo falou assim: Ahh, você vai espanar os livros das estantes, é? [Risos] Eu fiquei com muita raiva... Eu lembro que eu falei tanta coisa... Mas acho que hoje essa visão mudou.

S6FUFPB – Ocorreu, a gente vê muito dos colegas alguns casos do tipo brincadeira: Biblio o quê? Ahh vai espanar livros e traças, né? Mas a gente sabe que há preconceito sim. Há assim vários apelidos que gostam de dizer com nossa profissão. Mas é uma questão do bibliotecário, ele ainda está aquém.

S7FUFPB – Uma vez eu fui fazer uma compra no comércio e na loja fizeram muitos questionamentos sobre a profissão. Deu a entender que estavam achando que eu como bibliotecária não ganhava suficiente para fazer o pagamento.

S10MUFPB – Sim. Tem muitas piadas, ainda há uma visão atrasada sobre a profissão. Tem pessoas que acham que a gente limpa livros

ou organiza livros por cor ou tamanho nas estantes.

S8FUFPB – Sutilmente. Nada que me fosse agravo porque eu sempre soube me defender e defender a profissão. Eu sei por que estou na profissão. Por isso, nunca me senti diminuída. Eu sempre soube o meu valor como profissional e do compromisso que eu tenho comigo, com a profissão e com a instituição em que trabalho.

Ficou claro nas argumentações que existem preconceitos com relação à profissão, demarcados por característica de gênero. Nas argumentações das mulheres, as discriminações sempre foram manifestadas por pessoas do sexo masculino e com insinuações pejorativas, associando a profissão a atividades insignificantes que requerem pouco conhecimento.

Já nas narrativas dos homens (bibliotecários), o problema da discriminação é tratado de forma diferente; há um estranhamento com relação ao seu potencial individual. Causava admiração das pessoas o fato de ele ser um bibliotecário. Nesse caso, fica subentendido que a sociedade desvaloriza a Biblioteconomia qualificando-a como profissão inferior, assim sendo não deve ser apropriada para homens.

S9MUFPB – Discriminação não, mas as pessoas ficam surpresas sim, quando digo que sou bibliotecário. Eu dava aula de Braille a professores universitários e eles admiravam assim: Você é bibliotecário? E tem apenas a graduação em Biblioteconomia? Assim.

S2MUFSC – Quando estava fazendo o curso preparatório para o vestibular, as pessoas diziam assim: “Vai fazer Biblioteconomia?” Vai trabalhar em biblioteca? Por que não fazer Direito ou Comunicação? Assim, achavam que eu tinha capacidade para passar em outros cursos mais concorridos, mais valorizados, vistos como melhores, entende? De qualquer forma é uma discriminação de forma sutil, mas é. Realmente não sabiam o

que é essa profissão, pois acho que só se discrimina aquilo que não se conhece.

Mediante os relatos expostos, podemos verificar que os bibliotecários do sexo masculino são reconhecidos pela sociedade ou pelo menos se percebem mais capacitados que as bibliotecárias. Também, podemos constatar nas suas falas que a pouca visibilidade da Biblioteconomia reflete na imagem do profissional que fica estigmatizado como um profissional de pouco nível de conhecimento.

Entendendo o gênero um produto social, apreendido, representado e transmitido ao longo das gerações (SORJ, 1992), admitimos que qualquer que seja a origem desses preconceitos é uma questão cultural. Desta feita, sempre que se referir a ocupações das mulheres vai suscitar uma desvalorização confirmando a desigualdade de gênero.

Por que tem ocorrido um aumento de homens ingressando na profissão? E como você vê isso para a profissão?

O fato de os homens estarem buscando a Biblioteconomia, segundo a maioria das/os respondentes da pesquisa, tem ocorrido em razão da quebra de paradigmas resultado da evolução da própria sociedade (91,7%). Veja alguns dos depoimentos:

S5FUFPB – Eu acho que tem ocorrido justamente porque está deixando de ter aquele preconceito que Biblioteconomia é uma profissão de mulher ou para aquele homem que não tem muito jeito para outras profissões como Direito, Medicina... antigamente se pensava assim. Hoje o homem está reconhecendo que pode fazer não só Biblioteconomia, mas qualquer curso das ciências sociais ou humanas. Esse preconceito está acabando. E para a profissão, o aumento de homens é muito bom.

S6FUFPB – Isso ocorre pela própria evolução da sociedade, que acaba com a dicotomia de profissões masculina e feminina.

S2MUFSC – Consideramos um ponto positivo para a profissão, traz um equilíbrio e acaba com o paradigma que Biblioteconomia é curso de mulher.

S5FUFPB – Isso é justamente uma quebra de paradigma, a Biblioteconomia não é uma profissão só de mulher. Existem homens buscando e é uma bela profissão. Eu acredito que as pessoas têm que saber o que quer e *a priori* ter conhecimento da profissão, das competências necessárias para exercer a profissão. Eu considero altamente positiva a inserção de homens na profissão.

S8FUFPB – Eu acho que a própria evolução da humanidade. Hoje não tem mais esse enfoque machista. Essa é profissão de homem, essa é de mulher. Tem uma abertura maior. Os pais estão criando os filhos com essa permissão. Não tem mais isso: é brincadeira de homem, isso é de mulher. E é muito positivo pra profissão.

S1FUFSC – Acho que hoje as profissões estão ficando mais mistas mesmo. As profissões masculinas estão se tornando femininas e vice-versa. Acho que é um movimento natural que está acontecendo, tanto de homens como de mulheres.

S12FUFSC – Na realidade [pausa] talvez o porquê disso seja porque a Biblioteconomia tem aparecido nos guias de profissão como uma profissão do futuro, principalmente com relação à informação, ao conhecimento e isso tem chamado atenção.

Identificamos, também, que mesmo com as mudanças operadas atualmente no campo da Biblioteconomia, com o aporte de sistemas informatizados e uso das TICs nas bibliotecas e serviços de informação, somente 8,3% consideraram essas questões como motivo para o aumento de homens na profissão.

S4FUFSC – Por conta do avanço da *Internet* e das tecnologias da informação, os homens se dedicam muito à computação e hoje em dia as bibliotecas estão automatizadas. Então, eles estão se voltando para essa área. Isso é muito bom para a profissão, pois melhora a visibilidade da profissão. Agora nós profissionais temos que ficar muito atentas (os) para não sermos substituídas (os) por profissionais de outras áreas que venham tomar nosso espaço.

Vale destacar que as/os depoentes veem a inserção de homens na profissão como uma perspectiva altamente positiva. Consideram como fator de mudanças para o reconhecimento da mesma.

S2MUFSC – Vejo de forma positiva. Quebra de preconceitos. Os homens estão se inserindo em todas as profissões.

S3FUFSC – Existe sim possibilidade de mudanças da imagem do bibliotecário. Não é mais aquela da mulher de meia idade de coque, óclinho. Mudou a visão do homem sobre a profissão. Isso eu acho positivo.

S4FUFSC – Isso é muito bom para a profissão, pois melhora a visibilidade da profissão. É muito positivo

S7FUFPB – A presença do homem só tende a aperfeiçoar, melhorar a profissão.

S8FUFPB – A presença de homens é bem positiva para a profissão.

S9MUFPB – É muito salutar para a profissão. Traz um equilíbrio e acaba com o paradigma que Biblioteconomia é curso de mulher.

S10MUFPB – Ah! Os homens deram um passo à frente pra tirar esse preconceito de ser uma profissão de mulher. Foi também mais uma porta que se abriu para os homens no mercado de trabalho. Para a profissão, essa troca de ideias é muito boa. São dois modos de pensar o mundo, assim bem diferentes, mas que essa junção contribui muito para a profissão.

5. 1. 2. 2 Interferência de gênero no mercado de trabalho

Conforme exposto em capítulos anteriores, as questões de gênero passam a fazer parte de uma contextualização mais ampla no mundo globalizado do trabalho. Nesse sentido, a maior preocupação observada foram as diferenças que ainda perduram entre o trabalho designado masculino, esse com maior valor agregado e o considerado feminino menos valorizado. Além disso, há as consequências que essas diferenças têm provocado no que se refere à inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como na sua ascensão funcional.

Você sente que tem ocorrido alguma mudança no mercado de trabalho e que mudanças são essas? Há relação com o aumento de homens na profissão?

S2MUFSC – Sim. Reconheço que houve mudanças depois do ano 2000. Depois das tecnologias da informação teve uma dimensão maior da Biblioteconomia com os catálogos eletrônicos e os *e-books*. Assim, tudo favoreceu para que houvesse essas mudanças. O profissional procurou buscar outros caminhos. No concurso público, também na área jurídica, o bibliotecário já tem seu reconhecimento. Assim, com as mudanças na área tecnológica, viu-se a necessidade de buscar pessoas para organizar a informação nesse contexto. E apesar de a profissão não ser tão prestigiada, houve uma mudança sim e eu acho que é um caminho de

se buscar e de se mostrar para sociedade. Com relação às mudanças estarem relacionadas ao aumento de homens na profissão, acho que as mudanças ocorrem por um processo de desenvolvimento da sociedade mesmo.

S1FUFSC – Sim, percebe-se uma grande mudança. Os bibliotecários foram buscando contextos fora da biblioteca. A profissão está sendo visualizada fora da biblioteca, nas empresas, de forma autônoma. Os profissionais estão desenvolvendo um bom trabalho e a profissão tem bom reconhecimento também.

S3FUFSC – Depois de muitas lutas, eu vi que foi aprovada uma lei que determina que tenha uma biblioteca em cada escola. Isso já abre caminho para a profissão. Aí já há uma demanda para contratação de bibliotecários.

S4FUFSC – Sim. Têm ocorrido e muitas. Houve um avanço muito grande na nossa carreira. Mais ainda é desvalorizada.

S5FUFPB – Tem mudanças sim. Não é uma mudança grande, mas existe. O bibliotecário não atua somente na biblioteca, é tanto que hoje é profissional da informação.

S8FUFPB – Consideravelmente, o leque de opção de trabalho está bastante ampliado, com variedades de suportes, novos recursos, acesso. E também de postura do profissional. O bibliotecário sempre foi um educador, mas hoje ele desenvolve melhor esse papel.

S9MUFPB – Sim. O concurso público tem mudado muito a visão da Biblioteconomia. Tem aumentado os postos de trabalho.

S10MUFPB – Sim. Atualmente as pessoas estão vendo que a profissão do bibliotecário não é apenas de trabalhar com livros e limpar estantes. A mídia tem divulgado mais e as pessoas têm ficado curiosas. Tem também a

questão dos salários com o ingresso no serviço público, né?

S11FUFSC – Sem dúvidas, hoje a profissão é reconhecida e as mudanças se deram também por conta das tecnologias que vieram para ser uma grande aliada na nossa profissão.

S12FUFSC – Sim. Cada vez mais o bibliotecário tem que lidar com as tecnologias e eu percebo que a tendência é que os nossos processos se voltem para o meio digital.

S6FUFPB – Sinto exatamente que com a inserção de homens na profissão está quebrando esse paradigma, que não é uma profissão feminina. Só de mulher.

S7FUFPB – Isso tem ocorrido devido aos concursos públicos e também porque os homens estão ingressando na área e gostam de trabalhar com a informática. Isso é muito bom, inovador. A mulher passa a ser competitiva. Ela fica mais estimulada e procura se atualizar.

As falas dos sujeitos mostram uma mudança positiva no mercado de trabalho da Biblioteconomia nos últimos anos e como fatores que contribuíram para essa melhoria foram mencionados: a criação de políticas públicas, o uso das TICs nos serviços de informação e os concursos públicos. Além disso, duas informantes assinalaram o aumento da presença masculina na profissão.

Problematizando a questão, observamos que com a explosão da informação e seu valor para o desenvolvimento da sociedade, ampliou-se o campo de trabalho da Biblioteconomia. As TICs também trouxeram oportunidades tanto com relação ao aumento das vagas de trabalho, como na melhoria das condições de trabalho dos profissionais inseridos no setor de informação. Porém, esse crescimento não atendeu às expectativas esperadas para o profissional da Biblioteconomia. O que tem se evidenciado é a inserção de profissionais de outras áreas no campo da informação disputando esse mercado de trabalho e ocupando as melhores posições, como mostra Takahashi (2000, p. 21). Para o autor, os perfis profissionais que têm se destacado com maior sucesso e melhores salários nessa área são: “programadores, *web-designers*,

administradores de redes, jornalistas e outros que lidam com conteúdos na *web*, especialistas em *marketing* e gerentes de *Internet*". Complementando, Jannuzzi (2003) aduz que entre as ocupações com maior crescimento relacionadas às TICs estão: analista de redes e de comunicação de dados, engenheiros de *software*, administradores de bases de dados, analistas de sistemas de computação e administrador de sistemas de informação e de computação. Atividades essas que não são desenvolvidas pelas bibliotecárias. Ademais, estudos mostram uma queda acentuada de salários para todos os grupos da área de informação considerados, menos intensivos em tecnologias, entre os quais se encontra a Biblioteconomia que seria, em princípio, valorizada pela sociedade do conhecimento. (JANNUZZI, 2003).

Ainda, de acordo com outras pesquisas de mercado mencionadas anteriormente nesta tese, verificamos que apesar da diversificação de espaços que podem ser ocupados pelas bibliotecárias no mercado de trabalho, essas permanecem em empregos tradicionais, principalmente em bibliotecas universitárias. Diante disso, podemos dizer que a percepção das/os participantes da pesquisa sobre sua atuação no mercado de trabalho e suas atividades é diferente dos discursos registrados na literatura.

Você considera que as mulheres e os homens (bibliotecárias/os) possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho?

Analisando as respostas é possível verificar que 50% das/os informantes consideram que homens e mulheres têm as mesmas oportunidades no mercado, pois para esses o que importa é a competência. Veja alguns dos depoimentos:

S11FUFSC – O mercado está aberto independente do sexo. Eu defendo a ideia de que o bom profissional que tem conhecimento, habilidade e ética, consegue espaço no mercado.

S1FUFSC – Acho que não. Na nossa profissão, eu não presenciei. Já concorri com homens e fui escolhida [selecionada]. E nunca vi isso na prática com o bibliotecário.

Caso isso ocorra, é algo não necessariamente na nossa profissão, mas em qualquer outra.

S10MUFPPB – No serviço público, as vagas são preenchidas por concurso. Então, entra quem está mais preparado. Pode ser o homem ou a mulher.

Observando as falas do restante de informantes, podemos dizer que a profissão não só é marcada por questões de gênero, bem como que os homens levam vantagens em alguns aspectos.

S6FUFPPB – Os homens têm mais oportunidades de trabalho sim, por uma questão social que o homem é mais bem-visto na sociedade. Isso ocorre em todas as áreas, infelizmente ainda existe essa questão que o homem é mais capaz. Não vejo isso por competência dos homens, mas por preconceito, a sociedade ainda é machista.

S8FUFPPB – Eu acho que o homem tem tendência de trabalhar com máquina. Por isso, tem mais facilidade de trabalhar com computadores, o que lhe dá mais opção de trabalho. Muito embora, as mulheres têm se interessado por essa área também.

Aparece, também, nos depoimentos uma divisão por sexo nos setores ou nas atividades desenvolvidas na qual o homem sai beneficiado. As mulheres têm se fixado nas atividades tradicionais da biblioteca, tais como processamento técnico e organização dos acervos ou no atendimento ao público que, de certa forma, têm ligação com comportamentos e características atribuídos à mulher (gentileza, delicadeza, educação, paciência, criatividade, entre outros). As mulheres devem ter esses predicados independentes de sua formação intelectual. Já os homens estão mais propensos às atividades ligadas à informática, à *Internet*, trabalhar com sistemas de armazenamento de dados, etc.; esses setores, como se sabe, são mais valorizados. Vejamos nos depoimentos.

S9MUFPPB – Quando envolve a parte tecnológica, é nítida a predominância masculina. E quando envolve mais a prática bibliotecária como nas bibliotecas escolares e infantis, o mercado favorece as mulheres. Há distinção clara que separa o mercado de homens e mulheres.

S7FUFPPB – De modo geral, eu não vejo os homens melhores que nós. Talvez em alguns setores eles possam se sair melhor. Por exemplo: no lidar com a máquina, os homens se destacam mais. No ambiente escolar é a mulher que se destaca mais.

Analisando essas narrativas, ficam claras as diferenças nos trabalhos designados como de homens e os considerados de mulheres, o que confirma presença da divisão sexual do trabalho inserida na prática da Biblioteconomia. Pois, como afirma Lobo (1992), a divisão sexual do trabalho não se resume apenas em uma distribuição de trabalho por setores ou atividades. Trata-se do princípio organizador da desigualdade no trabalho e é isso que percebemos nessas falas.

No depoimento a seguir, observamos o peso de uma tradição ainda machista quando o depoente coloca as formas pelas quais as mulheres são escolhidas nas empresas privadas.

S10MUFPPB – As empresas privadas dão mais oportunidades às mulheres. Aí há preconceito e discriminação com relação aos homens. A escolha é feita por aparência, (bonitinha) pelo fato de lidar com o público e também pelo fato que numa biblioteca de uma empresa privada, o bibliotecário é para fazer tudo. Assim, a mulher aceita mais as situações [...] é mais receptiva, atende melhor ao público. E outra: se for uma mulher que faça a escolha, ela vai optar pelo sexo feminino pela facilidade de lidar. Homem tem resistência em receber ordens de mulher. Então, com certeza vai escolher a mulher. E ainda tem outro preconceito com relação aos

homens: as pessoas, de forma geral, acham que é *gay*. O homem bibliotecário tem sempre que está dando explicação sobre sua orientação sexual.

Algumas dessas questões foram retratadas por Castells (1999). Para o autor, de um modo geral, o grupo feminino não foi tão afetado pelo desemprego quanto o masculino. No entanto, isso ocorre em razão de certos fatores sociais como o fato de a mulher aceitar receber uma remuneração menor pelo mesmo trabalho. O segundo fator refere-se às habilidades de relacionamento, mais desenvolvidas na mulher, e cada vez mais necessárias em uma economia informacional em que o gerenciamento de pessoas é mais importante do que o gerenciamento de recursos. Um terceiro fator, também muito importante, é a flexibilização que favorece a força de trabalho feminina. Essa nova modalidade de trabalho se adapta bem às necessidades das mulheres que procuram compatibilizar trabalho com família. (CASTELLS, 1999).

Ainda, nessas narrativas observamos nessa narrativa outro problema recorrente na profissão: os estereótipos que embora sejam diferentes, tanto a bibliotecária como o bibliotecário são vítimas de preconceitos, como por exemplo, a orientação sexual.

Lassance e Magalhães (1997), entre outros autores, falaram sobre isso. Segundo os autores, o imaginário construído historicamente na sociedade impõe ao homem uma imagem de virilidade, de agressividade que é tão mutilador para ele quanto a imagem de feminidade para a mulher. Por isso, a imagem do homem é associada às profissões das ciências exatas que exigem mais raciocínio e pensar, por isso não é profissão de mulher.

Para exemplificar, voltamos a estes depoimentos.

S12FUFSC – [...] pela ideia de ser uma profissão de mulher, os homens passam por alguma discriminação.

S8FUFPB – Não vejo diferenças no que as mulheres e os homens possam fazer na profissão; a não ser a necessidade de carregar peso, dirigir *vans*, serviço de limpeza que são serviços pesados, portanto mais para homens.

S10MUFPB – O bibliotecário quando se apresenta sempre é visto com espanto ou descrença, ou se tem uma atitude equivocada sobre ele como o fato de ser homem e ser jovem não pode ser bibliotecário. O bibliotecário sente que a sua masculinidade é posta em dúvida pela associação com uma profissão feminina. Outros estereótipos originados de impressões vagamente definidas, que acham que o bibliotecário se esconde na profissão, porque não pode ter sucesso em qualquer outro trabalho.

Quais competências você julga fundamentais nessa profissão?

As mudanças ocorridas nas últimas décadas em particular e a evolução tecnológica tiveram grande impacto nos serviços de informação. Fato que alterou de forma considerável as formas e os métodos de trabalho das bibliotecárias, desencadeando a necessidade de se desenvolver novas competências para a compreensão e inserção desses profissionais no mercado de trabalho. A partir desse contexto, buscamos saber quais competências as/os informantes desta pesquisa consideram necessárias para um exercício profissional satisfatório que atenda às exigências e às demandas do mercado de trabalho.

Assim, algumas competências foram reconhecidas na pesquisa de forma expressiva como temos nos relatos:

S1FUFSC – Conhecimento de informática. É impossível trabalhar na área sem ter um conhecimento mínimo de informática. Idiomas: o inglês ou até mais de um, bom português, uma boa expressão verbal, uma boa escrita. Acho que até mesmo questão de atitude proatividade.

S2MUFSC – Ter conhecimento de informática, saber lidar com o público, trabalhar em equipe, saber outras línguas que vão ajudar a profissão, buscar outras competências que vão agregar valor, até mesmo o *marketing* pessoal.

S3FUFSC – Conhecimentos gerais, habilidades, flexibilidades, paciência, delicadeza, gentileza, atenção, experiência, saber fazer os serviços da biblioteca.

S4FUFSC – Conhecimento técnico, saber lidar com o público, saber compreender e falar com os usuários.

S5FUFPB – Ter um conhecimento de cultura geral. O conhecimento técnico é importante, mas o principal são as relações interpessoais. Saber se comunicar com o público. Saber línguas, principalmente o inglês e estar se atualizando sempre.

S6FUFPB – Conhecimentos sobre os recursos de informação, habilidades para usar as tecnologias. Saber se relacionar com o público.

S7FUFPB – Ter conhecimento tecnológico, saber inglês, saber lidar com o público. Ter conhecimento técnico.

S8FUFPB – Conhecimento técnico, habilidades de falar com o público, flexibilidade, conhecimento de línguas, principalmente o inglês, tecnologia da informação. É impossível trabalhar na área sem ter esse conhecimento. Conhecimento da instituição em que trabalha.

S9MUFPB – Saber se relacionar com o público, comunicação interpessoal, saber informática, saber inglês.

S10MUFPB – Ter habilidades efetivas de comunicação, saber trabalhar em equipe, ter conhecimento em gestão da informação e gerenciamento de recursos de informação.

S11FUFSC – Comunicação, ele tem que desenvolver a empatia, ele tem que colocar-se no lugar do usuário. O bibliotecário também tem que saber outras línguas. E são duas competências que não são tratadas na nossa formação.

S12FUFSC – Saber trabalhar em equipe, liderança, conhecimentos em tecnologias, conhecimentos técnicos, comunicação. As competências variam de acordo com as atividades a serem exercidas.

Mesmo que na percepção das/os respondentes o gênero não apareça, essas relações se concretizam na prática profissional, pois teoricamente todas as atividades desenvolvidas por mulheres são desvalorizadas, seja no âmbito doméstico ou no conjunto das profissões.

5. 1. 2. 3 Divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia

De modo geral a divisão sexual do trabalho foi confirmada por várias autoras (HIRATA 2002, 2003; KERGOAT, 1996, 2003, entre outras), explicada, entre outras variáveis, pelo fato de o trabalho feminino ser considerado como a continuação da esfera doméstica reprodutiva e o do homem situado na esfera pública produtiva. Assim, para as mulheres são reservados os postos menos qualificados na área de serviços, mais especificamente administração pública, ensino, serviços comunitários e de saúde (LAVINAS, 2001), e para os homens, as áreas mais valorizadas como computação e as engenharias. Na Biblioteconomia, observamos a consonância entre a literatura e a opinião das/dos informantes da presente pesquisa retratada nas questões a seguir.

Cite algumas atividades da Biblioteconomia que você entende que seriam desenvolvidas mais adequadamente pelo sexo oposto ao seu. Por quê?

Dos/as informantes, 41,7% têm asseverado que não existe separação de atividades relacionadas ao sexo do profissional que a exerce, conforme depoimentos:

S1FUFSC – Em minha opinião não tem habilidades de um ou do outro. Não enxergo nenhuma atividade que o homem desenvolva melhor na Biblioteconomia.

S3FUFSC – Não existe nenhuma. Acho que qualquer um, ambos têm capacidade para desenvolver qualquer atividade da biblioteca.

S5FUFPB – Não acho que haja atividades que possam ser desenvolvidas mais adequadamente por um homem ou vice-versa. É preciso que seja um profissional competente e isso independente do sexo.

S6FUFPB – Não vejo nenhuma.

S11FUFSC – Não vejo isso. A gente tem que acabar com esses ranços, essas [gesto de reprovação]. Nós todos temos capacidade [...]. Temos que desenvolver nossas habilidades, se alguém desenvolve melhor as atividades é porque buscou se aprimorar. Eu posso trabalhar com as tecnologias tão bem quanto o homem. O homem pode catalogar tão bem quanto a mulher.

O restante, 58,3%, entende que há separação de atividades e nomeia essas levando em consideração características ideologicamente construídas como sendo femininas ou masculinas; ou seja, as atividades são separadas como sendo determinadas pela essência biológica da mulher ou do homem.

S9MUFPB -- Nas diversas atividades da biblioteca escolar (organização, recreação), no atendimento ao público, nas práticas culturais, nas atividades manuais, ou seja, atividades que requer organização, dedicação, gentileza e paciência que são culturalmente atribuídas às mulheres, essas sim são mais bem desenvolvidas por mulheres.

S10MUFPB -- Ahhh! Lidar com o público? As mulheres estão mais dispostas a isso.

S2MUFSC – A mulher desenvolve mais a questão recreativa da biblioteca escolar. Eu acho que pela formação histórica, que já nasce no contexto familiar, a mulher cuida da casa, dos irmãos mais novos, portanto ela sabe melhor lidar com isso. Ex: Eu trabalhei em uma biblioteca escolar. Eu era da parte da pesquisa e quando era para enfeitar eu tinha

uma senhora que trabalhava comigo que tomava iniciativa. Assim, a percepção da realidade do ambiente é mais da mulher. O homem é mais voltado para a lógica e a tecnologia.

S8FUFPB – As atividades que exigem poder de decisão, força física, conhecimento tecnológico, ou seja, que requerem atitudes práticas, fortes e de maior conhecimento são atribuídas aos homens porque [culturalmente] são eles que possuem essas características.

S4FUFSC – Acho que no setor de aquisição de compra de livros o homem se enquadra melhor.

S7FUFPB – As atividades que lidam com as tecnologias da informação, os homens desenvolvem melhor. O homem também é mais prático, mais direto mais objetivo.

S12FUFSC – Muitos homens, talvez por questões da lógica tenham facilidade com a informática. Esses acabam indo para essa área, mas não acho que seja uma regra. Para desenvolver atividades que necessitem de força física como conduzir carros de livros na organização dos acervos.

Pelo exposto, as atividades identificadas como mais adequadas para ser desenvolvidas por mulheres estão elencadas conforme características construídas culturalmente como femininas. A unidade de informação considerada ideal para as mulheres é a biblioteca escolar, relacionando a figura feminina com aptidão para trabalhar com o público infantil. Além disso, sabe-se também que “enfeitar, organizar o ambiente, atividade recreativa, dedicação, gentileza, paciência” são demandas pertinentes a uma biblioteca escolar e que requerem menos qualificação e também, as práticas culturais e atendimento ao público são atividades pouco valorizadas se comparadas àquelas que envolvem a pesquisa, a tecnologia, a informática, a aquisição de materiais e a liderança, que foram as atividades mencionadas como atribuições dos homens. Esse resultado confirma os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho ditados por Kergoat (2003): “separação e hierarquia.” Separação (o que é trabalho de homens e o que é trabalho

de mulheres). Hierarquia (o trabalho dos homens valem mais do que o das mulheres). Complementando, Hirata e Kergoat (2003) aduzem que a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre os sexos e são formas moldadas histórica e socialmente para designar aos homens funções com maior valor social.

Quadro 6 - Atividades da Biblioteconomia realizadas de acordo com o sexo do profissional

Sexo	Atividades
Feminino	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atividades da biblioteca escolar. ✓ Atendimento ao público. ✓ Percepção da realidade do ambiente. ✓ Organização do ambiente e atividades recreativas. ✓ Atividades que requerem dedicação, gentileza e paciência. ✓ Práticas culturais e habilidades manuais.
Masculino	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisa. ✓ Atividade que requer lógica e tecnologia. ✓ Aquisição de compra de livros, o homem se enquadra melhor. ✓ As atividades que lidam com as tecnologias da informação. ✓ O homem é mais prático, mais direto mais objetivo. ✓ Atividades que necessitem de força física. ✓ Liderança.

Fonte: A pesquisa.

Para melhor compreender a percepção dos sujeitos da pesquisa, com relação à separação das atividades por sexo, verificamos os resultados considerando as variáveis: sexo, localização geográfica do ambiente de trabalho, faixa etária, tempo de profissão e nível de formação das/os participantes da pesquisa.

Tabela 4 – Separação das atividades por sexo conforme percepção do grupo pesquisado

Variáveis	Descrição	Separação das atividades	%
Por sexo	Masculino	Existe	100
	Feminino	Existe	56
		Não existe	44
Por Região	Sul	Existe	50
		Não existe	50
	Nordeste	Existe	83
		Não existe	17
Por faixa etária	Até 45 anos	Existe	83
		Não existe	17
	+ de 45 anos	Existe	50
		Não existe	50
Por tempo de Profissão	Até 10 anos	Existe	86
		Não existe	14
	+10 anos	Existe	40
		Não existe	60
Por formação	Graduação	Existe	100
	Especialização	Existe	60
		Não existe	40
	Mestrado/Doutorado	Existe	60
Não existe		40	

Fonte: A pesquisa

Os resultados confirmam a divisão sexual do trabalho quando, em apenas uma das variáveis “tempo de serviço”, constatamos que a maioria das informantes, com mais tempo de trabalho, discorda da separação de atividades por sexo. Supostamente, esse fato pode estar associado à pouca convivência dessas informantes com colegas do sexo masculino, haja vista que a presença masculina na profissão é bem recente. Nesse sentido, as profissionais que têm mais tempo de profissão não percebem essa divisão de tarefas, como expressou uma das informantes em determinado momento da entrevista “É a primeira vez que estou trabalhando com bibliotecários (homem). São pessoas recém-contratadas [...]”. O restante das variáveis não parecera influenciar as respostas, o que ratifica a desigualdade de gênero.

Nessa biblioteca apesar da predominância feminina, estatisticamente tem mais homens exercendo funções. Em sua opinião por que isso acontece? O que você considera que define a progressão funcional dentro de uma biblioteca? Há preferências em função do sexo da pessoa?

Outro fato observado nos ambientes da pesquisa que podemos caracterizar como segregação ocupacional é que em ambas as bibliotecas (UFPB/UFSC), apesar de quantitativamente ter mais mulheres nos seus quadros, estatisticamente têm mais homens exercendo funções nos setores internos. Fato esse que passa despercebido das/os informantes, pois, segundo seus depoimentos, desconhecem a razão dessa ocorrência. Ademais, definem como critérios para progressão funcional na instituição: experiência, competência, bem como ter perfil para liderança, chefia e gestão, embora as/os informantes tenham descartado terminantemente questões relacionadas a gênero. O que causou estranheza foi constatar que os homens desenvolvem mais esse perfil de gestor do que as mulheres. Eis os depoimentos:

S1FUFSC – Acho que o que define é a competência, bem como o perfil para buscar o cargo de liderança, de chefia e de gestão. A pessoa tem que ter o perfil. Isso não depende do sexo, não é questão de gênero. Neste caso, para mim, eu vejo pelo lado da competência.

S2MUFSC – Acho que homens e mulheres têm condição igual para assumir funções; se está ocorrendo isso é por que os homens têm mais experiência.

S3FUFSC – Acho que as progressões ocorrem por experiências. Não há, em minha opinião, preferência do sexo e sim conhecimento.

S4FUFSC – Eu vejo que nesse caso o que conta é a competência.

S9MUFSPB – Acho que é porque esses homens que assumiram as referentes funções têm mais experiência e conhecimento nas atividades desenvolvidas no setor.

S10MUFSPB – Experiência profissional, mais tempo de serviço e engajamento político.

S12FUFSC – Na minha experiência que é o serviço público, a progressão é definida pela experiência e o conhecimento do profissional.

S5FUFSPB – Depende da direção. Mas, acredito que usa critério de currículo do profissional.

S7FUFSPB – Depende do gestor. No serviço público vejo mais como cargo político.

S6FUFSPB – Isso é uma questão política e da cultura institucional.

S8FUFSPB – É uma questão política, depende da direção.

S11FUFSC – Não há preferência por sexo. No nosso caso, a direção da biblioteca é um cargo de confiança; o reitor é quem escolhe.

Observamos nesses depoimentos a interferência de gênero, embora haja uma resistência das/os depoentes em assumir isso. Constatamos uma desigualdade de poder porque as mulheres assumem

posições subalternas. A pressão social, cultural e ideológica presente em nossa sociedade é tão forte com relação à inferiorização da mulher que, inconscientemente, acabam por se definirem incapazes.

5. 1. 2. 4 Relação mulher e homem na profissão

Dentre outras autoras, Grossi (1998, p. 5) nos ensina que “gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. E lembra ainda “[...] nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce.” Portanto, entendemos a existência da relação de gênero nas profissões, interagindo ou interferindo na atuação da mulher e do homem no ambiente de trabalho. Assim, para compreendermos essa relação no contexto da Biblioteconomia perguntamos:

Quais são as facilidades e/ou dificuldades que você percebe no que diz respeito ao relacionamento homem/mulher no exercício da profissão?

Nessas respostas, apesar de 66,7% das/os depoentes afirmarem não terem problema para trabalhar com ambos os sexos, percebemos algumas contradições, Observe os depoimentos a seguir:

S1FUFSC – Bom, eu não tenho preferência; vai muito de cada indivíduo. Porém a mesma depoente diz: eu sempre trabalhei com mulheres. Não tenho parâmetro, mas vai muito da pessoa. Tanto faz.

S4FUFSC – Não tenho preferência. Devido ao meu tempo de serviço, eu convivi mais com mulheres bibliotecárias, ultimamente é que venho trabalhando com homens. De início, até pensei que fosse difícil o relacionamento por questões de idade. Eles são de outra geração e tem também a questão de experiência de nossa parte. Mas há um respeito mútuo, nós aprendemos uns com os outros, trocamos conhecimento e isso é muito bom. Costumo dizer que não sei se eu me adaptei a eles ou eles a mim.

Na questão “relacionamento”, 38% desse total afirmaram ter conflitos com colegas do sexo oposto no ambiente de trabalho, a exemplo dessa narrativa.

S1FUFSC – É geralmente atribuído ao homem mais a lógica e o raciocínio, enquanto que a mulher é até mais emocional. Talvez isso gere uma dificuldade de entendimento de comunicação no cotidiano. Essa forma relacional pode ser um embate para o entendimento.

S9MUFPB – Tem uma dificuldade na questão da inovação, implantar algo novo é muito difícil conciliar as ideias sabe. A mulher gosta assim que é mais bonitinho e o homem não tem essa... tanto faz, sabe! O homem é mais objetivo.

S3FUFSC – Realmente eu não tenho trabalhado com homens, Só tenho um colega de mais tempo e assim ele é muito na dele, sabe? [...].

O restante, 33,4%, também mostra que existem alguns problemas quando se trata do relacionamento com o sexo oposto na profissão.

S2MUFSC – A mulher é mais complicada de lidar. Não sei dizer bem o porquê [Risos]. O homem é mais lógico. Está bom, acabou. Outra coisa há uma rivalidade entre as mulheres... Conceito freudiano. A mulher faz o trabalho dela e olha o dos outros. Não sei. Gera conflito. Cria problemas, por tudo faz uma tempestade. Eu prefiro trabalhar com homens.

No depoimento a seguir observamos que a informante se autodefine com características masculinas para justificar sua identificação com os colegas homens. Usa, também, aspecto de natureza biológica como “a mulher tem TPM” para explicar seu estresse e que isso pode interferir no relacionamento.

S8FUFPB – Eu me entendo muito bem com os colegas homens. Eles são mais práticos, mais pragmáticos e eu me identifico com essas características. Pois, quando criança adolescente eu era bem moleca, jogava futebol na rua. Mas acho que, no geral, pode haver outras questões de relacionamento, a mulher sempre absorve outros problemas, tem TPM...

E prossegue no depoimento seguinte:

S8FUFPB – Me dou bem com os dois sexos, mas tenho mais amigos homens. Eu penso um pouco como eles, sabe? Os homens agem com mais praticidade, querem resolver, querem fazer e eu tenho esse lado masculino. Entendo-me com eles e entro nesse universo masculino. Falo das coisas de que eles gostam apesar de também ter o lado de mãe.

S7FUFPB – Prefiro trabalhar com mulher, pois me sinto mais à vontade para trocar ideias. Não existe disputa de poder, sabe? Há mais entrosamento e entendimento [...]. Trabalhando com homens eu já sofri assédio moral, desrespeito. Isso me deixou angustiada.

S10MUFPB – Os homens não aceitam ter mulheres como chefes; quando isso acontece ocorrem os conflitos. Mas, no geral, a prática bibliotecária é muito fechada, não tem muita troca de ideias.

As informações trazidas por um informante (do sexo masculino) denunciam uma disputa de poder entre as mulheres, já uma das informantes (sexo feminino) mostra o contrário. Em sua fala, diz que entre as mulheres não existe disputa de poder e isso torna mais fácil o relacionamento entre elas.

Esses depoimentos nos levam a refletir sobre as relações sociais e divisões que ocorrem nas relações entre bibliotecárias. Por isso, é

importante estudar as profissões sob as perspectivas de gênero. Esse fato foi comentado por Cappelle et al (2004) da seguinte forma: “as relações de gênero devem ser consideradas como práticas discursivas que refletem manifestações de poder e resistência entre as pessoas, de acordo com interesses dos grupos que se organizam e se manifestam em campo de disputas sociais”.

Em sua opinião, quem melhor desenvolve as diversas atividades da Biblioteconomia, o homem ou a mulher?

A ideia da informação como recurso fundamental para a economia ampliou e diversificou o campo de atuação da bibliotecária. Com isso, os serviços de informação e a forma de executá-los mudaram bastante. Até pouco tempo as principais atividades da Biblioteconomia estavam voltadas para o processamento técnico e organização do acervo. Atualmente, essas atividades englobam produção, extração, análise, gestão e uso das informações nos mais variados setores das organizações. Portanto, várias técnicas e estratégias precisam ser desenvolvidas por essas profissionais.

Nesse caso, 66,7% entenderam que na qualidade dos serviços o que conta são a competência, a motivação e o profissionalismo. Apesar disso, 33,3% ainda apresentam uma divisão de atividades por sexo.

Vale ressaltar que a variável sexo interveio nas respostas; 66,7% dos homens mencionaram que as tarefas de menor prestígio e menor qualificação são de competência feminina.

S1FUFSC – Acho que os dois podem desenvolver de igual maneira. Vai depender da competência pessoal de cada indivíduo. Acho que não tem favorecimento por ser homem ou mulher, ou alguma habilidade melhor por ser um ou outro.

S4FUFSC – Independe do sexo. O que conta mesmo é a competência.

S5FUFPB – Eu entendo que o que vale mesmo é o profissionalismo de cada um. Para mim, independe. O sexo não é fator determinante, tanto o homem quanto a mulher podem desenvolver bem qualquer atividade da Biblioteconomia.

S6FUFPB – Vejo que o profissional vai investindo em si próprio e vai usufruindo as oportunidades que vão surgindo.

S11FUFSC – No geral, vão sendo atraídos pelo que tem mais tendência e mais capacidade de fazer. A meu ver independe do sexo.

S7FUFPB – Independe. Tem que ter competência.

S8FUFPB – Independe de ser homem ou mulher. É o que estiver mais motivado.

S10MUFPB – Em minha opinião, temos grandes bibliotecárias e grandes bibliotecários. Não depende do sexo.

Nas narrativas dos outros que defendem a interferência do sexo na realização de algumas atividades, ficou presente a questão de gênero tanto nas características impostas para realizar determinadas atividades, bem como pela expressão dos informantes que insinuou uma forma de discriminação [risos, silêncios, tom de voz...].

S9MUFPB – Depende. As atividades que requerem mais trato, zelo a mulher desenvolve melhor e na área que requer aplicação das tecnologias há uma predominância masculina.

S12FUFSC – Depende do perfil profissional. Talvez carregar material seja mais fácil para o homem, não que a gente não possa fazer. Acho que qualquer um possa desenvolver as atividades da mesma forma.

S2MUFSC – Acho que é a mulher. A mulher é mais organizada dá conta de tudo, de filhos e da casa. Sei lá! Assim, no geral, na organização da Biblioteca é a mulher. O homem está mais na parte de pesquisa de tomar decisões.

S3FUFSC – É a primeira vez que estou trabalhando com bibliotecários (homem). Na sua maioria recém contratados. Só tem um que faz tempo que trabalha aqui. É uma pessoa determinada. Faz seu trabalho direitinho, mas é muito acomodado.

Prefere trabalhar com qual dos sexos? Por quê?

As mulheres em sua maioria dizem não ter problemas de relacionamento no trabalho. Contudo, 22% se entendem melhor com homens.

S8FUFPB – Me dou bem com os dois sexos, mas tenho mais amigos homens. Eu penso um pouco como eles, sabe? Os homens agem com mais praticidade, querem resolver, querem fazer e eu tenho esse lado masculino. Me entendo com eles e entro nesse universo masculino. Falo das coisas de que eles gostam apesar de também ter o lado de mãe.
S11FUFSC – Eu sempre tive um relacionamento mais tranquilo com homens.

E 11% das depoentes não se posicionaram sobre essa questão, pois em virtude de só terem experiência de trabalho com colegas mulheres não tinham parâmetro para fazer essa avaliação.

Outras (11%) preferem trabalhar com mulheres. Eis os depoimentos:

S7FUFPB – Gosto de trabalhar com mulheres, me sinto mais à vontade para trocar ideias. Não existe disputa de poder, sabe? Há mais entrosamento e entendimento. Trabalhando com homens eu já sofri assédio moral, desrespeito. Isso me deixou angustiada.

No caso dos homens, 67% preferem trabalhar com homens. Para o restante isso é indiferente.

Nessas questões sobre o inter-relacionamento entre homens e mulheres na profissão, observamos que preconceitos sociais e culturais construídos ao longo dos anos interferem no ambiente de trabalho. Os

depoimentos são carregados de características de gênero como: o homem é mais prático, mais objetivo, age com lógica, com determinação; a mulher tem estresse é emotiva, organizada, se preocupa com detalhes. É tradicional, é resistente a mudanças e se preocupa com o trabalho do outro, disputando por poder entre elas.

Por isso, Scott (1995) entende que o estudo de gênero deve envolver as “relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si”, dado que as noções de gênero são definidas em termos recíprocos e não podem ser entendidas separadamente. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia. (SAFFIOTI, 1992, p. 210). Assim, pensar na igualdade de gênero envolve transgredir as normas de comportamento, dominação e de poder impostas pela sociedade, pensando homens e mulheres a partir do caráter relacional.

6 CONCLUSÕES

Finalizamos esta tese com o entendimento de que a escolha das profissões continua associada à representação social de gênero. As profissões que incluem disciplinas como matemática, cálculo, física, computação, entre outras que, supostamente, exigem mais raciocínio são as mais procuradas por homens. As profissões que requerem características consideradas como femininas (sensibilidade, afeto, bondade, paciência, tolerância), que trazem a ideia de fragilidade, incapacidade e insegurança são as que têm maior contingente feminino. Fato já confirmado por algumas autoras como Olinto (2011, p. 75), quando asseverou que há mais de uma década as mulheres são maioria nas matrículas dos cursos de graduação. Porém, quando se analisam as áreas do conhecimento por elas escolhidas, observa-se que não há paridade nas escolhas: “as profissões das chamadas ciências “duras” (físicos, matemáticos e engenheiros) têm predominância masculina”. Fato esse que ocorre também nas áreas de informática e da ciência da computação, enquanto as mulheres se concentram nas áreas das ciências sociais, humanas e de saúde.

Quando tratamos do mercado de trabalho, evidenciamos que dentre as diversas desigualdades existentes na sociedade, uma das mais marcantes refere-se às questões de gênero, que se encontram relacionadas mais ao ponto de vista cultural e social, do que às questões econômicas. O que constituem as representações sociais sobre a participação da mulher dentro deste espaço. Desse modo, constatamos que, embora tenha ocorrido uma expansão das vagas de trabalho direcionadas às mulheres neste mercado, essas se concentram majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis; na maioria das vezes sem registros em carteiras e mal remunerados; o que confirma que a desvalorização do trabalho não está relacionada somente à área ou à profissão, mas especificamente a quem realiza determinadas atividades, homem ou mulher.

Assim sendo, mesmo entendendo que houve mudanças significativas em favorecimento das mulheres, nos últimos anos, tanto no que diz respeito aos direitos sociais, bem como, nos valores tradicionais concernentes à família, à sexualidade e à maternidade, vale lembrar que as mulheres ainda enfrentam o problema da desigualdade nos diferentes espaços da sociedade, principalmente no espaço de trabalho. Outro fato, que materializa essa desigualdade de gênero refere-se à divisão sexual do trabalho, observada em todas as profissões e que,

em muitos contextos, é tida como um processo natural que distribui homens e mulheres em atividades consideradas adequadas ao seu sexo.

Além disso, o trabalho doméstico no contexto do lar e da família ainda está sob a responsabilidade das mulheres constituindo a chamada dupla jornada de trabalho. No caso da Biblioteconomia, esta tem suas raízes ligadas à erudição, aos teólogos, filósofos, biógrafos e outros intelectuais, portanto, profissão masculinizada. O ingresso das mulheres na profissão ocorreu por volta de 1887, para atuar nas bibliotecas públicas que estavam se expandindo nos grandes centros. Martucci (1996) mostra as similaridades da feminilização da Biblioteconomia na perspectiva do magistério. A princípio, as bibliotecárias foram encaradas como sendo professoras informais, que exerciam funções de educadoras fora do espaço formalizado do ensino, deslocando-se da sala de aula para a biblioteca. A bibliotecária considerada profissão “feminina”, na época, cumpria bem o papel de educadora; entre outras características eram pacientes, comportadas, disciplinadas, tolerantes, afetuosas e mais, em razão da falta de oportunidades de emprego, estavam dispostas a aceitar baixos salários. Vale lembrar que algumas dessas particularidades enquadram-se até hoje como características das profissões ditas femininas. O que leva a justificar o baixo status e prestígio dessas profissões.

Na Biblioteconomia, entendemos a predominância feminina como um dos fatores que contribuem para ser uma carreira que não corresponde aos padrões sociais de uma profissão reconhecida, bem remunerada e de prestígio; portanto, tem o gênero como elemento estruturador de suas práticas. No contexto social é marcada por uma sub-representação das mulheres nas posições de poder e ainda há uma concentração de mulheres em atividades menos valorizadas na profissão. Desse modo, vale apenas ressaltar a importância de se utilizar a categoria gênero para estudar determinadas profissões.

Quanto ao problema levantado para nortear este estudo: “De que maneira as bibliotecárias percebem as relações de gênero na profissão?”, “Será que essas profissionais têm noção da hierarquia de gênero na profissão?”, “Em que medida pode-se falar em divisão sexual do trabalho na Biblioteconomia?”. Acreditamos que essas perguntas foram respondidas.

Apesar de as bibliotecárias, em sua maioria, não perceberem claramente as interferências de gênero na Biblioteconomia, observamos nas suas falas que não só o gênero interfere no exercício da profissão, como também representa uma das causas da falta de reconhecimento profissional. Encontramos também nas narrativas evidências dessa

hierarquia de gênero, quando nas respostas (conscientemente ou não) foram manifestadas ideias de superioridade dos homens, confirmando a divisão sexual do trabalho, demarcando “atividades femininas” e “atividades masculinas”.

No que diz respeito à escolha da profissão, constatamos a interferência de gênero uma vez que as informantes tinham outras expectativas e por influência de alguém, por curiosidade e até mesmo por acaso, acabaram na Biblioteconomia e se identificaram com o curso. Isso denota muita naturalidade nas narrativas das depoentes; sem perceber é como se estivessem vocacionadas para a profissão.

Observamos que dentre os vários fatores que contribuem para a desvalorização da profissão, como falta de conhecimento da população da formação profissional da bibliotecária, falta de políticas públicas para o livro e para as bibliotecas, o fato da Biblioteconomia ser uma profissão vinculada à educação e à cultura áreas com poucos investimentos por parte dos governos, foi apontado o caráter feminino da profissão (citado por 17% das/os informantes). O que mostra que, apesar da pouca visibilidade das/dos entrevistadas/os, o gênero aparece como um dos marcadores sociais que interferem na falta de reconhecimento da profissão. Este fato serve para mostrar que a desvalorização da Biblioteconomia não é apenas de formação ou compreensão externa sobre a profissão, mas também, um problema de gênero que envolve todo um contexto social e cultural.

Identificamos, também que à imagem da bibliotecária, ainda é carregada de estereótipos que atravessam o caminho dessas profissionais; muito embora alguns dos estereótipos citados na literatura não estivessem presentes nas narrativas das/dos pesquisadas/os, tais como: passividade, antipatia, mau humor, entre outros. Contudo, foram mencionadas outras expressões pejorativas dentre as quais a definição das bibliotecárias como serviçais que limpam e organizam livros nas estantes, uma profissional sem ambições e com uma postura tradicional que não aceita mudanças. Quanto aos bibliotecários do sexo masculino, foi observado um incômodo com relação à orientação sexual. Um dos respondentes da pesquisa relatou que ainda ocorre no imaginário das pessoas uma percepção de que os homens que ingressam na Biblioteconomia são homossexuais.

De tudo isso, compreendemos que a imagem negativa preconcebida com relação às bibliotecárias, atestada teoricamente, existe e foi reconhecida pelas/os informantes da pesquisa, embora com uma nova percepção. Melhor dizendo, descrições estereotipadas, discriminatórias que demarcam características de gênero, atribuídas às

bibliotecárias ao longo do tempo, continuam influenciando os indivíduos na construção da imagem dessa profissional e da sua profissão.

Outro fato constatado na pesquisa trata-se da divisão sexual do trabalho quando características masculinas e femininas são colocadas em extremos opostos no contexto profissional. Na pesquisa, 58% dos depoentes dos quais 57% fazem parte da BCUFPB, enquanto o restante, 43% são da BCUFSC, mencionaram a separação de atividades e setores por sexo. Dentre as atividades indicadas como femininas temos: organização do ambiente, recreação, atendimento ao público, práticas culturais e o espaço das bibliotecas escolares. Supomos que essas escolhas tenham as seguintes justificativas: na biblioteca escolar, por atender a um público infanto-juvenil exigem-se paciência, gentileza e cuidado. Portanto, é um local mais apropriado para mulheres. O atendimento ao público requer características como boa comunicação, gentileza, tolerância, também indicado como atividade feminina. E as práticas culturais, organização do ambiente e da coleção, são atividades que naturalmente são consideradas afazeres femininos.

Aos bibliotecários homens cabem operações consideradas mais complexas como o uso das máquinas e tecnologias, aquisição de materiais e trabalho que exige força física. Esse fato foi confirmado na literatura e apresentado espontaneamente por depoentes desta pesquisa, o que prova que, geralmente, não estamos habituados/as a questionar o porquê desses preconceitos; sua propagação passa a ser “natural”. No caso das duas bibliotecas estudadas a maioria das funções de gestão, correspondentes aos setores internos, estavam sendo exercidas por homens, quando quantitativamente as mulheres são maioria. Contudo, quando os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre isso, eles demonstraram não ter conhecimento do fato, não se incomodaram com a questão e manifestaram-se contrários à ideia dessa situação estar relacionada a questões de gênero.

No que diz respeito à questão relacional, enfatizando as relações homens e mulheres, obtivemos que 67% dos homens revelaram que as mulheres apresentam dificuldades em se relacionar com seus colegas por terem rivalidade entre si, por não terem articulação política. A pesquisa mostra a visão de uma bibliotecária tradicional como aquela que não incorpora as mudanças da área. Por outro lado, somente 11% das mulheres identificaram problemas de relacionamento com colegas homens.

Com relação à postura das/dos pesquisadas/os, a respeito do mercado de trabalho, refletindo suas narrativas, observamos que essas/es

profissionais têm boas perspectivas concernentes ao mercado. Eles entendem que as/os bibliotecárias/os atualmente encontram boas colocações. Nesse sentido, verificamos que os posicionamentos apresentados se contrapõem aos resultados de pesquisas de mercado publicadas na literatura da área. Na realidade, segundo a teoria, o mercado de trabalho ainda está centrado na biblioteca, em particular na biblioteca universitária, mesmo se constatando que existe um vasto campo de trabalho ainda pouco explorado.

Referindo-se às oportunidades do mercado para homens e mulheres, observamos uma ambivalência nos depoimentos. Ao mesmo tempo em que sustentam que não há diferenciação por sexos para assumir as vagas ofertadas, contando com a competência de cada um, fizeram referência a setores destinados preferencialmente aos homens e outros às mulheres. De acordo com os depoimentos, os homens se encaminham para as áreas que usam mais tecnologias e as mulheres são mais escolhidas nas bibliotecas das empresas privadas. Seguindo os resultados da pesquisa, identificamos a existência de um conceito internalizado na sociedade que quando os homens atuam em uma profissão seu status é elevado. Esse fato foi observado quando as/os entrevistados/as afirmaram que com o aumento de homens na Biblioteconomia será possível melhorar a visibilidade dessa profissão. Esses depoimentos nos levam a acreditar na permanência de uma relação de gênero onde uma profissão será tanto mais reconhecida pela sociedade quanto maior número de homens tiver em seus quadros.

Com relação à representação de si na profissão, observamos que homens e mulheres se reconhecem de forma diferente. Os homens, mesmo em uma profissão majoritariamente feminina, percebem a profissão de forma mais otimista e se colocam em posição de maior destaque. Nesse contexto não se pode deixar de perceber o gênero como questão social, carregado de relação de poder, pois, mesmo quando se encontram em uma carreira feminilizada, os homens procuram sobressair-se de alguma forma.

Por fim, inferimos que a hipótese proposta de que “há interferências de gênero na Biblioteconomia embora, na maioria das vezes, não são percebidas pelas bibliotecárias” foi confirmada nesta tese. Interpretando as falas das/dos participantes sob a perspectiva de gênero, comparando e confrontando com os teóricos da área, concluímos que a Biblioteconomia é marcada pelas questões de gênero, sendo uma das causas da pouca valorização e do pouco status da profissão. Na realidade, encontramos a interferência de gênero em todas as questões estudadas sob a perspectiva de todas as variáveis da

pesquisa (sexo, formação acadêmica, faixa etária, tempo de profissão, Instituição). Portanto, entendemos que estudo que mostra a interferência de gênero na profissão como o que se apresenta, contribui para que os próprios profissionais reflitam e se apropriem desse conhecimento e, assim possam lutar pela equidade de gênero na profissão.

Ressaltamos ainda que apesar de todo aparato teórico metodológico utilizado, compreendemos que não foi possível atender a todas as demandas do tema abordado até porque não foi essa nossa pretensão. Todavia, deixamos para outros pesquisadores a missão de realizar novas pesquisas, com esse recorte temático, que possibilitem não apenas complementar os resultados obtidos na presente pesquisa, mas também que promovam debates, reflexões sobre o assunto e que possam ampliar as abordagens teóricas, tendo em vista que, de acordo com o que constatamos na literatura, o gênero na Biblioteconomia se constitui um campo de pesquisa pouco explorado, principalmente no Brasil.

Entendemos que não encontramos respostas para solucionar ou pelo menos para equalizar as questões de gênero na profissão, mas procuramos neste estudo problematizar estas questões. Dessa forma, entendemos esta pesquisa como um ponto de partida para aprofundar o debate desta temática na área; tendo em vista ser uma profissão de predominância feminina e, portanto, já ter o gênero como um dos marcadores sociais, que contribuem para a sua desvalorização. Assim sendo, entendemos que só a partir da comprovação dos conhecimentos científicos, é possível verificar como essas questões funcionam e como podem ser modificadas.

Dessa feita, os resultados desta pesquisa nos permitem refletir sobre a necessidade de incluir a discussão de gênero, de forma contínua, na Biblioteconomia. Assim, sugerimos que os cursos de Biblioteconomia insiram nos seus currículos disciplinas sobre esta temática no sentido de fazer com que, a partir da graduação, sejam levantadas e debatidas questões relacionadas a fatores que interferem na desvalorização da profissão. Levando, ainda, em consideração, como estes estudos poderão ser importantes para uma revisão de papéis da bibliotecária como sujeito. Acreditamos, também, que são nessas discussões que surgem as inquietações, os incômodos; elementos esses que nos impulsionam às mudanças.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

ABRAMO, Laís. Introdução. In: IGUALDADE de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2010. 216 p. p. 17-47.

ALBERTI, Verena. **História oral a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

_____. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Da arte de não participar. **Palavra-Chave**, São Paulo, v. 5, p. 8-9, 1993.

_____. **Biblioteca pública**: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário, 2009. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/pessoais_conteudo.php?cod=9>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. Mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.18, n.1/2 p. 62-77, jun. 1985.

_____. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 31-51.

ALVES, Leonardo Nogueira; CANOAS, Sílvia Swain. Formação docente, gênero e diversidade sexual: elementos para o debate. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 9, p. 25-38, 2013.

AMADEU, Liana. Palavras sobre Jannice de Mello Monte-Mór. **Boletim CRB7**, v. 30, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://crb7.org.br/PDF/Boletins/20050709.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

AMORIM, Bartira Pereira; SANTOS, Jailma Araújo dos; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Índice de sustentabilidade municipal e as suas relações com as políticas e ações para geração do desenvolvimento sustentável: um estudo aplicado na cidade de João Pessoa – PB. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 5., 2008, Resende, RJ. **Anais**. Resende, RJ. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos08/553Artigo%20SEGET.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ANDRADE, Adalmo de Araújo. Considerações sobre o recrutamento de Pessoal. **Revista de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, MG, v. 2, p. 160-175, set. 1973.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Apresentação. **Caderno Pagu**, Campinas, SP n.17/18, p. 131-138, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: 08 out. 2012.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; MARTELETO, Regina Maria; SOUZA, Donaldo Bello. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000.

AZEVEDO, Liliane Juvênci; GOMES, Suely. O mercado de trabalho para os profissionais da informação no contexto de empresas brasileiras das regiões geográficas norte, nordeste e centro-oeste. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, PB, v. 16, n. 1, p. 231-241, jan./jun. 2006. Disponíveis em: <www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0...dd1>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Perspectivas profissionais e educacionais em biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n.1, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Considerações sobre o mercado de trabalho do bibliotecário. **Informacion, Cultura y Sociedad**, Argentina, n.12, p. 35-50, 2005.

BERGMAN, Barbara J. Looking at electronic resources librarians: Is there gender equity within this emerging specialty?. **New Library World**, v. 106, n. 3/4, p. 116- 127, 2005. Disponível em: <
<http://www.librarystudentjournal.org/index.php/ljsj/article/view/129/266>
>. Acesso em: 20 out. 2012.

BOTASSI, Miriam. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 4, p. 3-4, maio 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei n.4. 084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago.1965.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o Parágrafo 2.do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, n. 74, Seção I, p. 7760, 18 abr. 1997.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, v.134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>
Acesso em: 01 nov. 2011.

_____. Lei nº 4.084/1962, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1962. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>.
Acesso em: 1 mar 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2001, Seção 1, p. 50. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 25 set. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/conteudo.asp>>. Acesso em: 23 maio 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Censo da Educação Superior de 2012**, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Gênero e Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação (Brasil, 1985/1995). In: ROCHA, Maria Isabel Altar da (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. ed. 34. São Paulo: 2000. 384p. p. 13-58.

_____. Mudanças e persistências no trabalho feminino Brasil, 1985 a 1995. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADANIA, TRABALHO FEMININO E GLOBALIZAÇÃO, 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CEDHAL/USP, Consulado Americano, Folha de São Paulo. 1997.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jan. 2013.

_____. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 2, n. 3, p. 17-32, jan./jun. 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 7, 1999. Disponível em: <https://periodicosufsc.br/index.php/ref/article/view/>. Acesso em: 22 jul. 2013.

_____. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato da década de 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). **As novas fronteiras das desigualdades**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.

_____. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA Helena (org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007.

CALDIN, Clarice Fortkamp et al. 25 anos de Biblioteconomia na UFSC. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 7-13, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/>. Acesso em: 17 maio 2013.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves et al. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: www.rae.com.br/eletronica. Acesso em: 25 jul. 2013.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 3, p. 201-214, 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_.htm#vnota2. Acesso em: 20 set. 2013.

CARMICHAEL JR, James V. The gay librarian: a comparative analysis of attitudes towards professional gender issues. **Journal of Homosexuality**, v. 30, n. 2, p. 11-37, 1995. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8698999>. Acesso em: 11 jun. 2012.

CARMICHAEL JR, James V. The Male Librarian and the Feminine Image: A Survey of Stereotype, Status, and Gender Perceptions.

Library and Information Science Research, n. 14, p. 411-446, Oct./Dec. 1992. Disponível em: < <http://www.elsevier.com> >. Acesso em: 11 jun. 2012.

CARVALHO, Marília Gomes de; TORTATO, Cíntia de Souza Batista. Gênero: considerações sobre o conceito. In: LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salet (orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba, PR: UTFPR, 2009. 283p. p. 21-32.

CASACA, Sara Falcão. Flexibilidade, emprego e relações de gênero: a situação de Portugal no contexto da União Europeia. In: ILONA, Kovács (org.). **Flexibilidade de emprego**: riscos e oportunidades. Oeiras: Celta editora, 2005. p. 55-84.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloisio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, Porto Alegre, RS, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: <www.seer.furg.br/biblos/article/download/125/115>. Acesso em: 03 nov. 2012.

CASTELLS, Michael. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CASTRO, Mary Garcia; MORAIS Maria Helena Lavinias de. Do Feminino ao gênero: a construção de um objeto In: COSTA Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216 – 251.

CIÊNCIA da Informação na UFPB, 2007. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/index.php?secao=1&id=1>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

CHANLAT, Jean-François. Quais carreiras e para qual sociedade? In: **RAE –Revista da Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 67-75, nov./dez, 1995.

CHIÉS, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio/ago. 2010.

COLOGNESE, Antônio Sílvio; MELO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Caderno de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 4, p. 143-160, 1998.

CORTES, Soraya Maria Vargas. Técnica de coleta e análise qualitativa de dados. **Caderno de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 4, p. 11-47, 1998.

COSTA, Albertina de Oliveira. Protagonistas ou coadjuvantes: Carlota e os estudos feministas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 66-70, fev. 1996.

COSTA, Luciana Ferreira da; RAMALHO, Francisca Arruda; SILVA, Alan Curcino Pedreira da. Pela (in)formação profissional: necessidades e perspectivas dos estudantes de graduação em Biblioteconomia/UFPB, em seu processo de conclusão. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, PB, v. 13, n. 2, p. 151-172, jul./dez., 2003.

Disponível em: <

<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/402/323>>. Acesso em: 20 out. 2013.

COSTA, Luciana Ferreira et al. A pós-graduação em Ciência da Informação na UFPB: entrevista com a professora Francisca Arruda Ramalho. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, PB, v.19, n. 3, p. 147-155, set./dez. 2009. Disponível em: <

<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

COSTA, Tânia Bassi. Gênero e Trabalho na 'Cidade do Aço'. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina, PR. **Anais...** Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 jun. 2010 p. 44-53. Disponível em: < www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5. > Acesso em: 10 out. 2012.

COSTA, Rosely. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.11, p. 157-200,1998.

CUNHA, Gardene Alves da. **Perfil do bibliotecário da Região Norte: estudo dos egressos da Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal do Pará referente ao período de 2005 a 2010.** Florianópolis, SC, 2012, 109f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – UFSC, 2012.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, SC, n. 15, 1º sem. 2003.

_____. As profissões e as suas transformações na sociedade. In: CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira; SOUZA, Francisco das Chagas (orgs.). **Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da Ciência da Informação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 175 p. p. 141-149.

_____; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Atuação profissional na área de informação.** São Paulo: Polis, 2004. 191p. p. 39-54.

_____; SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; KILL, Christian. Perfil do bibliotecário formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, PB, v. 17, p. 109- 115, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article//504/1470>> Acesso em: 07 jul. 2013.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da et al. O bibliotecário formado pela Universidade Federal de Santa Catarina: perfil profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 2, p. 182-195, 2004.

CYSNE, Fátima Portela. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa.** Fortaleza, CE: UFCE, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo e identidades. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. 136p.

DILEVKO, J.; HARRIS, R. Relations information technology and social: Portraits of gender roles in advertisements of high technology products. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 8, p. 718-727, Aug. 1997.

DINIZ, Edileuda Soares. Ensino de biblioteconomia na UFPB: questões curriculares. **Revista Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, PB, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/402/323>>. Acesso em: 20 out. 2013.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <www.ser.ufpr.br>. Acesso em: 23 nov. 2013.

DURAN, Cristiana; RIBAS, Andréia. **Gestão de pessoas nas organizações**. [livro digital], 2012. Disponível em: <[http://organizconcurso.com.com/pdf/pdf/livro digital](http://organizconcurso.com.com/pdf/pdf/livro%20digital)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, RS, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>> Acesso em: 10 jun. 2012.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, RS, v. 4, p.41-61, 1991.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FERRAZ, Ivan; GALLI Diego; TREVISAN, Leonardo. Âncoras de carreira: uma questão de gênero? **Revista Administração em Diálogo**, v. 2, n. 11, p. 90-117, 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/2713>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

FERREIRA, Maria Mary. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=3&locale=fr>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. Profissões femininas e profissões masculinas: o que é ser bibliotecário no universo de uma profissão “feminina”? In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIO ARCHIVISTAS Y MUSCÓLOGOS – EBAM, 2., 2010. Lima, Peru. **Anais**. Lima, Peru, 2010. Disponível em: >. Acesso em: 10 jun. 2012.

FONSECA, Edson Nery da. A **biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

_____. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

GOLUB, Erin Marie. Gender divide in librarianship: past, present, and future Library. **Student Journal**. San Jose State University, Oct. 2009. Disponível em: <<http://www.librarystudentjournal.org/index.php/ljsj/article/view/129/230>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GOMES, Almiralva, F. O outro no trabalho: mulher e gestão. São Paulo: **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, jul./set. 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, SC, p. 1-18, 1998.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Estudos Curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: reflexões sobre uma trajetória. In: VALENTIM, Marta Lígia (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 49-88. (Palavra-chave; 13).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O moderno profissional da informação: elemento para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 9, n.1, p.124-137, 1997.

_____. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta Lúcia (org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000, p. 53-70. (Palavra-chave; 11).

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, Campinas, SP, v.19, n. 2, p. 169-187, maio/ago. 2007. Disponível em: <periodicos.pucampinas.edu./index.php/.../613>. Acesso em: 12 jun. 2013.

HILDENBRAND, Suzanne. A historical perspective on gender issues in American librarianship. **Journal of Information Science**, v. 17, n. 3, p.18-28, Sep, 1992.
<<http://www.librarystudentjournal.org/index.php/ljsj/article/view/129/230>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMILIO, Marli et al (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria especial da mulher, 2003. p. 15-30.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 4, n.7, 1998.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: DIAX, Ximena; HOLA, Eugenia. **Trabajo, flexibilidad y gênero: tenciones de un processo**. Santiago: CEM, 2001.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth (orgs.). **As novas fronteiras no Mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003. 364p. p.11-123.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em: 30 abr. 2013.

_____. **Dados estatísticos 2012a Cidades: João Pessoa**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Dados estatísticos 2012b Cidades: Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 out. 2013.

IPEA divulga dados socioeconômicos da Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_articleid=11376>. Acesso em: 18 out. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Biblioteconomistas e outros profissionais da informação no mercado de trabalho brasileiro: 1980-1996. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003. CDROM.

JOB, Ivone. As mulheres e a ciência. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 16, n. 158, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC**, v.11, n. 2, p. 259-272, ago./dez., 2006. Disponível em: <file:///c:/progamas%20do%20computa%20downloads/revista_acb->. Acesso em 20 mar. 2014.

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre lês sexes. In: KERGOAT, Jacques et al (orgs.). **Le monde du travail**. Paris: La Découverte, 1998.

KERGOAT, Danièle. **Lês absentes de i'histore autrement**, 1992. (Série mutations, n. 126).

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Marli Emílio et al (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-65.

KREMER, Jeannette Marguerite. A formação dos bibliotecários nos Estados Unidos. São Paulo, **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 3, p. 17-18, out. 1983.

LASSANCE, Maria Cecília Pacheco; MAGALHÃES, Mauro de Oliveira. Gênero e escolha profissional. In: LEVENFUS, R. S. (org.). **A Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997. p. 47-61.

LAUDARES, João Bosco; TOMASI, Antônio. O técnico de escolaridade média no setor produtivo: seu novo lugar e suas competências. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, n. 85, p. 1237-1256, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 maio. 2013.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 206 – 238.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 826).

LEMONS, Antônio Briquet de. Adaptações dos profissionais da informação científica a realidade brasileira. **Boletim Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: notícias diversas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 239-244, jul./set.1970.

LEMOS, Antônio Briquet de. **Revista Biblioo cultura informacional**, n. 22, jul, 2013. Disponível em: <http://biblioo.info/secoes/falaeditor/> **ISSN 2238-3336**. Acesso em: 31 jan. 2014. (Entrevista).

LENT, Robert W.; BROWN, S. D.; HACKETT, G. Toward a unifying social cognitive theory of career and academic interest, choice and performance. **Journal of Vocational Behavior**, v. 45, p. 79-122, 1994.

LEONE, Eugênia Troncoso. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: RONI, M. W.; HENRIQUE, W. (orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

LIMA, Justino Alves; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas e Bibliotecários: situações insólitas ou crônicas bem-humoradas da Biblioteconomia aplicadas a outras profissões desprestigiadas**. São Paulo: Polis/APB, 1998.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 252-265.

LOMBARDI, Maria Rosa. Novas configurações do trabalho nos espaços urbano e rural arquitetura militante e relações de gênero em um empreendimento de trabalho associado. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011. Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR): Fundação Carlos Chagas, 2011. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/.../index.php?>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 387-402.

LOPES, Leonardo Montes. Dimensões da leitura a partir da biblioteca e do bibliotecário. **Revista Percurso**, v. 2, n. 2, p. 197-207, 2010.

Disponível em: <

<file:///C:/PROGAMAS%20DO%20COMPUTADOR/Downloads/11146-44674-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 24, p. 105-125, jan./jun. 2005.

LOUREIRO, Claudia Márcia Pereira; COSTA Isabel de Sá Affonso da; FREITAS Jorge Augusto de Sá Brito e. Trajetórias profissionais de mulheres executivas: qual o preço do sucesso? **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 33, p. 130- 144, ago. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/>>. Acesso em 20 jan. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, D. E. WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

MACEDO, Eunice; SANTOS, Sofia Almeida. Apenas mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus. **Ex aequo**, n.19, p. 129-155. 2009. Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aeq/n19/n19a11.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2013.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. Goiana, GO. 2003 161f. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) – Universidade Católica de Goiás, 2003. Disponível em: < http://www.ucg.br/ucg/katiamacedo/dissertacoes/pdf/Goiacira_ConstrucaoRelacaoGeneroHomemMulher.pdf>. Acesso em: 29 set. 2012.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/42307/45978>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MARANHÃO, Éfrem de Aguiar. **Panorama geral da educação nos estados: projetos e resultados**, 2000. Disponível em: <<http://itamaraty.gov.e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista7-mat6.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. Bibliotecários, jornalistas e informáticos: a ocupação de posições relativas no campo de atividades de informação. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 8, n.1, p. 89-111, jan./abr.1996.

MARENGO, Lúcia. A sociedade informacional e seu mercado de trabalho. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC, v. 1, n. 1, p. 19-31, 1996.

MARRY, Catherine. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico: o exemplo da biologia. In: COSTA, Albertina de oliveira et al (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 403-419.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, v.1, n. 2, p. 225-244, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002504&dd1=b03d0>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MELO, Hildete Pereira. Desigualdade, pobreza e seus impactos sobre a vida das mulheres. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, ano 32, n. 118, 2008.

_____; CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. **Revista Rio de Janeiro**, n. 11, set./dez., 2003.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro, DI SABBATO, Alberto

Os afazeres domésticos contam. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2005. (Texto para Discussão,177).

MENEZES, Raquel Aisengart; HEILBORN, Maria Luiza. A inflexão de gênero na construção de uma nova especialidade médica. **Revista Estudos Feministas**, v.15, n. 3, p. 563-580. 2007.

MIRANDA, Antônio; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva.

DataGramZero: Revista de ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em http://www.dgz.org.br/dez00/Art_04.htm. Acesso em: 15 jan. 2014.

MOMM, Thiago. Universitário forasteiro enfrenta hostilidade. **Diário Catarinense**. 11 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/e...05u18798.shtml>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

MOREIRA, Maria José; SILVA, Neusa Cardim da; DIB, Simone Faury. Concursos públicos em Biblioteconomia: índice bibliográfico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. 1 CD-ROM

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Biblioteca e Sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, MG, v. 13, n. 1, p. 7-55, mar. 1984.

_____. O ensino de biblioteconomia no Brasil **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1452>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

_____. Formação profissional e educação continuada: que profissional devemos ser? In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1996, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 1996. p. 253-272.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (orgs.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 23-54. (Estudos avançados em Ciência da Informação; 3).

MULIN, Rosely Bianconcini. **Cultura e bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo**, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

MURGAI, S. Motivation to manage and status of women in library and information science: A comparative study among the United States, India, Singapore and Thailand. **The Southeastern Librarian**, v. 52, n.1, p. 16-29, Primavera, 2004.
Disponível em: <<http://www.librarystudentjournal.org/index.php/ljsj/article/view/129/230>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale; FERREIRA, Maria Mary; BATISTA, I. C. Gênero e universidade: uma abordagem. In: PASSOS, Elizete Silva (org.). **Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Nordeste**. Salvador, BA: UFBA, 1998. p. 163-186.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

O'BRIEN, N. The recruitment of men into librarianship, following World War II. In Heim, K. **The status of women in librarianship: Historical, sociological, and economic issues**. New York: Neal-Schuman Publishers, Inc. 1983. p. 51- 66.

ODDONE, Nanci. **Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)**. Rio de Janeiro, 2004. 157 f. Tese (Doutorado em ciência da informação) – IBCT/ UFRJ, 2004. Disponível em:< <http://biblioteca.ibict.br/ph18.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ODDONE, Nanci. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Revista Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, PB, v. 8, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/425>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

OLINTO, Gilda. Biblioteconomia e profissões femininas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18, 1997, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA, 1997.

_____. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/240>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

_____. Indicadores de gênero para a sociedade do Conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília, SP. **Anais eletrônicos**. Marília, SP: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. CD-ROM.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil**: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985-2005, 2007. 165p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; 1998.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, SC, n. 2, p. 35-44, 1994.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

PINTO, Mônica Rizzo Soares. **Preservação de publicações eletrônicas**: a questão do depósito legal, 2011. Dissertação (mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 19-35; 209-230.

_____. História oral como gênero. **Projeto História**: revista do Programa de Estudo de Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, v. 22, p. 9-36, jan./jun. 2001.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: revista do Programa de Estudo de Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, v. 14, p. 25-38, fev.1997.

PROJETO político-pedagógico Curso de Biblioteconomia modalidade: bacharelado. João Pessoa: UFPB, 2007. Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/editais/PPP_Biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

PROJETO político pedagógico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: < tccbiblio.páginas.ufsc.br/.../projeto_pedagogico2008>. Acesso em: 19 out. 2013.

QUEM é quem na Biblioteconomia e documentação no Brasil. Rio de Janeiro: IBBD, 1971. 544 p.

RABAGLIO, Maria Odete. **Seleção por competências**. 4. ed. São Paulo: Educator, 2001.

_____. **Ferramentas de avaliação de performance com foco em competências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

RELATÓRIO de Gestão 2011 da UFPB. Disponível em: <
<http://www.ufpb.br/index.php?optionom>> . Acesso em: 20 out. 2013.

RESOLUÇÃO n. 08/82, de 29/10/82. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Biblioteconomia. **Documenta**, Brasília, DF n. 265, p. 246, dez. 1982.

RESOLUÇÃO n. 02/2008 - Universidade Federal da Paraíba, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, do CCSA, Campus I, João Pessoa. Disponível em: <
www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/.../Rsep02_2008.ht... Acesso em: 20 nov. 2013.

ROSEMBERG, Dulcinéa Sarmento et al. O perfil do bibliotecário em exercício no Espírito Santo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 4., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. CD-ROM.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Estudos sobre mulher no Brasil: avaliação e perspectivas**. São Roque. SP: Fundação Carlos Chagas, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 383 p.

_____. **Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (orgs.). **Uma Questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 336 p. p. 183-215.

SAMARA, Eni de mesquita. Gênero, identidade e opção profissional: as politécnicas na Universidade de São Paulo. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Suzana Bornéo (orgs.). **Saberes e fazeres de gênero entre o local e o global**. Florianópolis: UFSC, 2006 p. p. 209-222.

SANTOS, Jussara Pereira; NEVES, Iara Conceição; JOB, Bitencourt Ivone. A Estrutura da carreira em Biblioteconomia: contribuição à Classificação Brasileira de Ocupações. **Em Questão**, Porto Alegre, RS, v.10, n. 1, p. 41-61, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/82/42>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SANTOS, Plácida L. V. Amorim da Costa. As novas tecnologias na formação do profissional da informação. In: VALENTIM Marta Lígia (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 103-116.

SCOTT, Joan wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 2, p.71-100, jul./dez. 1995.

_____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. Porto: Edições afrontamento. v. 4, 1994.

SILVA, Marcelo Kunrath. Uma introdução à história oral. **Caderno de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 4, p. 115-141, 1998.

SILVA, Neusa Cardim da; DIB, Simone Faury; MOREIRA, Maria José. Panorama do mercado de trabalho em instituições públicas: o profissional bibliotecário em questão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 67-79, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/50>>. Acesso em: 25 out. 2012.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil, 2007. 241f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Belo horizonte, 2007.

SILVEIRA, João Paulo Borges da; GONÇALVES, Renata Braz. Perfil dos egressos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande (1998-2007). **Biblos**, v. 23, n. 2, p. 127-135, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1311/595>>. Acesso em: 12 out. 2013.

SINGER, Rachel. What's in a name?. **American Libraries**, v. 28, n. 4, p. 28-31, abr. 1997. Disponível em: <<http://find.galegroup.com>>. Acesso em: 14 set. 2012.

SOARES, Maria de Fátima; FREIRE, Bernardina Maria Juvenal. Imagem bibliotecária(o): uma análise em películas cinematográficas. **Biblionline**, João Pessoa, PB, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.ufpb.br>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade In: COSTA Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 336 p. p. 15-23.

SOUTO, Álvaro José de. **Análise comparativa de custos entre uma universidade pública e uma universidade privada**, 2006. 88f. Dissertação (Mestrado) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOUTO, Leonardo Ferreira. Biblioteconomia em reflexão: cenários, práticas e perspectivas. In: _____ (org.). **O profissional da informação em tempo de mudanças**. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 29-53.

SOUSA, Beatriz Alves de; PEDRO, Joana Maria. **Questões de gênero na Biblioteconomia**: percepção dos bibliotecários do IFPB e da Biblioteca Central da UFPB. Trabalho apresentado do Fórum “Desafios Interdisciplinares de Ciências Humanas”, Florianópolis, SC: UFSC. 19 a 23 mar. 2012b.

_____. Trajetória das mulheres brasileiras na carreira das letras: ensaio bibliográfico a partir de autores contemporâneos. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, p. 79-95, 2012a.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A ABEBD e o currículo de bacharelado em Biblioteconomia no Brasil, de 1967 a 2000. **Revista Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, PB, v. 21, n.1, p. 203-212, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuel>>. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, 189p.

_____. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Revista Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, PB, v. 16, n. 1, p. 23-34, jan./jun., 2006. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuel>>..Acesso em: 22 out. 2012.

_____. O nome profissional bibliotecário no Brasil: efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Encontros Bibli**, Florianópolis, SC, v. 9, n.18, p. 90-106, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9n18p90>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

SOUZA, Ieda Maria de et al (orgs.). **Biblioteca universitária da UFSC: memória oral e documental**. Florianópolis, SC: UFSC, 2002. 257p.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, Brasília, DF: INL, 1980. 82p.

SUAIDEN, Emir José. Mercado de trabalho. **Revista Brasileira de biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.14, n. ¾, p. 153-159, jul./dez.1981.

TABAK, Fanni. Gênero, conhecimento, ciência e poder. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **Gênero e Educação: múltiplas Faces**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 15-31

TABOSA, Hamilton Rodrigues; AGUIAR, Terezinha Pereira. O atual mercado de trabalho para o bibliotecário no Estado do Ceará, **Biblionline**, João Pessoa, PB, v. 7, n. 1, p. 84-98, 2011. Disponível em < www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=18739>. Acesso em: 10 jul. 2013.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte. 1983.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação**. Teresina: EDUFPI, 2006. 266p.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, PB, v. 5, n.1, p.12-17, jan./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuel>>. Acesso em: 22 out. 2012.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Condição feminina e percepção dos valores morais no nível gerencial e técnico. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 477-511, mar./abr. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6497/5081>> . Acesso em: 13 jan. 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Caderno Pagu**, Campinas, SP, n. 24, p.127-152. 2005, ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

TUPY, Ismênia. Gênero e demografia histórica: a presença feminina nos recenseamentos gerais da população brasileira (1920-1940). **Revista população e família**, São Paulo, n. 4, p. 113-142, 2002.

TURATO, Egberto Ribeiro et al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan. 2008

UFPB. **Contextualizando a graduação**. João Pessoa, 1997.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____ (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002, p.117-132. (Palavra-chave; 13).

_____. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontro Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, SC, n. 9, p.16-28, 2000.

Disponível em: <programas%20do%20computador/downloads/12-17579-1-pb.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 10, p. 309-344, 1998.

VIEIRA, Anna da Solidade. Mercado de informação: do tradicional ao inexplorado. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v.11, n. 2, p.177-192, jul./dez. 1983

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. **Bibliotecários no Brasil representações da profissão**, 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2008.

WENNERAS, Christine; WOLD, Agnès. Nepotism and sexism peer-review. **Nature**, n. 387, p. 341-343, May, 1997.

WILLIAMS, Christine L. **Still a man's world: men who do "women's work"**, Berkeley, University of California Press, 1995.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Acerca de cómo las mujeres llegaron a sermaestras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, p. 497-521, 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/370/376>>. Acesso em: 22 out. 2012.

_____. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno. (org.). **Trabalhando com a diversidade no PLANFOR**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. (coord.). **A convidada de pedra, mulheres e políticas de trabalho e renda entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil 1988-2002**. Brasília, DF: Flasco, 2003.

_____. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez., 2011. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4054571.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação do Pesquisado

1) Sexo

() Feminino

() Masculino

2) Formação Acadêmica

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-Doutorado

3 Faixa etária

() até 30 anos

() de trinta a 45 anos

() mais de 45 anos

4) Há quantos anos exerce o cargo de bibliotecária/o?

Sobre a profissão

1) Por que você escolheu essa profissão?

2) A literatura mostra que o exercício da profissão requer algumas características, ainda, definidas como de mulher: zelo, dedicação, gentileza, entre outras. Você concorda ou discorda disso? Por quê?

3) Teoricamente os baixos *status* e prestígio na Biblioteconomia têm sido atribuídos à predominância de mulheres na profissão. O que você acha dessa afirmativa?

4) Você sente que tem ocorrido alguma mudança no mercado de trabalho e no reconhecimento da profissão? Que mudanças são essas?

5) Ultimamente, percebe-se um aumento de homens ingressando na Biblioteconomia. Em sua opinião, por que isso tem ocorrido e como você vê isso para profissão?

6) Você acha que ultimamente o mercado tem favorecido mais o homem (bibliotecário)? Em que sentido?

- 7) Em sua opinião, quem melhor desenvolve as diversas atividades da Biblioteconomia, o homem ou a mulher?
- 8) Cite algumas atividades da Biblioteconomia que você entende que seriam desenvolvidas mais adequadamente pelo sexo oposto ao seu. Por quê?
- 9) O que você considera que define a progressão funcional dentro de uma biblioteca? Em sua opinião, há preferências em função do sexo da pessoa?
- 10) Quais são as facilidades e/ou dificuldades que você percebe no que diz respeito ao relacionamento homem/mulher no exercício da profissão?
- 11) Você considera que as mulheres e os homens (bibliotecárias/os) possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho?
- 12) Você entende que o aumento de homens na profissão pode modificar a visão estereotipada, ainda, presente na Biblioteconomia. Por quê?
- 13) Prefere trabalhar com qual dos sexos? Por quê?
- 14) Durante sua vida profissional você sofreu algum tipo de discriminação por exercer essa profissão? Daria para citar algum caso?
- 15) Por que, em sua opinião, ainda ocorre preconceito relacionado à profissão da/o bibliotecária/o?
- 16) Como você se sente exercendo a profissão? Que desafios você tem enfrentado por exercer a profissão de bibliotecária/o?
- 17) Nessa biblioteca apesar da predominância feminina, estatisticamente tem mais homens exercendo funções. Em sua opinião, por que isso acontece?
- 18) Quais competências você julga fundamentais nessa profissão?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pretendemos desenvolver um estudo com o objetivo de investigar a inferência do gênero no exercício da profissão da/o bibliotecária/o. Nessa pesquisa utilizamos o método da História Oral, que se apropria da entrevista como técnica para coleta dos dados, dos testemunhos dos sujeitos da pesquisa. Neste caso, os sujeitos escolhidos para pesquisa foram bibliotecárias/os que estejam no exercício da profissão, na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (BCUFPB), *campus* João Pessoa, e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (BCUFSC), *campus* Florianópolis, tendo como finalidade saber a opinião desses profissionais a respeito da temática proposta. Assim sendo, sua participação nesta pesquisa consistirá em elemento fundamental para que nosso estudo alcance o êxito desejado.

Como segurança será garantido o acesso em qualquer etapa do estudo, através de contato com o profissional responsável pela pesquisa.

Será garantida também, a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, sem qualquer prejuízo. Sendo, ainda, compromisso das pesquisadoras utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.

Esse termo foi elaborado em duas vias, depois de devidamente assinadas uma será entregue ao participante da pesquisa.

Assinatura do pesquisador

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do participante da pesquisa

As pesquisadoras envolvidas com a referida pesquisa são Beatriz Alves de Sousa e Joana Maria Pedro com elas as/os entrevistadas/os podem manter contato

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia IFPB, *campus* João Pessoa.
Av. Primeiro de Maio 720, Jaguaribe, João Pessoa, PB CEP: 58015-905
– Fone: 83-3208-3000
Biblioteca Nilo Peçanha – Fone: 83- 3208-3042
e-mail: beatrizalvesjp@bol.com.br